



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**

**MARIANA, MG
2022**

REITORIA**Reitora**

Prof^ª. Cláudia Aparecida Marlière de Lima

Vice - Reitor

Prof. Hermínio Arias Nalini Júnior

PRÓ - REITORIA DE GRADUAÇÃO**Pró - Reitora de Graduação**

Prof^ª. Tânia Rossi Garbin

Pró - Reitor Adjunto de Graduação

Adilson Pereira dos Santos

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação**

Prof^ª. Renata Guerra de Sá Cota

Pró-Reitora Adjunta de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. Thiago Cazati

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA**Pró-Reitor de Extensão**

Prof. Sandra Maria Antunes Nogueira

Pró-Reitora Adjunta de Extensão

Prof^ª. Vanderlice dos Santos Andrade Sol

PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS**Pró-Reitora de Assuntos Comunitários e Estudantis**

Prof^ª. Natália de Souza Lisboa

Pró-Reitora Adjunta de Assuntos Comunitários e Estudantis

Sabrina Magalhães Rocha

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO**Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento**

Eleonardo Lucas Pereira

Pró-Reitor Adjunto de Planejamento e Desenvolvimento

Máximo Eleotério Martins

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Prof. Bruno Camilloto Arantes

Pró-Reitor Adjunto de Gestão de Pessoas

Isabela Perucci Esteves Fagundes

COLEGIADO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Presidente do Colegiado - Coordenadora do Curso

Dr.^a Alessandra Ribeiro de Souza

André Luiz Monteiro Mayer (DESSO)

Daniel Wanderson Ferreira (DEHIS)

Davi Machado Perez (DESSO)

Marlon Garcia da Silva (Vice-coordenador)

Virgínia Alves Carrara (DESSO)

Representante discente:

Maria Fernanda Vieira

Secretária do COSER:

Karine Batista dos Santos

Núcleo Docente Estruturante do Curso de Serviço Social

Adriana de Andrade Mesquita

Alessandra Ribeiro de Souza

André Luiz Monteiro Mayer

Cláudio Henrique Miranda Horst

Cristiane Silva Tomaz

Jussara de Cássia Soares Lopes

Kathiuça Bertollo

Leonardo Nogueira Alves

Marlon Garcia da Silva

Rafael Santiago Mendes

Roberto Coelho do Carmo

Rodrigo Fernandes Ribeiro

Comissão responsável pela elaboração do PPCDr.^a Adriana de Andrade Mesquita

Dr. André Luiz Monteiro Mayer

Dr.^a Alessandra Ribeiro de Souza

Dr. Claudio Henrique Miranda Horst

Dr.^a Cristiane Silva Tomaz

Dr. Davi Machado Perez

Dr.^a Kathiuça Bertollo

Dr. Marlon Garcia da Silva

Dr. Rodrigo Fernandes Ribeiro

Dr. Roberto Coelho do Carmo

Nome da equipe de revisão técnica-pedagógica do PPC da Prograd/NAP

Leticia Cilene Ribeiro Dias

Leticia Pereira de Sousa

LISTA DE ABREVIATURAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CRESS - Conselho Regional de Serviço Social

CPA - Comissão Própria de Avaliação

COSER - Colegiado de Curso de Serviço Social

DEFIL - Departamento Filosofia

DESSO - Departamento de Serviço Social

ENESSO - Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social

GT - Grupos de Trabalhos

NDE - Núcleo Docente Estruturante

PPC - Projeto Pedagógico do Curso

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior

REUNI - Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SUMÁRIO

1. Apresentação	06
2. Histórico da UFOP	08
3. Histórico do Curso	11
4. Contextualização Nacional, Regional e Local	15
5. Justificativa	17
6. Identificação do Curso	21
7. Formas de Ingresso no Curso	22
8. Concepção do Curso	22
9. Objetivos do Curso	24
10. Perfil e Competência Profissional do Egresso	24
11. Estrutura Administrativa	26
11.1 Colegiado do Curso e Núcleo Docente Estruturante	26
11.2 Corpo Docente e Administrativo	29
11.3 Organograma do Curso	30
12. Estrutura Curricular	31
12.1 Flexibilidade Curricular	33
12.2 Curricularização da Extensão	35
12.3 Estágio Curricular Supervisionado	37
12.4 Trabalho de Conclusão de Curso	
12.5 Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão	39
12.6 Atividades Acadêmicas Científicas e Culturais	40
12.7 Temas Transversais	42
12.8 Mobilidade Acadêmica	48
12.9 Relação com a Pesquisa	51
12.10 Matriz Curricular	53
13. Metodologias de Ensino e Aprendizagem	55
14. Avaliação da Aprendizagem	56
15. Avaliações Promovidas Pelo Curso	56
15.1 Pesquisa com Egressos	56
16. Avaliações Institucionais	57
16.1 Pesquisa e Desenvolvimento de Disciplinas	57
16.2 Comissão Própria de Avaliação	58
17. Avaliações Externas	58
18. Apoio aos Discentes	60
18.1 Acompanhamento Acadêmico Institucional	60
18.2 Acompanhamento Acadêmico do Curso	61
18.3 Assistência Estudantil	61
19. Capacitação do Corpo Docente	63
20. Infraestrutura	64
21. Considerações Finais	66
22. Anexos	68
22.1 Quadros Corpo Docente e Técnico do Curso de Serviço Social	68
22.2 Programas das Disciplinas Obrigatórias e Eletivas	69
22.3 Política de Extensão do Curso de Serviço Social	184
22.4 Política de Trabalho de Conclusão de Curso	211
22.5 Política de Estágio Supervisionado do Curso de Serviço Social	230
22.6 Resolução COSER 004/2022	268
22.7 Resolução COSER 005/2022	273

1. APRESENTAÇÃO

O curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto foi criado em 02 de dezembro de 2008, com início da primeira turma em 2009. Localizado na região central de Minas Gerais – região dos incondidentes – é o primeiro curso público da região. Fruto do contraditório Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que buscou ampliar o acesso e permanência de discentes no ensino superior brasileiro, vivenciou desde seu surgimento uma conjuntura particular da política educacional brasileira que trouxe implicações e desafios para a formação acadêmica em Serviço Social.

Passados mais de 50 anos da criação da UFOP, mais de 10 anos do Curso de Serviço Social nos deparamos com novas e velhas questões que atravessam a realidade brasileira bem como o Serviço Social no país. Nestes doze anos, com o nosso projeto pedagógico construído e desenvolvido em consonância com as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social da ABEPSS, de 1996, e as Diretrizes aprovadas pela Resolução CNE/CES 15, de 13 de março de 2002¹, foram formados mais de *418 assistentes sociais*² em uma cidade que quando o curso foi criado, contava com apenas três assistentes sociais (CARRARA, 2017)³.

Ao reconhecermos as profundas transformações societárias em curso que tencionam as profissões – e concomitantemente as formações profissionais – ponderamos a necessidade de garantirmos uma formação profissional no horizonte do projeto ético político da profissão, o que nos conduz a reconhecer os limites históricos em cada momento do curso, assumir o compromisso com os avanços e acertos que se fazem necessário, bem como reconhecer que os processos de revisão podem e devem ser realizados desde que assegurem a direção teórico-metodológica e ético-política já consolidada e demarcada na história da profissão e do curso.

Não temos dúvida que um processo de revisão do projeto pedagógico é fruto e expressão de um longo trabalho coletivo que perpassa desde as avaliações das disciplinas e dos diversos componentes curriculares, das avaliações das/os discentes, do acúmulo das/os

¹ É importante destacar que as atuais Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social da Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social foram aprovadas em 1996. Fruto de um longo processo coletivo com a realização de mais de 200 oficinas locais, em 67 unidades de formação acadêmicas filiadas à ABEPSS, 25 oficinas regionais e 02 nacionais, ocorridas entre 1994 e 1996. No mesmo ano foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Tal legislação - que expressa o avanço do neoliberalismo no país e a flexibilização da educação - impõe novos desafios à ABEPSS na implementação das diretrizes de 1996. O currículo mínimo que havia sido aprovado no âmbito da profissão, foi “enquadrado, em 1999, no formato de Diretrizes Curriculares, tendo em vista o encaminhamento para a aprovação pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). A proposta apresentada pela ABEPSS ao CNE, sofreu no processo de aprovação por esse Conselho, em 2001, substantivas alterações” (ABREU, 2007, p.11). Sendo assim, ainda que formalmente os cursos precisem implementar as diretrizes aprovadas pelo CNE, defender e materializar as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 é um compromisso do Serviço Social brasileiro.

² Até 08 de março de 2022.

³ CARRARA, V. A. Desafios do Curso de Serviço Social da UFOP frente os 20% em Educação à Distância. In: 5º Encontro Internacional de Política Social e 12º Encontro Nacional de Política Social, v. VI. p. 1-15, 2017.

sujeitos envolvidos no curso, de pesquisas, das diversas atividades que o curso realiza, das demandas concretas que chegam ao curso por parte de profissionais assistentes sociais, de mudanças na legislação (Resolução CNE nº 07/2018 que estabelece diretrizes para a extensão e regulamenta o cumprimento da meta 12.7 do Plano Nacional de Educação), das semanas didáticas pedagógicas.

O presente projeto que ora apresentamos é fruto de tais processualidades e tem como marco central a *II Semana Didático-Pedagógica do curso* realizada em 2020/1, quando deliberou-se pelo início do processo de revisão curricular que foi conduzido pelo Núcleo Docente Estruturante do curso de Serviço Social. De lá para cá, foram inúmeras as reuniões do NDE, além do trabalho desenvolvido por docentes e discentes que compuseram as diversas equipes e frentes de trabalho, bem como os diversos Grupos de Trabalhos (GTs).

Além do grupo responsável pela revisão do PPC de modo geral, vale destacar os GTs e frentes que construíram o projeto que agora se apresenta: frente de trabalho responsável pela construção da Política de Extensão, abarcando em seu interior a proposta da curricularização; o GT de Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social; GT Seguridade Social; GT Formação Social Brasileira; GT Pesquisa e Serviço Social; frente de trabalho sobre o Estágio Supervisionado; frente de trabalho que elaborou os seminários de TCC I e II; de elaboração dos pré-requisitos, e a construção coletiva das novas eletivas.

Tais frentes envolveram dezenas de discentes, docentes, profissionais nos mais diversos eventos, círculos de debates e formação, oficinas, reuniões e estudos – que podem ser conferidos nos relatórios de cada GT, bem como nas políticas: de Extensão, de Trabalho de Conclusão de Curso e de Estágio Supervisionado do curso, e que agora se apresentam sintetizados no *novo projeto pedagógico*. Sendo assim, é fruto do esforço coletivo, particularmente dos últimos dois anos, onde grande parte do curso se voltou para a presente tarefa, mesmo diante de um cenário adverso da pandemia mundial da Covid-19, inédita na história do planeta.

A suspensão das aulas, a posterior retomada via ensino remoto colocam desafios ao curso – que além de se reorganizar para cumprir as tarefas da revisão, também precisou se organizar para responder às demandas colocadas. Portanto, mesmo diante de uma conjuntura adversa, avançamos de forma crítica, no horizonte da nossa direção social e com avanços históricos na formação. Ainda que, conforme sabemos, todo projeto pedagógico é expressão de disputas, contradições, polêmicas e dilemas que ainda permanecem em aberto.

Sendo assim, é fruto desse entendimento e de um processo coletivo que apresentamos a nova versão do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFOP.

2. HISTÓRICO DA UFOP

A Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) foi criada no dia 21 de agosto de 1969, com a junção das centenárias e tradicionais Escola de Farmácia e Escola de Minas. Ao longo dos anos, cresceu e ampliou seu espaço físico, ganhando novos cursos, professores e colaboradores.

A Escola de Farmácia foi criada em 1839. Construída na antiga sede da Assembleia Provincial, local onde foi jurada a 1ª Constituição Republicana de Minas Gerais, a Escola foi a primeira faculdade do Estado e é a mais antiga da América Latina na área farmacêutica. Atualmente, seu setor administrativo, colegiado e diretorias estão localizados no campus Morro do Cruzeiro, em Ouro Preto. Os laboratórios e as salas de aula funcionam na sede da Escola, no centro da cidade, e no campus.

No ano de 1876, o cientista Claude Henri Gorceix fundou a Escola de Minas, primeira instituição brasileira dedicada ao ensino de mineração, metalurgia e geologia. Sediada no antigo Palácio dos Governadores, no centro de Ouro Preto, foi transferida, em 1995, para o campus Morro do Cruzeiro.

Desde 1970, o Centro Desportivo da Universidade (CEDUFOP) desenvolve atividades em parceria com vários cursos de graduação, mas só em 2008 foi possível a implantação do curso de Educação Física, com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Em 1978 foi criado o curso de Nutrição, porém, a Escola de Nutrição foi fundada somente em 1994, com funcionamento no campus Morro do Cruzeiro. Já em 1979, na cidade de Mariana (MG), teve início o Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS). Localizado no prédio onde funcionava o Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, hoje o campus abriga os cursos de História, Letras e Pedagogia.

Diante do interesse da comunidade na área das artes, foi estruturado o Instituto de Filosofia, Artes e Cultura (IFAC), em 1981, onde são ofertadas as graduações em Artes Cênicas, Música e Filosofia. No ano seguinte, em 1982, no campus Morro do Cruzeiro, foi criado o Instituto de Ciências Exatas e Biológicas (ICEB), responsável, inicialmente, pelas disciplinas de graduação dos ciclos básicos dos cursos da Escola de Minas, Farmácia e Nutrição. Na atualidade, abrange também os cursos de graduação em Ciências Biológicas, Matemática, Ciência da Computação, Estatística, Física, Química e Química Industrial. Atende ainda às disciplinas básicas de cursos da área da saúde, como Medicina e Educação Física.

Na década de 1990, cinco novos cursos passaram a ser ofertados na UFOP. O primeiro é o de Direito, fundado em 1993, que ganhou recomendação da Ordem dos Advogados do Brasil, por meio da outorga do Selo da OAB. Em 1997, foi criado o curso de Engenharia de Produção em Ouro Preto. O mesmo curso foi criado também em João Monlevade, no Icea, porém em 2001. Ainda na Escola de Minas, em 1999, foram criados o curso de Engenharia de Controle e Automação e o de Engenharia Ambiental. Em 1999, foi criado o curso de Turismo, que, além de reforçar o papel da Universidade na região, promove uma visão voltada para o desenvolvimento integrado e sustentável do mercado turístico. Outra conquista foi a implantação da graduação em Museologia, em 2008, primeira de Minas Gerais. Suas atividades são realizadas também no Morro do Cruzeiro. Em 2013, os três cursos passaram a integrar uma única unidade acadêmica com o nome de Escola de Direito, Turismo e Museologia (EDTM).

No ano 2000, por meio do antigo Núcleo de Educação Aberta e a Distância, hoje Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD), a Universidade implantou cursos de pós-graduação e graduação na modalidade a distância, abrangendo 90 cidades em Minas Gerais, quatro no estado de São Paulo e oito na Bahia. Atualmente, os cursos de graduação ofertados são Administração Pública, Geografia, Pedagogia e Matemática.

Em 2002, a Universidade, no processo de ampliação, inaugurou o campus avançado de João Monlevade, oferecendo os cursos de Sistema de Informação e Engenharia de Produção. Em 2009, dois novos cursos passaram a compor o Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas (ICEA) campus de João Monlevade, Engenharia Elétrica e Engenharia de Computação.

Já em Ouro Preto, a Escola de Minas passou a ofertar mais dois cursos: Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Mecânica, ambos criados em 2008. No início de 2013, foi criada a Escola de Medicina, no campus Morro do Cruzeiro, responsável por sediar o curso de Medicina. O curso, surgiu em 2007 e funcionava junto com o Departamento de Farmácia.

Por meio de sua adesão ao Programa Reuni, a UFOP criou mais uma unidade na cidade de Mariana, onde foram abrigados quatro cursos: Administração, Ciências Econômicas, Jornalismo e Serviço Social, que funciona, desde 2008, no Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA).

Hoje, a UFOP oferece 51 cursos de graduação, sendo 47 presenciais e quatro a distância. Quanto à pós-graduação, são oferecidos 24 cursos de mestrado acadêmico e oito profissionais, 15 opções de doutorado e 10 especializações. No total, são mais de 11 mil alunos, cerca de 800 técnicos-administrativos e aproximadamente 900 professores, entre efetivos e substitutos.

A UFOP busca trazer o século XXI a uma cidade com mais de 300 anos. Ao mesmo tempo, a proposta de preservação se reafirma através de projetos como a Oficina de Cantaria, que recupera importantes monumentos históricos, e o Fórum das Artes, que promove a reflexão sobre as artes e patrimônio. O Museu de Ciência e Técnica, o Museu de Pharmacia e o Observatório Astronômico são importantes centros de conservação da memória e da cultura, que guardam um legado de conhecimento para a sociedade.

3. HISTÓRICO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Em 02 de dezembro de 2008, através da resolução nº 3.486, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 281ª reunião ordinária aprovou a *criação* e o *Projeto Político Pedagógico* do Curso de Serviço Social da UFOP. Criado no quadro de expansão do ensino superior público do país a partir do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais/REUNI, que também ampliou o ensino privado, e da modalidade à distância tanto pública quanto privada, tais estratégias impactaram profundamente o perfil de profissional defendido pelos organismos da categoria: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Conselho Federal de Serviço Social / Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS/CRESS) e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

Primeiro curso em Serviço Social público oferecido em Universidade Federal da região central de Minas Gerais, desde seu início, enfrentou desafios em uma Universidade marcada pela forte tradição nas áreas das ciências exatas e da saúde, e em um contexto de mercantilização da educação superior, ainda que sob a ampliação do acesso – ingresso e permanência – à universidade pelas políticas de ação afirmativa às populações negras, indígenas, pobres, mas sob a lógica da racionalidade instrumental, tecnológica e organizacional no atendimento às determinações da atual crise do capital (HORST; CARRARA, 2022)⁴.

Além das contradições da conjuntura é atravessado ainda pelos determinantes sócio-históricos da formação social brasileira – particularmente de Minas Gerais, cuja região dos inconfidentes outrora foi sede do poder político-administrativo do estado mineiro no século XVII, deixando determinações centrais nas relações sociais da região cujo ainda hoje, tem e reatualiza os fortes traços clientelistas, patrimonialistas, a ideologia do favor que marcaram sua história nos séculos XVII e XVIII. Sua economia permanece tendo na mineração a sua fonte de riqueza e misérias, de exploração de homens e mulheres que habitam nos territórios e de destruição da natureza.

O primeiro Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFOP foi elaborado por uma equipe *ad hoc*, que não havia em sua composição inicial assistente social. Nesse sentido, tal comissão tinha consciência de que alterações deveriam ser feitas após a criação do curso e a constituição do corpo docente específico – docentes assistentes sociais.

⁴ HORST, C. H. M; CARRARA, V. A. (Org.). “Questão Social”, Mineração e Serviço Social: Reflexões a partir da Região dos Inconfidentes. Editora UFOP, 2022.

Logo de imediato, os primeiros professores do curso de Serviço Social, André Mayer e Virgínia Carrara – verificaram a inexistência de elementos centrais e de vários itens no Projeto Pedagógico do Curso que precisavam ser alterados ou adequados às Diretrizes Curriculares dos Cursos de Serviço Social no Brasil⁵. Ou seja: a matriz curricular não tinha correspondência com as exigências fundamentais das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. As poucas disciplinas que se relacionavam a um curso de Serviço Social estavam em períodos inadequados, não possuíam ementas, bibliografias e pré-requisitos. Além da existência de várias disciplinas que não dizem respeito ao Serviço Social, a carga horária não correspondia às exigências do MEC: 3.000 horas.

Além dessas questões, o estágio supervisionado não havia sido pensado e conseqüentemente as diretrizes para política de estágio não foram elaboradas. A relação da formação profissional com a pesquisa também não constava e o TCC foi levemente mencionado. Os espaços físicos também não foram previstos, como por exemplo, os laboratórios necessários para o curso. A extensão também não constava na proposta inicial e quanto às atividades complementares, o quadro padrão da UFOP foi incluído.

Naquele momento, ainda foi importante ratificar a modalidade de ensino presencial do Curso de Serviço Social da UFOP quanto às disciplinas obrigatórias e TCC, e que as possibilidades de ensino à distância fossem garantidas aos discentes através das opções das disciplinas eletivas (CARRARA, 2017)⁶. Com a alteração aprovada e conseqüentemente o Projeto Político-Pedagógico alinhado com as Diretrizes Curriculares da Abepss os pressupostos da formação profissional estavam elucidados. O curso de Serviço Social da UFOP se alinhou com o projeto de formação vinculado ao Projeto Ético-Profissional e defendido pelo conjunto da categoria ABEPSS, CFESS/CRESS e ENESSO.

Hoje com um curso constituído contamos com um quadro de 18 professores permanentes, com cinco núcleos de estudos, pesquisa e extensão vinculados ao CNPq, sendo eles: Livre Hermana – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Formação Social Latino-Americana e Brasileira. O Núcleo de Extensão e Estudos em Formação e Trabalho em Serviço Social. O Núcleo de Estudos das Relações Sociais. O Grupo de Estudo e Pesquisa em Trabalho, Saúde e Serviço Social. E o Mineração do Outro – Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão. Obtivemos em 2019, no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes/ENADE,

⁵ Entre os itens a serem alterados ou adequados, destacavam-se: Apresentação; Objetivo Geral do Curso; Objetivos Específicos; Perfil do Bacharel; Modalidade de Ensino; Concepção Curricular; Adequação do Currículo às Diretrizes Nacionais; Matriz Curricular; Corpo Docente; e Contratação de Professores. Permaneceu do Projeto Original: Curso Proposto; Quantitativo de Vagas; Duração do Curso; e Avaliação.

⁶ “Desafios do curso de Serviço Social da UFOP frente 20% em Educação à Distância”. Link: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/16409>.

nota 5. Além de um histórico de construção e militância por parte dos seus docentes nas entidades da categoria como ABEPSS, CRESS, CFESS, bem como no sindicato dos docentes da UFOP, ADUFOP.

Atentos ao tempo presente, sabemos que toda formação profissional precisa assegurar competências – teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas – para o exercício profissional qualificado, consciente e comprometido com a qualidade dos serviços prestados, bem como com práticas mediadas “por um projeto profissional que tem como finalidade a emancipação humana, tendo em vista, superando práticas conservadoras, enfrentar o desafio que é objetivar atividades que favoreçam os trabalhadores na luta política por emancipação” (VASCONCELOS, 2015, p.32)⁷.

Nesse sentido, o acúmulo ao longo dos anos pelo coletivo profissional nos indica novos caminhos, limites e novas possibilidades que precisam ser garantidas na formação profissional que se almeja crítica. Desde que assegurados nossos fundamentos teórico-metodológicos na contemporaneidade, entendemos os processos de revisão como necessários, ainda que desafiadores.

No presente projeto pedagógico avançamos em relação a inúmeras questões já amadurecidas pelo coletivo profissional e que agora são incorporadas oficialmente pelo departamento de serviço social da UFOP. Aqui podemos destacar algumas delas: a) incorporação de uma disciplina obrigatória sobre a questão étnico-racial. Cujas trajetória de professoras negras e pesquisadoras no curso, junto a deliberação histórica de nossa associação de pesquisa e ensino em serviço social (ABEPSS), ainda em 2014, foi coroado pelo trabalho elaborado no GT de formação social concomitante ao amadurecimento de sua transversalidade no curso; b) outro princípio que se fortalece com o novo projeto é o da dimensão investigativa, cuja reorganização das disciplinas de Pesquisa I e II seguidas por TCC I e II, fortalecendo a apreensão da dimensão investigativa, atrelado a vivência no estágio supervisionado como orientam nossas diretrizes; c) o perfil generalista também se fortalece no novo currículo diante da retirada de cinco disciplinas setoriais, deslocadas para eletivas – cujo foco tratava da política social em si e não do trabalho de assistentes sociais nas políticas sociais.

Além disso, não possibilitaram estabelecer mediações com a particularidade da formação social brasileira. O avanço se efetiva na inserção do debate da seguridade social pensada a partir do trabalho de assistentes sociais nas diversas políticas sociais, bem como a

⁷ VASCONCELOS, A. M. *A/O Assistente Social na Luta de Classes: Projeto Profissional e Mediações Teórico-Práticas*. São Paulo: Cortez, 2015.

inserção das disciplinas de Formação Social Brasileira e Questão Regional e Mineração, possibilitando o avanço na formação de elementos vinculados ao núcleo *dois* das diretrizes curriculares, assentando a formação junto ao debate da “questão social” em suas particularidades regionais e locais; d) destacamos por último, o grande acúmulo construído a partir do debate sobre a extensão, fugindo à lógica da razão instrumental, própria da racionalidade formal-abstrata. Este acúmulo no que se refere a Curricularização se materializa na política de extensão do curso de Serviço Social, cuja proposta qualifica e concebe a extensão atrelada ao horizonte dos valores defendidos pelo nosso projeto de formação profissional.

Na atual conjuntura vivenciamos a pandemia da Covid-19, surgida em um momento de profunda crise em que o grande capital encontra no caos vias de retomada do lucro, potencializando consequentemente tendências ideológicas e políticas proto-fascistas, neoconservadoras e “ultraliberais”. No caso da educação superior, os impactos do que está ocorrendo no contexto da crise sanitária não podem ser compreendidos em sua totalidade se não entendermos que são processos decorrentes do avanço das medidas que já vinham sendo implementadas no país (LEHER, 2021⁸).

Nesse sentido, estamos acompanhando o aumento das desigualdades já existentes nessa esfera de ensino, os agravos dos impactos nas condições do trabalho docente e concretamente na qualidade da formação. Conforme destacou Kátia Lima⁹ (2019, p. 16), “está em curso uma nova fase da contrarreforma do Estado e da educação superior, operacionalizando a contrarrevolução preventiva pela dura ofensiva à educação pública em sua dupla face: o aprofundamento da sua mercantilização e a busca do silenciamento do conhecimento crítico pela captura da subjetividade de professores e estudantes”.

Tal conjuntura apresenta desafios enormes ao curso que – apesar da ainda recente trajetória – vem construindo uma importante trajetória nos últimos anos para enfrentar o cenário que se coloca. Tal cenário, apesar de desafiador também apresenta as possibilidades em aberto para a defesa de uma formação profissional crítica, cujo coletivo do curso vem apontando novas frentes como uma pós-graduação na área, a necessidade de ampliação da extensão e da aproximação com o território, bem como com as realidades das profissionais da região, o aumento das pesquisas, a necessidade de fortalecimento da coordenação de estágio.

⁸ “O orçamento das universidades federais e a perigosa combinação de neoliberalismo e neofascismo”. Ver: <https://esquerdaonline.com.br/2021/06/29/roberto-leher-o-orcamento-das-universidades-federais-e-a-perigosa-combinacao-de-neoliberalismo-e-neofascismo/>.

⁹ Universidade pública e contrarrevolução: da “travessia de uma ponte” ao “caminho da prosperidade”. **Em pauta**, Rio de Janeiro, 2. sem. n. 44, v. 17, p. 15-32. 2019.

4. CONTEXTUALIZAÇÃO NACIONAL, REGIONAL E LOCAL.

A elaboração do presente PCCC se encerra no momento em que estamos no terceiro ano da Pandemia do Covid-19, que foi detectada no Brasil no princípio de 2020. De lá pra cá, segundo dados reunidos pelo consórcio de veículos de imprensa, até 22 de maio de 2022, já são 665.680 óbitos e 30.786.343 casos. No mundo, segundo a OMS, estima-se a morte de 15 milhões de pessoas.

Tempo difícil, de grande impacto sobre as condições sanitárias, de saúde e de trabalho para o povo brasileiro. Trabalhadores formais e informais pagaram a conta da pandemia, tendo condições de trabalho precarizadas e salários aviltados. Dados do IBGE informam uma taxa de desemprego de 14% da população economicamente ativa. Chegamos a maio de 2022, com uma inflação na casa dos 11% ao mês, que corrói ainda mais o baixo poder de compra dos trabalhadores, onde a grande maioria circunda o salário mínimo: R \$1.212,00.

Estamos em uma região marcada pela atividade extrativista, em especial o minério de ferro. A região da UFOP¹⁰, que circunda as três cidades onde ela atua: Ouro Preto, Mariana e João Monlevade, está de forma determinante marcada pela existência das mineradoras, em especial, Vale e Samarco. A região passou por um grande impacto, um grande crime, com o rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana, pertencente à Samarco, em 05 de novembro de 2015, com a completa destruição do sub-distrito de Bento Rodrigues, 19 mortos e centenas de desabrigados¹¹.

É uma região marcada pela contradição comum à esta ordem societária, acumulação de riqueza em um polo e expansão da miséria no polo oposto, ou seja, no polo da classe que produz a riqueza, a classe trabalhadora: turnos com horas excessivas, à caminhar das 12 horas por turno; salários que circundam os dois salários mínimos; dezenas de empresas terceirizadas, com condições ainda piores de salário e condições de trabalho.

Segundo o Jornal A Voz dos Mineiros, do Sindicato Metabase Inconfidentes (2021), cada trabalhador e trabalhadora da Vale, produziu para a empresa 1,49 milhões de reais só em 2021 (1.490.580,00). No primeiro semestre de 2021, apenas 26 minutos de trabalho do

¹⁰ Administração Central da UFOP, é assim composta: a) Conselho Universitário - CUNI b) Auditoria Interna c) Conselho Curador d) Reitoria 2) Conselhos Superiores: a) Conselho Superior de Graduação - CONGRAD b) Conselho Superior de Pesquisa e Pós-graduação c) Conselho Superior de Extensão e Cultura · O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), foi dividido em três unidades: Conselho Superior de Graduação, Conselho Superior de Pesquisa e Pós-Graduação e Conselho Superior de Extensão e Cultura. Esses conselhos são presididos pelos pró-reitores de graduação, pesquisa e pós-graduação e extensão e cultura.

¹¹ Em 25 de janeiro de 2019, houve o rompimento da Barragem em Brumadinho - MG, da VALE, com mais de duzentas pessoas mortas.

conjunto, produziu valor para pagar o salário de todo mundo. Em 2020, o gasto com pessoal, foi de somente 3,46% da receita bruta. Nos seis primeiros semestres de 2021, apenas 2,32%.

Concomitante a essa dinâmica no território, a cidade de Mariana é atravessada por uma realidade onde a população não vivencia condições mínimas de vida, diante da ausência da qualidade dos serviços prestados, da ausência de proteção social pública - desencadeada desde a organização do governo federal, estadual - mas particularmente municipal, onde as taxas da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), não retornam a população por meio de acesso às políticas públicas e sociais. Por essa razão, entre outras, é que se faz necessário o Curso de Serviço Social na região da UFOP. As demandas oriundas das comunidades do entorno, são multifacetadas quanto às requisições, na área social. Portanto, o curso pode contribuir com grandes frentes junto à região.

Ter um curso de ensino superior que possa oferecer as ferramentas necessárias para compreender essa realidade, em especial, é fundamental. Por que essa realidade se repete pelos rincões do Brasil, com outras empresas e situações similares.

5. JUSTIFICATIVA

Vivemos uma crise estrutural do próprio "sistema de controle do metabolismo social" - *o capital*. Esta crise atinge o conjunto da humanidade, o que exige algumas mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado. O capital pôde nascer e triunfar sobre seus antecedentes históricos abandonando todas as considerações às necessidades humanas como ligadas às instituições dos "valores de uso", sobrepondo a estes últimos o imperativo fetichizado do "valor de troca".

A absoluta necessidade do capital de se expandir enquanto modo de produção e reprodução da vida material e espiritual, impondo sua lógica expansionista, cruel e devastadora, trouxe em seu rastro, limitações para o desenvolvimento de homens e mulheres e do planeta. Diante da dinâmica do capital que se expande orientado e dirigido pela acumulação, o que está em questão não é um processo delineado pela crescente satisfação das necessidades do ser social. Mais exatamente, é a expansão do capital como um fim em si, servindo à preservação de um sistema que não poderia sobreviver sem constantemente afirmar seu poder como um modo de reprodução ampliado, tornando-se um sistema irreformável e incontrolável.

O cenário atual de "mundialização da economia" e da explicitação da "vitória do sistema de mercado", esconde um modo específico de funcionamento e de dominação política e social da ordem do capital. Atrás do eufemismo do "mercado" encontram-se formas cada vez mais concentradas de capital que detêm um poder econômico, sempre maior, que inclui uma capacidade muito forte de influenciar no mercado. Nos últimos anos, são as instituições constitutivas do capital financeiro, com fortes características rentáveis, que determinam, por intermédio de operações que se efetuam nos mercados financeiros, tanto o ritmo de investimento, quanto as repartições das receitas.

O mundo contemporâneo apresenta uma configuração específica do capitalismo, na qual o capital financeiro, o capital portador de juros, está localizado no centro das relações econômicas. Em um mundo dominado pelas finanças, a vida social em quase todas suas determinações tende a sofrer as influências daquilo que Marx designa como a forma mais impetuosa de fetichismo. A mundialização do capital apresenta-se como sendo o quadro onde a relação social dos produtores no conjunto do processo de trabalho aparece mais uma vez e com força renovada, como uma relação social externa a eles, uma relação entre objetos.

Expande-se a precarização da força humana que trabalha e a degradação da relação entre ser social e natureza, criando-se uma sociedade do descartável, mantendo-se, entretanto, o circuito reprodutivo do capital. Pode-se ver cada vez menos homens e mulheres que

trabalham muito e em ritmo intenso, e cada vez mais homens e mulheres encontram menos trabalho, e buscam uma oportunidade em qualquer outra possibilidade precária ou vivem as misérias do desemprego estrutural.

A dominância do capital no reino da produção material se dá paralelamente ao desenvolvimento das práticas políticas de um Estado que tem sua gênese, estrutura e desenvolvimento atrelados à sociedade burguesa. A consolidação do Estado é exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema. O Estado se afirma como pré-requisito indispensável para o funcionamento permanente do sistema do capital.

Estas profundas transformações nos processos de produção e reprodução da vida social, determinadas pela reestruturação produtiva, pela reforma do Estado e pelas novas formas de enfrentamento da “questão social”, expressam o quadro estrutural e conjuntural que afeta o Serviço Social e implica na alteração das demandas profissionais, cuja profissão – a partir de fundamentos críticos – precisa elaborar respostas qualificadas para as novas/velhas demandas. Sendo assim, os *pressupostos norteadores* da formação profissional em Serviço Social da UFOP reafirmam a direção expressa nas diretrizes curriculares da ABEPSS (1996)¹², quais sejam:

1. O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social na ordem do capital como uma profissão interventiva no âmbito da “questão social”, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista / financeiro.
2. A relação do Serviço Social com a “questão social” (fruto da lei geral da acumulação capitalista) e fundamento básico da existência da profissão, é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho e estes condicionam determinantemente as políticas sociais a serem elaboradas para o enfrentamento da “questão social”,
3. O agravamento da “questão social” em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva, nos marcos da ideologia neoliberal, e da crise contemporânea estrutural do capital, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de

¹² Pareceres CNE/CES 492/2001 e CNE/CES 1.363/2001, homologado em 25 de janeiro de 2002, bem como a Resolução CNE/CES 15, de 13 de março de 2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social.

organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho.

4. Os processos de trabalho do Serviço Social são determinados pelas configurações estruturais e conjunturais da “questão social” e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais.

Segundo José Paulo Netto (1999) o Código de 1993 coroa todo um processo de construção de um projeto ético-político-profissional que iniciou na década de 1960, com a recusa e a crítica do conservadorismo na profissão e que ganhou novos contornos na passagem dos anos 1970 aos 1980, com a crise da ditadura militar no Brasil. Um projeto contrário às classes dominantes que historicamente dominaram e dominam a vida social brasileira.

Do ponto de vista neoliberal, afirma Netto, "(...) defender e implementar este projeto ético-político é sinal de atraso, é marchar na contramão da história. (...) a manutenção e o aprofundamento deste projeto, em condições que parecem tão adversas, depende da vontade majoritária da categoria profissional (...) depende também do revigoramento do movimento democrático e popular, tão pressionado e acuado nos últimos três anos (...) fica claro que o projeto ético-político do Serviço Social tem futuro, porque aponta precisamente para o combate (ético, teórico, político e prático-social) ao neoliberalismo, para preservar e efetivar os valores que o informam (NETTO, 1999, p.107).

O principal desafio ao Projeto Ético-Político do Serviço Social é lidar com um projeto societário - a ordem do capital - que aparece como expressão da natureza e não uma construção humana e que por isso pode perfeitamente ser alterado. Portanto, a direção social assumida pelo atual projeto profissional pode contribuir na construção de uma alternativa para “além do capital” - um outro projeto societário.

O Curso de Serviço Social da UFOP faz a opção radical pela direção social estratégica defendida pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social no Brasil. Assumir os "Princípios Fundamentais" do Código de Ética do Assistente Social, que apontam em uma direção contrária ao projeto societário vigente; e de sua constante e necessária articulação com todas as expressões das lutas dos trabalhadores (empregados, desempregados, informais, terceirizados, temporários, precarizados, explorados).

Nestes treze anos de existência do Curso de Serviço Social da UFOP, foram realizadas várias avaliações do ENADE, cabe destacar as dos anos 2015-2016, onde o curso alcançou a nota 4 e a registrada no ano de 2018, onde o curso alcançou a nota 5.

Os importantes resultados das últimas edições do ENADE, são um dos indicadores que atestam a direção certa do Curso de Serviço Social, que será ratificada e adensada com a atualização do Projeto Pedagógico do Curso.

Outra fonte de informação, sobre a importância do curso, está no contato com os egressos, que se encontram trabalhando nos vários municípios da região e que tem atuado conosco enquanto supervisores de campo de estágio.

As Semanas Pedagógicas, que desde 2018 vem compondo o quadro de atividades do curso, em que professoras, professores, estudantes e profissionais debatem a atualidade do PPC, bem como, a Supervisões Acadêmicas Integradas, entre estagiárias (os), Supervisores Acadêmicos e Supervisores de Campo, também são fontes importantes dos acertos e desafios do curso, muitos destes, sendo contemplados neste novo PPC.

6. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome do curso:	Serviço Social
Modalidade:	<input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância
Turnos de funcionamento:	<input type="checkbox"/> manhã <input checked="" type="checkbox"/> tarde <input checked="" type="checkbox"/> noite <input type="checkbox"/> integral – manhã e tarde <input type="checkbox"/> integral – tarde e noite
Endereço de funcionamento:	Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICSA (31)3557-3835 Rua do Catete, 166, Mariana - MG, 35420-000
Unidade Acadêmica:	Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA)
Atos legais de autorização/reconhecimento:	Resolução CEPE 3486/ 2008 Portaria MEC de reconhecimento n 650/2013; Portaria MEC 133/2018 de Renovação do Reconhecimento e
Titulação conferida aos egressos:	Bacharel em Serviço Social
Número de vagas oferecidas:	50
Regime de matrícula:	<input type="checkbox"/> anual <input checked="" type="checkbox"/> semestral
Ano e semestre de início de funcionamento do curso:	2009/1
Área de conhecimento:	Grande Área: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas Área Específica: Serviço Social
Tempo mínimo e máximo de integralização (anos e semestres letivos):	Mínimo: 4 anos (8 semestres) Máximo: 6 anos (12 semestres)
Conceito Preliminar do Curso (CPC):	4
Nota do Enade:	5

Fonte: MEC

7. FORMAS DE INGRESSO NO CURSO

O curso tem entradas semestrais de 50 atendendo aos critérios estabelecidos para as diferentes modalidades de ingresso da Universidade como o Sistema de Seleção Unificada (Sisu); Programa Estudantes Convênio de Graduação (PECG)¹³; Editais de Reopção, de Transferência e de Portador de Diploma de Graduação (PDG); Programa de Mobilidade Acadêmica Interinstitucional; ou outras formas adotadas pela UFOP, se houver, como políticas de ações afirmativas indígenas, afrodescendentes, etc. As vagas são indicadas pela pró-reitoria de graduação a cada semestre, bem como o edital com as regras para ocupação destas vagas. O curso também está integrado ao programa de mobilidade acadêmica interinstitucional.

8. CONCEPÇÃO DO CURSO

Em concordância com os princípios institucionais estabelecidos no PDI e no PPI da UFOP; com as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), a concepção, os princípios e diretrizes que constituem a formação em Serviço Social na UFOP, estão ancorados no Projeto Ético Político do Serviço Social brasileiro que se materializa em dois outros importantes documentos, além das Diretrizes Nacionais: a lei que regulamenta a profissão (8.662/93) e o código de ética da/o Assistente Social (1993).

No que tange a formação profissional, defendida pelas diretrizes curriculares da ABEPSS, são princípios que fundamentam a formação profissional (ABEPSS, 1996):

1. Flexibilidade de organização dos currículos plenos, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes curriculares - tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares - como forma de favorecer a dinamicidade do currículo;
2. Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social.
3. Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
4. Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares;

¹³ Para informações do PEC-G acessar: <https://www.prograd.ufop.br/%3Cnolink%3E/pec-g>

5. Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
6. Padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com máximo de quatro horas/aulas diárias de atividades nestes últimos;
7. Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional;
8. Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
9. Exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais;
10. Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular
11. Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional.

No que tange ao Código de ética profissional de assistentes sociais no Brasil, criado pela resolução nº 273/93 do Conselho Federal do Serviço Social (CFESS), em 13 de março de 1993, constituem nossos *princípios fundamentais*:

1. *Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;*
2. *Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;*
3. *Ampliação e consolidação da cidadania, consideradas tarefas primordiais de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras;*
4. *Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;*
5. *Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e política sociais, bem como sua gestão democrática;*
6. *Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;*
7. *Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;*
8. *Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero;*
9. *Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;*
10. *Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;*

11. *Exercício do serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física.*

9. OBJETIVOS DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

O curso de Serviço Social da UFOP objetiva uma formação profissional articulada com os processos sociais, que agrega um conjunto de conhecimentos indissociáveis para apreensão da *gênese, manifestações e enfrentamento da “questão social”*, e suas expressões, que têm sua origem na Lei Geral da Acumulação Capitalista.

A formação profissional deve viabilizar uma capacitação *teórico-metodológica e ético-política*, como requisito fundamental para o exercício das atividades *técnico-operativas* e para a potencialização do compromisso dos Bacharéis em Serviço Social com os processos de viabilização do acesso aos direitos sociais, com o fortalecimento da participação popular, movimentos sociais e lutas sociais, na perspectiva da construção de uma nova ordem societária.

10. PERFIL E COMPETÊNCIA PROFISSIONAL DO EGRESSO

Profissional que atua nas expressões da “questão social”, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais, bem como o conjunto do movimento das/os trabalhadoras.

Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica que potencialize a sua competência na área onde for trabalhar de maneira crítica e propositiva no mercado de trabalho, comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética da/o Assistente Social.

Partindo de tais princípios, diretrizes, objetivos e perfil almejado, a formação profissional visa garantir as três dimensões do trabalho profissional: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que possibilitam o exercício de competências e habilidades, gerais e específicas:

a) Gerais:

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;

3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
4. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;
5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor.

b) Específicas

1. Elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social;
2. Contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais;
3. Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
4. Realizar pesquisa que subsidiem formulação de políticas e ações profissionais;
5. Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
6. Orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos;
7. Realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social;
8. Realizar estudos socioeconômicos para identificação de demandas e necessidades sociais;
9. Exercer funções de direção em organizações públicas e privadas na área de Serviço Social;
10. Assumir o magistério de Serviço Social e coordenar cursos e unidades de ensino;
11. Supervisionar diretamente estagiários de Serviço Social;
12. Formular e executar políticas sociais em órgãos da administração pública, empresas e organizações da sociedade civil.

11. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

A Administração Acadêmica do Curso de Serviço Social da UFOP se concretiza nas seguintes esferas:

a) Colegiado de Curso:

O Colegiado de curso de Serviço Social (COSER), é composto por 04 (quatro) professores (as) eleitos (as) pela assembleia departamental do Departamento de Serviço Social, um(a) representante discente indicado pelo Centro Acadêmico e conta ainda com a participação de todos docentes do curso como convidados. A secretaria do COSER elabora as atas das reuniões e realiza os encaminhamentos das decisões. O COSER conta também com uma técnica administrativa que auxilia a secretaria do colegiado.

O COSER tem por competência as questões didático-pedagógicas do curso, em especial acompanhar o desenvolvimento das diretrizes gerais do projeto pedagógico e se reúne ordinariamente todos os meses e extraordinariamente quando há necessidade.

b) Coordenação do Curso:

A Coordenação e Vice- Coordenação do Curso de Serviço Social são eleitos pelos membros do Colegiado.

c) Núcleo Docente Estruturante:

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) foi instituído em 2016 e desde então vem atuando no sentido de aprimorar as práticas pedagógicas do curso de Serviço Social. O NDE tem regimento próprio e é constituído pelo Coordenador do Curso e por, no mínimo, 5 (cinco) representantes docentes efetivos do Departamento de Serviço Social, indicados em Assembleia Departamental com anuência do Colegiado do Curso.

Conforme a portaria ICSA nº 06/ 2020 de reconstituição, atualmente treze docentes integram o NDE do Curso de Serviço Social.

d) Departamento (DESSO):

O Departamento é a menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal. É responsável, especialmente, pelas questões administrativas e distribuição dos encargos didáticos. É composto por todos os docentes lotados no Departamento, por (cinco) representantes discentes e por um representante dos servidores técnico-administrativos.

e) Chefe de Departamento do Serviço Social (DESSO):

É a/o Presidente da Assembleia Departamental eleita/o pelo órgão. Em 2021 seguindo as alterações no regimento da UFOP foi instituída a vice-chefia de departamento que tem por

função prevista substituir a/o chefe do DESSO. Tem competência para administrar e representar o Departamento, exercendo o poder disciplinar.

f) Conselho Departamental do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA).

O Conselho Departamental do ICSA da Universidade Federal de Ouro Preto é o órgão máximo de consulta e de deliberação coletiva sobre matérias acadêmicas e administrativas da referida Unidade. É composto pelo Diretor do Instituto, que o preside; pelo Vice-Diretor, substituto legal do Diretor; pelos Chefes dos Departamentos da Escola; pelos Presidentes dos Colegiados dos cursos da Unidade; por representantes docentes, sendo um de cada Departamento, e seus respectivos suplentes, eleitos pelas Assembleias Departamentais; por representantes do corpo discente da citada Unidade, e seus respectivos suplentes, indicados pelos Centros Acadêmicos de cada curso e por um representante do corpo técnico-administrativo da Unidade, e seu respectivo suplente, eleitos por seus pares.

11.1 Colegiado do Curso e Núcleo Docente Estruturante

11.1.1 Colegiado do Curso

O Colegiado do curso conforme o Estatuto da Universidade Federal de Ouro Preto, é responsável pela coordenação didática dos componentes curriculares do seu projeto pedagógico. São atribuições do colegiado:

Art. 49. Compete aos Colegiados de Curso:

- I** - compatibilizar as diretrizes gerais dos componentes curriculares do respectivo curso e estabelecer as modificações necessárias;
- II** - regulamentar os componentes curriculares do curso para execução do seu projeto pedagógico;
- III** - deliberar sobre as ementas e os programas elaborados pelas unidades, relativos ao ensino das várias disciplinas, para fim de organização do projeto pedagógico do curso;
- IV** - propor à aprovação dos Conselhos Superiores o projeto pedagógico do curso e suas alterações, com indicação dos pré-requisitos, da carga horária, das ementas, dos programas, dos regulamentos e dos componentes curriculares que o compõem;
- V** - decidir sobre questões relativas à reopção de cursos, equivalência de disciplinas, desligamento, jubramento, aproveitamento de estudos, ingresso de portador de diploma de graduação, transferência, reingresso e mobilidade acadêmica nacional e internacional;
- VI** - apreciar as recomendações das Unidades Acadêmicas e os requerimentos dos docentes sobre assunto de interesse do curso;

VII - coordenar a orientação acadêmica dos estudantes do curso, com vistas à integralização curricular e colação de grau;

VIII - indicar às Pró-Reitorias competentes os candidatos à colação de grau e ou diplomação;

IX - indicar, no caso dos colegiados dos cursos de graduação, os membros do Núcleo Docente Estruturante do Curso ou órgão similar, podendo os representantes indicados serem ou não membros do Colegiado.

X - recomendar ao departamento ou à organização de nível hierárquico equivalente a que esteja vinculado, o componente curricular, as providências necessárias à melhor utilização das instalações, do material e do aproveitamento do pessoal, bem como abertura de vagas e de turmas.

11.1.2 Núcleo Docente Estruturante - NDE

De acordo com a Resolução CEPE nº 4450, de 29 de abril de 2011, que instituiu os Núcleos Docentes Estruturantes no âmbito dos cursos de graduação da UFOP, nos termos da Resolução CONAES nº 01/2010, de 17 de junho de 2010, o NDE é segmento da estrutura de gestão acadêmica de cada curso de graduação com atribuições consultivas, propositivas e de assessoria ao respectivo colegiado no tocante à concepção, acompanhamento, consolidação e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

São funções do Núcleo Docente Estruturante:

- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso.
- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo.
- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso.
- Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

11.2 Corpo Docente e Administrativo

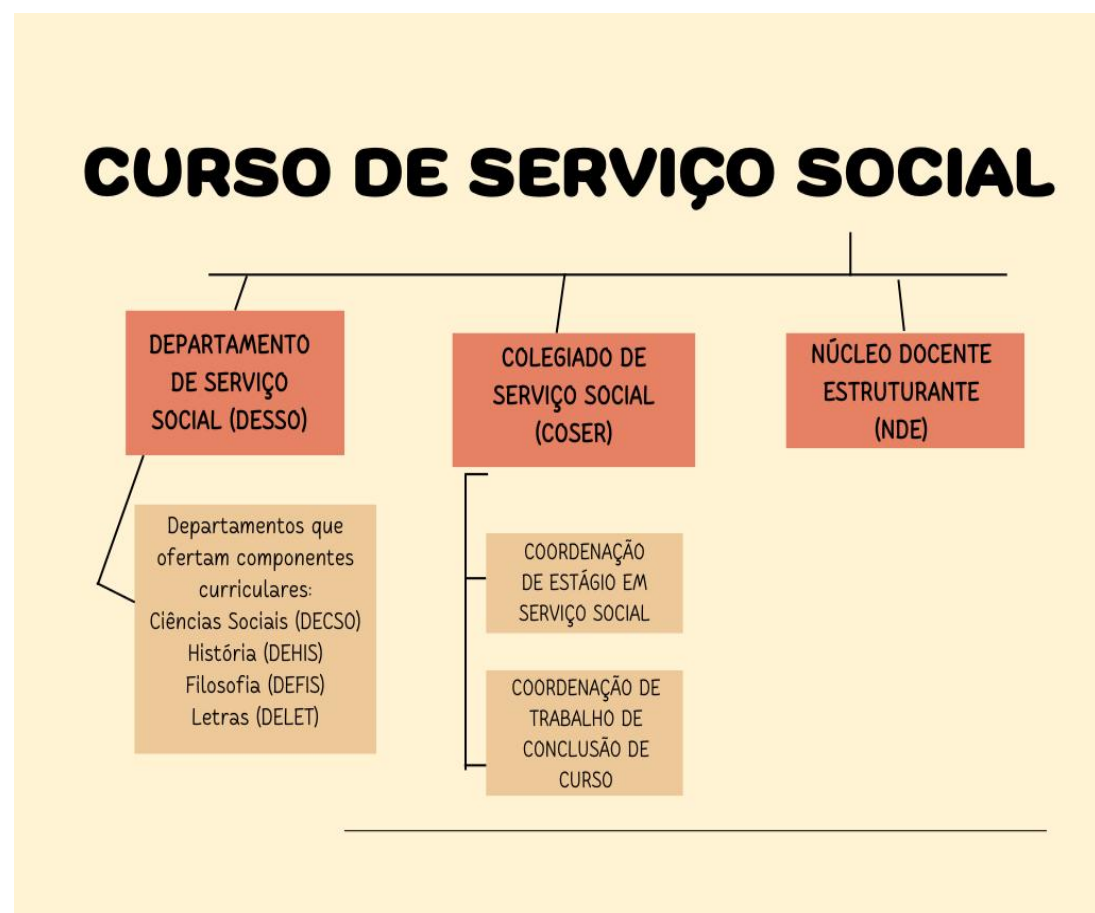
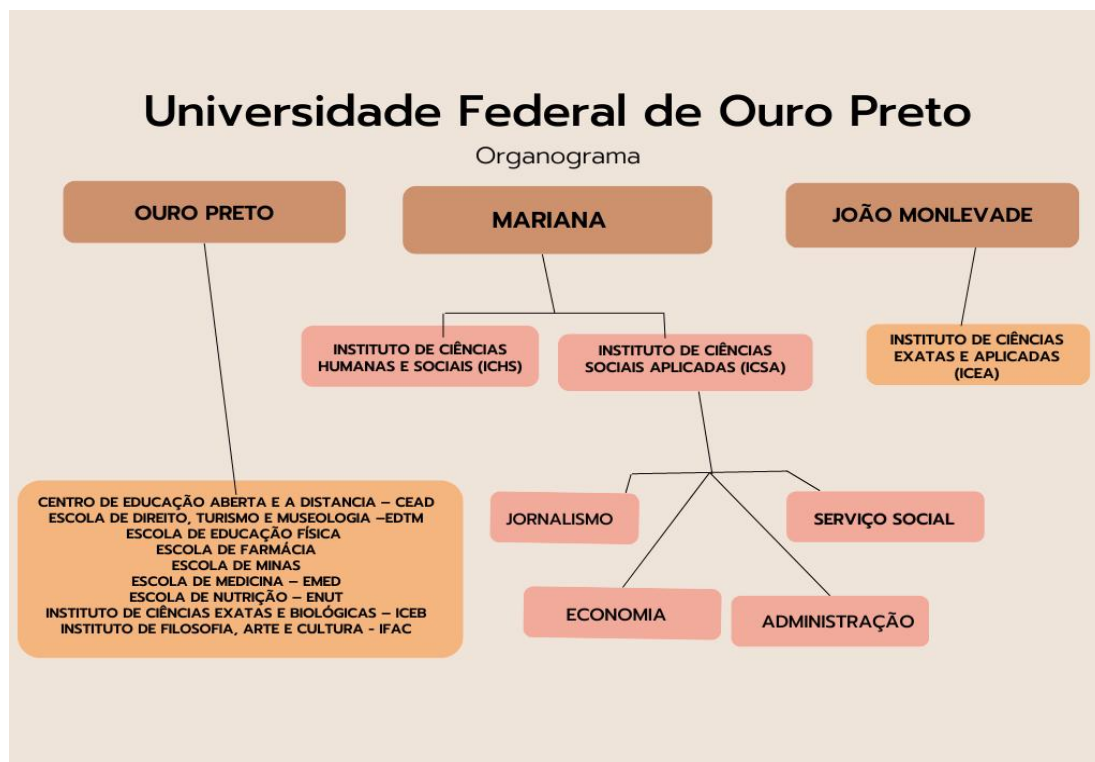
O corpo docente do curso de Serviço Social atualmente é composto por 18 docentes sendo 1 pós doutora, 11 doutores e 6 doutorandos (conforme o anexo: tabela 1). A previsão é de que ainda em 2022, 90% do corpo docente seja composto por doutores. O curso também conta com duas técnicas administrativas que apoiam o departamento e o colegiado

Além do corpo docente e administrativo atual, o presente projeto pedagógico sinaliza a importância de uma nova técnica, assistente social para compor o curso, particularmente na coordenação de estágio em Serviço Social. A partir da experiência nesses 13 anos de existência do Curso, um dos nossos maiores desafios, refere-se à necessidade de ampliação de campos de estágio na região. No processo de elaboração e implantação do curso em 2008/2009, nos marcos do REUNI, com uma entrada semestral de 50 estudantes, 100 ao final de um ano, não houve um mapeamento qualitativo e quantitativo das condições institucionais, éticas e técnicas das profissionais em Mariana e Ouro Preto, sobre as possibilidades de receber as/os discentes como estagiárias/os.

A realidade mostrou uma escassez constante de espaços sócio ocupacionais, em condições de se tornarem campos de estágio, o que obrigou a coordenação de estágio e todo o corpo docente a se envolver na busca de novos campos em toda região, tomando um tempo precioso das atividades pedagógicas que deveriam ser dispensadas na condução do estágio supervisionado, diante das frentes possíveis previstas na Política Nacional de Estágio da ABEPSS.

Nesse sentido, compreendemos que seja necessário a previsão de um/a assistente social para a coordenação de Estágio Supervisionado do curso visando contribuir para as diversas frentes no curso, particularmente no processo de abertura de novos campos de estágio, estabelecimento de convênios, aproximação e diálogos com as/os assistentes sociais das instituições, abrir e acompanhar os editais, recolher documentação dos estudantes em estágio, entre outros. Articulando um trabalho conjunto com a Coordenação e Vice Coordenação de Estágio, também no que se refere ao trato pedagógico do estágio. E fortalecendo a aproximação da universidade com o território, os serviços e as equipes profissionais, a partir de diversas frentes - formativas, informativas, político-organizativas, administrativas - conforme constam na política de estágio do curso de Serviço Social da UFOP.

11.3 Organograma do Curso.



12. ESTRUTURA CURRICULAR

Esta lógica curricular agrega um conjunto de conhecimentos indissociáveis para *apreensão da gênese, manifestações e enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional.*

A formação profissional expressa uma concepção de ensino e aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, o que estabelece os parâmetros para a inserção profissional na realidade sócio-institucional. A organização curricular deve superar as fragmentações do processo de ensino e aprendizagem, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos como experiência concreta no decorrer da formação profissional.

Dessa forma, a lógica curricular sustenta-se na unidade articulada dos três núcleos de fundamentação das diretrizes curriculares da ABEPSS, quais sejam:

1. **Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social**, que compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais para a compreensão da ordem do capital, em seu movimento contraditório;
2. **Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira** que remete à compreensão dessa sociedade, resguardando as características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais. Compreende ainda a análise do significado do Serviço Social em seu caráter contraditório, no bojo das relações entre as classes e destas com o Estado, abrangendo as dinâmicas institucionais nas esferas estatal e privada;
3. **Núcleo de fundamentos do trabalho profissional** que compreende todos os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado. Tais elementos encontram-se articulados por meio da análise dos fundamentos do Serviço Social e dos processos de trabalho em que se insere, desdobrando-se em conteúdos necessários para capacitar os profissionais ao exercício de suas funções, resguardando as suas competências específicas normatizadas por lei.

Aqui afirmamos a indissociabilidade entre seus núcleos estruturantes: os fundamentos teórico-metodológicos da vida social são ponto de partida para o desdobramento dos outros dois núcleos. As categorias que compõem a ontologia do ser social, situadas na totalidade histórica da emergência e desenvolvimento da sociabilidade burguesa, perpassam as

particularidades da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e os fundamentos do trabalho profissional das/dos assistentes sociais.

É importante salientar que o primeiro núcleo, responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, analisa os componentes fundamentais da vida social, que serão particularizados nos dois outros núcleos de fundamentação da formação sócio histórica da sociedade brasileira e do trabalho profissional. Portanto, a formação profissional constitui-se de uma totalidade de conhecimentos que estão expressos nestes três núcleos, contextualizados historicamente e manifestos em suas particularidades (ABEPSS, 1996, p. 8).

Tais núcleos expressam uma totalidade de conhecimentos, uma nova lógica do processo de ensino aprendizagem visando superar a fragmentação de conteúdos. Nesse sentido, não é possível realizar um tratamento hierárquico, classificatório entre os núcleos, pois trata-se de considerar as particularidades e níveis distintos de cada um, cuja unidade articulada expressa os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade. Ou seja, expressa a totalidade da perspectiva teórica que sustenta nosso projeto de formação.

Na **formação profissional**, tal lógica de unidade deve estar presente na elaboração dos PPPC's, na direção social da formação, nos conteúdos dos componentes curriculares e nas atividades integradoras do currículo, que são os estágios supervisionados e os trabalhos de conclusão de curso. No **trabalho profissional**, tal unidade dos conhecimentos desses núcleos deve estar presente na construção da análise de realidade, na apreensão da correlação de forças presente no trabalho profissional, nas respostas profissionais para a intervenção prática junto as/aos usuárias/os, nos planos de trabalho e nos projetos de intervenção. Portanto, *a unidade articulada dos núcleos se caracteriza como uma forma metodológica possível para articular trabalho e formação na dinâmica social. Evidencia-se, assim, por meio da unidade articulada, o significado social da profissão e do trabalho profissional.* Os núcleos articulados evidenciam a apreensão da teoria social marxista. Esta concepção que orienta as diretrizes é o eixo dos Fundamentos, pois explica a profissão – trabalho e formação – e a realidade social, evidenciando a forma pela qual se ensina o significado social da profissão e do trabalho profissional, ao mesmo tempo em que apreende esse significado na realidade concreta. Os Núcleos de Fundamentação apresentam-se como essenciais para a análise da profissão e são estratégias metodológicas de construir a formação profissional e o seu exercício teórico-prático cotidiano, tomando o Serviço Social como totalidade (TEIXEIRA, 2019, p.83¹⁴).

Os núcleos englobam, pois, um conjunto de conhecimentos e habilidades indissociáveis e constitutivos da formação que se especifica em matérias, enquanto áreas de conhecimentos necessários à formação profissional. Essas matérias, por sua vez, se desdobram em disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares. Trata-se de um conjunto de conhecimentos e estratégias de ensino-aprendizagem que devem ser assegurados na formação profissional com vistas a subsidiar o trabalho profissional.

¹⁴ TEIXEIRA, Rodrigo. José. “Fundamentos do Serviço Social: uma análise a partir da unidade dos Núcleos de Fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS”. Tese de Doutorado em Serviço Social – UFRJ. 2019.

12.1 Flexibilidade Curricular.

A flexibilidade curricular como elemento dinâmico que conforma a processualidade da estrutura curricular parte em primeiro lugar dos princípios que fundamentam a formação profissional em Serviço Social (ABEPSS, 1996), tais como *a flexibilidade de organização dos currículos plenos*, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes curriculares - tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares - como forma de favorecer a dinamicidade do currículo; *a adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social* em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; *a superação da fragmentação de conteúdos* na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares; *o caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional*; e *a indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão*.

Considera-se aqui o ponto 2.2.5 do atual Plano de Desenvolvimento Institucional da UFOP:

A busca pela flexibilização curricular deve se constituir como elemento orientador da organização dos cursos. Isso deve significar o compromisso institucional em desatar os nós que promovem a estrutura rígida da condução dos currículos, permitindo a participação efetiva do aluno na definição do seu percurso acadêmico e a utilização, da melhor forma possível, das diversas oportunidades formativas oferecidas pela universidade para a integralização curricular (PDI – UFOP 2016-2021).

Estes princípios orientam uma postura dialógica na relação ensino-aprendizagem que reconhece, sem renunciar ao direcionamento e às exigências para a integralização curricular, o papel do discente como sujeito em seu processo formativo, em consonância com o primeiro princípio do Código de Ética Profissional das/dos Assistentes Sociais, que afirma o reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais (CFESS, 1993).

Neste sentido, as dimensões específicas que compõem nossa estrutura curricular, e que serão aqui apresentadas mais detalhadamente nos tópicos a seguir, garantem a flexibilidade como elemento orientador da organização do curso.

Cabe reafirmar que os princípios e núcleos constitutivos de nossas diretrizes curriculares afirmam nitidamente a necessidade de superar a fragmentação de conteúdos: as categorias que compõem a ontologia do ser social, situadas na totalidade histórica da emergência e desenvolvimento da sociabilidade burguesa, perpassam as particularidades da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e os fundamentos do trabalho profissional das/dos assistentes sociais.

Essa perspectiva de totalidade deve fortalecer o caráter interdisciplinar na dimensão do ensino, garantindo o intercâmbio entre o conteúdo das diversas disciplinas, que pode se dar através da participação coletiva na pesquisa e na extensão, bem como por meio da construção colegiada e coletiva dos programas de disciplina, articulando seus conteúdos no próprio processo de ensino.

Os temas transversais, sendo eles: a) *Ética e Direitos Humanos*; b) *Questão étnico-racial*; c) *Dimensão Investigativa*, partem de uma concepção de transversalidade que visa romper com a estruturação de currículos fragmentados, separados e/ou com conteúdos localizados em apenas um ou outro componente curricular. As disciplinas e demais componentes curriculares - grupos e núcleos de pesquisas e suas linhas; extensões, atividades de ensino, eventos, estágio, TCCs, eletivas, iniciações científicas, - devem indicar em seus planos estratégias para sua materialização.

A relação com a pesquisa se faz presente quando estabelecemos a dimensão investigativa enquanto tema transversal do currículo, perpassando o incentivo à pesquisa vinculada ao ensino, à extensão e ao estágio, visando garantir envolvimento das/os discentes nas experiências de pesquisa e de iniciação científica - processo potencializado também nas disciplinas de pesquisa e na realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) enquanto resultado totalizante da formação discente.

A curricularização da extensão, considerando seu duplo caráter: as Oficinas de Extensão inerentes ao currículo e a participação discente em Ações Usuais de Extensão, ao mesmo tempo em que potencializam a relação ensino-pesquisa-extensão, por garantir a ação extensionista como elemento intrínseco ao currículo, também fortalecem a autonomia e a escolha entre alternativas na participação discente em programas, projetos, ações e eventos de extensão.

O Estágio Curricular Obrigatório constitui momento ímpar do processo formativo, pois envolve, sob supervisão acadêmica e de campo, o protagonismo do estagiário na sua inserção em campo e o reconhecimento de seus direitos e deveres enquanto estudante e estagiário em Serviço Social. A realização do estágio também possibilita confrontar o ensino com a realidade social e com a dinâmica da práxis profissional, das instituições e políticas sociais, potencializando a dimensão da pesquisa e a realização dos Trabalhos de Conclusão de Curso. Coloca-se aqui também o desafio, posto em nossa Política de Estágio, da abertura de campos de estágio por meio de projetos de extensão coordenados por Assistentes Sociais.

São também processos que potencializam a autonomia discente e o caráter flexível da formação a participação em atividades acadêmicas, científicas e culturais, que podem

perpassar a dimensão da pesquisa e da extensão, e a mobilidade acadêmica por meio de expedientes de trânsito e intercâmbio científico e cultural, em fluxos de ida de estudantes do curso para outras instituições de ensino superior nacionais e internacionais, e em fluxos de recebimento de estudantes de outras instituições de ensino superior nacionais e internacionais no curso de Serviço Social da UFOP.

Deste modo, visamos contribuir para a formação de um perfil de profissional Assistente Social capaz de apreender criticamente o processo histórico como totalidade, fortalecendo a formação continuada, a dimensão investigativa e o comprometimento com um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero.

12.2 Curricularização da Extensão

A extensão universitária integra o presente projeto pedagógico, reconhecida e afirmada, na sua articulação orgânica e indissociável com o ensino e a pesquisa, como um dos pilares do tripé que sustentam a universidade pública, de qualidade, socialmente referenciada e ligada às questões da vida e da cultura popular, caracterizando-se, portanto, por uma extensão universitária de caráter popular-classista.

O curso de Serviço Social da UFOP possui em sua trajetória um conjunto importante de ações extensionistas com reconhecida repercussão na vida da comunidade do território de abrangência da instituição, constituindo um acúmulo de experiências e possibilitando reflexões e debates que se encaminharam para a elaboração de uma Política de Extensão, concluída em 2021, e que estabelece as referências legais, normativas, teóricas-metodológicas e ético-políticas das práxis e da inserção da extensão na matriz curricular e no projeto pedagógico do curso. Essa Política de extensão (Resolução COSER N° 001/2022) segue como um dos anexos do presente Projeto Político.

Em relação às referências legais e normativas orientadoras da estruturação da extensão universitária no presente Projeto Pedagógico do curso, consta o disposto: no artigo 207 da Constituição Federal Brasileira, que estabelece que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”; na Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB/1996), que “estabelece as bases e diretrizes da educação nacional”; na Política Nacional de Extensão Universitária - FORPROEX, de 2012; a Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE), que objetiva “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão

universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”; na Resolução do CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que “estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências”; no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFOP, notadamente, no disposto nos tópicos “2.7 Políticas de Extensão”, e “10.11 Extensão”; nas Resoluções 7.609 e 7.852 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, onde a primeira “aprova o Regulamento das Ações de Extensão Universitária da UFOP” e a segunda estabelece “o Regulamento da Curricularização da Extensão nos cursos de graduação da UFOP”.

Articulando referências progressistas de avanços consolidados na Política Nacional de Extensão Universitária do FORPROEX (2012) com referências do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, bem como trazendo as experiências e acúmulos do próprio Curso de Serviço Social nas particularidades e contradições sociais do quadrilátero ferrífero e de cidades mineradoras no capitalismo dependente, ficam estabelecidos:

I. O conceito geral de extensão universitária, no qual se compreende que “a Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012);

II. Os objetivos da extensão universitária, quais sejam (i) constituir e consolidar um processo acadêmico e um conjunto de atividades específicos, cujo desenvolvimento implica relações multi, inter e ou transdisciplinares e interprofissionais, com a finalidade de contribuir para a interação orgânica e transformadora entre Universidade e setores e demandas populares, da classe trabalhadora; (ii) constituir e consolidar um processo acadêmico específico, nas interações orgânicas e de potencialização recíproca com o ensino e a pesquisa; (iii); fomentar a produção e o intercâmbio de culturas e saberes diversos, coletivos, produzidos por diferentes formas e metodologias, dentro e fora da universidade, potencializando práxis sociais emancipatórias.

III. Os princípios e as diretrizes da extensão universitária, entre eles, alinhamento à opção por um projeto de formação profissional e de profissão vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, raça, etnia e gênero; interação dialógica; potencialização de saberes e de práxis sociais;

interdisciplinaridade e interprofissionalidade; indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão; impacto na formação do estudante; impacto e transformação social.

A referida Política de Extensão estabeleceu também os balizamentos para inserção da extensão na estrutura curricular do presente projeto pedagógico, de modo que firma-se, em grandes linhas, a inserção de 10% da carga horária total do curso, correspondente a um total de 300 horas, na matriz e nos componentes curriculares do projeto pedagógico, ficando 180 horas inseridas na matriz como Oficinas de Extensão (I, II e III, cada uma delas totalizando 60 horas, vide a matriz acima), e ficando 120 horas localizadas em “Ações Usuais de Extensão”, denominadas no presente projeto pedagógico como ATV extensionista (ATV300).

Enquanto as Ações Usuais de Extensão, inscritas na grade curricular sob a nomenclatura “ATV Extensionista” (ATV300), se orientam pelas referências e dispositivos estabelecidos nos regulamentos e editais da Pró-reitoria de Extensão/ PROEX/ UFOP, as Oficinas de Extensão constituem componentes curriculares específicos, de caráter extensionista, privilegiando saberes e práticas pedagógicas ligados aos referenciais teórico-metodológicos da educação popular, pautando-se pelo reconhecimento, troca e potencialização das diferentes formas de conhecimento: cotidianos, científicos, políticos, artísticos, saberes e representações diversos ligados a matrizes culturais populares diversas. Estruturadas desde os princípios da dialogicidade e da horizontalidade, as oficinas realizam-se, prioritariamente, em círculos de cultura, na construção coletiva de saberes e de práticas sociais emancipatórias, transformadoras, críticas do *status quo* e da ordem do capital, privilegiando a ocupação de espaços sociais diversificados, sendo desenvolvidas dentro e fora dos muros da universidade.

Outras referências e orientações mais detalhadas sobre a organização da extensão universitária e da curricularização da extensão encontram-se na Política de Extensão do Curso.

12.3 Estágio Curricular Supervisionado em Serviço Social

O Estágio Supervisionado em Serviço Social configura-se como espaço de articulação entre as dimensões do trabalho profissional: teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo. Trata-se de momento privilegiado do processo de formação profissional, de aprendizado teórico-prático do trabalho profissional.

É através do estágio que o aluno poderá defrontar-se com os impasses postos a uma intervenção crítica e comprometida com o projeto da classe trabalhadora; compreender a relação entre a prática do Serviço Social e o contexto mais amplo das suas relações com a sociedade e estabelecer as mediações necessárias que possibilitem a criação de alternativas às demandas e requisições equivocadas e conservadoras ao exercício profissional.

Para isso é preciso que o discente apreenda criticamente as situações que se apresentam no cotidiano das instituições através do arcabouço teórico-metodológico que lhe é oferecido durante a formação, bem como possa ter domínio dos instrumentais técnico-operativos da profissão e estar comprometido com o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

A Política de Estágio Supervisionado do Curso de Serviço Social da UFOP (Resolução COSER Nº 001/2022) foi elaborada de acordo com Política Nacional de Estágio (ABEPSS, 2010), com a Resolução CFESS nº 533/2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social, com a Lei 8.662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão), com a Resolução CFESS nº 273/1993 (Código de Ética Profissional), e demais documentos relacionados ao estágio supervisionado, referendados pela ABEPSS e pelo Conjunto CFESS/CRESS.

Sendo assim, é de suma importância que todos os envolvidos no processo de implantação, execução e avaliação do Estágio Supervisionado em Serviço Social da UFOP assumam a importância deste e da supervisão sistemática para uma formação qualificada, competente e comprometida socialmente. Nesses termos o estágio é compreendido:

O Estágio Supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-ocupacional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita por professor supervisor e por profissional do campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio (Parecer CNE/CES – 492/2001).

A estrutura organizacional do Estágio Curricular da Universidade Federal de Ouro Preto é formada pelo Coordenador (a) e Vice-coordenador (a) de Estágio do Curso de Serviço Social, Docentes Supervisores (as) acadêmicos, Profissionais Supervisores (as) de Campo e Membros da Comissão Orientadora de Estágio (COE). As atribuições e competências do (a) Coordenador (a) e Vice-coordenador (a) de Estágio, do (a) Docente Supervisor (a) acadêmico, do (a) Profissional Supervisor (a) de Campo e da Comissão Orientadora de Estágio (COE) constam na política de estágio supervisionado do curso.

A inserção do discente no campo de estágio se dará a partir do 6º período, estendendo-se até o 8º período do curso. O Estágio Supervisionado se divide em I, II e III com uma carga horária total de 450 (quatrocentos e cinquenta) horas, sendo 150 horas por semestre, devendo ser realizado em pelo menos 08 horas semanais.

O Estágio deverá ocorrer *concomitante* à supervisão acadêmica a ser realizada por professor assistente social do curso de Serviço Social. A supervisão acadêmica do estágio ocorrerá nas oficinas de estágio em Serviço Social, que estão presentes na matriz curricular do

6º ao 8º períodos do curso (I, II e III). Cada oficina de estágio em Serviço Social será dividida em 03 (três) núcleos de supervisão acadêmica, sendo que cada núcleo deverá ter um professor supervisor acadêmico.

O Estágio Supervisionado deverá ser realizado em parceria com instituições públicas, privadas, filantrópicas, ONGs e movimentos sociais de Mariana, Ouro Preto e dos municípios que circunscrevem a UFOP, desde que tenham em seu quadro funcional um/a assistente social - supervisor/a de campo que contribuirá com a formação da/o discente estagiária/o.

O estágio supervisionado, de acordo com as Diretrizes Curriculares, só poderá ser realizado rigorosamente durante o semestre letivo da UFOP, pois a supervisão deve acontecer de maneira concomitante entre campo e academia, conforme previsto na política nacional de estágio da ABEPSS. Cabe destacar ainda que a modalidade exclusiva de estágio adotada pelo curso é o estágio curricular supervisionado *obrigatório*.

12.4 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma exigência curricular para a obtenção do diploma de bacharel em Serviço Social e organizado a partir da política de trabalho de conclusão de curso (Resolução COSER N° 002/2022). Compreende um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional. Deverá ser realizado de maneira individual ou em dupla, no 7º e 8º períodos do curso, avaliado por banca examinadora. É elaborado pelos alunos sob orientação acadêmica, acompanhados por um/a professor/a orientador/a que deverá orientar as/os discentes nas atividades de delimitação do objeto de estudo, na elaboração do projeto (7º período - TCC I) e em todo desenvolvimento do trabalho de execução do TCC (8º período - TCC II).

O curso de Serviço Social deverá primar pelo incentivo à pesquisa vinculada ao ensino, à extensão e ao estágio. Nessa direção, estima-se que as/os docentes também possam se organizar para o planejamento de *pesquisas*, para a elaboração de projetos de pesquisa que possam concorrer aos editais externos e internos da UFOP, com vistas a garantir envolvimento das/os discentes nas experiências de pesquisa e de *iniciação científica*. Desta forma, a pesquisa deverá ter um elo constante com conteúdos ministrados nas disciplinas, com os campos de estágio e com as atividades de extensão, visando levantar demandas para incentivar a dimensão investigativa e a articulação entre os três eixos.

12.5 Núcleos de Estudos, Pesquisa e Extensão.

Os Núcleos de Pesquisas, Estudos e/ou Extensão servirão de referência e aglutinação para as pesquisas, estudos e extensões a serem desenvolvidas, buscando incentivar, debater e divulgar as ações realizadas, através da confecção de artigos, participação em congressos e produção de revista científica. Além das atividades de ensino, estudos e extensão. São componentes importantes da formação profissional na perspectiva de qualificação profissional. Atualmente no curso contamos com cinco grupos:

- 1) Livre Hermana – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Formação Social Latino-Americana e Brasileira;
- 2) O Núcleo de Extensão e Estudos em Formação e Trabalho em Serviço Social;
- 3) O Grupo de Pesquisa – Modo de Produção Comunista. Crítica à Ordem do Capital.;
- 4) O Grupo de Estudo e Pesquisa em Trabalho, Saúde e Serviço Social;
- 5) Mineração do Outro – Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão

12.6 Atividades Acadêmicas Científicas e Culturais

Em consonância com as diretrizes da ABEPSS, as Atividades Acadêmicas Científicas e Culturais do curso de Serviço Social são constituídas por atividades de pesquisa e extensão, produção científica, visitas monitoradas, monitoria, participação em encontros, seminários e congressos com apresentação de trabalho. As atividades formativas básicas têm por objetivo dar relevância às atividades de pesquisa e extensão, afirmando a dimensão investigativa como princípio formativo e como elemento central na formação profissional e da relação entre teoria e realidade.

As AACCC's integram a matriz curricular e o cômputo das horas ocorre de duas formas: i) através do registro acadêmico (matrícula) sob código ATV100, correspondentes à carga horária de 30 horas; ii) através do registro das Atividades Usuais de Extensão especificadas no tópico “curricularização da extensão”, denominadas ATV extensionista, sob o código ATV300, correspondentes à carga horária de 120 horas.

Estão previstas 30 (trinta) horas de atividades complementares que têm como objetivo estimular a participação do estudante em experiências diversificadas que contribuam para a sua formação profissional. Devem possuir relação direta com os objetivos do Curso e serem devidamente comprovadas. Como Atividades Acadêmico-Científico-Culturais poderão ser incorporadas ao currículo do estudante vivências acadêmicas de pesquisa, ensino, extensão entre outras.

Caberá ao Colegiado do Curso, mediante requerimento do estudante, validar ou não atividades não previstas no quadro, caso haja requerimento para tal, bem como atribuir a respectiva carga horária a ser comprovada.

QUADRO 1: PONTUAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES ATV100

Cód	Atividades desenvolvidas	Número de horas válidas como atividade complementar	Valorização máxima
01	Atividades de monitorias, realizadas nos cursos de Serviço Social da UFOP em áreas afins ao Serviço Social.	30 horas por semestre	30 horas
02	Atividades de iniciação científica, realizadas na UFOP, com a devida comprovação.	30 horas por semestre	30 horas
03	Participação no programa Pró-Ativa.	30 horas por semestre	30 horas
04	Participação certificada em grupos de pesquisa e/ou estudos.	30 horas por semestre	30 horas
05	Participação, como ouvinte, em seminários ou palestras.	Paridade de 1h/evento para 1h/atividade complementar	30 horas
06	Participação na organização de eventos relacionados à área de Serviço Social.	Paridade de 1h/evento para 2h/atividade complementar	30 horas
07	Participação em cursos à distância na área do Serviço Social.	Paridade de 2h/curso para 1h/atividade complementar	20 horas
08	Participação como bolsista PROGRAD – PRACE/NACE acompanhado por assistente social.	Paridade de 1h/atividade para 1h/atividade complementar	30 horas
09	Viagens de estudos organizadas por IES.	Paridade de 1h/estudo para 1h/atividade complementar	30 horas
10	Apresentação de trabalhos em eventos científicos.	Local – 15hs; Regional – 20hs; Nacional – 30hs; Internacional – 40hs.	30 horas
11	Publicação em periódicos científicos, livros, capítulos de livros e/ou anais de congressos como autor ou co-autor.	60 horas por livros indexados; 40 horas por capítulo de ou periódico indexados; 20 horas por publicações em a 20 horas por publicações não indexadas.	30 horas
12	Cursos de idiomas.	20 horas por semestre em cursos de, no mínimo, 2 horas semana.	30 horas
13	Cursos de informática.	20 horas por semestre em cursos de, no mínimo, 2 horas semana.	30 horas
14	Disciplina facultativa presencial cursada (além das obrigatórias) oferecida pela UFOP ou por outra IES.	Paridade de 1 h/disciplina para 1h/atividade complementar	30 horas
15	Participação em atividades artísticas condizentes com a área, em instituições reconhecidas pela Coordenação de Curso.	10 horas por atividade.	30 horas
16	Gestão em entidades estudantis.	30 horas por semestre	30 horas

17	Representação estudantil em instâncias da UFOP: CONGRAD, CUNI, CD, DESSO, COSER, COE.	15 horas por semestre	30 horas
18	Participação em movimentos sociais.	15 horas por semestre	30 horas
19	Outros (deverão ser avaliados pela Coordenação)	Paridade de 1h/atividade para 1h/atividade complementar	30 horas

12.7 Temas Transversais

Partimos do entendimento que a concepção de transversalidade visa romper com a estruturação de currículos fragmentados, separados e/ou com conteúdos localizados em apenas *um ou outro* componente curricular. Portanto, transversais são os temas que devem estruturar o currículo como um todo, perpassando os conteúdos de todos os componentes curriculares, de maneira a tornar-se apreensível e estratégico para a construção das competências previstas na formação.

Nesse sentido, para além da lógica curricular ancorada nos três núcleos de fundamentação¹⁵, os temas transversais expressam o esforço significativo de uma formação profissional crítica que se organiza a partir de eixos - que não devem aparecer descontextualizados nas aulas, mas inseridos nas disciplinas e outros componentes curriculares de maneira orgânica, a partir das possibilidades identificadas para sua materialização.

Nesses termos, para além das *matérias* que estão indicadas nas diretrizes, que são expressões de áreas de conhecimento necessárias à formação profissional e que se desdobram em disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares. Os temas transversais devem ser trabalhados ao longo dos quatro anos da formação. Ou seja, as disciplinas e demais componentes curriculares - grupos e núcleos de pesquisas e suas linhas; extensões, atividades de ensino, eventos, estágio, TCCs, eletivas, iniciações científicas, - devem indicar em seus planos estratégias para sua materialização.

Os temas transversais são: *a) Ética e Direitos Humanos; b) Questão étnico-racial; c) Dimensão Investigativa; d) Educação Ambiental.*

O debate da Ética e dos Direitos Humanos, bem como da dimensão investigativa como transversal, já estão previstos nas próprias diretrizes curriculares. Busca-se portanto, a partir das nossas diretrizes, a construção de uma postura investigativa e ética - vinculada ao

¹⁵ Os núcleos de fundamentação, conforme já apresentados são: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. A partir da concepção das diretrizes curriculares, é preciso que os três núcleos, a unidade articulada dos mesmos, seja expressa em todos os componentes do currículo, evitando assim a departamentalização das disciplinas e outros componentes, como vinculados a este ou aquele núcleo.

compromisso com as bandeiras de lutas dos direitos humanos - como pressuposto para o exercício profissional mediado pelo projeto ético político. Trata-se da postura investigativa, da pesquisa e da ética como transversais, ainda que figurem como disciplinas específicas.

Já a transversalidade da questão étnico-racial reafirma-se a partir do acúmulo realizado ao longo do processo de elaboração do novo currículo, bem como a partir do documento base “Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social” (ABEPSS, 2018) que chama a atenção para o debate sobre raça/etnia, como elemento fundamental para a compreensão da “questão social” no Brasil.

No que tange a Educação ambiental visa-se cumprir as recomendações do decreto n. 4.281/2002, que regulamenta a lei n. 9.795/1999 que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, particularmente no ensino superior brasileiro.

Ética e Direitos Humanos

Entre os princípios que fundamentam a formação profissional em Serviço Social, consta no princípio 10: “Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular”. Conforme destaca Brites e Barroco (2000, p.21)¹⁶, “a ética enquanto uma disciplina de natureza ontológica e específica, deveria ocupar um espaço privilegiado no currículo, tendo em vista sua configuração como um dos eixos fundantes da direção social do curso, o que nos remete à discussão sobre acerca dessa centralidade”.

A premissa que sustenta o debate da ética e dos direitos humanos como transversal parte do entendimento que a mesma não pode ser restringida ao debate de uma disciplina, e muito menos ao seu aspecto normativo, isto é, o Código de Ética.

No que tange a reflexão ética, esse projeto implica a crítica sistemática à alienação moral, à discriminação, ao preconceito, ao moralismo, ao individualismo, ao egoísmo moral - entendidos como formas de expressão das relações sociais fundadas na exploração do trabalho e na apropriação privada da riqueza socialmente construída pelo gênero humano. Trata-se de uma crítica que compreende os limites de uma ética emancipatória nessa sociedade, mas que sabe de sua contribuição para a ampliação de uma consciência social capaz de elaborar estratégias de enfrentamento dos processos de desumanização (BRITES; BARROCO, 2000, p.23).

Portanto, trata-se da compreensão que a formação profissional deve estar comprometida em sua totalidade com as forças sociais progressistas que se opõem a todas as formas de *opressão, discriminação, exploração e violação dos direitos humanos*, o que supõe, em detrimento de voluntarismos, competência teórico-metodológica e ético-política. Ademais,

¹⁶ BRITES, Maria. Cristina; BARROCO, Maria. Lúcia. A centralidade da Ética na Formação Profissional. **Revista Temporalis**, ano I, nº 2, julho a dezembro de 2000.

cabe destacar a resolução CNE/CP nº 1/2012 que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Parte-se também da premissa que a presença do conservadorismo na vida cotidiana afeta a socialização dos indivíduos, fomentando a reprodução de preconceitos, julgamentos de valor pautados em estereótipos e o enfrentamento dos dilemas cotidianos a partir do senso comum, frutos das dinâmicas próprias dos comportamentos individualistas, da desumanização das relações sociais, da anulação dos sujeitos própria da atual dinâmica da vida capitalista (BRITES; BARROCO, 2000).

Portanto, a “desconstrução crítico-radical destas referências, para, em seu lugar, oferecer os fundamentos e, portanto, as possibilidades para uma opção consciente e livre por valores e projetos que se colocam no horizonte de uma ética emancipadora” (p.26) é tarefa da formação profissional em sua *totalidade*, e não somente da disciplina “Ética e Serviço Social”. E o atrelamento ao debate sobre os Direitos Humanos tem se mostrado como estratégia metodológica central para o confronto aos desvalores e todas as formas de preconceitos.

Questão Étnico-Racial

Um dos avanços contidos no presente PPC é a importância e centralidade que a questão étnico-racial assume na formação em Serviço Social. Além das disciplinas obrigatórias e eletivas incorporadas reconhecemos a importância de sua demarcação como transversal, de modo que possamos fortalecer uma educação para as relações étnico-raciais numa perspectiva crítica e antirracista. Tal entendimento é sustentado pela compreensão que a “questão social” em sua totalidade, exige um rigoroso debate científico, e portanto, a compreensão e o aprofundamento ao longo do curso sobre o racismo como um elemento *estrutural e estruturante* das relações sociais numa sociedade de classes.

A apropriação das categorias raça e etnia para as análises e reflexões nas ciências sociais é fundamental, sobretudo, no Serviço Social, que atua no âmbito das expressões da “questão social”, que, por sua vez, atingem prioritariamente, na realidade brasileira, as populações negras e indígenas. Nesse sentido, sob a perspectiva da totalidade social, o debate acerca das opressões e exploração de classe não deve ocorrer descolado das determinações étnico-raciais, que são estruturais e estruturantes das relações sociais em todas as esferas da vida social. Compreensão que é fundamental para a articulação com o debate da formação em Serviço Social (ASSOCIAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 2018, p.15)¹⁷.

Portanto, ao considerarmos que a questão étnico-racial se constitui como elemento estruturante das relações sociais, exigindo ser desvendada em sua totalidade, é urgente a materialização no conjunto de disciplinas, atividades, na articulação do tripé ensino-pesquisa-extensão, eventos, linhas de pesquisas, que possibilitem a superação da secundarização da

¹⁷ “Subsídios para o debate sobre a Questão Étnico-racial na formação em Serviço Social” - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), 2018.

questão étnico-racial na formação. Ou seja, uma formação antirracista não pode se resumir a uma disciplina ou somente a um núcleo de fundamentação das diretrizes.

A transversalidade da questão étnico-racial é sustentada ainda pela deliberação em dezembro de 2014, na Assembleia da ABEPSS, pela inclusão de pelo menos um componente curricular obrigatório na graduação de Serviço Social, bem como de estratégias transversais que tratam sobre a ênfase étnico-racial. Pelas leis 10.639/03 e 11.645/2008, assim como a Resolução nº01 do Conselho Nacional de Educação- CNE/MEC, no que diz respeito à incorporação obrigatória do tema sobre relações étnico raciais nos currículos. No âmbito da UFOP vale destacar as Resoluções CEPE N.º 7794 e CUNI nº 2.303 ambas de 2019 que orientam a transversalidade nas estruturas curriculares dos cursos.

Dimensão investigativa

Entre os princípios que fundamentam a formação profissional em Serviço Social, consta no princípio 5: “Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e *condição central* da formação profissional, e da relação teoria e realidade”. Sobre a construção dessa postura investigativa de maneira transversal, consta ainda nas diretrizes:

A postura investigativa é um suposto para a sistematização teórica e prática do exercício profissional, assim como para a definição de estratégias e o instrumental técnico que potencializam as formas de enfrentamento da desigualdade social. Este conteúdo da formação profissional está vinculado à realidade social e às mediações que perpassam o exercício profissional. Tais mediações exigem não só a postura investigativa mas o estreito vínculo com os modos de pensar/agir dos profissionais (ABEPSS, 1996, p.13).

Nessa direção, afirma-se a atitude, postura investigativa como parte constitutiva do exercício profissional das/os assistentes sociais, e nesse sentido, precisam ser estimuladas e garantidas desde a formação. Como sinalizou Guerra (2009), mais do que uma postura, a dimensão investigativa é constitutiva de grande parte das nossas competências e atribuições profissionais¹⁸.

Mas, mais do que isso: a investigação é inerente à natureza de grande parte das competências profissionais: compreender o significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, identificar as demandas presentes na sociedade, realizar pesquisas que subsidiem a formulação de políticas e ações profissionais, realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social, identificar recursos. Essas competências referem-se diretamente ao ato de investigar, de modo que, de postura a ser construída pela via da formação e capacitação profissional permanente (cuja importância é inquestionável), a investigação para o Serviço Social ganha o estatuto de elemento constitutivo da própria intervenção profissional (GUERRA, 2009, p.13).

¹⁸ GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS/ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/Abepss, 2009. p. 701-718.

Nesses termos, faz-se necessário que todos os componentes curriculares - especialmente as disciplinas - construam estratégias para que possam instigar a dimensão investigativa, possibilitando experiências na formação que contribuam para a construção de uma cultura profissional que valorize a dimensão investigativa. Afinal, a dimensão investigativa diz respeito à dimensão do novo, o que possibilita questionar, problematizar, rever, enfrentar preconceitos, estereótipos, desvendar a realidade para além da aparência, visando uma instrumentalidade profissional “mais qualificada, o que equivale a dizer: eficiente e eficaz, competente e compromissada com os princípios da profissão” (GUERRA, 2009).

Educação Ambiental

No que tange a Educação Ambiental, seguimos as recomendações do decreto n. 4.281/2002, que regulamenta a lei n. 9.795/1999 que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Ao seguirmos a lógica construída pelas diretrizes curriculares, contamos com uma estrutura que possibilita de maneira transversal - via disciplinas, pesquisas, produção bibliográfica, extensões, grupos de estudos - a construção de uma leitura crítica, partindo da totalidade, na compreensão da questão ambiental constituída a partir de determinações ecológicas, psicológicas, legais, políticas, sociais, econômicas, científicas, culturais e éticas

Ao recuperarmos a definição de educação ambiental no referido marco legal, qual seja: “Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”, acreditamos que o currículo e seus diversos componentes, ancorados nos núcleos de fundamentação, contribuem com a construção de uma educação ambiental, assentados que estão na “questão social” e na categoria trabalho. Prevendo assim, ao conectarmos a concepção ampliada da educação ambiental com nossas diretrizes, possibilidades para o desenvolvimento da “centralidade da tríade dialética das questões agrária, urbana e ambiental para a fundamentação da formação e do trabalho em Serviço Social” (ABEPSS, 2021, p.278)¹⁹, indissociáveis da “questão social”.

Destacam-se os princípios básicos da educação ambiental:

Art. 4º São princípios básicos da educação ambiental: I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo; II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade; III - o pluralismo de idéias e

¹⁹ ABEPSS. Diretrizes Curriculares e Produção de Conhecimento sobre Questões Agrária, Urbana e Ambiental. Revista *Temporalis*, [S. l.], v. 21, n. 42, p. 277-292, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/37231>.

concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade; IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais; V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo; VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo; VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais; VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Bem como os objetivos fundamentais da educação ambiental:

Art. 5º São objetivos fundamentais da educação ambiental: I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos; II - a garantia de democratização das informações ambientais; III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social; IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania; V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade; VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia; VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

Nesse sentido, consideramos que o PPC apresenta uma frente de possibilidades que desenvolvem tais princípios e objetivos. E que devem ser guiados a partir de dois grandes eixos, conforme sinalizou o Grupo Temático de Pesquisa da ABEPSS Questão Agrária, Urbana e Ambiental: 1) a compreensão não fragmentada das chamadas questões agrária, urbana e ambiental como pressuposto metodológico para a análise da dinâmica metabólica e dialética entre sociedade - natureza - cultura; 2) a problematização histórica e espacial das relações sociais capitalistas e do surgimento e desenvolvimento da questão social na formação social brasileira, a partir das relações sociais estruturadoras e reprodutoras dos espaços agrário, urbano e do ambiente e de seus sujeitos históricos, concretos e diversos (ABEPSS, 2021, p.279).

Por fim, cabe destacar que o curso contará com a oferta da disciplina de Introdução a Libras (LET966), na perspectiva de avançarmos na luta dos direitos das pessoas com deficiência. Conforme a Lei 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão. O curso prima ainda pelo efetivo diálogo e construção de estratégias junto à Coordenadoria de Acessibilidade e Inclusão (CAIN), vinculada à PRACE. Além da possibilidade da discussão de forma transversal como nas disciplinas obrigatórias de Classes e Movimentos Sociais; Cidadania, Direito e Serviço Social; Ética e Serviço Social; Oficinas de Estágio I, II e III, Pesquisa I e II. Bem como as eletivas: O trabalho de Assistentes Sociais junto às pessoas com deficiência; Direitos Humanos e Serviço Social.

Sendo assim, podemos contribuir para que o debate na formação fortaleça um perfil de assistente social coerente com o projeto ético político, e nesse sentido, comprometido com a luta anticapacitista. Afinal,

As barreiras sociais e atitudinais reproduzem e acentuam discriminações e desigualdades que atravessam diversas dimensões da vida das pessoas com deficiência. É por isso que a pauta da não discriminação da pessoa com deficiência e não reprodução de preconceitos está presente no projeto ético-político profissional e, portanto, deve perpassar cotidianamente o processo de trabalho de assistentes sociais nas políticas sociais e nas suas articulações com entidades e movimentos sociais de luta por direitos e pela superação das relações sociais calcadas na exploração dos homens. Inclusive é princípio ético fundamental o próprio exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a tanto nos espaços ocupacionais, quanto em atividades coletivas de participação política, controle social e capacitação (CFESS, 2019, p.18)²⁰.

12.8 Mobilidade Acadêmica

A mobilidade acadêmica é reconhecida como uma estratégia de potencialização do curso de Serviço Social e da formação de assistentes sociais na UFOP, a ser fomentada e consolidada mediante expedientes de trânsito e intercâmbio científico e cultural, em fluxos de ida de estudantes do curso para outras instituições de ensino superior nacionais e internacionais, e em fluxos de recebimento de estudantes de outras instituições de ensino superior nacionais e internacionais no curso de Serviço Social da UFOP.

Orienta-se pela política de mobilidade acadêmica da UFOP e pelo estabelecido nos Programas de Mobilidade vigentes na instituição, entre eles: 1) No âmbito da Mobilidade Acadêmica Nacional, regulamentada pela Resolução CEPE nº. 3077, de 27 de fevereiro de 2007, o Convênio ANDIFES de Mobilidade Acadêmica Nacional, criado em 2003. 2) No âmbito da Mobilidade Acadêmica Internacional, o disposto na Resolução CEPE nº. 4.164, de 13 de setembro de 2010, e na Resolução CEPE nº. 5.789, de 16 de junho de 2014, bem como pelas orientações e dispositivos gerenciados pela Coordenadoria de Assuntos Internacionais (CAINT).

Considera-se, ao fundo, que “as políticas atuais induzem a realização de mudanças, muitas vezes sob a ideologia da internacionalização, para modelos e padrões que afastam” nossas universidades “de seu enraizamento latino-americano”, das questões que desafiam nossa existência e possibilidades de povos autônomos, de modo que, “nessa perspectiva, as

²⁰ Assistente Social no combate ao preconceito - Discriminação contra a pessoa com deficiência. Caderno 7. Conselho Federal de Serviço Social. 2019.

universidades estão em permanente descolamento temporal em relação a outros modelos considerados desejáveis” (LEHER, 2018, p. 140)²¹.

Nesse diapasão, entende-se que “a possibilidade de estabelecer diálogos horizontais em torno de interesses compartilhados, inventivos e contextualizados histórica, geográfica e economicamente, diálogos nos quais sobressaem as vozes dos povos, de seus sonhos sobre o porvir, em prol do bem-viver de todas as pessoas é o que possibilita real internacionalismo das instituições” (Ibid., p. 139).

O Curso de Serviço Social, desde os seus primeiros anos de sua implantação na UFOP, conta com a possibilidade de mobilidade acadêmica nacional e internacional, através dos programas ofertados pelo Convênio ANDIFES de Mobilidade Nacional (Resolução CEPE N° 3.077, de 27 de fevereiro de 2007), e o Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional (Resolução CEPE N° 4.1664, de 13 de setembro de 2010 e Resolução CEPE N° 5.789, de 16 de junho de 2014). Os programas de mobilidade acadêmica universitários passaram a ganhar incentivo no Brasil, (ainda que no século XX, em 1965, o país já lançava protocolos de intercâmbio educacional, a exemplo do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação – PEC-G) devido a influência do Processo de Bolonha, conhecido como a maior reforma universitária realizada pelos países membros da União Europeia, ou signatários da Declaração de Bolonha (1999), que imprimiu determinada dinâmica nas relações internacionais na área da educação superior, também na América Latina.

Esta política se pautou por uniformizar a formação superior através de ações articuladas como: criação de um sistema de graus acadêmicos facilmente reconhecíveis e comparáveis através de um sistema baseado em ciclos de estudos; criação de um sistema de acumulação e de transferência de créditos curriculares do tipo ECTS²² utilizado no âmbito dos intercâmbios Erasmus; **promoção da mobilidade dos estudantes, dos professores e dos investigadores** através da supressão de todos os obstáculos à liberdade de circulação (grifo nosso); incorporação da dimensão europeia no ensino superior, aumentando o número de módulos, cursos e vertentes cujo conteúdo ou organização apresente uma dimensão europeia.

Desde então, uma miríade de acordos, convênios, editais e seleção de estudantes para a realização de mobilidade acadêmica passou a acontecer. A UFOP, através da Diretoria de Relações Internacionais (DRI) possui hoje setenta e seis (76) acordos vigentes com

²¹ LEHER, Roberto. Ideias, valores e princípios para afirmar o futuro da universidade pública latinoamericana. Revista del IICE, v. 44, jul/dez 2018.

²² Com o European Credit Transfer System (ECTS) pretende-se o reconhecimento dos estudos e diplomas obtidos nos diversos países signatários do Acordo de Bolonha e assim promover a mobilidade dos estudantes e diplomados. Disponível em: https://www.ipportale gre.pt/static/sites/guia/sobre_ects.htm.

instituições de vinte e cinco (25) países, e dois acordos de dupla titulação em Programa de Pós-Graduação, o que demonstra uma ativa participação institucional no processo de acolhida de estudantes estrangeiros, como também a inserção de estudantes ufolianas/os em diversas universidades dos cinco continentes.

A participação de estudantes de Serviço Social nesses programas, ainda é residual, e recentemente com os sistemáticos cortes orçamentários do governo federal na educação superior, menos possibilidades se vislumbram, para as/os acadêmicas/os de Serviço Social. Cumpre ressaltar que, quando ocorreu o maior programa de internacionalização e mobilidade estudantil do Brasil, o Ciências sem Fronteiras (2011-2017), a área de Serviço Social não foi contemplada, privilegiando-se as ciências da vida, exatas e tecnológicas. As/os poucas/os discentes que nestes doze (12) anos de existência do Curso de Serviço Social participaram, seja da mobilidade nacional, ou internacional, tiveram que contar com apoio financeiro de suas famílias, pois, aqueles/as que receberam bolsa, a mesma foi insuficiente para fazer frente a todas as despesas que uma mobilidade acadêmica requer.

Se tratando do Serviço Social da UFOP, as/os estudantes fazem parte da classe trabalhadora, muitas/os necessitam trabalhar para se manter na Universidade, com uma renda mensal familiar majoritariamente de dois (2) salários mínimos (CARRARA; SOUZA, 2021)²³, e a possibilidade de uma mobilidade acadêmica torna-se não raras vezes inacessível. Não restam dúvidas de que a/o estudante ao estabelecer um vínculo temporário com uma instituição formadora em outra região do Brasil e mesmo fora do país, revela-se uma importante oportunidade de ampliação formativa, no âmbito cultural, de aperfeiçoamento técnico-científico, de novas vivências acadêmicas.

Mas, as condições concretas de vida das/os estudantes do Curso de Serviço Social têm-se revelado impeditivas, aliada ao quadro das diminutas ofertas de intercâmbio que são disponibilizadas para a área do Serviço Social. Poucos foram as/os estudantes de outros países que realizaram mobilidade no Curso de Serviço Social da UFOP. Um dos determinantes deste quadro, dá-se devido ao perfil socioeconômico das/os estudantes de Serviço Social da região ibero-americana (CARRARA; ATAÍDES, 2019), o que revela uma particularidade das/os estudantes, que se articula com as limitações de ofertas de mobilidade para a área também nestes países.

Na contemporaneidade, no atual estágio do desenvolvimento capitalista, tecnologia e conhecimento se tornaram chaves para o aumento da produtividade e investir na educação, na

²³ SOUSA, J; CARRARA, V. Iniciação científica em Tempos Pandêmicos. Revista Serviço Social em Perspectiva, v. 5, p. 206-218, 2021.

mobilidade de força de trabalho em formação volta-se para as áreas prioritárias a garantir desenvolvimento e inovação, com foco na Indústria 4.0 (GUERRA; CARRARA; MARTINS, 2022)²⁴.

Uma possibilidade que se abre no ano de 2022 de ampliação da mobilidade acadêmica, é a participação do Curso no Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) que ofertará cinco vagas para estudantes da África, e das Américas. Esta experiência será uma oportunidade para uma profícua interlocução internacional, que, em se tratando do Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social construído a partir das Diretrizes Gerais da ABEPSS (1996), e das demais normativas da profissão, possibilitará o intercâmbio de experiências, aproximação e diálogo com outras culturas.

O conjunto das disciplinas ofertadas pela estrutura curricular do Curso e a inovação que a lógica curricular propõe oferece uma formação que “supere a fragmentação do processo de ensino aprendizagem e permite uma intensa convivência entre professores, alunos e sociedade” (ABEPSS, 1996, p.9). A teoria social crítica, o pensamento crítico, a busca pelos fundamentos da realidade social, a investigação sobre a estrutura e dinâmica dos fenômenos os quais a/o estudante de Serviço Social se depara em seu processo formativo, a indissociabilidade entre intervenção e investigação profissional como princípios formativos proporciona uma visão e uma análise dos diversos contextos, em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade.

A presença e participação de estudantes de outras realidades regionais e continentais, poderá ampliar este debate, bem como sobre o incentivo à diversidade, à discussão sobre as diferenças e a busca pela eliminação de todas as formas de preconceito, a partir do “rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social” (ABEPSS, 1996, p.7).

12.9 Relação com a Pesquisa

Visando desenvolver a perspectiva crítico investigativa nas/os discentes, a Matriz Curricular do Curso de Serviço Social da UFOP, conta com as disciplinas de Pesquisa e Serviço Social I e II. E os componentes curriculares de Trabalho de Conclusão de Curso I e II (TCC).

A perspectiva teórico metodológica que entendemos que deve orientar o trabalho de pesquisa do assistente social distancia-se daquelas concepções que consideram o labor da

²⁴ GUERRA, Y. A. D. ; CARRARA, Virgínia Alves ; MARTINS, A. M. C. . Ensino e Formação Virtuais: a nova estratégia do projeto de educação a serviço do capital. Revista Katalysis, v. 25, p. 570-584, 2022.

investigação como uma tecnologia neutra, isenta, a ser dominada e aplicada indistintamente e independente dos pressupostos teóricos que a sustentam. Para o profissional de Serviço Social o conhecimento de seu objeto de trabalho – as expressões da “questão social” - refere-se a uma realidade complexa e contraditória, a ordem do capital. Sendo assim, entende-se a abordagem metodológica que tem a "totalidade" como categoria autêntica da realidade e o método do materialismo histórico dialético como aquele capaz de sustentar a compreensão do movimento do real – do capital e responder às demandas e necessidades presentes no cotidiano do trabalho de assistentes sociais.

O materialismo histórico/dialético aborda a realidade considerando os diversos fatores de uma totalidade. Procura apreender o movimento no qual e através do qual se engendram e se renovam as relações desenvolvidas na sociedade e que peculiarizam a formação social capitalista, buscando ainda detectar no processo da vida social a sua realidade substancial. A interpretação dialética da realidade opera na constituição e transformação da realidade, ao mesmo tempo em que a interpreta.

É importante destacar que a análise do modo capitalista de produção, a partir do materialismo histórico/dialético, é uma reflexão crítica e transformadora. É crítica uma vez que submete toda a interpretação já existente à análise, desvendando inclusive as interpretações ideológicas ou teóricas já constituídas sobre o objeto e impregnadas nele. É transformadora uma vez que sua reflexão sobre o modo de produção capitalista, também adere ao objeto como uma interpretação crítica, fundada na perspectiva da classe trabalhadora; onde o processo e o fruto do trabalho são controlados e apropriados pela classe que não trabalha, pois vive da exploração da força de trabalho alheio.

De acordo com as Diretrizes Curriculares propostas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e homologadas pelo Ministério da Educação e Desporto - MEC a formação do profissional de Serviço Social deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas.

A pesquisa ocupa então, um papel fundamental no processo de formação profissional do assistente social, atividade privilegiada para a solidificação dos laços entre o ensino universitário e a realidade social. Sendo assim, compreende-se, a investigação como dimensão *constitutiva* e *constituente* do trabalho do assistente social e como subsídio para a produção do conhecimento sobre os processos sociais e reconstrução do objeto da ação profissional. Por isso, almeja-se que para além das disciplinas sobre pesquisa, das experiências em iniciações científicas e do processo do TCC que as/os discentes sejam estimulados ao desenvolvimento

da dimensão investigativa ao longo de toda formação profissional.

As disciplinas de **Pesquisa e Serviço Social (I e II)** servirão de aproximação das/os discentes ao universo da pesquisa, dando-lhe um suporte rigoroso para a elaboração, execução e divulgação de uma investigação científica. As disciplinas de Pesquisa e Serviço Social I e II estão localizadas nos 5º e 6º períodos do curso. O conjunto destas disciplinas possibilita que os alunos tenham condições de compreender, elaborar e implementar um projeto de pesquisa, assim como sistematizar, analisar e apresentar os dados coletados de uma pesquisa, seguindo rigores acadêmico-científicos e articulados às necessidades e especificidades de Ouro Preto, Mariana e região. Além das próprias experiências que discentes podem vivenciar nas iniciações científicas.

12.10 Matriz Curricular

CÓDIGO	DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	PRÉ-REQUISITO	CHS/T	CHS/E	CHA	AULAS		PER
SSO 200	Introdução ao Serviço Social	-	60	0	72	4	0	1º
SSO 201	Teoria Social e Serviço Social I	-	60	0	72	4	0	1º
FIL 101	Introdução à História da Filosofia	-	60	0	72	4	0	1º
CSO120	Tópicos em Sociologia	-	60	0	72	4	0	1º
SSO 204	Oficina de Extensão I: Universidade e Educação	-	60	60	72	2	2	1º
SSO 205	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I	ISS	60	0	72	4	0	2º
SSO 206	Trabalho e Sociabilidade	TS I	60	0	72	4	0	2º
SSO 207	Acumulação Capitalista e “Questão Social”	TS I	60	0	72	4	0	2º
SSO 208	Formação Social Brasileira	-	60	0	72	4	0	2º
HIS 429	Teoria Política	-	60	0	72	4	0	2º
SSO 210	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II	FSS I	60	0	72	4	0	3º
SSO 211	Teoria Social e Serviço Social II	TS I	60	0	72	4	0	3º
SSO 212	Oficina de Extensão II: Formação Sócio-Histórica e Lutas Sociais no Território	OE I	60	60	72	2	2	3º
SSO 213	Política Social na Ordem do Capital	FSH/ACQS	60	0	72	4	0	3º
SSO 214	Classes e Movimentos Sociais	-	60	0	72	4	0	3º
SSO 215	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III	FS II	60	0	72	4	0	4º
SSO 216	Teoria Social e Serviço Social III	TS II	60	0	72	4	0	4º
SSO 217	Seguridade Social I	PSOC	60	0	72	4	0	4º
SSO 218	Cidadania, Direito e Serviço Social	PSOC	60	0	72	4	0	4º
SSO 219	Racismo Estrutural e Serviço Social	FSHB	60	0	72	4	0	4º
SSO 220	Seguridade Social II	SS I	60	0	72	4	0	5º
SSO 221	Ética e Serviço Social	FSS III	60	0	72	4	0	5º
SSO 222	Oficina de Extensão III: Trabalho Profissional	OE II	60	60	72	2	2	5º
SSO 223	Pesquisa e Serviço Social I	-	60	0	72	4	0	5º
SSO 224	Introdução ao Trabalho Profissional	FSS III	60	0	72	4	0	5º
SSO 225	Gênero, Patriarcado, Diversidade Sexual e Serviço Social	ESS	60	0	72	4	0	6º
SSO 226	Processos de Trabalho e Serviço Social	ITP	60	0	72	4	0	6º
SSO 227	Pesquisa e Serviço Social II	PSS I	60	0	72	4	0	6º
SSO 228	Planejamento em Serviço Social	ITP	60	0	72	4	0	6º
SSO 229	Oficina de Estágio em Serviço Social I	ITP/ESS	60	0	72	4	0	6º
SSO 230	Serviço Social na Contemporaneidade	ITP	60	0	72	4	0	7º
SSO 231	Mineração, Questão Regional e Serviço Social	FSHB	60	0	72	4	0	7º
	Eletiva I – Serviço Social	-	-	-	-	-	-	7º
SSO 232	Oficina de Estágio em Serviço Social II	OESS I	60	0	72	4	0	7º

SSO 233	Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso I	PSS II	60	0	72	4	0	7°
	Eletiva II - Serviço Social	-	-	-	-	-	-	8°
	Eletiva III -	-	-	-	-	-	-	8°
	Eletiva IV -	-	-	-	-	-	-	8°
SSO 234	Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso II	STCCI	60	0	72	4	0	8°
SSO235	Oficina de Estágio em Serviço Social III	OESS II	60	0	72	4	0	8°

LEGENDA:**CHS/T - CARGA HORÁRIA SEMESTRAL TOTAL****CHS/E - CARGA HORÁRIA SEMESTRAL EXTENSIONISTA****CHA - CARGA HORA AULA****T - NÚMERO DE AULAS TEÓRICAS SEMANAIS****P - NÚMERO DE AULAS PRÁTICAS SEMANAIS****PER - PERÍODO**

CÓDIGO	DISCIPLINAS ELETIVAS	PRÉ-REQUISITO	CHS/T	CHS/E	CHA	AULAS	
			horas	h/a		T	P
SSO236	Capitalismo, Pobreza e Gestão da Barbárie	-	72	0	60	4	0
CSO116	Antropologia Cultural	-	36	0	30	2	0
SSO 238	A Financeirização do Capital e o Impacto sobre a Classe Trabalhadora	-	72	0	60	4	0
SSO 239	O Trabalho de Assistentes Sociais com Famílias	-	72	0	60	4	0
SSO 240	Criminalização da Pobreza e Controle Social Punitivo	-	72	0	60	4	0
SSO 241	Introdução a Teoria Marxista da Dependência	-	72	0	60	4	0
CSO 603	Cultura e Identidade Brasileira	-	72	0	60	4	0
SSO 243	A Decadência Ideológica da Burguesia e o Pensamento Miserável Burguês	-	72	0	60	4	0
SSO 244	Sindicalismo	-	72	0	60	4	0
SSO 245	Rosa Luxemburgo: Vida e Obra	-	72	0	60	4	0
SSO 246	O Modo de Produção Comunista em Marx, Engels e Lênin	-	72	0	60	4	0
SSO 247	Serviço Social, Crise Contemporânea Burguesa e Projeto Ético-Político	-	72	0	60	4	0
SSO 248	Mineração e Saúde do Trabalhador	-	72	0	60	4	0
SSO 249	Prática Profissional e Instrumentalidade em Serviço Social	ITP	72	0	60	4	0
SSO 250	Cultura e Serviço Social	-	72	0	60	4	0
SSO 251	Saúde Mental e Serviço Social	-	72	0	60	4	0
SSO 252	Educação Popular, Movimentos Sociais e Serviço Social	-	72	0	60	4	0
SSO 253	Pensamento Social Brasileiro	-	72	0	60	4	0
SSO 254	Conservadorismo e Serviço Social	-	72	0	60	4	0
SSO 255	Direitos Humanos e Serviço Social	-	72	0	60	4	0
LET955	Língua Espanhola I	-	72	0	60	2	2
LET956	Língua Espanhola II	LET955	72	0	60	3	1
LET957	Língua Francesa I	-	72	0	60	4	0
LET958	Língua Francesa II	LET957	72	0	60	3	1
LET959	Língua Francesa III	LET958	72	0	60	3	1
LET966	Introdução a Libras	-	72	0	60	2	2
SSO 256	O Trabalho de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social	-	72	0	60	4	0
SSO 257	O Trabalho de Assistentes Sociais na Política de Saúde	-	72	0	60	4	0
SSO 258	O Trabalho de Assistentes Sociais na Política de Previdência Social	-	72	0	60	4	0
SSO 259	O Trabalho de Assistentes Sociais junto a Infância, Adolescência e Juventude	-	72	0	60	4	0
SSO 260	O Trabalho de Assistentes Sociais no Sócio-Jurídico	-	72	0	60	4	0
SSO 261	O Trabalho de Assistentes Sociais junto às Pessoas Idosas	-	72	0	60	4	0
SSO 262	O Trabalho de Assistentes Sociais junto as Pessoas com Deficiência.	-	72	0	60	4	0
SSO 263	O Trabalho de Assistentes Sociais na Política de Educação	-	72	0	60	4	0
SSO 264	O Trabalho de Assistentes Sociais e a Questão Agrária, Urbana e Ambiental.	-	72	0	60	4	0
SSO 265	Raça, Gênero, Classe e Prática Profissional em Serviço Social	-	72	0	60	2	0
SSO 266	Tópicos em estética marxista, serviço social e	-	72	0	60	4	0

	Emancipação Humana						
SSO 267	Produção de Conhecimento, Relações Raciais e Serviço Social	-	72	0	60	4	0
CSO03	Introdução a Teoria Política	-	72	0	60	4	0
CSO06	Sociologia Urbana	-	72	0	60	4	0
CSO08	Sociologia Rural	-	72	0	60	4	0
CSO09	Sociologia da Cultura	-	72	0	60	4	0
CSO010	Sociologia do Conhecimento	-	72	0	60	4	0
CSO012	Territórios e Sujeitos	-	72	0	60	4	0
CSO013	Análise de Políticas Públicas	-	72	0	60	4	0
CSO014	Seminários Temáticos em Ciências Sociais	-		0	30	2	0
CSO015	Debates Teóricos	-	72	0	60	4	0
CSO119	Tópicos em Antropologia	-	72	0	60	4	0
CSO 121	Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais	-	72	0	60	4	0
CÓDIGO	ATIVIDADES	PRÉ-REQUISITO	CARÁTER	CHS	PER		
ATV100	ATIVIDADE ACADÊMICA CIENTÍFICO-CULTURAL	-	OBRIGATÓRIA	30	-		
ATV300	EXTENSÃO	-	OBRIGATÓRIA	120			
ATV200	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL	ESS ITP FHTM SS III	OBRIGATÓRIA	450			

Componentes Curriculares Exigidos para Integralização do Curso	Carga Horária
Disciplinas Obrigatórias	2.160
Disciplinas Eletivas	240
ATV 200 Estágio Supervisionado em Serviço Social	450
ATV 300 Extensão	120
ATV100	30
TOTAL	3000

13. Metodologias de Ensino e Aprendizagem

As metodologias de ensino e aprendizagem procuram capturar o movimento da realidade em suas determinações mais centrais, atentas ao desvendamento da reprodução do movimento do capital, enquanto sistema de controle do metabolismo social e a inserção do Serviço Social, dentro da quadra histórica concreta onde ocorrem as relações de produção e reprodução do sistema, em especial na particularidade brasileira.

Primazia da realidade, das suas expressões e das suas determinações. A vida cotidiana como ponto de partida e de chegada das formas de reflexo da realidade e das objetivações sociais, em trânsitos e exercícios de passagem da aparência à essência e vice-versa. Interação, troca e potencialização recíproca de saberes diversos, dos mais imediatos aos mais mediados, em expressões diversas, cotidianas, científicas, artísticas, políticas, e várias outras ligadas à diversidade da sociedade.

Apresenta-se então como estratégias e princípios a Horizontalidade e dialogicidade. Bem como a ocupação e construção coletiva de espaços sociais diversos; a utilização de recursos e expressões artísticas e culturais diversas: literatura e poesia, música, cinema, teatro, entre outras.

Metodologias inovadoras e inclusivas, que não se restrinjam a aulas expositivas e que, efetivamente, permitam o desenvolvimento das competências e habilidades delineadas para a formação e promovam a interdisciplinaridade, a articulação teórico-prática e a flexibilidade curricular. Dimensão investigativa -pesquisa como princípio educativo; oficinas, seminários; debates; aula expositiva dialogada.

Parceria e diálogo constante com a Coordenadoria de Acessibilidade e Inclusão (CAIN), para acompanhamento sistemático dos discentes com deficiência, que vão precisar de apoio e orientação do Núcleo.

14. Avaliação da Aprendizagem

A avaliação do aproveitamento escolar está prevista no Regimento Geral da Universidade Federal de Ouro Preto e na Resolução CEPE 1423/99 (Alterada pelas Resoluções CEPE nº 1.465, 1.582 e 2.635.), bem como no Regimento da UFOP (Resolução CUNI 1959) e em seu Estatuto (Resolução CUNI 1868). A Resolução CEPE 2880, por sua vez, regulamenta as avaliações denominadas Exames Especiais

A avaliação da aprendizagem deve ser compreendida como uma reflexão crítica, que funciona como ponto de partida para novas estratégias de planejamento de ensino. Trata-se, portanto, de um processo contínuo e democrático que não deve visar exclusivamente ao resultado final nem ter caráter punitivo.

A concepção de avaliação do curso, se referencia na busca constante de verificar o quanto os discentes estão capturando, analisando, debatendo e escrevendo sobre os conteúdos apresentados. O papel a ser desempenhado por docentes e discentes no processo de avaliação do ensino e da aprendizagem, é de interatividade e avaliação coletiva com as dinâmicas próprias do ensino-aprendizagem, e sua relação com os processos avaliativos.

As estratégias de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem se darão em cada sala de aula, entre docentes e discentes, no Colegiado do curso e nas Semanas Pedagógicas. As formas de aprovação, serão aquelas, em unidade, que envolvem a participação nos debates e as construções, teórico-metodológicas, fortalecendo a formação do perfil desejado para o egresso. Os estudantes com deficiências ou necessidades específicas, que demandarem algum tipo de acessibilidade, serão acompanhados desde o início, em parceria com a Coordenadoria de Acessibilidade e Inclusão (CAIN).

15. Avaliações Promovidas Pelo Curso

15.1 Pesquisa com Egressos

A pesquisa com egressos é um importante procedimento de avaliação da graduação, ao mesmo tempo em que se destina à integração entre ex-alunos(as) e comunidade acadêmica, à percepção do grau e do modo de inserção da Universidade na sociedade, assim como à coleta e análise de informações necessárias e úteis ao planejamento de ações de correção de distorções e de fortalecimento de abordagens que possam ocorrer desde a confecção até o desenvolvimento do projeto pedagógico.

O curso de Serviço Social através do colegiado e da coordenação de estágio mantém contato com os egressos do curso enviando convites para atividades; ofertando cursos de extensão de atualização profissional e ainda realizando atividades de socialização das experiências profissionais de egressos junto a discentes.

O colegiado do curso em 2022 recebeu bolsista BDI que tem como uma das ações previstas apoiar essa instância no estabelecimento de uma pesquisa sistemática e periódica sobre o perfil dos egressos do curso. Além da pesquisa com egressos estão em desenvolvimento também a pesquisa sobre o perfil discente, a análise de dados sobre a evasão com o objetivo de elaborar ações que visem o acesso e a permanência de discentes no curso; a elaboração de plano de acompanhamento e orientação de alunos; dentre outras atividades de avaliação.

16. Avaliações Institucionais

16.1 Pesquisa e Desenvolvimento de Disciplinas

Semestralmente, o desenvolvimento de todas as disciplinas do curso é submetido a avaliação interna. Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional para o período de 2016-2025, um dos objetivos que deve direcionar as políticas de graduação da universidade consubstancia-se do aprimoramento da Pesquisa de Desenvolvimento de Disciplinas da Graduação, organizada pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), avaliando o instrumento e garantindo a socialização e a discussão periódica dos resultados junto aos coordenadores de curso, colegiados e chefias de departamento. A execução da pesquisa é realizada pelo Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP), órgão vinculado à PROGRAD, também responsável pelo seu acompanhamento.

No âmbito das disciplinas do Curso de Serviço Social, a coordenação do curso, docentes e a representação discente estão envolvidos e comprometidos em estimular a comunidade acadêmica, a atender ao convite para o adequado preenchimento dos formulários eletrônicos das avaliações periódicas. Objetiva-se, com isso, a obtenção de resultados representativos,

quantitativa e qualitativamente, que viabilizem a realimentação aos interessados e o direcionamento de ações de aperfeiçoamento permanente.

16.2 Comissão Própria de Avaliação.

A avaliação interna é realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Universidade Federal de Ouro Preto, conforme determina a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). A CPA está regulamentada pela Resolução CEPE nº 2.680, alterada pela Resolução CEPE nº 2.826, que aprova o Regimento Geral da Comissão Própria de Avaliação da UFOP. Este órgão mantém contato com todos os segmentos da comunidade acadêmica e procura fazer diagnóstico permanente das atividades curriculares e extracurriculares. Além disso, propõe mudanças no projeto político-pedagógico, ouvindo os(as) alunos(as), professores(as) e servidores(as), estimulando-os a participarem ativamente do processo de avaliação.

São atribuições da CPA, entre outras, coordenar a elaboração e a execução do Projeto de Avaliação Institucional da UFOP; acompanhar as avaliações desta Universidade realizadas no âmbito do SINAES; desenvolver outras ações atinentes à avaliação emanadas do poder público, ou decorrentes do processo de avaliação da própria UFOP.

17. Avaliações Externas

Criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) é formado por três componentes principais: avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos(as) estudantes. O SINAES avalia todos os aspectos que giram em torno desses três eixos: o ensino, a pesquisa, a extensão. A responsabilidade social, o desempenho dos(as) alunos(as), a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos também são avaliados. Tem como objetivos: identificar mérito e valor das instituições, áreas, cursos e programas, nas dimensões de ensino, pesquisa, extensão, gestão e formação; melhorar a qualidade da educação superior, orientar a expansão da oferta; promover a responsabilidade social das IES, respeitando a identidade institucional e a autonomia.

Ele possui uma série de instrumentos complementares: autoavaliação, avaliação externa, ENADE, Avaliação dos cursos de graduação e instrumentos de informação (censo e cadastro). Os resultados das avaliações possibilitam traçar um panorama da qualidade dos

curso e instituições de educação superior no País. Os processos avaliativos são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e a operacionalização é de responsabilidade do INEP.

As avaliações feitas periodicamente pelas comissões de avaliadores designadas pelo INEP no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e da regulação dos cursos de graduação no País, referem-se a três tipos de avaliação: para autorização, para reconhecimento e para renovação de reconhecimento.

A avaliação para autorização é feita quando uma instituição pede autorização ao MEC para abrir um curso. São avaliadas as três dimensões do curso quanto à adequação ao projeto proposto: a organização didático-pedagógica; o corpo docente e técnico-administrativo e as instalações físicas.

A avaliação para reconhecimento ocorre quando a primeira turma do curso novo entra na segunda metade do curso para verificar se foi cumprido o projeto apresentado para autorização.

A avaliação para renovação de reconhecimento é feita de acordo com o Ciclo do SINAES, ou seja, a cada três anos. É calculado o Conceito Preliminar do Curso (CPC) que avalia o curso em uma escala de 1 a 5. Para o cálculo, são considerados: Conceito ENADE (desempenho de estudantes na prova); Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD); corpo docente (informações do Censo Superior sobre o percentual de mestres, doutores e regime de trabalho) e percepção dos(as) estudantes sobre seu processo formativo (informações do Questionário do Estudante do ENADE).

O Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) é um indicador de qualidade que busca mensurar o valor agregado pelo curso ao desenvolvimento dos(as) estudantes concluintes, considerando seus desempenhos no Enade e no Enem, como medida proxy (aproximação) das suas características de desenvolvimento ao ingressar no curso de graduação avaliado.

O Conceito ENADE é calculado para cada curso, tendo como unidade de observação a instituição de ensino superior – IES, o município da sede do curso e a área de avaliação, sendo que a Nota ENADE do curso é a média ponderada da nota padronizada dos concluintes na Formação Geral e no Componente Específico, na qual a parte referente à Formação Geral contribui com 25% da nota final, enquanto a referente ao Componente Específico contribui com 75%.

Além da avaliação dos cursos, as Instituições de Educação Superior também são avaliadas pelo indicador de qualidade denominado Índice Geral de Cursos Avaliados da

Instituição – IGC, que considera, em sua composição, a qualidade dos cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado e doutorado).

No que se refere à graduação, é utilizado o Conceito Preliminar de Curso – CPC sendo que o resultado é expresso em valores contínuos (que vão de 0 a 500) e em faixas (de 1 a 5).

O CPC é uma média de diferentes medidas da qualidade de um curso. As medidas utilizadas são: o Conceito ENADE, o desempenho dos ingressantes no ENADE, o Conceito IDD e as variáveis de insumo. De acordo com o artigo 20 da Portaria Normativa N 840, DE 24 DE AGOSTO DE 2018, que dispõe sobre os procedimentos de competência do INEP referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes, são conceitos de avaliação, resultantes de avaliação in loco: “I - o Conceito Institucional - CI: considera as dez dimensões avaliativas definidas no art. 3º, incisos I a X da Lei nº 10.861, de 2004; e II - o Conceito de Curso - CC: considera três dimensões - organização 75 didático-pedagógica, perfil do corpo docente e instalações físicas.” Estes conceitos de avaliação são expressos em cinco níveis, de 1 (um) a 5 (cinco), em que os níveis iguais ou superiores a 3 (três) indicam qualidade satisfatória.

18. Apoio aos Discentes

18.1 Acompanhamento Acadêmico Institucional

O curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) viabiliza a formação intelectual e cultural generalista, capacitando os/as estudantes para os processos de investigação científica e intervenção profissional de forma criativa e propositiva no conjunto das relações sociais.

A formação acadêmica se ampara e se orienta pelas Diretrizes Curriculares, pelo Código de ética do/a Assistente Social, pela Lei que Regulamenta a Profissão, e demais legislações que versam sobre a formação e o exercício profissional dos/as assistentes sociais.

Ao longo da graduação, os/as estudantes se apropriam de conhecimentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos. Tal percurso formativo objetiva permitir que estes decifrem as múltiplas expressões da “Questão Social” presentes na sociedade brasileira e na realidade mineira, bem como, formas de enfrentar tais mazelas a partir de um exercício profissional comprometido e propositivo.

Para tanto, inúmeras são as atividades pedagógicas, com aproximações sucessivas à realidade social, realizadas, tais como: aulas, seminários temáticos, atividades de pesquisa, estágio supervisionado, extensão e laboratórios/oficinas, dentre outras. Das atividades

desenvolvidas pelo corpo docente do curso podemos destacar as tutorias, monitorias e pró - ativa.

18.2 Acompanhamento Acadêmico do Curso

O colegiado do curso tem realizado em alternância a semana pedagógica e a semana acadêmica no início de cada semestre com atividades específicas para recepção aos calouros. Também são realizadas atividades com discentes em risco de jubramento/desligamento objetivando compreender as determinações e propor ações que assegurem a conclusão da graduação. Ainda que medidas sejam desenvolvidas permanentemente visando enfrentar a evasão, o colegiado está se dedica à análise dos dados sobre a evasão gerados pelo sistema de controle acadêmico para elaborar ações concretas que visem assegurar a permanência dos/das discentes.

O curso tem realizado atendimentos educacionais especializados aos estudantes com deficiência em articulação com a Coordenadoria de Acessibilidade e Inclusão (CAIN) visando assegurar o direito ao acesso e permanência de pessoas com deficiência.

18.3 Assistência Estudantil

O apoio aos discentes do Curso de Serviço Social da UFOP é obrigação da UFOP e parte integrante da formação universitária do(a) estudante, bem como a condição de seu desenvolvimento como pessoa humana (artigos 53, II e 55 da Resolução CUNI, nº 1868 – Estatuto da UFOP). A Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis da UFOP (PRACE) é o órgão especialmente responsável por proporcionar as condições de assistência, acesso e permanência aos estudantes da Instituição, garantindo-lhes assim bem-estar psicossocial e desenvolvimento humano harmonioso durante a sua graduação. A PRACE visa, essencialmente, por meio de suas ações contínuas de proximidade com os(as) alunos(as), a constante melhoria da vida acadêmica dos(as) estudantes, principalmente na modalidade presencial.

Dentre os programas desenvolvidos pela PRACE, destacam-se os programas de concessão de bolsas, que visam facilitar o acesso à alimentação e complementação financeira concedidos para o custeio de despesas básicas dos estudantes assistidos, para que eles tenham condições de permanecer na Universidade e se dedicar à vida acadêmica. A participação nos programas de bolsas está condicionada a avaliação socioeconômica do estudante de acordo

com seu nível de classificação. Atualmente, a UFOP proporciona aos seus estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais de graduação e pós graduação (sem bolsa acadêmica) dos campi Ouro Preto, Mariana e João Monlevade duas modalidades de bolsas: a) bolsa de alimentação, que em por objetivo proporcionar acesso subsidiado aos Restaurantes Universitários da UFOP; b) bolsa permanência, que possui natureza social e pedagógica e tem por finalidade conceder aos estudantes suporte financeiro para sua permanência no curso de graduação.

A UFOP oferece a oportunidade de habitação em moradia universitária aos seus estudantes de graduação e pós-graduação nos campi Ouro Preto e Mariana. E, em João Monlevade é ofertado o auxílio moradia aos estudantes de graduação presencial. Atualmente, o Programa de Moradia Estudantil da UFOP possui capacidade para atender 1.332 estudantes. Existem, no Programa de Moradia Estudantil, duas modalidades: a) as de critério socioeconômicas – em que a seleção é feita por critério socioeconômico por meio de edital – e a de gestão compartilhada – em que a seleção é realizada diretamente por meio de cada residência.

A PRACE também possui programa de orientação estudantil, que consiste em conjunto de ações que estimulam a integração do(a) estudante ao contexto escolar/universitário, levando em consideração os aspectos pedagógicos, acadêmicos e psicossociais e as contribuições para a permanência no curso e a conclusão deste. Os programas praticados na área de orientação estudantil são: a) Bem-vindo Calouro, programa de recepção e acolhimento de estudantes ingressantes na UFOP; b) Caminhar, programa de acompanhamento acadêmico dos estudantes da UFOP; c) Grupos Temáticos, programa com finalidade oferecer aos sujeitos um espaço coletivo de questionamento/crítica a vivências relacionadas a algum tema específico; d) Programa de Incentivo à Diversidade e Convivência/PIDIC destina-se a implementar atividades de Ações Afirmativas no âmbito da UFOP de forma articulada ao ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento e ampliação das condições de permanência.

O Programa de Incentivo à Diversidade e a Convivência (PIDIC) que destina-se a implementar atividades de Ações Afirmativas no âmbito da UFOP de forma articulada ao ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento e ampliação das condições de permanência de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial da Universidade Federal de Ouro Preto. O Curso de Serviço Social tem participado dos editais e implementado importantes projetos PIDIC.

Além dessas modalidades de suporte à convivência, diversidade e permanência, a UFOP, a partir da aprovação do Conselho Universitário (CUNI) e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) criou a Coordenadoria de Acessibilidade e Inclusão (CAIN). A CAIN, atualmente está vinculada à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PRACE), deve realizar o suporte de “estudantes público-alvo da educação especial, ou seja, pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação”. Neste sentido, a CAIN organiza ações com o objetivo de contribuir com o estudante com deficiência para que este possa exercer o seu direito de cidadania e com a comunidade acadêmica e a sociedade para que a deficiência possa ser aceita com naturalidade. Atividades como a Monitoria Inclusiva que visa prestar um acompanhamento individual do aluno com Necessidades Educacionais Específicas; Ampliação de material para alunos com baixa visão. Além de dispor de recursos de tecnologias assistivas, tais como: computador com leitor de telas, ampliador eletrônico portátil e gravador de voz, disponíveis para os alunos que apresentem necessidades adaptativas.

19. Capacitação do Corpo Docente

A capacitação do corpo docente do curso de Serviço Social orienta-se pelas leis, resoluções e normativas dispostas sobre capacitação docente na UFOP. Através do DESSO foi elaborado um plano de capacitação visando assegurar condições para que todo o corpo docente tenha condições de se capacitar, abarcando:

-As modalidades de afastamento para participação em Programas de Pós Graduação Stricto Senso.

-Ações específicas de capacitação, notadamente, na modalidade de cursos de formação, conforme disposições de editais da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas/ PROGEP.

-Programa de integração docente, que visa receber e integrar os servidores efetivos recém-nomeados e redistribuídos na UFOP, a fim de apresentar-lhes a estrutura organizacional da instituição assim como as questões relativas à legislação do servidor público, e também à avaliação no período de estágio probatório e o desenvolvimento na carreira docente.

-Programa Sala Aberta: Docência no Ensino Superior, que visa criar e ampliar espaços para o diálogo e a permanente reflexão sobre os desafios da docência universitária, tendo como protagonistas os professores.

-Licença para capacitação nos termos do Decreto 9.991, que estabelece que a cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor poderá, no interesse da Administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por até três meses, para participar de curso de capacitação profissional.

O Departamento de Serviço Social dispõe de instrumentos de planejamento, gestão e atualização da capacitação do seu quadro docente, constando, entre esses instrumentos, o plano e o quadro de capacitação docente.

20. Infraestrutura.

Todas as salas de aula do curso de Serviço Social possuem acessibilidade, pois há elevadores. Porém, há espaços no ICSA, como a Casa dos Professores, em que o acesso se dá somente através de escadas. O ICSA possui piso tátil direcional nas áreas externas dos prédios e nos corredores internos do Bloco 3. Não há acessibilidade no ICSA para deficientes auditivos.

20.1 Salas de aula

O Curso possui quatro salas de aula exclusivas, a saber, salas 04, 08, 104 e 204 e três salas compartilhadas com outros cursos da graduação: salas 105, 106 e 206. As salas estão equipadas com mobiliários adequados (quadro branco e carteiras), computadores conectados à internet e projetor.

A Coordenação do Curso e a Chefia de Departamento têm a sua disposição secretarias, com técnicas administrativas compartilhadas com outros cursos e departamentos para auxiliar em suas demandas. Nas salas há computador, mobiliário e espaço para atendimento presencial aos discentes e docentes. Há também uma sala da Coordenação de Estágio do curso, com computador, mobiliário e arquivos.

Todos os(as) professores(as) do curso possuem gabinetes, os quais são compartilhados por até três docentes, sendo que cada um(a) possui mesa com computador e armário próprios.

20.2 Biblioteca

A Biblioteca do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (BIB-ICSA) atende o Curso de Serviço Social da UFOP e é parte importante da estrutura necessária para a implantação do presente Projeto Pedagógico do Curso. A Bibi-ICSA encontra-se no campus de Mariana II, no ICSA, e atende presencialmente entre às 08 às 21 horas. Ela é gerida pelo Sistema de Bibliotecas e Informação (SISBIN) da UFOP (<http://www.sisbin.ufop.br/>). Por meio de sua

estrutura, acervo e serviços, o SISBIN promove o acesso à informação contribuindo para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão da comunidade universitária.

Com esse novo PPC a bibliografia básica de quase todas as unidades curriculares precisará ser renovada, visto que muitos dos exemplares foram adquiridos na abertura do curso e em anos anteriores.

A biblioteca tem espaços adequados para estudos individuais e atividades em grupo. Além disso, também oferece diversos serviços como: Acesso ao Portal de Periódicos da Capes; Comutação bibliográfica; Consulta e empréstimo local; Empréstimo domiciliar; Empréstimo entre bibliotecas (instituições externas); Empréstimo de periódicos; Orientação de normalização de trabalhos e publicações técnico-científicas; e Pesquisa bibliográfica.

O Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social foi concebido de forma a aproveitar da melhor maneira possível os recursos da tecnologia da informação e os meios de comunicação digital. A biblioteca é informatizada, com o acesso ininterrupto garantido ao catálogo disponível online. O catálogo online é estruturado pelo software da “Rede Pergamum” (<https://pergamum.ufop.br/pergamum/biblioteca/index.php>) e da Indexação Compartilhada de Artigos de Periódicos (ICAP) contratados pela UFOP junto à Assessoria de Tecnologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

A UFOP também se uniu à Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), um serviço de gestão de identidade que reúne instituições de ensino e pesquisa brasileiras por meio da integração de suas bases de dados. A parceria permite que através da área restrita “Minha UFOP” o usuário possa acessar os serviços de sua própria instituição e aqueles oferecidos pelas outras organizações da federação. O principal serviço disponível para a comunidade da UFOP é o acesso ao Portal de Periódicos da Capes (<https://portaldeperiodicos.ufop.br/>).

Está disponível também o Portal de Periódicos Eletrônicos da Universidade Federal de Ouro Preto (PP/UFOP), que tem por finalidade aglutinar, num mesmo local virtual, as publicações de conteúdo técnico-científico e que vise promover a circulação do conhecimento promovido pela comunidade acadêmica (tanto interna quanto externa). Neste mesmo sentido, está disponível o Repositório Institucional da Universidade Federal de Ouro Preto, que é uma iniciativa do Sistema de Bibliotecas e Informação (SISBIN), com o apoio do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), e que tem como propósito reunir em um único espaço virtual toda a produção científica da UFOP, de forma a coletar, armazenar, preservar e disseminar os resultados de pesquisas realizadas pelos pesquisadores da comunidade universitária (docentes, pesquisadores, técnicos e alunos(as) de pós-graduação stricto sensu) proporcionando maior

visibilidade e divulgação do conhecimento científico e intelectual gerado na UFOP, por meio do acesso livre através da internet. Por fim, há ainda a Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso integrada ao SISBIN.

20.3 Laboratórios

O curso conta com dois laboratórios. Entendendo as Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação (TDCI) como um instrumento de trabalho da assistente social, o *Laboratório de Informática do Serviço Social* tem por finalidade permitir o acesso de alunos e professores do Curso de Serviço Social às diferentes TDCI's, permitindo trabalhar práticas pedagógicas que contribuem para a formação no uso e aplicação destas ferramentas. Sendo assim é um espaço franco para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Essa sala conta com 26 computadores, projetor e mobiliário.

O *Laboratório de Prática do Serviço Social* é um espaço com capacidade para 30 discentes. Ele é composto por (01) uma antessala, (01) uma sala para simulações de intervenções em Serviço Social, com a seguinte infraestrutura: mesa escritório com computador e telefone, mesa redonda com (05) cadeiras, (01) um armário arquivo/pasta suspensa, (01) um armário com prateleiras e portas, (01) quadro branco móvel, (01) um sofá, um (01) sistema de microfone que capta o som e transmite para os (25) fones de ouvidos dispostos em 25 carteiras que fazem parte da sala contígua a esta, porém separadas por vidros espelhados, que impedem a visualização da sala para onde é transmitido o som. Esta sala tem sistema de isolamento acústico.

Estes são os mobiliários que compõem esta sala onde são realizadas as simulações das atividades cotidianas do trabalho da/do assistente social como: reunião de equipe, entrevistas com as/os usuárias/os, visitas domiciliares, sala de espera, reuniões de grupo etc. Esta sala tem suas paredes internas de vidro que permite a (25) vinte cinco discentes que não estão desenvolvendo a simulação, assistir a mesma através do vidro e com o uso de fones de ouvido e ao mesmo tempo em que é mantida a privacidade as/os discentes que estão em exercício de prática profissional, vinculada mais diretamente a disciplina Introdução ao Trabalho Profissional.

20.4 Recursos tecnológicos

O prédio conta com rede wifi acessível aos docentes e discentes pelo sistema acadêmico.

21. Considerações Finais

O presente PPC foi construído a partir do reconhecimento que as profundas transformações societárias em curso tencionam as profissões – e concomitantemente as

formações profissionais. Sendo assim, na busca pela garantia de uma formação profissional no horizonte do projeto ético político da profissão, foi preciso reconhecer os limites históricos de cada momento do curso, assumir o compromisso com os avanços e acertos, bem como reconhecer que os processos de revisão podem e devem ser realizados desde que assegurem a direção teórico-metodológica e ético-política já consolidada e demarcada na história da profissão e do curso.

Não temos dúvida que o processo de revisão foi fruto e expressão de um longo trabalho coletivo que encampou muitas frentes. Ao fecharmos esse trabalho é nítida a proposta que se desenha visando uma qualificada e crítica formação profissional em *compasso* com as diretrizes curriculares da ABEPSS. Em síntese, podemos elencar alguns dos ganhos: a) incorporação da questão étnico-racial a partir de disciplinas obrigatórias, eletivas e o apontamento do debate como transversal no currículo; b) o fortalecimento e demarcação da dimensão investigativa, expressa na reorganização das disciplinas de Pesquisa I e II seguidas por TCC I e II, e demarcada como transversal no currículo; c) o fortalecimento do perfil generalista, expresso principalmente na construção das disciplinas de seguridade social pensada a partir do trabalho de assistentes sociais nas diversas políticas sociais, bem como a inserção das disciplinas de Formação Social Brasileira e Questão Regional, Mineração e Serviço Social; d) A inserção do debate sobre ética e direitos humanos como transversal; e) as frentes que o curso demarcou para sua qualificação que vão desde as estratégias avaliativas (internas e externas), bem como a construção das semanas acadêmicas e didáticas pedagógicas; f) por último, o grande acúmulo construído a partir do debate sobre a extensão, materializado na política de extensão do curso de Serviço Social, cuja proposta qualifica e concebe a extensão atrelada ao horizonte dos valores defendidos pelo nosso projeto de formação profissional.

Por fim, sabe-se que o PPC precisa ser acompanhado sistematicamente, a partir das reuniões do colegiado do curso e do NDE, envolvendo amplos debates, reuniões que cumprirão a tarefa de avaliar sua implementação, atualidade, acertos e novas possibilidades. O que nos permite concebê-lo como um importante instrumento político pedagógico do curso, de seu planejamento a curto, médio e longo prazo, e por isso mesmo reconhecemos que sempre estará aberto aos ajustes necessários que favoreçam seu aperfeiçoamento, desde que garantido a direção teórico-metodológica e ético-política construída pelo Serviço Social brasileiro.

22. ANEXOS

22.1 Anexo 1: Quadros – Corpo Docente e Técnico do Curso de Serviço Social da UFOP

Nome	Titulação	Regime de trabalho
Adriana de Andrade Mesquita	Doutora	Dedicação exclusiva / 40 horas
André Luiz Monteiro Mayer	Doutor	Dedicação exclusiva / 40 horas
Alessandra Ribeiro de Souza	Doutora	Dedicação exclusiva / 40 horas
Claudio H. Miranda Horst	Doutor	Dedicação exclusiva / 40 horas
Cristiane Silva Tomaz	Doutora	Dedicação exclusiva / 40 horas
Davi Machado Perez	Doutor	Dedicação exclusiva / 40 horas
Isis Silva Roza	Doutora	Dedicação exclusiva / 40 horas
Jussara de Cássia Soares Lopes	Mestre	Dedicação exclusiva / 40 horas
Kathiuça Bertollo	Doutora	Dedicação exclusiva / 40 horas
Leonardo Nogueira Alves	Mestre	Dedicação exclusiva / 40 horas
Marlon Garcia da Silva	Doutor	Dedicação exclusiva / 40 horas
Rafael Santiago Mendes	Mestre	Dedicação exclusiva / 40 horas
Raquel Mota Mascarenhas	Mestre	Dedicação exclusiva / 40 horas
Rodrigo Fernandes Ribeiro	Doutor	Dedicação exclusiva / 40 horas
Roberto Coelho do Carmo	Doutor	Dedicação exclusiva / 40 horas
Sara Martins de Araújo	Mestre	Dedicação exclusiva / 40 horas
Sheila Dias	Mestre	Dedicação exclusiva / 40 horas
Virgínia Alves Carrara	Doutora	Dedicação exclusiva / 40 horas

Nome	Função	Graduação	Regime de trabalho
Karine Batista dos Santos	Assistente em Administração	História	40 horas
Natália Magalhães Rosado	Assistente em	Engenharia de	40 horas

	Administração	Alimentos	
--	---------------	-----------	--

22.2 Anexo 2: Programas das Disciplinas Obrigatórias e Eletivas



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO PROGRAMA DE DISCIPLINA



INTRODUÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL INTRODUCTION TO SOCIAL WORK		Código: SSO200	
Departamento de Serviço Social - DESSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00	Teórica 04 horas/aulas	Prática 00 horas/aula
<p>Ementa: A imagem socialmente construída e a auto imagem profissional. O Serviço Social na contemporaneidade: marxismo e Serviço Social, concepção de profissão; objeto e objetivos do trabalho do/a assistente social. O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro: o Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da profissão do Assistente Social (competências e atribuições privativas) e as diretrizes curriculares da ABEPSS. A dimensão político-organizativa a profissão: ENESSO, conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS, ALAETS, FITS. O trabalho de assistentes sociais na região dos inconfidentes. O serviço social na UFOP.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>UNIDADE I: O Serviço Social brasileiro</p> <p>1.1 - A imagem socialmente construída e a auto imagem profissional. 1.2 - O Serviço Social na contemporaneidade: marxismo e Serviço Social, concepção de profissão. 1.3 - O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro: o Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da profissão do Assistente Social (competências e atribuições privativas) e as diretrizes curriculares da ABEPSS. 1.4 - A dimensão político-organizativa a profissão: ENESSO, Conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS, ALAETS, FITS.</p> <p>UNIDADE II: Possibilidades contemporâneas do trabalho profissional.</p> <p>2.1 - Objeto e objetivos do trabalho do/a assistente social. 2.2 - O trabalho de assistentes sociais na região dos inconfidentes. 2.3 - O serviço social na UFOP.</p>			
<p>Bibliografia básica:</p> <p>1) ORTIZ, Fátima Grave. Fundamentos do Serviço Social: Os fundamentos de sua imagem social e autoimagem de seus agentes. Ed. E-papers. FAPERJ, Rio de Janeiro. 2010.</p> <p>2) TEIXEIRA, Joaquina. Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS. 2009, p.186-199. http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf.</p> <p>3) SILVA, Tiago. Iraton; SIMIONATTO, Ivete. A definição mundial de Serviço Social e o amálgama ideológico do neoconservadorismo: o embate entre a FITS e a Articulação Latino-Americana. Serviço social: questão social e</p>			

direitos humanos. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2015, p.113-134.

4) IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social brasileiro em tempos de mundialização do capital. In: YAZBEK, M. C; IAMAMOTO, M. V. (orgs.). Serviço Social na História: América Latina, África e Europa. São Paulo: Cortez, 2020.

5) HORST, C. H. M; CARRARA, V. A. (Orgs.). “Questão Social”, Mineração e Serviço Social: Reflexões a partir da região dos inconfidentes. Editora UFOP.

Bibliografia complementar:

1) NETTO, J. P. A construção do Projeto ético-político do Serviço Social. In: BRAVO, M. I; MOTA, A. E. (org.). Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional.

2) _____. Capitalismo monopolista e Serviço Social. São Paulo. Cortez, 1992.

3) YAZBEK, M. C. O significado sócio-histórico da profissão. In: Serviço Social, Direitos Sociais e Competências profissionais. Brasília/CFESS/ABEPSS, 2009.

4) _____. Os Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social na contemporaneidade In: Serviço Social, Direitos Sociais e Competências profissionais. Brasília/CFESS/ABEPSS, 2009.

5) ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o Projeto de Formação Profissional. XXIX Convenção da ABESS. Serviço Social e Sociedade. Nº 50. São Paulo: Cortez, 1997.

6) IAMAMOTO, M. V. e CARVALHO, R.. Relações sociais e Serviço Social no Brasil. São Paulo: Cortez/Celats, 2005

7) BRASIL. Lei nº 8662 de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.

8) _____. Código de ética do/a assistente social. Resolução CFESS n.º 273/93 de 13/03/1993. Brasília Conselho Federal de Serviço Social. 1993.

8) Diretrizes curriculares do curso de Serviço Social: Versão ABEPSS e MEC.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



Teoria Social e Serviço Social I Social Theory and Social Work I		Código: SSO201	
Departamento de Serviço Social - DESSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: [x] presencial [] a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00	Teórica 04 horas/aulas	Prática 00 horas/aula
<p>Ementa: A produção material da vida e a constituição das relações sociais. Os fundamentos da sociabilidade na ordem do capital: a mercadoria, o fetichismo, a produção do mais-valor e a acumulação capitalista. A sociabilidade do capital na cena contemporânea: a crise estrutural do capital e a reificação das relações sociais. A alternativa de outra sociabilidade: o modo de produção comunista.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I: Os fundamentos da sociabilidade na ordem do capital</p> <p>1.1 Tempo histórico da Teoria Social de Marx</p> <p>1.2 A produção material da vida e a constituição do ser social</p> <p>1.3 A mercadoria: célula central das relações sociais capitalistas</p> <p>1.4 O fetichismo da mercadoria: o núcleo da hegemonia capitalista</p> <p>Unidade II: Produção do mais-valor e a acumulação capitalista</p> <p>2.1 Produção capitalista: exploração, produção do mais-valor e tormento</p> <p>2.2 A lei geral da acumulação capitalista: miséria e questão social</p> <p>2.3 A sociabilidade do capital na cena contemporânea: crise e reificação das relações sociais</p> <p>2.4 A necessidade histórica de outra sociabilidade: o modo de produção comunista</p>			
<p>Bibliografia básica:</p> <p>1) MARX, Karl. O Capital. Crítica da Economia Política. Livro I, São Paulo: Boitempo, 2014.</p> <p>2) MARX, Karl. Grundrisse. São Paulo: Boitempo, 2011.</p> <p>3) MÉSZÁROS, István. Para Além do Capital. São Paulo: Boitempo, 2002.</p> <p>4) NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>5) NETTO, José Paulo. Marx. Uma Biografia. São Paulo: Boitempo, 2020.</p>			
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>1) LUKÁCS, Georg. Ontologia do ser social. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx V. I e II. São Paulo: Boitempo Editora, 2014.</p> <p>2) MARX, K. e ENGELS, F. Manifesto (do Partido) Comunista. São Paulo: Boitempo, 2007.</p> <p>3) NETTO, José Paulo. Introdução ao Método da Teoria Social. Capacitação Serv. Social. CEAD/UNB, 2009.</p> <p>4) NETTO, José Paulo. O leitor de Marx. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. Originais de 1843-1875.</p> <p>5) NETTO, José Paulo. Capitalismo e Reificação. São Paulo: ICP / PCB, 2015.</p>			



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA**



Introdução a História da Filosofia Introduction to the History of Philosophy		Código: FIL101	
Departamento de Filosofia - DEFIL		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00	Teórica 04 horas/aulas	Prática 00 horas/aula
Ementa: A filosofia clássica. A filosofia cristã. A dialética em Hegel e Marx. A fenomenologia. O existencialismo. O estruturalismo. A escola de Frankfurt. Apontamentos sobre o debate contemporâneo.			
Conteúdo programático: Unidade I: A Filosofia Clássica 1.1 - Nascimento da Filosofia na antiga Grécia 1.2 - Os clássicos filósofos gregos 1.3 - Marx e a crítica da Filosofia Unidade II: Tópicos em Filosofia 2.1 - A fenomenologia. 2.2 - O existencialismo. 2.3 - O estruturalismo. 2.4 - A escola de Frankfurt. 2.5 - Apontamentos sobre o debate contemporâneo.			
Bibliografia básica: 1) ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de filosofia. [5. ed.]. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 2) Chauí, Marilena de Souza. Convite à filosofia . 12.ed.São Paulo : Ática, 1999-2001. 3) GIRARDI, L. J. e QUADROS, O. J. Filosofia: aprendendo a pensar. Porto Alegre: SagraLuzzatto, 2001. 4) MARX, Karl. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007. 5) OSBORNE, Richard Filosofia para principiantes. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.			
Bibliografia complementar: 1) - DURANT, Will. A história da filosofia. Rio de Janeiro: Record, 2000. 2) - LALANDE, A. Vocabulário técnico e crítico de filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 3) - MARITAIN, Jacques Introdução geral à filosofia. Rio de Janeiro: Agir, 2001. 4) - MARX, Karl. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. São Paulo: Boitempo, 2005 5) NUNES, Benedito. A filosofia contemporânea: trajetos iniciais. São Paulo: Ática, 1991. 6) - SEVERINO, Antônio Joaquim. A filosofia contemporânea no Brasil: conhecimento, política e educação. Petrópolis: Vozes, 2001. 7) - HUISMAN, Denis. Dicionário de obras filosóficas. São Paulo: Martins Fontes, 2000, 2002.			



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



Nome do Componente Curricular em português: TÓPICOS EM SOCIOLOGIA		Código: CSO120	
Nome do Componente Curricular em inglês: TOPICS IN SOCIOLOGY			
Nome e sigla do departamento: Departamento de Ciências Sociais - DECSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral 60h		Carga horária semanal 4h	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
<p>Ementa: Aprofundamento do conhecimento no campo de estudos da Sociologia, conforme as especificidades do curso onde se aplica. Matrizes clássicas do pensamento sociológico. Os clássicos da Sociologia e as bases de suas teorias sobre as relações sociais. Processos sociais fundamentais e aplicações de conceitos a situações concretas.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A perspectiva sociológica 2. Os paradigmas da Sociologia <ol style="list-style-type: none"> a) Durkheim: instituições e fatos sociais. b) Marx: superestrutura e infraestrutura; classes e movimentos sociais. c) Weber: ação social (conceitos, tipos) e dominação. 3. Processos sociais fundamentais e aplicações de conceitos a situações concretas. <ol style="list-style-type: none"> a) Ação individual, estrutura social e instituições. b) Modernidade, industrialização e urbanização. c) Formas de organização da interação humana. 4. Debates contemporâneos na Teoria Sociológica 			
<p>Bibliografia básica: QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber. 2.ed. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2002. BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. 29. ed.. Petrópolis: Vozes, 2008. ELIAS, Norbert; FERREIRA, Maria Luísa Ribeiro. Introdução à sociologia. Lisboa: Edições 70 2005. 202 p. GIDDENS, Anthony. Sociologia. 4. ed. Porto Alegre: Artmed 2005. 598 p.</p>			
Bibliografia complementar:			

DURKHEIM, Emile; RODRIGUES, Jose Albertino. Emile Durkheim: sociologia. 9a.ed. São Paulo: Atica 2000 - 2008. 208 p.

WEBER, Max; COHN, Gabriel. Max Weber: sociologia. 7. ed. São Paulo: Atica 2000. 167 p.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, c2000. 224 p.

WEBER, Max. Economia e Sociedade. 3. ed. Brasília: Ed.UnB, 2000.

DURKHEIM, Émile. Da divisão do trabalho social. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GIDDENS, Anthony. Modernidade e identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política, livro primeiro: o processo de produção do capital, volume I. 34. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



Oficina de Extensão I – Universidade e Educação Extension Workshop I – University and Education		Código: SS0204	
Departamento de Serviço Social – DESSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 60 horas	Teórica 02 horas/aula	Prática 02 horas/aula
Ementa: Favorecer a aproximação das/os estudantes às determinações gerais e particulares da realidade universidade-extensão-sociedade, em especial, na região de Mariana-MG, abrindo as vias para experiências e reflexões das práticas extensionistas, em suas articulações com o ensino, a pesquisa e, especialmente, com as Ações Usuais de Extensão e os Eventos de Extensão da universidade e do Curso de Serviço Social da UFOP.			
Conteúdo programático:			
1. Primazia das determinações gerais e particulares da realidade brasileira, mineira e, em especial, de Mariana-MG e região, primazia dos fatos e situações cotidianos, dos fenômenos e processos expressivos das relações sociais de produção e reprodução material e simbólico-cultural da vida nessa realidade.			
2. Capitalismo dependente, universidade e extensão universitária na América Latina, no Brasil, na região dos inconfidentes e em Mariana-MG.			
3. Mineração e expropriação da natureza e da força de trabalho. Lutas sociais, saberes e cultura popular.			
4. Os desafios contemporâneos à extensão universitária e à construção de uma universidade popular.			
5. A Política de Extensão do Curso de Serviço Social da UFOP.			
6. Interação com Programas, projetos, cursos e eventos de extensão do curso de Serviço Social da UFOP.			
Bibliografia básica:			
1-FERNANDES, Florestan. Universidade e desenvolvimento. In: <i>Universidade brasileira: reforma ou revolução?</i> São Paulo: Expressão Popular, 2020.			
2-LEHER, Roberto. Reforma Universitária de Córdoba, noventa anos. Um Acontecimento Fundacional para a Universidade Latino-americanista. In: <i>La reforma universitaria: desafíos y perspectivas noventa años después.</i> Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2008.			
3- PAULA, João Antônio de. Extensão universitária: história, conceito e propostas. <i>Interfaces - Revista de Extensão.</i> v. 1, n. 1, p. 05-23, 2013.			
4- POLÍTICA DE EXTENSÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFOP.			
5- ALVES, Lucas Aredes. DETERMINAÇÕES HISTÓRICAS E SOCIOCULTURAIS DA UNIVERSIDADE E			

DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA E PROBLEMAS CONTEMPORÂNEOS. Disponível em: https://monografias.ufop.br/bitstream/35400000/3391/6/MONOGRRAFIA_Determina%ca7%cb5esHist%cb3ricasSocioculturais.pdf

Bibliografia complementar:

1. ABEPSS. Diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf>. Acesso em: 17 de maio de 2019.
2. BERTOLLO, Kathiúça. *Extensão universitária e curricularização da extensão: considerações sobre a formação em serviço social*. In Revista Alemur. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/alemur/article/view/4613/3636>
3. FERNANDES, Florestan. Padrões de dominação externa na América Latina. In: *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
4. FORPROEX. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Gráfica da UFRGS. Porto Alegre, RS, 2012 (Coleção Extensão Universitária; v. 7. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>
5. LEHER, Roberto. Ideias, valores e princípios para afirmar o futuro da universidade pública latinoamericana. *Revista del IICE*, v. 44, p. 133-146, 2018.
6. LUKÁCS, György. "A decadência ideológica e as condições gerais da pesquisa científica" in NETTO, José Paulo (Org.) *Georg Lukács*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1981.
7. MARX, K. O capital: crítica da economia política. Livro 1 Tomo 1. - 2. ed. - São Paulo: Nova Cultural, 1996.
8. SILVA, Marlon Garcia. *Serviço Social, arte e extensão universitária: a experiência do Programa Mineração do Outro*. 2019.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I Historical, Theoretical and Methodological Fundamentals of Social Work I		Código: SSO205	
Departamento de Serviço Social - DESSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00	Teórica 04 horas/aulas	Prática 00 horas/aula
<p>Ementa: O processo sócio-histórico de profissionalização do Serviço Social: capitalismo monopolista, “questão social” e a realidade brasileira no início do século XX. A emergência do Serviço Social nos Estados Unidos, na Europa, na América Latina (particularidades da realidade brasileira). Bases teóricas e ídeo-culturais da construção do projeto profissional de cariz conservador: doutrina social da Igreja, tomismo e neotomismo e a matriz positivista. O Serviço Social de Caso e Grupo. Permanências e rupturas.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>UNIDADE I – As condições histórico-sociais da emergência do Serviço Social 1.1 - O processo sócio-histórico de profissionalização do Serviço Social: capitalismo monopolista, “questão social” e a realidade brasileira no início do século XX.</p> <p>UNIDADE II - A emergência e a institucionalização do Serviço Social como profissão: 2.1 – O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo, inserido na dinâmica da produção e reprodução das relações sociais capitalistas. 2.2 -As diferentes realidades da emergência da profissão na Europa, nos EUA, na América Latina e no Brasil</p> <p>UNIDADE III - Os fundamentos da gênese do Serviço Social 3.1 Bases teóricas e ídeo-culturais da construção do projeto profissional de cariz conservador: doutrina social da Igreja, tomismo e neotomismo e a matriz positivista. 3.2 - O Serviço Social de Caso e Grupo. 3.3 - Permanências e rupturas do Serviço Social Tradicional</p>			
<p>Bibliografia básica:</p> <p>1) Bibliografia básica: IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>2) NETTO, J. P. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>3) CASTRO, M.M. História do Serviço Social na América Latina. São Paulo: Cortez, 1984. Capítulo III.</p> <p>4) FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda. Fundamentos Filosóficos para o Serviço Social. Socialis Editora. 2021</p> <p>5) VERDÈS-LEROUX, Jeanine. Trabalhador Social: práticas, hábitos, ethos e formas de intervenção. São Paulo:</p>			

Cortez, 1986.

Bibliografia complementar:

- 1) COSTA, Gilmaisa. Macedo da. Revisitando o Serviço Social clássico. Revista Em Pauta, Rio de Janeiro, 2º Semestre de 2017, n. 40, v. 15, p. 166 – 180. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/32747> .
- 2) BASTOS, Maria Durvalina Fernandes. Divergências Político-Ideológicas no processo de profissionalização do serviço social nos Estados Unidos, In: Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, Ano IX, no. 27, 1988.(pp. 5-21).
- 3) Guerra, Yolanda (org.). Serviço Social e seus Fundamentos: Conhecimento e Crítica. Campinas, Papel Social, 2018.
- 4) SILVA, Maria Liduína Oliveira. Serviço Social no Brasil: História de Resistências e de Ruptura Com o Conservadorismo, São Paulo, Cortez, 2016.
- 5) MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço Social: identidade e alienação. São Paulo: Cortez, 2005.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



Trabalho e Sociabilidade Work and sociability		Código: SSO206	
Departamento de Serviço Social - DESSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00	Teórica 04 horas/aulas	Prática 00 horas/aula
<p>Ementa: A centralidade da categoria trabalho para a compreensão da sociabilidade na ordem burguesa. O sentido e a nova morfologia do trabalho na contemporaneidade. A polêmica acerca da centralidade do trabalho na constituição do ser social.</p> <p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I – Trabalho e capital: dos elementos constitutivos fundamentais às determinações do processo de valorização capitalista</p> <ul style="list-style-type: none"> - O trabalho e a sociabilidade humana – a abordagem ontológica. - Trabalho, produção social e valor. - O processo de trabalho e a extração de mais-valia. <p>Unidade II – Trabalho e sociedade capitalista: o debate contemporâneo.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Expansão do setor de serviços no século XX e configurações do capitalismo tardio. - O esgotamento do padrão de acumulação fordista/taylorista e a passagem à acumulação flexível: repercussões na forma-de-ser da classe trabalhadora. - Os desencadeadores da crise estrutural do capital na década de 1970: queda tendencial das taxas de lucro, precarização das relações de trabalho, mundialização e financeirização do capital. - O trabalho na particularidade da formação social brasileira e no Serviço Social. - Desemprego, subemprego, precarização e flexibilização das relações de trabalho. - “Plataformização” e “uberização” do trabalho: as mais recentes modalidades de exploração da força de trabalho. <p>Unidade III – Crítica às teses liberais sobre o “fim do trabalho” e crítica da divisão social capitalista do trabalho</p> <ul style="list-style-type: none"> - As principais elaborações sobre o fim da centralidade do trabalho e do proletariado. - A reafirmação teórica da centralidade do trabalho e da classe trabalhadora. - A crítica da divisão social do trabalho na ordem do capital. 			

Bibliografia básica:

- 1) ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- 2) MARX, Karl. O Capital - crítica da economia política. Livro I, Vol. II cap. XXIII. 14 ed. São Paulo: Bertrand do Brasil, 1994.
- 3) MOTA, Ana. E. (org.) A nova fábrica de consensos. São Paulo: Cortez, 1998.
- 4) ANTUNES, RICARDO. Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. 334p .
- 5) DEGENSZAJN, Raquel. Raichelis; VICENTE, D. P; ALBUQUERQUE, V. O. (Org.). A nova morfologia do trabalho no Serviço Social. reed. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2019. v. 1. 341p.

Bibliografia complementar:

- 1) ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.
- 2) BIANCHI, Alvaro. A crise brasileira e o governo FHC. São Paulo: Xamã, 1997.
- 3) BRAGA, Ruy et alli. Novas tecnologias. Crítica da atual reestruturação produtiva. São Paulo: Xamã, 1995.
- 4) CAMARGO, J.M. (Org.) Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil. Rio de Janeiro:Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- 5) COGGIOLA, Osvaldo (Org.) Globalização e Socialismo. São Paulo: Xamã, 1997.
- 6) COGGIOLA, Osvaldo e KATZ, Cláudio. Neoliberalismo ou crise do capital? São Paulo: Xamã, 1996.
- 7) GORZ, André. Crítica da divisão do trabalho. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- 8) LESSA, Sérgio. Trabalho e Proletariado no Capitalismo Contemporâneo. São Paulo: Cortez, 2007.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



Acumulação Capitalista e “Questão Social” Capitalist Accumulation and Social Question		Código: SSO207	
Departamento de Serviço Social - DESSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: [x] presencial [] a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00	Teórica 04 horas/aulas	Prática 00 horas/aula
<p>Ementa: A lei geral da acumulação capitalista e os processos de produção e reprodução das relações sociais. A “questão social” como resultado das contradições do desenvolvimento do capitalismo. O Estado de classe na ordem burguesa e seus mecanismos de enfrentamento às refrações da “questão social”. A “questão social” na contemporaneidade no Brasil e suas interpretações teóricas no Serviço Social.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I:</p> <p>A lei geral da acumulação capitalista. Os processos de produção e reprodução das relações sociais. Alienação/estranhamento, mais-valor e o capital como relação social. A “questão social” como resultado das contradições do desenvolvimento do capitalismo.</p> <p>Unidade II:</p> <p>A particularidade da “questão social” no capitalismo dependente brasileiro. As metamorfoses do Estado na ordem burguesa e seus mecanismos de enfrentamento às refrações da “questão social”. As expressões da “questão social” no Brasil contemporâneo;</p> <p>Unidade III:</p> <p>A “questão social” na contemporaneidade no Brasil e suas interpretações teóricas no Serviço Social. A centralidade da “questão social” na formação em Serviço Social. A “questão social” como base fundante e objeto do trabalho profissional.</p>			
<p>Bibliografia básica:</p> <p>1) MARX, Karl. O Capital - crítica da economia política. Livro I, Vol. II cap. XXIII. 14 ed. São Paulo: Bertrand do Brasil, 1994.</p> <p>2) IANNI, Octavio. Estado e capitalismo. São Paulo: Brasiliense. Cap.II, III e IV, 1989.</p>			

3) ABEPSS. Revista Temporalis, ano 2, n. 3. Janeiro a Junho. Brasília, 2001.

4) ABEPSS. Crise capitalista, questão social no Brasil e Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 21, n. 42, p. 1-5, jul./dez. 2021.

5) SILVA, I. M. F. Questão Social e Serviço Social no Brasil: fundamentos sócio-históricos. 2. Ed. Campinas, SP. Papel Social, 2014.

Bibliografia complementar:

1) ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

2) COGGIOLA, Osvaldo e KATZ, Cláudio. Neoliberalismo ou crise do capital? São Paulo: Xamã, 1996.

3) FIORI, J.L. e E TAVARES, M.C. Desajuste Global e Modernização Conservadora. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

4) IANNI, Octávio. A 'Questão Social'. In: IANNI, Octávio. A idéia de Brasil Moderno. São Paulo: Brasiliense, 1992. (p. 87-109).

5) PETRAS, James. Armadilha neoliberal e alternativa para a América Latina. São Paulo: Xamã, 1999.

6) SAYAD, João. A crise de janeiro de 1929. In: Revista Praga – estudos marxistas nº 7. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

7) SINGER, Paul. Globalização e desemprego. Diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998.

8) TAVARES, Maria da Conceição. Receita para o caos: arrogância, incompetência e cinismo. In: Revista praga – estudos marxistas nº 7. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA**



Formação Social Brasileira Brazilian Social Formation		Código: SSO208	
Departamento de Serviço Social - DESSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: [x] presencial [] a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00	Teórica 04 horas/aulas	Prática 00 horas/aula
<p>Ementa: A particularidade da formação social brasileira no modo de produção capitalista. As determinações do processo de colonização da sociedade latino-americana e brasileira. Trabalhadores escravizados e livres e as lutas por libertação nacional. A formação do Estado burguês e a revolução burguesa no Brasil. O desenvolvimento capitalista na América Latina e no Brasil. O capitalismo dependente e os padrões de dominação externa. As determinações da formação social brasileira para a formação e o exercício profissional de assistentes sociais.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I – A gênese da formação social brasileira: colonização e modo de produção capitalista</p> <ul style="list-style-type: none"> - Particularidade da formação social brasileira na totalidade do movimento do capital. - Escravidão colonial e os “sentidos da colonização”. - As lutas dos trabalhadores escravizados e dos trabalhadores livres durante a colonização e a transição para a ordem social capitalista. <p>Unidade II – Capitalismo dependente e a formação do Estado nacional burguês</p> <ul style="list-style-type: none"> - A constituição da Revolução Burguesa no Brasil - Estado e classes sociais: autocracia burguesa e a resistência dos “de baixo” - Padrões de reprodução do capital na América Latina <p>Unidade III – Elementos contemporâneos sobre a formação social brasileira e o Serviço Social</p> <ul style="list-style-type: none"> - O aprofundamento do capitalismo dependente no século XXI e a alternativa de reprodução social para além do capital - Os fundamentos da formação social brasileira para a análise da “questão social” no Brasil e o exercício profissional de assistentes sociais. 			
<p>Bibliografia básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo: Expressão Popular/Perseu Abramo, 2016. 2) PRADO JR., Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 			

3) MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo: Anita Garibaldi/Fundação Maurício Grabois, 2014.

4) FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo/Curitiba: Contracorrente/ Kotter, 2020.

5) OSORIO, Jaime. *Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica*. In: FERREIRA, C; OSORIO, J; LUCE, M. (orgs.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo, Boitempo, 2012.

Bibliografia complementar:

1) SERENI, E. De Marx a Lênin: a categoria de “formação económico-social”. In: *Revista de Geografia: Meridiano*. Número 2, 2013.

2) MOURA, C. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Maurício Grabois/Anita Garibaldi, 2014.

3) FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

4) MEDEIROS, E; NOGUEIRA, L; BEZERRA, L. (Orgs.). *Formação social e serviço social: a realidade brasileira em debate*. São Paulo: Outras Expressões, 2019.

5) IANNI, Octávio. *A formação do Estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

6) SAES, Décio. *Conclusão*. In: *A formação do Estado burguês no Brasil (1888/1891)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

7) OSORIO, J. *O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder*. 1. Ed. São Paulo. Outras Expressões, 2014.

8) SANTOS, J. S. *Modo de produção capitalista e formações sociais particulares*. In: _____. *Questão Social: particularidades no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2012.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA**



Teoria Política Political Theory		Código: HIS429	
Departamento de História - DEHIS		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00	Teórica 04 horas/aulas	Prática 00 horas/aula
Ementa: A formação do Estado Moderno na análise dos clássicos: Maquiavel, Hobbes, Locke e Rousseau. O Estado em Marx. O debate contemporâneo sobre o Estado no âmbito do processo de mundialização do capital.			
Conteúdo programático:			
Unidade I: Que vem a ser Teoria Política? Concepções sobre o Poder; A distinção entre Estado e Governo.			
Unidade II: O Pensamento Político Moderno: Maquiavel e a “arte da política”; Hobbes e a “soberania do Estado”; Locke: propriedade e poder político; Montesquieu e a “Divisão de Poderes”; Rousseau e a “vontade geral”.			
Unidade III: A Liberdade dos Antigos e a Liberdade dos Modernos: Tocqueville e a questão das minorias; Stuart Mill e a condição básica da liberdade.			
Unidade IV: a Política fora da Política: Pareto e Mosca: a impossibilidade da democracia; Dahl: poliarquia no lugar da democracia.			
Bibliografia básica:			
1) BURKE, Edmund. Reflexões sobre a revolução em França: Brasília: UNB, c1982.			
2) CARNOY, Martin. Estado e teoria política. Campinas: Papirus, 1988.			
3) CHÂTELET, F. DUHAMEL, O. e EVELYNE, P-K. História das ideias políticas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.			
4) FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2009.			
5) GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. 4ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982			
6) HABERMAS, Jurgen. Direito e democracia: entre facticidade e validade, volume 1. 2ª ed. Riode Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003			
7)HARDT, Michael. Império. Rio de Janeiro.			
8) ROUSSEAU, Jean Jacques. Do contrato social ou princípios do direito político. São Paulo: Penguin.			
Bibliografia complementar:			

- 1) Arendt, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
 2) Chevallier, Jean Jacques. **As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias**. Rio de Janeiro : Agir
 3) LESSA, Sergio **Revista Serviço Social e Sociedade n° 56**. São Paulo: Cortez, 1998.4) MÉSZÁROS, István. Para Além do Capital. São Paulo: Boitempo, 2002.
 4) MARX, K. e ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
 5) WEFFORT, Francisco C. (org.). **Os clássicos da política: 2. volume : Burke, Kant, Hegel, Tocqueville, Stuart Mill, Marx**. 11. ed. Sao Paulo : Ática, 2006.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II Historical, Theoretical and Methodological Fundamentals of Social Work II		Código: SSO210	
Departamento de Serviço Social – DESSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial [] a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
<p>Ementa: O Serviço Social no processo de maturação e consolidação do capitalismo monopolista a partir do segundo pós-guerra. A política desenvolvimentista, a emergência do Desenvolvimento e Organização de Comunidade – América Latina e particularidades brasileiras – e o Serviço Social tradicional. A influência das matrizes teórico metodológicas-positivistas: o funcionalismo e o estruturalismo. O debate crítico acerca do pensamento conservador no Serviço Social. Permanências e rupturas.</p> <p>Conteúdo programático:</p> <p>UNIDADE I - O Serviço Social no processo de maturação e consolidação do capitalismo monopolista a partir do segundo pós-guerra.</p> <p>1. O debate do processo de desenvolvimento do capitalismo monopolista no Brasil, da conformação do Estado brasileiro nesse contexto e suas respostas à “questão social”.</p> <p>UNIDADE II - O Serviço Social brasileiro no contexto do 2º pós-guerra.</p> <p>2.1. A influência das matrizes teórico metodológicas-positivistas no Serviço Social: O funcionalismo e o estruturalismo.</p> <p>2.2. A política desenvolvimentista do Estado brasileiro, a emergência do Desenvolvimento e Organização de Comunidade (América Latina e particularidades brasileiras) e o Serviço Social tradicional.</p> <p>UNIDADE III – A crítica ao pensamento conservador</p> <p>3.1. O debate crítico acerca do pensamento conservador no Serviço Social.</p> <p>3.2. Permanências e rupturas na contemporaneidade</p>			
<p>Bibliografia básica</p> <p>1- AMMAN, Safira Bezerra. Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil. 10 ed. São Paulo, Cortez, 2003.</p> <p>2- CASTRO, Manuel. Manrique. História do Serviço Social na América Latina. Trad. José P. Netto. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2010, Cap. IV. P. 131-169</p> <p>3- HOBBSAWM, Eric. J. Os anos dourados. IN: A era dos extremos: o breve século XX: 1994-1991. São Paulo. Companhia das Letras. 1995. Cap. 9. P. 253-281.</p> <p>4- IANNI, Octavio. Industrialização e interdependência. In: Estado e planejamento econômico no Brasil. Cap. 4. P.143-182.</p>			

5- LÖWY, Michael. Ideologias e Ciência Social. São Paulo. Cortez. 2008.

Bibliografia complementar:

- 1- NETTO, José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011, cap. II.
- 2- FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda. Fundamentos Filosóficos para o Serviço Social. Socialis Editora. 2021.
- 3- DANTAS, J. L. Perspectivas do funcionalismo e seus desdobramentos no Serviço Social. In: Cadernos ABESS, nº. 4. São Paulo, Cortez, 1991.
- 4- ANDRADE, M. A. R. A. de. O metodologismo e o desenvolvimentismo no serviço social brasileiro 1947 a 1961. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 17, n. 1, p. 268-299, 2008.
- 5- BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. Disponível em: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015 641
- 6- GUERRA, Yolanda (org.). Serviço Social e seus Fundamentos: Conhecimento e Crítica. Campinas, Papel



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



Teoria Social e Serviço II Social Theory and Social Work II		Código: SSO211	
Departamento de Serviço Social – DESSO		Unidade Acadêmica: ICESA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00	Teórica 4 horas/aula	Prática 00 horas/aula
Ementa: A crítica da Economia Contemporânea. O Império do Capital. O Imperialismo: fase clássica (1890-1940); anos dourados (1945-1975); a ordem contemporânea do capital e o comando do capital financeiro (1980-2009). A crise do capital e de sua expressão ideopolítica: o neoliberalismo.			
Conteúdo programático:			
Unidade I - O imperialismo clássico: categorias e dinâmicas específicas.			
Unidade II - O imperialismo no capitalismo tardio: categorias e dinâmicas específicas.			
Unidade III - O imperialismo e a crise estrutural do capital na contemporaneidade: categorias e dinâmicas específicas. Os expedientes mediante os quais o capital busca restaurar taxas de lucro a avançar processos de acumulação.			
Bibliografia básica:			
1. LÊNIN, V. I. <i>Imperialismo</i> . Estágio superior do capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.			
2. NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. <i>Economia política: uma introdução crítica</i> . São Paulo: Cortez, 2006.			
3. MANDEL, Ernest. <i>O capitalismo tardio</i> . São Paulo: Abril Cultural, 1982.			
4. MÉSZÁROS, István. <i>Para Além do Capital - Rumo a uma teoria da transição</i> , UNICAMP, Campinas, 2002.			
5. HARVEY David. <i>O novo imperialismo</i> . São Paulo: Edições Loyola, 2004.			
Bibliografia complementar:			
1. DEL ROIO, Marcos. Breve nota sobre a teoria do imperialismo. <i>Novos Rumos</i> , Ano 22, n.º 47, 2007, p. 33-39.			
2. LUXEMBURGO, Rosa. <i>A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo; Anticrítica</i> . 2. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.			
3. HOBBSAWM, Eric. <i>Era dos extremos: O breve século XX. 1914-1991</i> . 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.			
4. CHESNAIS, François. <i>A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração consequências</i> . São			

Paulo: Boitempo, 2005.

5. SEOANI, José. Neoliberalismo y ofensiva extractivista. Actualidad de la acumulación por despojo, desafios de Nuestra América. Revista Theomai, n. 26, 2012.

6) ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

7) FONTES, Virginia. O imperialismo brasileiro. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/0B0eSnYD-sJTWz19ZZGFHWIISc3M/view>.

8) HARVEY, David. Neoliberalismo como destruição criativa. InterfacEHS. Revista de Gestão Integrada em Saúde do trabalho e meio ambiente. Disponível em: http://www.interfacehs.sp.senac.br/br/traducoes.asp?cd=4&cod_artigo=74



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA**



Oficina de Extensão II – Formação sócio-histórica e lutas sociais no território Extension Workshop II – Socio-historical formation and social struggles in the territory		Código: SSO212	
Departamento de Serviço Social – DESSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 60 horas	Teórica 02 horas/aula	Prática 02 horas/aula
Ementa: Aprofundar as interações recíprocas universidade-extensão-sociedade e articular os processos formativos e a lógica curricular, em especial, com os fundamentos da vida social, da formação social brasileira, com a realidade dos movimentos sociais, das lutas de classe, das organizações populares e dos/as trabalhadores, das determinações e das expressões da questão social nas particularidades da Região dos Inconfidentes, das estruturas produtivas, econômicas do capitalismo dependente, da mineração, expropriadores e destrutivas da natureza e do conjunto da sociedade.			
Conteúdo programático:			
1- A realidade das lutas populares, das organizações das classes e dos movimentos sociais em Mariana-MG e região.			
2- As Ações de Extensão da UFOP e do Curso de Serviço Social da UFOP que envolvem a realidade das lutas populares, das classes e dos movimentos sociais em Mariana-MG e região: reflexão e interação.			
Bibliografia básica:			
1- BERTOLLO, K. Mineração e superexploração da força de trabalho: análise a partir da realidade de Mariana-MG. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2018.			
2- HORST, Cláudio; CARRARA, Virgínia (org). “Questão Social”, Mineração e Serviço Social: reflexões a partir da região dos inconfidentes. Editora UFOP. No prelo.			
3- ZONTA, Márcio; TROCATE Charles (Org.). Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP/Billiton. Marabá-PA: Editorial Iguana, 2016, (p. 17-50). (A questão mineral, v. 2).			
4- TONET, Ivo. Educação contra o capital. Maceió: EDUFAL, 2007.			
Bibliografia complementar:			
1- BERTOLLO, Kathiúca. Extensão popular classista: um âmbito da luta e da construção da universidade popular. In: A universidade popular. REBELATTO, Francieli; ACOSTA, Luis; PINHEIRO, Milton (orgs.) São			

Paulo. Instituto Caio Prado Júnior. 2021, (pág. 277 a 304).

2-LUKÁCS, G. Para uma ontologia do ser social II. São Paulo: Boitempo, 2013.

3-MARX, K. O capital: crítica da economia política. Livro 1 Tomo 1. - 2. ed. - São Paulo: Nova Cultural, 1996.

4-MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. Natureza, trabalho e educação. FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; CALDART, Roseli Salette. (orgs.). 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

5-MATTOS, Marcelo Badaró. A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

6-MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2008.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA**



Política Social na Ordem do Capital Social Policy in the Order of Capital		Código: SSO213	
Departamento de Serviço Social – DESSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
<p>Ementa: Os fundamentos da política social. Teorias explicativas da constituição e desenvolvimento das políticas sociais. As políticas sociais nos países de capitalismo dependente e suas particularidades na sociedade brasileira. A “questão social” e o desenvolvimento do sistema brasileiro de proteção social. Neoliberalismo: contrarreformas, financeirização e fundo Público. O papel dos sujeitos políticos na formulação das Políticas Sociais Públicas e Privadas. As determinações para o cotidiano do trabalho profissional de assistentes sociais.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I: Os fundamentos da política social. Teorias explicativas da constituição e desenvolvimento das políticas sociais.</p> <p>Unidade II As políticas sociais nos países de capitalismo dependente e suas particularidades na sociedade brasileira. A “questão social” e o desenvolvimento do sistema brasileiro de proteção social.</p> <p>Unidade III Neoliberalismo: contrarreformas, financeirização e fundo Público. O papel dos sujeitos políticos na formulação das Políticas Sociais Públicas e Privadas. As determinações para o cotidiano do trabalho profissional de assistentes sociais.</p>			
<p>Bibliografia básica:</p> <p>1) BEHRING, Elaine. R; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: Fundamentos e História. São Paulo: Cortez, 2008;</p> <p>2) CHESNAIS, F. A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configurações e consequências. Tradução Rosa Maria Marques, Paulo Nakatani;</p> <p>3) SALVADOR, Evilásio. Fundo público e seguridade social no Brasil. São Paulo: Cortez 2010. 430 p;</p> <p>4) PAIVA, Beatriz. Augusto. de; OURIQUES, Nildo. Domingos. Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte? Revista katálysis. 2006, vol.9, n.2, p.166-175.</p> <p>5) BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine. Rossetti; LIMA, R. L. (Org.). Marxismo, Política Social e Direitos. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2018. v. 1. 304p.</p>			

Bibliografia complementar:

- 1) NETTO, J. P. Crise do socialismo e ofensiva neoliberal. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1995;
- 2) COSTA, Ferreira, Gracyelle. Raça e nação na origem da política social brasileira: União e Resistência dos trabalhadores negros. Tese de Doutorado. 2020. 291f;
- 3) MARQUES, R. M.; NAKATANI, P. Brasil: as alterações institucionais no período recente e o novo governo. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 18, n. 2, p. e36288, 31 dez. 2019.
- 4) BEHRING, Elaine. Rossetti. Política social no governo Lula: uma reflexão. Revista Inscrita (conselho Federal de Serviço Social). Brasília, v.6, n.19, p.10-14, nov.2005;
- 5) IAMAMOTO, Marilda. Vilela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. in Capacitação em Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. – Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009;
- 6) COUTINHO, Carlos. Nelson. Notas sobre Cidadania e Modernidade. Revista Praia Vermelha. Rio de Janeiro, n.1, p. 145-165, 1º semestre 1997;
- 7) NETTO, José. Paulo. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESBAUPIN, Ivo (org). O Desmonte da nação: balanço do governo FHC. Petrópolis: Vozes, 1999. P. 75-89;
- 8) ANDERSON, Perry. “Balanço do neoliberalismo”. In: SADER. Emir. e GENTILI Pablo. (org.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático, Rio de Janeiro, Paz e terra, 1995.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA**



Classes e Movimentos Sociais Classes and social movements.		Código: SSO214	
Departamento de Serviço Social – DESSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
<p>Ementa: As classes sociais no capitalismo contemporâneo e as concepções teóricas sobre os movimentos sociais. As formas de organização e manifestação urbano-rural dos sujeitos coletivos na sociedade brasileira, enfatizando o movimento sindical urbano e o movimento dos trabalhadores rurais. O debate contemporâneo sobre o movimento sindical, os movimentos sociais e ONGs na "ordem do capital". Lutas de classe e lutas sociais no contexto da mineração extrativista enfatizando o contexto da Região dos Inconfidentes.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I: Serviço Social e o debate sobre classes e movimentos sociais. O modo de produção capitalista e as classes sociais. Capitalismo dependente e as classes sociais na América Latina.</p> <p>Unidade II: O debate contemporâneo sobre movimentos sociais, ONG's e organização sindical. Lutas de classe e lutas sociais no contexto da mineração extrativista enfatizando o contexto da Região Inconfidentes.</p>			
<p>Bibliografia básica:</p> <p>1- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Boitempo, 1998.</p> <p>2- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. TRANSPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs). 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. (p. 137 a 180)</p> <p>3- OSÓRIO, Jaime. O Estado no centro da mundialização: A sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras expressões, 2014</p> <p>4- ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (orgs). Movimentos sociais e Serviço Social uma relação necessária. Editora Cortez, 2014, 1 ed.</p> <p>5- ANTUNES, Ricardo. O Continente do labor. São Paulo: Boitempo, 2011.</p>			
Bibliografia complementar:			

- 1- MARX, Karl; O Capital: Crítica da economia política. Livro III. O processo global da produção capitalista. 1 ed. Cap. 52: As Classes. São Paulo: Boitempo, 2017. (p. 947 a 948).
- 2- FLORESTAN, Fernandes. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. 4ª. ed. São Paulo: Global, 2009.
- 3- IASI, Mauro Luis. Contrarreformas ou Revolução: respostas a um capitalismo em crise. In: Revista Argumentum. v. 11, n. 3, p. 7- 17, set./dez. 2019. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/28334/20187>
- 4- MATTOS, Marcelo Badaró. O debate sobre a classe trabalhadora hoje. In: A classe trabalhadora de Marx ao nosso tempo. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- 5- MONTANO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lucia. Estado, Classes Sociais e Movimento Social. Biblioteca Básica do Serviço Social. Vol5. Editora Cortez, 2011.
- 6- BERTOLLO, Kathiúça. Mineração e superexploração da força de trabalho: análise a partir da realidade de Mariana-MG. Tese (doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2017.
- 7- ABRAMIDES, M.B.C. Lutas sociais e desafios da classe trabalhadora: reafirmar o projeto profissional do serviço social brasileiro. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 129, p. 366-386, maio/ago. 2017. <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n129/0101-6628-sssoc-129-0366.pdf>
- 8- SIQUEIRA, Sandra Maria Marinho. Matrizes históricas dos movimentos sociais: entre a cidadania nos limites do capital e a busca pela emancipação humana. Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Educação da Universidade Federal do Ceará, 2006.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III Fundamentals Historical, Theoretical and Methodological of Social Work III		Código: SSO215	
Departamento de Serviço Social – DESSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
<p>Ementa: O contexto social, político, econômico e cultural brasileiro e latino-americano na segunda metade do século XX. O movimento de Reconceituação do Serviço Social e suas expressões particulares na América Latina e no Brasil. O processo de renovação do Serviço Social no Brasil e as tendências teórico-metodológicas: funcional-estruturalismo, a fenomenologia e a tradição marxista. Aproximações do Serviço Social à teoria social crítica. Os dilemas da renovação e do conservadorismo.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O contexto social, político, econômico e cultural brasileiro e latino-americano na segunda metade do século XX. - A crise do Serviço Social “tradicional” e os movimentos contestatórios dos anos 1960-1980 no Brasil e na América Latina: a reconceituação do Serviço Social. - Autocracia burguesa, capitalismo dependente e as ditaduras no contexto da realidade latino-americana: o percurso do Serviço Social no contexto da realidade latino-americana. <p>Unidade II:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O processo de renovação do Serviço Social brasileiro. - As diferentes perspectivas teórico-metodológicas da renovação: funcional-estruturalismo, a fenomenologia e a tradição marxista. - A vertente da intenção de ruptura e o processo de construção do atual projeto ético-político da profissão. 			
<p>Bibliografia básica:</p> <p>1) NETTO, J. P. Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 14. ed. São Paulo (SP): Cortez 2009.</p> <p>2) IAMAMOTO, M. V; SANTOS, C. M. A História pelo avesso - A reconceituação do Serviço Social na</p>			

América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo, Cortez. 2021.

3) IAMAMOTO, Marilda Vilela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 17.ed. São Paulo: Cortez 2009. 326 p

4) IASI, Mauro. Luis. Cinco teses sobre a formação social brasileira (notas de estudo guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática). Serv. Soc. Soc., Dez 2019, no.136, p.417-438.

5) OLIVEIRA E SILVA, Maria. Liduína. Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

Bibliografia complementar:

1) GONZALEZ, Lélia; HASENBALG. Carlos. Lugar de negro. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero. 1982.

2) JESUS, Carolina M. Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada. São Paulo: Livraria Francisco Alves (Editora Paulo de Azevedo Ltda). 1961.

3) SILVA, M. O S. O Serviço Social e o Popular. Resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. São Paulo, Cortez, 1995.

4) ACERVO VLADIMIR HERZOG. Movimentos Negros: Memórias da Ditadura. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/movimentosnegros>.

5) BATISTA., Josefa L. 50 ANOS DO MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA: a construção alternativa crítica e a resistência contra o atual avanço do conservadorismo. R. Pol. Públ., São Luís, v. 20, n 1, p 237-252, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/5054>.

6) DANTAS, José Lucena. Perspectivas do funcionalismo e seus desdobramentos no Serviço Social: Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional. Cadernos ABESS, n. 04, Cortez: São Paulo, 1991 Disponível em <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/perspectivas-do-funcionalismo-e-seus-desdobramentos-no-servico-social-joselucena-dantas-201609020229441433100.pdf>

7) TROGO, Sebastião. Olhar: uma herança da fenomenologia In: Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional. Cadernos ABESS, n. 04, Cortez: São Paulo, 1991 Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/olhar-umaheranca-da-fenomenologia-sebastiao-trogo-201609020228144905780.pd>

8) CAPALDO, Creuza. Fenomenologia: tendências históricas e atuais In: Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional. Cadernos ABESS, n. 04, Cortez: São Paulo, 1991 Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/fenomenologia-tendencias-historicas-e-atuais-creuza-capalbo201609020229015894870.pdf>



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



Teoria Social e Serviço Social III Social Theory and Social Work III		Código: SSO216	
Departamento de Serviço Social – DESSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
<p>Ementa: Tópicos de teoria social da tradição marxista. György Lukács: problemas da decadência ideológica e da destituição ontológica. Introdução ao edifício conceitual de uma ontologia histórico-materialista do ser social: trabalho, reprodução, economia, o ideal e a ideologia, complexos ideológicos (direito, religião, política, ciência, filosofia, arte), os estranhamentos. Antonio Gramsci: categorias centrais dos “Cadernos do Cárcere”: política, grande política e pequena política, partido político, Estado ampliado, sociedade civil, hegemonia, revolução passiva, transformismo, ideologia, filosofia da práxis, intelectual tradicional e intelectual orgânico, americanismo e fordismo.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I</p> <p>-Problemas da destituição ontológica: decadência ideológica, neopositivismo e existencialismo.</p> <p>-Introdução aos complexos de problemas mais importantes do ser social: trabalho, produção e reprodução social, complexos ideológicos (direito, religião, política, ciência, filosofia, arte), o problema dos estranhamentos.</p> <p>Unidade II</p> <p>A trajetória intelectual de Gramsci. Escritos pré-carcerários: transição para a maturidade (1921-1926) (exemplaridade do ensaio sobre “<i>A questão meridional</i>”). <i>Cadernos do Cárcere</i>, o Gramsci maduro e as categorias centrais do seu pensamento (1929-1935): política, grande política e pequena política, partido político, estado ampliado, sociedade civil, hegemonia, ideologia, filosofia da práxis, intelectual tradicional e intelectual orgânico, americanismo e fordismo.</p>			
<p>Bibliografia básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. LUKÁCS, G. <i>Para uma ontologia do ser social I</i>. São Paulo: Boitempo, 2012. 2. _____. <i>Para uma ontologia do ser social II</i>. São Paulo: Boitempo, 2013. 3. COUTINHO, C. N. <i>O leitor de Gramsci</i>. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. 4. _____. <i>Gramsci</i>. Um estudo sobre o seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992. 			

5. SIMIONATTO, I. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. Florianópolis-São Paulo: editora da UFSC-Cortez, 1995. 281p.

Bibliografia complementar:

1. NETTO, J. P. *Georg Lukács. O Guerreiro sem repouso*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
2. FORTES, R. V. As três determinações fundamentais da análise lukacsiana do trabalho: modelo das formas superiores, prioridade ontológica e abstração isoladora Crítica da ideia da centralidade do trabalho em Lukács. *Verinotio. Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, a. XI, n. 22, p. 44-75, out. 2016.
3. OLDRINI, Guido. *Gramsci e Lukács, adversários do marxismo da Segunda Internacional*. Crítica Marxista.
4. COUTINHO, C. N. *De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política*. São Paulo, Boitempo, 2011.
5. _____. *Contra a corrente*. Ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2000.
6. LUKÁCS, G. *Conversando com Lukács* (Entrevista a Léo Kofler, Wolfgang Abendroth e Hans Heinz Holz). São Paulo: Instituto Lukács, 2014.
7. NETTO, José Paulo (org.) *G. Lukács/Sociologia*. São Paulo: Ática, "Grandes cientistas sociais", vol. 20, 1981.
8. VAISMAN, Ester. A ideologia e sua determinação ontológica. In: *Verinotio*, n. 12, Ano VI, out./ 2010. Disponível em: <http://www.verinotio.org/conteudo/0.49365995032122.pdf>



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA**



SEGURIDADE SOCIAL I SOCIAL SECURITY I		Código: SSO217	
Departamento de Serviço Social – DESSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: [x] presencial [] a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
<p>Ementa: As Concepções de Seguridade Social. Construção e crise do Estado de Bem-Estar Social na Europa. A construção da Seguridade Social brasileira. Planejamento, Gestão, Execução, Avaliação, Controle social e Participação Popular. Financiamento e Fundo Público. Universalidade e focalização. A concepção ampliada de Seguridade Social do Serviço Social Brasileiro.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I A Construção da Seguridade Social. As Concepções de Seguridade Social. Crise do Estado de Bem-Estar Social na Europa.</p> <p>Unidade II A construção da Seguridade Social brasileira. Planejamento, Gestão, Execução, Avaliação, Controle social e Participação Popular. O financiamento da Seguridade Social e a disputa pelo Fundo Público.</p> <p>Unidade III A concepção ampliada de Seguridade Social do Serviço Social Brasileiro. Análise da universalidade e focalização nas políticas de Seguridade Social.</p>			
<p>Bibliografia básica:</p> <p>1) MOTTA, A. E. Cultura da crise e seguridade social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez;</p> <p>2) PEREIRA, P. A. P; STEIN, R, H. Política Social: universalidade versus focalização. Um olhar sobre a América Latina. In: Boschetti, I. [et al.] (orgs.). São Paulo: Cortez, 2010;</p> <p>3) ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. Revista Lua Nova, n.24, p.85-116, set.1991;</p> <p>4) BOSCHETTI, Ivanete. Expropriação e Direitos no Capitalismo. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2018. v. 1. 368p;</p> <p>5) GUERRA, Y. A. D. Desafios para o Serviço Social na seguridade social: formação nas políticas ou para as</p>			

políticas sociais? GUERRA, Y; LEITE, J. L; ORTIZ, F. G. (Orgs.). Temas contemporâneos em Serviço Social: uma análise de seus fundamentos. Campinas. Papel Social, 2019. 272 p.

Bibliografia complementar:

- 1) CFESS. Coletânea 5º Encontro Nacional: Serviço Social e Seguridade Social, 2018.
- 2) PAIVA, Beatriz. Augusto. De; MATTEI, Lauro. Notas sobre as políticas sociais no Brasil: a primeira década do século XXI. Revista Textos & Contextos (Porto Alegre) v. 8 n.2 p. 175-194. jul./dez. 2009.
- 3) SOUZA FILHO, R; GURGEL, C. Gestão Democrática e serviço social: princípios e propostas para a intervenção crítica /São Paulo: Cortez,2016.
- 4) DEGENSZAJN, Raquel Raichelis. Esfera pública e conselhos de assistência social - caminhos da construção democrática. 7ª. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2015. 379p .
- 5) BRAVO, M. I. S.; MENEZES, Juliana Souza Bravo de (Org.). Saúde, Serviço Social, Movimentos Sociais e Conselhos: desafios atuais (2a. edição). 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2013. 366p.
- 6) VIANNA, Maria. Lucia. Teixeira. Werneck. A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil: estratégias de bem-estar e políticas públicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan IUPERJ 2000. 286 p.
- 7) BOSCHETTI, Ivanete. A política de seguridade social no Brasil in Capacitação em Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. – Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009;
- 8) _____, Ivanete. Seguridade Social na América Latina, in Behring E. R. ET alli (Orgs.) Política social no Capitalismo tendências contemporâneas. 2 Ed. São Paulo: Cortez, 2009.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



Cidadania, Direito e Serviço Social Citizenship, Law and Social Work		Código: SSO218	
Departamento de Serviço Social – DESSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
<p>Ementa: A concepção de direito e direitos humanos sob a égide capitalista. A construção do ideário dos direitos, e em especial, dos direitos sociais na ordem do capital, com foco no contexto brasileiro. A trajetória e atualidade dos direitos sociais no Brasil. O significado da cidadania no contexto capitalista atual e suas peculiaridades no contexto brasileiro. O marco da Constituição Federal de 1988 e análises sobre os direitos humanos, os direitos sociais, a cidadania e o Serviço social na contemporaneidade.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I: O direito como um complexo social e ideológico na ordem do capital; A relação entre política e direito; Mercadoria e sujeito de direito.</p> <p>Unidade II: Gênese da cidadania e dos direitos sociais na sociedade moderna; Trajetória dos direitos sociais e da cidadania na ordem do capitalismo dependente brasileiro; Os direitos fundamentais contidos na Constituição Federal de 1988; Possibilidades da democracia burguesa no Brasil e os desafios da institucionalidade democrática no Brasil pós-Constituição Federal.</p> <p>Unidade III: Os aspectos inerentes à construção dos direitos sociais e da cidadania brasileira que afetam na conformação e entendimento da cidadania e efetividade das políticas sociais no Brasil. Direitos sociais e sociedades de classes: a crítica ao discurso do direito a ter direitos. Direitos sociais, cidadania e Serviço Social. As perspectivas sobre direitos e cidadania no Serviço Social brasileiro.</p>			
Bibliografia básica:			

1- PACHUKANIS, Evgeny. Teoria Geral do Direito e marxismo. Trad. Silvio Donizete Chagas. São Paulo: Acadêmica, 1988.

2- CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, Introdução.

3- BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Tradução Carlos Nelson Coutinho; apresentação de Celso Lafer. Nova ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 7ª reimpressão

4- ROJAS, Berenice Couto. O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008, p.33 - 138.

5- SOUZA, Jessé. Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro: LeYa, 2018. p.189-203

Bibliografia complementar:

1- COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre cidadania e modernidade. In: *Contra corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2000.

2- COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal: notas sobre a questão democrática no Brasil. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

3- GUERRA, Yolanda. Direitos Sociais e sociedade de classes: o discurso do direito a ter direitos. In: FORTI, V. e GUERRA, Y (orgs). *Ética e direitos: ensaios críticos*. Coletânea nova de Serviço Social: Lúmen Juris. 2013.

4- LESSA, Sérgio. A Emancipação Política e a defesa de direitos. In. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, 2007.

5- MARSHALL, T. H. Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 1967, p.57-114.

6- MARX. Karl. Sobre a questão judaica. Trad. Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010.

7- SAES, Décio Azevedo Marques. Cidadania e Capitalismo: uma abordagem crítica à concepção liberal de cidadania. Revista Crítica Marxista: Ed. Renavan. São Paulo.

8- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



RACISMO ESTRUTURAL E SERVIÇO SOCIAL STRUCTURAL RACISM AND SOCIAL WORK		Código: SSO219	
Departamento de Serviço Social (DESSO)		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
<p>Ementa: Raça/etnia, racismo e capitalismo. O modo de produção escravista colonial e o racismo estrutural na formação social brasileira. As teorias racistas e eugenistas no Brasil e o mito da democracia racial. Movimento Negro: história e lutas. Racismo e “Questão Social” no Brasil contemporâneo. Racismo institucional, Política Social e Serviço Social. Formação e Exercício Profissional Antirracista e o Projeto Ético Político.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>UNIDADE I – O Racismo na Formação Social Brasileira -Raça/etnia, racismo e capitalismo dependente -A funcionalidade do racismo na formação social brasileira -Racismo estrutural -Movimento Social Negro: história, trajetórias e lutas</p> <p>UNIDADE II – O debate sobre a questão étnico-racial no Serviço Social: avanços e desafios numa perspectiva antirracista e anticapitalista -Política Social, Serviço Social e questão étnico-racial -Racismo Institucional e o Serviço Social -O Projeto Ético-Político do Serviço Social e a Formação e o Exercício Profissional Antirracista -Planejamento da atividade profissional no combate ao racismo</p>			
<p>Bibliografia básica:</p> <p>1- ALMEIDA, S. L. de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018.</p> <p>2- MOURA, C. Dialética Radical do Brasil Negro. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, Anitta Garibaldi, 2014.</p> <p>3- GONZÁLES, L. A categoria político-cultural da amefricanidade. In: _____. Primavera para rosas negras. São Paulo: Diáspora Africana/Filhos da África, 2018.</p>			

4- ROCHA, Roseli da Fonseca. A incorporação da temática étnico-racial no processo de formação em serviço social: avanços e desafios. Tese de Doutorado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas – UFRJ. Rio de Janeiro, 2014.

5- EURICO, M. C. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 133, p. 515-529, set./dez. 2018.

Bibliografia complementar:

1- MOURA, C. Sociologia do Negro Brasileiro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

2- GOMES, Nilma. L. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. 1 ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

3- ELPIDIO, Maria. Helena. Diretrizes curriculares e questão racial: uma batida pulsante na formação profissional. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 519-527, set./dez. 2020.

4- SILVA, A. P. P. da. O contrário de “casa grande” não é senzala. É quilombo! A categoria práxis negra no pensamento social de Clóvis Moura. Rio de Janeiro: PPGSS/UFRJ, 2017 [Tese de doutorado em Serviço Social].

5- ALMEIDA, Sheila. Dias. Serviço Social e Relações Raciais: caminhos para uma sociedade sem classes. Temporalis, Brasília (DF), ano 15, n. 29, jan./jun. 2015.

6- IANNI, O. Escravidão e Racismo. São Paulo: Hucitec, 1988.

7- RIBEIRO, D. O povo brasileiro: a formação e ao sentido do Brasil. São Paulo: Global, 2015.

8- SOUZA, C. L. S. de. Terra, trabalho e racismo: veias abertas de uma análise histórico-estrutural no Brasil. Florianópolis: PPGSS/UFSC 2019 [Tese de doutorado em Serviço Social].



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA**



SEGURIDADE SOCIAL II SOCIAL SECURITY II		Código: SSO220	
Departamento de Serviço Social – DESSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
<p>Ementa: Seguridade social: construção histórica e previsão constitucional. O trabalho das/os assistentes sociais nas políticas sociais de previdência social, saúde e assistência social. Demandas e requisições institucionais e atribuições e competências profissionais. O perfil profissional exigido pelas políticas sociais versus o perfil profissional exigido pelo Projeto Ético Político.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I Construção histórica e previsão constitucional da política de previdência social O trabalho das/os assistentes sociais na política de previdência social.</p> <p>Unidade II Construção histórica e previsão constitucional da política de saúde. O trabalho das/os assistentes sociais na política de saúde.</p> <p>Unidade III Construção histórica e previsão constitucional da política de assistência social. O trabalho das/os assistentes sociais na política de assistência social.</p> <p>Unidade IV Demandas e requisições institucionais e atribuições e competências profissionais. Analisar as possibilidades, limites e impactos no trabalho de assistentes sociais na seguridade social brasileira. Refletir alternativas às demandas institucionais conservadoras no cotidiano profissional na direção do projeto ético político.</p>			
<p>Bibliografia básica:</p> <p>1) VASCONCELOS, A. M. A/o assistente social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas – 1. ed. São Paulo: Cortez 2015.</p>			

- 2) MATOS, Maurílio. Castro. Serviço Social, Ética e Saúde: reflexões para o exercício profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2017. v. 01.
- 3) SILVA, M. L. L. da. Previdência Social no Brasil: (des)estruturação do Trabalho e Condições para sua universalização. São Paulo: Cortez, 2012.
- 4) BOSCHETTI, Ivanete. Assistência Social e Trabalho no Capitalismo. 1a. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2016. v. 1.
- 5) CFESS. Coletânea 5º Encontro Nacional: Serviço Social e Seguridade Social, 2018.

Bibliografia complementar:

- 1) BOSCHETTI, Ivanete Saete. A insidiosa corrosão dos sistemas de proteção social europeus. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 112, p. 754-803, out./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000400008&lng=en&nrm=iso>.
- 2) CFESS. Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social. Brasília, 2010;
- 3) BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social, Brasília, 2012;
- 4) BRASIL, Conselho Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional de Assistência Social (Resolução CNAS Nº 109, de 11 de novembro de 2009). Brasília: MDS, 2009;
- 5) MOREIRA, M.C. O serviço Social do INSS a partir da década de 1990: análise da implantação da Matriz Teórico- Metodológica do Serviço Social. In: BEHING, E.R. e ALMEIDA, M. H. T. Trabalho e seguridade social: percursos e dilemas. S.Paulo: Cortez, 2008. p. 235-252;
- 6) SILVA, M. L. L. da. 70 anos de serviço social na previdência: luta pela efetivação da seguridade social. In: 2ª Seminário Nacional de Serviço Social na Previdência Social. Brasília: CFESS dez. 2015. p. 83-112;
- 7) CFESS. Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde. Brasília
- 8) BRAVO, Maria Inês Souza. Política de Saúde no Brasil. In. MOTA, Ana Elisabete (et al) Orgs. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. ABEPSS/OPAS, 2006.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA**



Ética e Serviço Social Ethics and Social Work		Código: SSO221	
Departamento de Serviço Social – DESSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
<p>Ementa: Os Fundamentos Ontológicos da Ética. A capacidade ética do ser social e a Reprodução social das objetivações ético-morais. A Formação Social Brasileira e a constituição da moral e valores. Ética e Trabalho Profissional. Trajetória ético-política do Serviço Social brasileiro e os fundamentos ontológicos do Código de Ética de 1993. Ética e Direitos Humanos. Os desafios contemporâneos ao projeto ético-político do Serviço Social.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I: Os fundamentos ontológicos da ética.</p> <ul style="list-style-type: none"> -Trabalho, ser social e ética. -Práxis e capacidades humano-genéricas. -A reprodução social das objetivações ético-morais. <p>Unidade II: A Formação Social Brasileira e a constituição da moral e valores.</p> <ul style="list-style-type: none"> -Categorias de análise e determinantes centrais da formação social brasileira. -A constituição dos valores e da moral brasileira. -Conservadorismo brasileiro e a particularidade no trato à “questão social”. <p>Unidade III: Ética e Serviço Social</p> <ul style="list-style-type: none"> -Particularidades da ética profissional. -A trajetória ético-política do Serviço Social brasileiro: renovação e conservadorismo. -Os Códigos de Ética profissional de assistentes sociais: 1947, 1965, 1975 e 1986. -O Projeto Ético-Político do Serviço Social e o Código de Ética Profissional de 1993. -O desafios e possibilidades para o trabalho profissional na direção do Projeto Ético-Político. 			
Bibliografia básica:			

- 1) BARROCO, Maria. Lúcia. Silva. *Ética: Fundamentos Sócio-Históricos*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- 2) BONFIM, Paula. *Conservadorismo Moral e Serviço Social: a particularidade da formação moral brasileira e sua influência no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais*. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2015.
- 3) BONETTI, Dilséa. Adeodata. [et. al.]. *Serviço Social e Ética: Convite a uma nova práxis*. 13. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- 4) CARDOSO, P. F. G. *Ética e Projetos Profissionais: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil*. Campinas, SP: Papel Social, 2013.
- 5) GUERRA, Yolanda. *Sobre a possibilidade histórica do projeto ético-político profissional: a apreciação crítica que se faz necessária*. In: FORTI, V. L; GUERRA, Y. A. D. *Projeto Ético Político do Serviço Social: contribuição à sua crítica*. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2015.

Bibliografia complementar:

1. FORTI, Valéria; BRITES, Cristina (Orgs.). *Direitos Humanos e Serviço Social: polêmicas, debates e embates*. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2013.
2. FERNANDES, Neide. A. *Sigilo e Ética do/a assistente social*. São Paulo: Cortez, 2018.
3. CRESS. *Projeto ético político e exercício profissional em serviço social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais*. Conselho Regional de Serviço Social (Org.). Rio de Janeiro: CRESS RJ, 2013.
4. BARROCO, Maria Lucia da Silva. *Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político*. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 106, p. 205- 218, abr./jun. 2011.
5. SANTOS, Débora. Rodrigues. *Ética e Serviço Social um estudo introdutório a partir de G. Lukács*. Campinas: Papel Social, 2018.
6. BARROCO, Maria. Lucia. Silva; TERRA, Sylvia. Helena. *Código de Ética do/a Assistente Social comentado*. São Paulo: Cortez/CFESS, 2012.
7. CARLI, Ranieri. *Ética, moral e ordem: a crítica de Nietzsche e Durkheim ao sujeito ético*. Campinas, Papel Social, 2017.
8. VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. *Ética*. 36ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



Oficina de Extensão III – Trabalho profissional Extension Workshop III – Professional work		Código: SSO222	
Departamento de Serviço Social (DESSO)		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 60 horas	Teórica 02 horas/aula	Prática 02 horas/aula
<p>Ementa: Aprofundar as interações recíprocas universidade-extensão-sociedade e articular os processos formativos e a lógica curricular, em especial, com os fundamentos do trabalho profissional e do universo do mundo do trabalho das/os assistentes sociais, concretando as aquisições dos processos formativos precedentes, articulando-as com as demandas iminentes dos processos de estágio.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>1- A realidade dos espaços sócio-ocupacionais e do mundo do trabalho das/os assistentes sociais em Mariana-MG e região.</p> <p>2- As Ações de Extensão da UFOP e do Curso de Serviço Social da UFOP que envolvem os espaços sócio-ocupacionais e o universo do trabalho das/os assistentes sociais em Mariana-MG e região: reflexão e interação.</p> <p>3- O Projeto Ético-político do Serviço Social brasileiro, e os desafios contemporâneos à formação e ao exercício profissional críticos, alinhados à construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, raça, etnia e gênero.</p>			
<p>Bibliografia básica:</p> <p>1- NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: CEAD; ABEPSS; CFESS. <i>Capacitação em Serviço Social e Política Social</i>. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.</p> <p>2- VASCONCELOS, Ana Maria de. A/o assistente social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2015.</p> <p>3- CFESS. <i>Serviço Social: direitos e competências profissionais</i>. Brasília. CFESS/ABEPSS, 2009.</p>			
<p>Bibliografia complementar:</p>			

- 1- MARX, K. O capital: crítica da economia política. Livro 1 Tomo 1. - 2. ed. - São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- 4- GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade do Serviço Social. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- 5- IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. Relações Sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- 4- NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: Capitalismo Monopolista e Serviço Social. 8 ed. São Paulo, Cortez, 2011.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA**



PESQUISA E SERVIÇO SOCIAL I RESEARCH AND SOCIAL WORK I		Código: SSO223	
Departamento de Serviço Social – DESSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
<p>Ementa: Natureza, método e processo de construção do conhecimento científico e senso comum. Os elementos da construção científica nas diferentes correntes teórico-metodológicas (materialismo histórico, funcionalismo e fenomenologia). A dimensão investigativa do trabalho profissional do assistente social. Panorama e desafios colocados para a pesquisa, dimensão investigativa e produção de conhecimento no Serviço Social. Ética em Pesquisa (sistema de regulação de ética em pesquisa; plágio; código de ética).</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I: A natureza, método e processo de construção do conhecimento científico e senso comum. A construção científica nas diferentes correntes teórico-metodológicas (materialismo histórico, funcionalismo e fenomenologia).</p> <p>Unidade II: A dimensão investigativa do trabalho profissional do assistente social. Panorama e desafios colocados para a pesquisa, dimensão investigativa e produção de conhecimento no Serviço Social.</p> <p>Unidade III Ética em pesquisa e o código de ética do Serviço Social. Sistema de regulação de ética em pesquisa e o plágio.</p>			
<p>Bibliografia básica:</p> <p>1) NETTO, J. P. Introdução ao estudo do método em Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 2) CARLI, Ranieri. Fenomenologia e questão social: limites de uma filosofia. 1ªed. Campinas, Papel Social, 2013; 3) DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo. Abril Cultural, 1978;</p>			

- 4) GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/Abepss, 2009. p.701-718.
- 5) MOTA, Ana. Elizabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. Revista katálysis. 2013, vol.16, n.spe, p.17-27.

Bibliografia complementar:

- 1) CHAUÍ, M. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 2000;
- 2) TONET, Ivo. Método Científico: uma abordagem ontológica. 2. ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016;
- 3) BARROCO, M. L. Considerações sobre a ética na pesquisa a partir do Código de Ética Profissional do Assistente Social; ABESS. Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional. Cortez Editora, São Paulo, 1995;
- 4) LUKÁCS, G. "A decadência ideológica e as condições gerais da pesquisa científica" in NETTO, José Paulo (Org.) *Georg Lukács*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1981.
- 5) Revista Katálysis, v. 10, (2007): Número Especial - Pesquisa em Serviço Social.
- 6) MARX, Karl. "Introdução" in Para a crítica da economia política, Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes. São Paulo: Abril Cultural, "Os economistas", 1982.
- 7) LUKÁCS, G. "Questões Metodológicas Preliminares"; "Crítica da Economia Política" in *Ontologia do ser social. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



Introdução ao Trabalho Profissional Introduction to Professional Work		Código: SSO224	
Departamento de Serviço Social – DESSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
Ementa: O cotidiano e o exercício profissional. As três dimensões do trabalho profissional: dimensão teórico-metodológico, ético-política e técnico-operativa. A instrumentalidade do Serviço Social. Atribuições e Competências profissionais. O mercado de trabalho: condições e relações de trabalho. A dimensão investigativa no trabalho profissional. Bandeiras de Luta do Serviço Social na contemporaneidade.			
Conteúdo programático:			
Unidade I: As determinações fundamentais da cotidianidade. - As categoriais centrais para a crítica da vida cotidiana. - Cotidiano e imediatividade no trabalho profissional.			
Unidade II: As dimensões do trabalho das/os Assistentes Sociais - A dimensão teórico-metodológica. - A dimensão Ético-política. - A dimensão técnico-operativa. - A dimensão investigativa no trabalho profissional.			
Unidade III: -A relação teoria-prática e o tratamento do instrumental técnico-operativo na profissão -As estratégias e técnicas de intervenção a partir de quatro questões fundamentais: o que fazer, porque fazer, como fazer e para que fazer. -Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho de assistentes sociais.			
Unidade IV: - O Estado da arte sobre os instrumentos e técnicas de intervenção profissional do assistente social: diário de			

campo, documentação, entrevista, encaminhamento, visita domiciliar e institucional, reunião, grupo, sala de espera, relatório, parecer.

- As bandeiras de Lutas da categoria na contemporaneidade.

- As atribuições e competências de acordo com a lei que regulamenta a profissão (8.662/93).

Bibliografia básica:

1) NETTO, José. Paulo; CARVALHO, Maria. do. Carmo. Brant. Cotidiano: conhecimento e crítica . 7. ed. São Paulo: Cortez 2007.

2) SANTOS, Claudia. Mônica. Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre Teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

3) GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade do serviço social. 9. ed. 1. reimpr. 2011. São Paulo: Cortez, 1995.

4) SANTOS, Claudia. Mônica; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa no Serviço social: desafios contemporâneos. Juiz de fora, Editora UFJF, 2012.

5) SILVA, Maria. Liduína. Oliveira. Serviço Social no Brasil: História de Resistências e de Ruptura Com o Conservadorismo, São Paulo, Cortez, 2016.

Bibliografia complementar:

1) MOTA, Ana Elizabete. AMARAL, Ângela. Serviço social brasileiros nos anos 2000: cenários, pejeja e desafios. Recife: Editora UFPE, 2014.

2) IAMAMOTO, Marilda Vilela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 17.ed. São Paulo: Cortez. 2009.

3) CFESS. O que é preconceito. Série assistente social no combate ao preconceito. (Caderno 1). Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno01-OqueEPreconceito-Site.pdf>

4) FÁVERO, E., FRANCO, A, OLIVEIRA, R. Sistematização e Análise de Registros da Opinião Técnica Emitida pela/O Assistente Social em Relatórios, Laudos e Pareceres, Objeto de Denúncias Éticas Presentes em Recursos Disciplinares Julgados Pelo Conselho Federal De Serviço Social (CFESS) Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/registros-opiniaotecnica.pdf>.

5) CFESS. ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS DO/A ASSISTENTE SOCIAL EM QUESTÃO - VOLUME 2. 2021.

6) CFESS. Documento Bandeiras de lutas do conjunto CFESS/CRESS.

7) CLOSS, T. T., SCHERER, G. A..Visita domiciliar no trabalho do assistente social: reflexões sobre as técnicas operativas e os desafios ético-políticos na atualidade. Revista Libertas v. 17 n. 2. 2017. Disponível em:<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18528/968>.

8) SANTOS, C. M.. Instrumentos e Técnicas: intenções e tensões na formação profissional do assistente social. Libertas (Juiz de Fora), v. 4 e 5, p. 223-248, 2008.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



Gênero, Patriarcado, Diversidade Sexual e Serviço Social Gender, Patriarchy, Sexual Diversity and Social Work		Código: SSO225	
Departamento de Serviço Social – DESSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
<p>Ementa: Gênero, patriarcado e sexualidade na perspectiva dos estudos feministas. O traço patriarcal e racista do Escravismo colonial e do capitalismo dependente no Brasil. As lutas e movimentos feministas e LGBTQIA+ no Brasil: história e perspectivas. “Questão social”, relações patriarcais de gênero, diversidade sexual e Serviço Social. A relação entre gênero, diversidade sexual e a formação e o trabalho profissional de assistentes sociais.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I:</p> <ul style="list-style-type: none"> -As relações de gênero, patriarcado e sexualidade na perspectiva dos estudos feministas críticos. - As lutas e movimentos feministas e LGBTQIA+ no Brasil: história e perspectivas. <p>Unidade II:</p> <ul style="list-style-type: none"> - As determinações patriarcais e racistas do Escravismo colonial e do capitalismo dependente no Brasil. - “Questão social”, relações patriarcais de gênero, diversidade sexual e Serviço Social. <p>Unidade III:</p> <ul style="list-style-type: none"> - As relações de gênero, diversidade sexual e o projeto de formação profissional da ABEPSS: desafios e limites para a formação profissional crítica. e o trabalho profissional de assistentes sociais. - O trabalho profissional de assistentes sociais comprometidos com o enfrentamento das desigualdades de raça, gênero e sexualidade em consonância com o projeto ético político. 			
<p>Bibliografia básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje. Anpocs. p.223-244. 1984. 2) DAVIS, A. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016. 3) SAFFIOTI, Heleieth. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987. 			

- 4) BORRILLO, Daniel. Homofobia: História e crítica de um preconceito. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.
- 5) CISNE, M; SANTOS, S. M. M dos. Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social.

Bibliografia complementar:

- 1) COLLINS, P. H. Pensamento feminista negro. São Paulo: Boitempo, 2019.
- 2) SIMÕES, J. A.; FACCHINI, R. Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.
- 3) SANTOS, S. M. M. Luta de classes e a questão da diversidade humana: debate atual e perspectivas político-teóricas. In: Revista Trabalho Necessário, v.17, n.32. Rio de Janeiro: UFF, 2019.
- 4) CARNEIRO, S. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo negro, 2015.
- 5) SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- 6) PEREIRA, Maysa M. A.; ROSENO, Andreia. Reflexões sobre as relações étnico/raciais e diversidade sexual e de gênero. In: NOGUEIRA, L.; et al. (Orgs.). Hasteemos a bandeira colorida: Diversidade sexual e de gênero no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- 7) HIRATA, Helena [et al.] (orgs.). Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- 8) NOGUEIRA, Leonardo; PEREIRA, Maysa; TOITIO, Rafael. O Brasil fora do armário: diversidade sexual, gênero e lutas sociais. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2020.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



PROCESSOS DE TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL WORK PROCESSES AND SOCIAL WORK		Código: SSO226	
Departamento de Serviço Social – DESSO		Unidade Acadêmica: ICESA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
Ementa: O Serviço social enquanto especialização do trabalho coletivo. Os elementos constitutivos dos processos de trabalho e o trabalho de assistentes sociais. A diversidade dos espaços sócio-ocupacionais do assistente social e os desafios contemporâneos. As condições éticas e técnicas do trabalho profissional. Serviço Social, trabalho e desgaste mental. Atribuições e competências profissionais.			
Conteúdo programático:			
UNIDADE I - Fundamentos teóricos e o debate do Serviço Social como trabalho: A categoria trabalho em Marx; Processos de trabalho Processo de valorização Produtividade do trabalho Serviço social e processos de trabalho Projeto profissional do Serviço Social			
UNIDADE II – Processos de trabalho e a relação teórico prática no Serviço Social: A inserção do/a Assistente Social em processos de trabalho A especialização do trabalho do/a Assistente Social; Análise de processos de trabalho e Serviço Social Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho Relação teórico prática no Serviço Social As competências e atribuições de Assistentes Sociais			
UNIDADE III – O trabalho e a questão social na contemporaneidade e o Serviço Social: As particularidades do trabalho profissional			

A conjuntura do trabalho

As demandas e requisições indevidas no cotidiano.

Os diferentes espaços sócio-ocupacionais.

As condições éticas-técnicas do trabalho profissional.

Bibliografia básica:

- 1) MARX, K. Capítulo V: Processo de trabalho e processo de valorização. In *O Capital*.
- 2) IAMAMOTO, MV. Serviço Social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social. 8ª Ed. São Paulo, Cortez, 2010.
- 3) RAICHELIS, R; VICENTE, D; ALBUQUERQUE. A nova morfologia do trabalho no Serviço Social. São Paulo. Cortez, 2018.
- 4) CFESS, ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. CEAD/UnB. Brasília. 2009.
- 5) CFESS. Atribuições Privativas do/a Assistente Social em Questão - Volume 2. 2021.

Bibliografia complementar:

- 1) IAMAMOTO, M. V. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo, Cortez, 2000.
- 2) Netto, José Paulo, 1947-. Capitalismo monopolista e serviço social. 7. ed. - São Paulo, Cortez, 2009.
- 3) SOUZA, E. A; OLIVEIRA E SILVA, M. L. Cipoal da insegurança: capitalismo flexível, neoliberalismo e as condições de trabalho de assistentes sociais que atuam na seguridade social no Brasil. In: Trabalho, Questão Social e Serviço Social: a autofagia do capital. São Paulo, Cortez, 2019.
- 4) CARMO, R. C. Por um fio: sofrimento do trabalhador na era de capitalismo flexível. Paco Editorial, Jundiaí, 2012
- 5) ALMEIDA, N. L. T. Considerações iniciais para o exame do processo de trabalho do Serviço Social. Em Pauta. Cadernos da Faculdade de Serviço Social da UERJ, Rio de Janeiro, FSS/UERJ, n. 6, pp. 10-29, 1995.
- 6) JUNCÁ, D. C. de M. A teoria é uma coisa, mas a prática pode não ser outra. *O Social em Questão*, n. 9, p. 10-22, 1º set. 2009.
- 7) RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. In *Revista Serviço Social e Sociedade*. Nº 107. São Paulo: Cortez, 2011.
- 8) GUERRA, Yolanda Aparecida Demetrio. Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares. *Rev. Katálisis*, Florianópolis, v. 16, n. spe, p. 39-49, 2013.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



PESQUISA E SERVIÇO SOCIAL II RESEARCH AND SOCIAL WORK II		Código: SSO227	
Departamento de Serviço Social – DESSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
<p>Ementa: Planejamento, construção e execução do projeto de pesquisa. A escolha do tema, construção do problema-objeto e objetivos, metodologia (tipos de pesquisa; técnicas de análise dos dados; noções básicas de pesquisa qualitativa e quantitativa; instrumental de coleta de dados), justificativa, cronograma. Construção do referencial teórico. Coleta, sistematização e análise dos dados. O relatório de pesquisa. Socialização do conhecimento.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I: Elaboração de projetos de pesquisa A escolha do tema, construção do problema-objeto e objetivos, metodologia (tipos de pesquisa; técnicas de análise dos dados; noções básicas de pesquisa qualitativa e quantitativa; instrumental de coleta de dados), justificativa, cronograma.</p> <p>Unidade II: Construção do referencial teórico do projeto. Desenvolvimento da pesquisa com coleta, sistematização e análise dos dados. Elaboração do relatório de pesquisa e a socialização do conhecimento.</p>			
<p>Bibliografia básica:</p> <p>1) PRATES, Jane. Cruz. A pesquisa social a partir do paradigma dialético crítico: do projeto à análise do dado. In: FERNANDES, Idília; PRATES, Jane. Cruz. Diversidade e estética em Marx e Engels. Editora Papel Social, 2016.</p> <p>2) MINAYO, Maria. Cecília. DESLANDES, Suely. Ferreira. Pesquisa social: teoria, método e criatividade.</p>			

Petrópolis, Vozes, 1994.

3) LAKATOS, Eva. Maria; MARCONI, Marina. Metodologia científica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

4) BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. 1977.

5) DINIZ, Debora; TERRA, Ana. Plágio: palavras escondidas. Brasília: Letras Livres/Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2014. 195p.

Bibliografia complementar:

1) Normas ABNT.

2) Normas UFOP.

3) LIMA, Telma. Cristiane. Sasso; MIOTO, Regina. Célia. Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Revista Katálysis. 2007, v. 10, n. spe, pp. 37-45.

4) ALCOFORADO, Mirtes. Guedes. Elaboração de Projetos de Pesquisa. In CFESS, Conselho Federal de Serviço Social; Unb, Universidade de Brasília. Curso de Pós-Graduação à distância: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009;

5) _____ Monografia. Coletânea CFESS.

6) Revista Serviço Social e Sociedade, n°.139, São Paulo, Set./dez. 2020.

7) SETÚBAL, Aglair. A. Pesquisa no Serviço Social: utopia e realidade: São Paulo: Cortez.

8) BOURGUIGNON, Jussara. Aires. A centralidade ocupada pelos sujeitos que participam das pesquisas pelo Serviço Social. Textos e Contextos, Porto Alegre, V. 7, n. 2, p. 302 - 312, jul - dez 2008.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



PLANEJAMENTO EM SERVIÇO SOCIAL PLANNING IN SOCIAL WORK		Código: SSO228	
Departamento de Serviço Social (DESSO)		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
<p>Ementa: Planejamento social: intencionalidade, racionalidade, processo técnico-político e participação. A importância do planejamento e da igualdade substantiva. Estado e planejamento econômico-social e fundo público no capitalismo dependente. Planejamento e Serviço Social. O planejamento da atividade profissional e o projeto ético-político. O planejamento e as dimensões: ético-política, teórica-metodológica e técnico-operativa. Planejamento da atividade profissional frente as demandas postas pelas/os trabalhadoras/es, usuárias/os e requisições institucionais. Estratégias, instrumentos e recursos utilizados no desenvolvimento da atividade profissional.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>UNIDADE I: Introdução à temática do planejamento: fundamentos históricos, teóricos, conceituais</p> <ul style="list-style-type: none"> - O planejamento como processo técnico-político - A importância do planejamento e da igualdade substantiva <p>UNIDADE II – Estado e planejamento econômico-social e fundo público no capitalismo dependente</p> <ul style="list-style-type: none"> - A experiência brasileira em planejamento social e econômico -Política e planejamento social. -Estado, planejamento e fundo público no capitalismo dependente brasileiro. <p>UNIDADE III – o planejamento no serviço social: trajetória histórica, instrumentos, reflexões e desafios.</p> <ul style="list-style-type: none"> -Planejamento Social e Serviço Social -Planejamento e o projeto ético-político do Serviço Social -O planejamento e as dimensões ético-política, teórica- metodológica e técnico-operativa. 			

-Planejamento em Serviço Social e reflexões sobre o exercício profissional do/a assistente social

Bibliografia básica:

- 1) BERTOLLO, Kathiúça. Planejamento em Serviço Social: tensões e desafios no exercício profissional. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 16, n. 31, jan./jun. p. 333-356, 2016.
- 2) MÉSZÁROS, I. A importância do planejamento e da igualdade substantiva. In: *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- 3) RIBEIRO Isabela Ramos. Estado, Planejamento e Fundo Público no Capitalismo Dependente Brasileiro. In: *Revista de Política Pública*, 2018, p. 465-482.
- 4) TEIXEIRA, Joaquina Barata. Formulação, administração e execução de políticas públicas. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, pp. 554-574.
- 5) VASCONCELOS, Ana Maria. *A/O Assistente Social na Luta de Classes*. 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

Bibliografia complementar:

- 1) BAPTISTA, Myrian Veras. *Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação*. São Paulo: Veras Editora; Lisboa: CPIHTS, 2000, p. 11-24.
- 2) BARBOSA, R. N. C. Introdução ao estudo da Administração e Planejamento aplicados ao trabalho do assistente social. *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, n.14, p.29-42, jan./jun. 1999.
- 3) BONIN, Silvana; KRÜGER, Tânia Regina. Planejamento e Serviço Social. *Sociedade em Debate*, 21(2): 63-83, 2015.
- 4) FREITAS, Bruno Peres. Caminhos do Planejamento: alternativas de reflexão e ação na contemporaneidade. In: *Cadernos Zigmunt Bauman*. ISSN 2236-4099. vol. 5, num. 10, 2015.
- 5) FRITSCH, Rosângela. Planejamento Estratégico: instrumental para a intervenção do Serviço Social? In: *Serviço Social e Sociedade*. Ano XVII, n. 52, dezembro de 1996. p. 127-145.
- 6) IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1986.
- 7) PAULA, Luciana Gonçalves Pereira *et all*. *Serviço Social e Planejamento: reflexões sobre o exercício profissional do/a assistente social*. In: *Temas contemporâneo em Serviço Social: uma análise de seus fundamentos*. Yolanda Guerra, Janete Luiza Leite e Fátima Ortiz Grave (orgs.). Campinas: Papel Social, 2019.
- 8) SOUZA, Rodrigo Filho; GURGEL, Claudio. *Gestão Democrática e Serviço Social: princípios e propostas para a intervenção crítica*. São Paulo: Cortez, 2016.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



Oficina de Estágio em Serviço Social I Social Work Internship Workshop I		Código: SSO229	
Departamento de Serviço Social (DESSO)		Unidade Acadêmica: ICOSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
<p>Ementa: O estágio supervisionado como espaço de síntese da unidade dialética entre teoria e prática. Análise de conjuntura e seus impactos no campo de estágio. A indissociabilidade entre as dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política. Análise institucional. Planejamento e sistematização da intervenção. Objeto de trabalho do Serviço Social. Atribuições e Competências. Perfil dos usuários.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I:</p> <p>Análise de conjuntura e desafios postos ao Serviço Social; A unidade na diferença entre teoria e prática; A indissociabilidade entre as dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política como eixo do trabalho profissional das/dos assistentes sociais.</p> <p>Unidade II:</p> <p>As expressões da “questão social” e suas particularidades na realidade nacional e na região dos inconfidentes; Perfil dos usuários; Análise institucional; Planejamento e sistematização da intervenção.</p>			
<p>Bibliografia básica:</p> <p>1) GUERRA, Y. O estágio supervisionado como espaço de síntese da unidade dialética entre teoria e prática. In: SANTOS, C. M.; LEWGOY, A; M; ABREU, M. H. E. A supervisão de estágio em serviço social: aprendizados, processos e desafios, Lumen Juris, 2016.</p>			

2) VASCONCELOS, Ana Maria. A/O Assistente Social na Luta de Classes. 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2015. [TÓPICO III]

3) SANTOS, Cláudia Mônica. Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2010.

4) SANTOS, C.M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. In: --- (orgs.). 2ª ed. – Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013.

5) CFESS. Atribuições Privativas do/A Assistente Social em Questão. MOREIRA, Solange; MÖLLER, Daniela; NAGAOKA, Jane; RÉGIS, Magali; FURTADO, Mariana, BATISTA, Neimy; DINIZ, Tânia (organizadores). Brasília, CFESS, Volume 2, 2020.

Bibliografia complementar:

1) ALMEIDA, N. L. Considerações para o exame do processo de trabalho do Serviço Social. Revista Serviço Social e Sociedade nº 58. São Paulo: Cortez. Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 03: Política Social. Brasília: CEAD/UNB, 2000.

2) DIRETRIZES CURRICULARES. Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social. Ministério da Educação e do Desporto, Brasília, 1999.

3) IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

4) FALEIROS, V. Saber profissional e poder institucional. São Paulo: Cortez, 2001.

5) GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade do Serviço Social. São Paulo, Cortez, 2008.

6) Acrescentar a política nacional de estágio, a resolução 533, e a política de estágio do curso de serviço social da UFOP.

7) Hillesheim, Jaime. Estágio profissional e precarização do trabalho. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/14174/pdf>



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA**



Serviço Social na Contemporaneidade Social Work in Contemporary		Código: SSO230	
Departamento de serviço social (DESSO)		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
<p>Ementa: O contexto social, político, econômico e cultural brasileiro e latino-americano no século XXI. Os fundamentos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. A formação profissional crítica e o exercício profissional mediado pelo projeto ético-político. Os diferentes projetos profissionais e tendências ideó-políticas: seus fundamentos e estratégias. Os desafios do trabalho profissional mediado pelo Projeto ético-político do Serviço Social frente ao neoconservadorismo.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O contexto social, político, econômico e cultural brasileiro e latino-americano no século XXI; - Os fundamentos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade; <p>Unidade II:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os fundamentos de uma formação profissional crítica: O projeto de formação da ABEPSS; - Os fundamentos do trabalho profissional mediado pelo projeto ético-político: limites e possibilidades; <p>Unidade III:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os diferentes projetos profissionais e tendências ideó-políticas em disputa na profissão: seus fundamentos e estratégias. - Os desafios do trabalho profissional mediado pelo Projeto ético-político do Serviço Social frente ao 			

neoconservadorismo.

Bibliografia básica:

- 1) NETTO, José. Paulo. Transformações societárias e Serviço Social – Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Revista Serviço Social e Sociedade, nº 50, ano XVII, abril de 1996.
- 2) IAMAMOTO, Marilda. Vilela. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 9ª Ed. São Paulo, Cortez, 2015.
- 3) TEIXEIRA, Rodrigo. José. Fundamentos do Serviço Social: uma análise a partir da unidade dos núcleos de fundamentação das diretrizes curriculares da ABEPSS. Tese de Doutorado em Serviço Social/PPGSS-UFRJ. 2019, p.66-92. Disponível em: <file:///C:/Users/Coordena%C3%A7%C3%A3o%20Est%C3%A1gio.OP-136580/Downloads/Tese%20Rodrigo%20Jos%C3%A9%20Teixeira%202019.pdf>.
- 4) GUERRA, Yolanda [et.al.]. Serviço Social e seus Fundamentos: Conhecimento e Crítica. Campinas, Papel Social, 2018.
- 5) VASCONCELOS, Ana. Maria. A/o assistente social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas. 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

Bibliografia complementar:

- 1) TEIXEIRA, Joaquina. Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS. 2009, p.186-199. http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata_-braz-marcelo-01608060407431902860.pdf.
- 2) IASI, Mauro. Luís. Cinco teses sobre a formação social brasileira. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 136, p. 417-438, set./dez. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n136/0101-6628-ssoc-136-0417.pdf>.
- 3) PAIVA, Beatriz. Augusto de; TAVARES, Elaine. Jussara. O confronto de projetos societários na América Latina no século XXI: uma nova guinada do mundo? Revista Katálisis, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 601 - 614, set./dez. 2020. <https://www.scielo.br/j/rk/a/qRFWBv8kjghBJBbNjxm3GDC/abstract/?lang=pt>.
- 4) OLIVEIRA E SILVA, Maria. Liduína. Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.
- 5) SILVA, Mossicléia, Mendes. O projeto ético-político do Serviço Social do ciclo petista à escalada da extrema-direita. Revista Praia Vermelha, v. 29, n. 2 (2019). Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/22839>.
- 6) SILVA, Tiago. Iraton; SIMIONATTO, Ivete. A definição mundial de Serviço Social e o amálgama ideológico do neoconservadorismo: o embate entre a FITS e a Articulação Latino-Americana. Serviço social: questão social e direitos humanos. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2015, p.113-134.
- 7) GOIN. Mariléia. Fundamentos do Serviço Social na América Latina e no Caribe: conceituação, condicionantes sócio históricos e particularidades profissionais. Campinas: Papel Social, 2019.
- 8) ROCHA, Mirella. Capitalismo Dependente e Serviço Social - crítica à formação social brasileira na produção teórica do Serviço Social e outras contradições. Tese de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UFRJ. 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5041212.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



Mineração, Questão Regional e Serviço Social Regional Issue, Mining and Social Work		Código: SSO231	
Departamento de Serviço Social (DESSO)		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
<p>Ementa: A dialética “questão social” e questão regional. A particularidade da formação social de Minas Gerais. A centralidade da mineração para a economia mineira e a região dos inconfidentes. A mineração em minas: história e tendências contemporâneas. As lutas populares por reparação e justiça dos povos atingidos pela mineração. A formação e o exercício profissional de assistentes sociais em territórios minerados.</p> <p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os fundamentos para a compreensão da relação entre “questão social” e questão regional. - A particularidade da formação social de Minas Gerais. <p>Unidade II:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A centralidade da mineração para a economia mineira e a região dos inconfidentes. - A mineração em minas: história e tendências contemporâneas. - As lutas populares por reparação e justiça dos povos atingidos pela mineração. <p>Unidade III:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A formação profissional em territórios atingidos pela mineração. - Os desafios e as possibilidades do trabalho de assistentes sociais em territórios minerados. <p>Bibliografia básica:</p>			

1. PEREIRA, Medeiros. Evelyne. O Marxismo e a Questão Regional: Elementos para Análise. Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, Vol. 9, N. 3, 2018, p. 1714-1734. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/36549/26071>.

2. PAULA, João. Antônio. de. Raízes da Modernidade em Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

3. SOUZA, Laura. de. Mello. Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2020.

4. ZONTA, M; TROCATE, C. (Orgs.) Antes Fosse Mais Leve a Carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. Marabá: Editorial Iguana, 2016.

5. DUTRA, Soares. Adriana. Onde estamos e para onde vamos? Notas sobre o exercício profissional de assistentes sociais em desastres. Revista Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 19, n. 1, p. 4 mar. 2020. In: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/33974>.

Bibliografia complementar:

1. HORST, C. H. M; CARRARA, V. A. (Orgs.). “Questão Social”, Mineração e Serviço Social: Reflexões a partir da região dos inconfidentes. *No Prelo*.

2. PAIVA, Eduardo. Franca. Escravos e libertos nas minas gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo.

3. WANDERLEY, Luiz. Jardim. Índícios de Racismo Ambiental na Tragédia de Mariana: resultados preliminares e nota técnica. Relatório Preliminar. In: <https://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Wanderley-2015-Ind%3%adcios-de-Racismo-Ambiental-na-Trag%3%a9dia-de-Mariana.pdf>.

4. BERTOLLO, Kathiúça. Mineração e superexploração da força de trabalho: análise a partir da realidade de Mariana-MG. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2018.

5. COELHO, Tádzio. Peters. Mineração e dependência no quadrilátero ferrífero. Revista Intratextos, Rio de Janeiro, Número Especial 03, pp.128-146, 2012. In: <https://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Coelho-2012-Minera%3%a7%3%a3o-e-Depend%3%aancia-no-Quadril%3%a1tero-Ferr%3%adfero.pdf>.

6. TROCATE, Charles; COELHO, Tádzio. Peters. Quando vier o silêncio – O problema mineral brasileiro. Expressão Popular, 2020.

7. ESTEVÃO, Thatiele. Monic. O trabalho de assistentes sociais nas assessorias aos atingidos e atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão. 2021. 102 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2021.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



Oficina de Estágio em Serviço Social II Social Work Internship Workshop II		Código: SSO232	
Departamento de Serviço Social (DESSO)		Unidade Acadêmica: ICESA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
<p>Ementa: Análise de conjuntura e seus impactos no campo de estágio. A indissociabilidade entre as dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política. O exercício profissional mediado pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social. Análise institucional. As expressões da questão social nos campos de estágio e as estratégias profissionais e institucionais de enfrentamento das mesmas. Registro do trabalho profissional. Perfil socioeconômico e cultural dos usuários dos serviços das políticas sociais. Atribuições e Competências profissionais. Avaliação do Exercício Profissional. Planejamento da atividade profissional e o projeto de intervenção.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I:</p> <p>Análise de conjuntura e seus impactos no campo de estágio; Perfil socioeconômico e cultural dos usuários dos serviços das políticas sociais; As estratégias profissionais e institucionais de enfrentamento das expressões da “questão social”.</p> <p>Unidade II:</p> <p>Registro do trabalho profissional; Atribuições e Competências profissionais; Avaliação do Exercício Profissional; Planejamento da atividade profissional e o projeto de intervenção.</p>			

Bibliografia básica:

- 1) NETTO, José. Paulo; CARVALHO, Maria. Carmo. Brant. Cotidiano: conhecimento e crítica. 10. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- 2) Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/sumario.htm
- 3) LIMA, Rita de C. C. Perspectivas para elaboração de um Projeto de Intervenção à luz do Projeto Profissional Hegemônico. In: ACOSTA, L. E. A.; SILVA, M. A. P. Trabalho Social – Estudos sobre prática e exercício profissional dos assistentes sociais. 1ª ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2014, p. 181-204 <http://ess.ufrj.br/images/Estagio/RevistaVolumeII/Rita-Cavalcante.pdf>
- 4) VASCONCELOS, Ana Maria. A/O Assistente Social na Luta de Classes. 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- 5) COUTO, Berenice Rojas. Formulação de projeto de trabalho profissional. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 651-666.

Bibliografia complementar:

- 1) ALMEIDA, N. L.T. Considerações para o exame do processo de trabalho do Serviço Social. In Serviço Social e Sociedade nº52. São Paulo: Cortez, 1996.
- 2) Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 03: Política Social. Brasília: CEAD/UNB, 2000.
- 3) Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 04: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: CEAD/UNB, 2000.
- 4) DIRETRIZES CURRICULARES. Comissão de especialistas de ensino em serviço social. Ministério da Educação e do Desporto. Brasília, 1999.
- 5) GUERRA, Y. Ensino da prática profissional no Serviço Social. Revista Temporalis, v. 2, Brasília, ABEPSS-VALCI, 2000.
- 6) GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade do Serviço Social. São Paulo, Cortez, 2008.
- 7) IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.
- 8) Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche. São Paulo: Cortez, 2008.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso I Course Conclusion Work Seminar I		Código: SSO233	
Departamento de Serviço Social (DESSO)		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
Ementa: O papel do TCC na formação em Serviço Social. Ética na pesquisa e Serviço Social. Delimitação do problema de pesquisa, do objeto de investigação, e dos objetivos. Procedimentos teórico-metodológicos e a construção do projeto de pesquisa. Elaboração do projeto de TCC.			
Conteúdo programático:			
Unidade I O papel do TCC na formação em Serviço Social. Ética na pesquisa e o Serviço Social.			
Unidade II Delimitação do problema de pesquisa, do objeto de investigação, e dos objetivos. Procedimentos teórico-metodológicos e a construção do projeto de pesquisa. Elaboração do projeto de TCC.			
Bibliografia básica:			
1) NETTO, J. P. <i>Introdução ao Estudo do Método de Marx</i> . São Paulo: Expressão Popular, 2011.			
2) IANNI, O. A construção da categoria. <i>Revista HISTEDBR</i> On-line, Campinas, número especial, p. 397-416, abr. 2011.			
3) MINAYO, M. C; DESLANDES, S. F. <i>Pesquisa social: teoria, método e criatividade</i> . Petrópolis, Vozes, 1994			

p. 09-29.

4) MINAYO, M. C. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/ABRASCO, 1998.

5) TOBAR, F.; YALOUR, M. R. Da dúvida ao problema. In: _____. *Como fazer teses em Saúde Pública: conselhos e ideias para formular projetos e redigir teses e informes de pesquisa*, 2002, p.33-45.

Bibliografia complementar:

1) ABEPSS. *Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social*. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

2) CFESS. *Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais*. Brasília: CFESS, 1993.

3) CONEP. Resoluções 466/510. Brasília: CONEP/Ministério da Saúde, 2012/2016.

4) GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5ª. ed. São Paulo: Editora Atlas; 2008.

5) MEDEIROS, J. B. *Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas*, 5ª, Atlas, São Paulo: 2003.

6) LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina. *Metodologia científica*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

7) BARROCO, M. L. Considerações sobre a ética na pesquisa a partir do Código de Ética Profissional do Assistente Social. In: ABESS. *Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional*. Cortez Editora, São Paulo, 1995.

8) SETUBAL, A. A. Desafios à pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional. *Katálisis*, Florianópolis, v. 10, n. especial, p. 64-72, 2007.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso II Course Conclusion Work Seminar II		Código: SSO234	
Departamento de Serviço Social (DESSO)		Unidade Acadêmica: ICESA	
Modalidade de oferta: [X] presencial [] a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
Ementa: Procedimentos teórico-metodológicos e pesquisa de TCC. Coleta e sistematização de dados. Procedimentos para análise dos dados. Redação da monografia. Apresentação do TCC e processo de submissão no repositório institucional.			
Conteúdo programático:			
Unidade I Procedimentos teórico-metodológicos e pesquisa de TCC. A coleta e a sistematização de dados da pesquisa. Procedimentos para análise dos dados			
Unidade II Redação da monografia. Apresentação do TCC e processo de submissão no repositório institucional.			
Bibliografia básica:			
1) UFOP. <i>Guia para normalização de trabalhos acadêmicos</i> . Ouro Preto: UFOP, 2019.			
2) MEDEIROS, J. B. <i>Redação Científica. A Prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas</i> , 5ª, Atlas, São Paulo: 2003.			

- 3) GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.
 4) SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2007.
 5) LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina. *Metodologia científica*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

Bibliografia complementar:

- 1) LÖWY, M. objetividade e ponto de vista de classes nas ciências sociais. In: _____. *Marxismo contra positivismo*. São Paulo: Cortez, 2018.
 2) MINAYO, M.C.S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? *Cadernos de Saúde Pública*, 9 (3): 239-262; 1993.
 3) BOURGUIGNON, J. A. A centralidade ocupada pelos sujeitos que participam das pesquisas pelo Serviço Social. *Textos e Contextos*, Porto Alegre, V. 7, n. 2, p. 302 - 312, jul - dez 2008.
 4) PRATES, J. C. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), v. 11, n. 1, p. 116 - 128, jan./jul. 2012.
 5) LARA, R. *Produção do conhecimento no Serviço Social: o mundo do trabalho em debate*. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.
 6) FREIRE, P. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1989.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
 PROGRAMA DE DISCIPLINA**



Oficina de Estágio em Serviço Social III Social Work Internship Workshop III		Código: SSO235	
Departamento de Serviço Social (DESSO)		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
Ementa: Análise de conjuntura e seus impactos no campo de estágio. Sistematização e planejamento do exercício profissional. Execução, monitoramento e avaliação do projeto de intervenção. Táticas e estratégias para a construção de propostas alternativas às requisições institucionais. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. Atribuições e Competências Profissionais. A supervisão de estágio em Serviço Social: elementos para o exercício da supervisão direta enquanto atribuição privativa dos/as Assistentes Sociais.			
Conteúdo programático:			
Unidade I:			
Análise de conjuntura e seus impactos no campo de estágio;			
Táticas e estratégias para a construção de propostas alternativas às requisições institucionais;			
Sistematização e planejamento do exercício profissional.			
Unidade II:			
Execução, monitoramento e avaliação do projeto de intervenção;			
Avaliação de políticas, programas e projetos sociais;			
A supervisão de estágio em Serviço Social: elementos para o exercício da supervisão direta enquanto atribuição privativa dos/as Assistentes Sociais.			

Bibliografia básica:

1. BOSCHETTI, I. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: Serviço Social: Direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
2. IAMAMOTO, M. V. Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche. São Paulo: Cortez, 2008.
3. SIQUEIRA, L. Supervisão acadêmica: particularidades e desafios da formação profissional. Revista Trabalho Social. <http://ess.ufrj.br/images/Estagio/RevistaVolumelI/Luana-Siqueira.pdf>
4. PAULA, L. G. P. Estratégias e Táticas: reflexões no campo do Serviço Social. 1. ed. Rio de Janeiro. Lumen Juris, 2016.
5. SANTOS, C. M; GOMES, D. C. S; LOPES, L. P. Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios e estratégias para sua operacionalização. In: SANTOS, C. M; LEWGOY, A. M; ABREU, M. H. E. A supervisão de estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

Bibliografia complementar:

1. ALMEIDA, N. L. Considerações para o exame do processo de trabalho do Serviço Social. Revista Serviço Social e Sociedade nº 58. São Paulo: Cortez. Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 03: Política Social. Brasília: CEAD/UNB, 2000.
2. DIRETRIZES CURRICULARES. Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social. Ministério da Educação e do Desporto, Brasília, 1999.
3. GUERRA, Yolanda. —Ensino da prática profissional no Serviço Social. Revista Temporalis. V. 2, Brasília: ABEPSS-VALCI, 2000.
4. GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade do Serviço Social. São Paulo, Cortez, 2008.
5. IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.
6. SANTOS, Cláudia Mônica. Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
7. SANTOS, C. M; GOMES, D. C. S; LOPES, L. P. Supervisão de estágio em serviço social: desafios e estratégias para sua operacionalização. In: SANTOS, C. M.; LEWGOY, A. M; ABREU, M. H. E. A supervisão de estágio em serviço social: aprendizados, processos e desafios, Lumen Juris, 2016.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA**



CAPITALISMO, POBREZA E GESTÃO DA BARBÁRIE CAPITALISM, POVERTY AND BARBARISM MANAGEMENT		Código: SSO236	
Departamento de Serviço Social - DESSO		Unidade Acadêmica: ICESA	
Modalidade de oferta: [x] presencial [] a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
Ementa: O movimento do capital na cena contemporânea: o capital portados de juros e a financeirização. A crise estrutural do capital e o Estado Moderno. A categoria barbárie na teoria marxista e a crise orgânica do capital. A constituição da internacionalização do combate à pobreza. Estratégia hegemônica de enfrentamento da pobreza e gestão da barbárie. As diferentes interpretações teóricas sobre a pobreza e riqueza. Concepção e enfrentamento a pobreza no Serviço Social brasileiro.			
Conteúdo programático:			
Unidade I: O movimento do capital na cena contemporânea			
- O capital portados de juros: a financeirização			
- A crise estrutural do capital e o Estado Moderno			
- Lei geral de acumulação capitalista e os fundamentos da pobreza;			
Unidade I: Pobreza e questão social: fundamentos e crítica da pobreza na sociedade brasileira			
- Questão social e pobreza no Brasil			
- Autocracia burguesa e Estado no Brasil			
- Crise capitalista e criminalização da pobreza			
- Lutas e Movimentos Sociais na contemporaneidade			

Unidade III: Serviço Social, pobreza e tendências contemporâneas

-“Questão Social”, política social e Serviço Social.

- As diferentes compreensões sobre a pobreza e as forma de seu enfrentamento no Serviço Social.

- As repercussões da criminalização da pobreza no exercício profissional de assistentes sociais;

Bibliografia básica:

1) MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

2) TONELO, Iuri. *No entanto ela se move: a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo*. São Paulo: Boitempo / Iskra, 2021.

3) MARTINS, José Souza. *A Sociedade vista do Abismo – novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes*. Editora Vozes, 2011.

4) SIQUEIRA, L de S. *Pobreza e Serviço Social: diferentes concepções e compromissos políticos*. 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

5) NETTO, J. P. *Desigualdade, Pobreza e Serviço Social*. Em Pauta, Rio de Janeiro, n. 19. 2007. P.1-37. <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/190/213>.

Bibliografia complementar:

1 - ANTUNES, Ricardo. *O Privilégio da Servidão. O proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2010.

2 - CHESNAIS, François (Org.). *A Finança Mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2010.

3 - ILAESE. *Anuário Estatístico do ILAESE: Trabalho & Exploração 2021*. Belo Horizonte: 2021.

4 - ASDUERJ. *Dossiê: Dívida Pública. Revista Advir/Associação dos Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*. n. 36 .Rio de Janeiro: ASDUERJ, 2017.

5 - MARX, Karl. *O Capital. Crítica da Economia Política. Livro I. O processo global da produção capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2014.

6 - MARX, Karl. *O Capital. Crítica da Economia Política. Livro III*, São Paulo: Boitempo, 2017

7 - PAULANI, Leda. *Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo, 2008.

8 - WOOD, E.M. *O império do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



UFOP
Universidade Federal
de Ouro Preto

ANTROPOLOGIA CULTURAL CULTURAL ANTHROPOLOGY		Código: CSO116	
Departamento de Ciências Sociais – DECSO		Unidade Acadêmica: ICESA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 30 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 02 horas/aula	Prática 00 horas/aula
Ementa: Dimensões da cultura, lógica classificatória e prática simbólica. Processos rituais. Coordenadas culturais de tempo e espaço. Encontro etnográfico e etnografia das sociedades contemporâneas.			
Conteúdo programático:			
I.A Reflexão sobre o Homem: Processos de Hominização e Humanização.			
a) A Evolução: Dicotomia Pé, Mão e Cabeça.			
b) O Aparecimento das Sociedades			
II. A Alteridade			
a) Discussão sobre Mito e Ciência			
b) Formas de Conhecimento			
III. Antropologia das Religiões			
a) O Estudo das Religiões			
b) O Caso Lilith			
c) O Candomblé			

- IV. Antropologia do Corpo
- A Noção de Corpo em Antropologia
 - A Noção de Pessoa
 - As Técnicas Corporais

Bibliografia Básica:

- 1) Corrêa, Mariza. **Antropólogos & antropologia**. Belo Horizonte (MG): Editora UFMG, 2003.
- 2) Roque de Barros Laraia. **Cultura : um conceito antropológico**. 24.ed. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2009.
- 3) Geertz, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara.

Bibliografia Complementar:

- 1) Levi-Strauss, Claude. **Antropologia estrutural dois**. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1993.
- 2) Louis Dumont ; tradução de Alvaro Cabral. **O individualismo : uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- 3) Auge, Marc. **Por uma antropologia dos mundos contemporâneos**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, [1997].
- 4) Gil, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo : Atlas, 1996.
- 5) Introdução e organização Bela Feldman-Bianco. **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo : Global Ed., c1987.
- 6) Sahlins, Marshall David. **Cultura e razão prática**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



A Financeirização do Capital e o Impacto sobre a Classe Trabalhadora The Financialization of Capital and the Impact on the Working Clas		Código: SSO238	
Departamento de Serviço Social - DESSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
Ementa: O capital portador de juros em Marx - Os Grundrisse; Para a Crítica da Economia Política; O Capital. A financeirização do capital. As finanças em tempo de crise estrutural do capital. O sistema da dívida pública. O impacto sobre a classe trabalhadora.			
Conteúdo programático:			
Unidade I: O capital portador de juros			
1. Dinheiro que gera Dinheiro em Marx: D-D'			
2. A Financeirização do Capital: história e desenvolvimento			
Unidade II: Finanças e a classe trabalhadora			
1. Finanças e crise estrutural do capital			
2. Financeirização, sistema da dívida pública e a classe trabalhadora.			
Bibliografia básica:			
1. ANTUNES, Ricardo. <i>O Privilégio da Servidão. O proletariado de serviços na era digital</i> . São Paulo: Boitempo, 2010.			
2. CHESNAIS, François (Org.). <i>A Finança Mundanizada</i> . São Paulo: Boitempo, 2010.			

3. HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2010.
4. MARX, Karl. *O Capital. Crítica da Economia Política. Livro III. O processo global da produção capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2017.
5. TONELO, Iuri. *No entanto ela se move: a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo*. São Paulo: Boitempo / Iskra, 2021.

Bibliografia complementar:

1. HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do Capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.
2. MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política (Os Economistas)*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
3. MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.
4. MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
5. NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2010.
6. PAULANI, Leda. *Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo, 2008.
7. WOOD, E.M. *O império do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.
8. Asduerj. Dossiê: Dívida Pública. Revista Advir / Associação dos Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. n. 36 (jul. 2017)- . – Rio de Janeiro: Asduerj, 2017.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



O Trabalho de Assistentes Sociais com Famílias SOCIAL WORK AND WORK WITH FAMILIES		Código: SSO239	
Departamento de Serviço Social - DESSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
Ementa: Fundamentos ontológicos do ser social e da família. Trabalho, reprodução social e família: a particularidade da família no sistema sócio-metabólico do capital. Formação sócio-histórica e a constituição da família no Brasil. Ideologia do Familismo. “Questão Social” e Família. Família contemporânea. O trabalho de assistentes sociais com famílias mediado pelo Projeto Ético Político.			
Conteúdo programático:			
Unidade I:			
Os fundamentos ontológicos do ser social e o surgimento da família. Trabalho, reprodução social e família: a particularidade da família no sistema do capital.			
Unidade II:			
A Formação sócio-histórica e a constituição da família no Brasil. A Ideologia do Familismo e sua expressão na sociedade brasileira. “Questão Social”, suas expressões e os impactos nas famílias.			
Unidade III:			
A Família na realidade contemporânea e a defesa da diversidade familiar como compromisso ético-político de assistentes sociais. O trabalho de assistentes sociais com famílias mediado pelo Projeto Ético Político.			
Bibliografia básica:			

1. ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
2. ALENCAR, Mônica. Maria. Torres. Família, Trabalho e Reprodução Social: limites na realidade brasileira. DUARTE, M. J. O; ALENCAR, M. M. T. (orgs.). **Família e Famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas**. 2ª tiragem. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
3. MIOTO, Regina. Célia. Tamasso; [et al] (orgs.). **Familismo, Direitos e Cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015.
4. HORST, C. H. M. As Diretrizes Curriculares da ABEPSS e a Temática Família. **Revista Temporalis**, v. 20, p. 144-164, 2020.
5. HORST, C. H. M; MIOTO, R. C. T. Serviço Social e o trabalho com famílias: renovação ou conservadorismo? **Revista Em Pauta**, v. 15, p. 228-246, 2018.

Bibliografia complementar:

1. MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital: Rumo a uma teoria da transição**. Boitempo. 2002. Parte I – Capítulo 5.
2. MIOTO, R. C. T. Família, Trabalho com Famílias e Serviço Social. **Serviço Social em Revista**, v. 12, p. 163-176, 2010.
3. HORST, C. H. M; MIOTO, R. C. T. Crise, Neoconservadorismo e Ideologia da Família. **Serviço Social: questão social e direitos humanos**. Volume IV. Florianópolis. Editora UFSC, 2021.
4. CANEVACCI, M. **Dialética da Família: Gênese de uma instituição repressiva**. São Paulo: Editora Brasiliense. 5ª ed. 1981. Introdução.
5. FEDERECI, S. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo**. Volume 1. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2021.
6. LESSA, Sérgio. **Abaixo a Família Monogâmica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
7. SILVA, L. M. M. R. **Serviço Social e Família: a legitimação de uma ideologia**. 2.ed. São Paulo, Cortez, 1982.
8. RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930**. 4. Ed. São Paulo: Paz e Terra. 2014.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA E O CONTROLE SOCIAL PUNITIVO CRIMINALIZATION OF POVERTY AND PUNITIVE SOCIAL CONTROL		Código: SSO240	
Departamento de Serviço Social - DESSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: [x] presencial [] a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
Ementa: O estudo sobre a criminalização da pobreza e o controle social punitivo na sociedade capitalista. A partir dos fundamentos da crítica da economia política, analisar-se-á a formação das chamadas “classes perigosas”, as expressões da “questão social” e as estratégias desenvolvidas pelo Estado e as classes dominantes de controle e dominação da classe trabalhadora. A formação social e histórica do Brasil como país de capitalismo dependente e o desenvolvimento das políticas punitivas e prisional. Relação entre políticas sociais e políticas punitivas na contemporaneidade e o Serviço Social.			
Conteúdo programático:			
Unidade I: Criminalização da pobreza na sociedade capitalista			
1. Criminalização e controle social: gênese e história			
2. Formação das “classes perigosas”, controle e dominação da classe trabalhadora.			
Unidade II: Controle social punitivo na particularidade brasileira			
1. Formação social brasileira e o desenvolvimento das políticas punitivas e prisional			
2. Relação entre políticas sociais e políticas punitivas e o Serviço Social			
Bibliografia básica:			
1. Guimarães, Alberto Passos. <i>As classes perigosas: Banditismo urbano e rural</i> . Rio de Janeiro. Ed. UFRJ. 2008. Revisitando o Brasil. V.1			

2. MELOSSI, Dario e PAVARINI, Massimo. *Cárcere e Fábrica – As origens do sistema penitenciário (séculos XVI–XIX)*. Rio de Janeiro. Revan. 2006.
3. Wacquant, Loïc. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [A onda punitiva]*. Rio de Janeiro. Ed. Revan. 2003. 3ª edição.
4. MAIA, Clarissa Nunes. et al. *História das prisões no Brasil*. Anfitheatro. 1ª ed. 2017. Vol. 1.

Bibliografia complementar:

1. Abreu, Haroldo. *Para além dos direitos. Cidadania e Hegemonia no mundo moderno*. Rio de Janeiro. Ed. UFRJ. 2008. (pensamento crítico; v. 10).
2. ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo. Pólen. 2019. E-book. (Feminismos Plurais/coordenação de Djamila Ribeiro). ISBN: 978-85-98349-74-9.
3. HERIVEL, T. **Quem lucra com as prisões: o negócio do grande encarceramento**. Rio de Janeiro: Revan, 2013.
4. IANNI, O. *Raças e classes sociais no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
5. _____. *Estado e capitalismo*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
6. KOVAL, B. *História do proletariado brasileiro-1857 a 1967*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.
7. Batista, Vera Malaguti. *Difíceis ganhos fáceis – drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Ed. Revan. 2003
8. MARINI, R. M. *Dialética da dependência*. Petrópolis; Buenos Aires: Vozes; Clacso, 2000.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA**



INTRODUÇÃO À TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA INTRODUCTION TO THE MARXIST THEORY OF DEPENDENCE		Código: SSO241	
Departamento de Serviço Social - DESSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
Ementa: A Teoria Marxista da Dependência como marco teórico e político de intervenção na realidade. O capitalismo dependente a partir das formulações da Teoria Marxista da Dependência. As categorias dependência, superexploração da força de trabalho e subimperialismo como eixos explicativos do capitalismo dependente.			
Conteúdo programático:			
Unidade I:			
O que é a Teoria Marxista da Dependência como marco teórico e político de intervenção na realidade. O capitalismo dependente a partir das formulações da Teoria Marxista da Dependência.			
Unidade II:			
As categorias dependência, superexploração da força de trabalho e subimperialismo como eixos explicativos do capitalismo dependente. O Brasil compreendido a partir da Teoria Marxista da Dependência.			
Bibliografia básica:			
1. TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. (Org). Ruy Mauro Marini: vida e obra . São Paulo: Expressão Popular, 2005.			
2. DOS SANTOS, Theotônio. A teoria da dependência: Balanço e perspectivas. Florianópolis: Insular, 2015. (obras escolhidas, vol. 1).			
3. BAMBIRRA, Vânia. Teoría de la dependência: uma anticrítica . México: Serie Popular Era, 1978.			

4. SEABRA, Rafael. A vocação política da teoria marxista da dependência: Uma análise da Política Operária. **Latin American Research Review (LARR)**. Disponível em: A vocação política da teoria marxista da dependência: Uma análise da Política Operária (larrlasa.org)
5. MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2012. (Pátria Grande, v. 1).

Bibliografia complementar:

1. BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2012. (Pátria Grande, v. 2).
2. LUCE, Mathias Seibel. **A Teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini**: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. 2011. 225 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do sul, Porto Alegre, RS, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36974/000817628.pdf?sequence=1>>.
3. LUEDEMANN, Cecília.; YOSHIDA, Miguel Makoto Cavalcati. (Coord.). **Ruy Mauro Marini e a dialética da dependência**. São Paulo: Expressão Popular: 2014.
4. ALMEIDA FILHO, Niemeyer. (Org.) **Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini**. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini (ipea.gov.br).
5. SADER, Emir; DOS SANTOS, Theotônio (coord.). MARTINS, Carlos Eduardo.; VALENCIA, Adrian Sotelo (org.) **A América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo, 2009.
6. CASTELO, Rodrigo (org). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.
7. SEABRA, Rafael. Do dependentismo à teoria marxista da dependência: uma síntese crítica desta transição. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 34, n. 01, p. 261–283, 2019. DOI: 10.1590/s0102-6992-201934010011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view>. Acesso em: 1 abr. 2021.
8. FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime, LUCE, Mathias (orgs.) **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



CULTURA E IDENTIDADE BRASILEIRA BRAZILIAN CULTURE AND IDENTITY		Código: CSO603	
Departamento de Serviço Social - DECSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: [x] presencial [] a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
Ementa: Formação da cultura brasileira: fatores socioeconômicos, étnicos e políticos; ideologia e cultura; movimentos e forma de expressão da cultura brasileira; cultura popular.			
Conteúdo programático:			
1. Conceitos-chave			
1.1. Cultura			
1.2. Ideologia			
1.3. Identidade			
1.4. Modernidade			
2. Temas de Cultura e Identidade Brasileira			
2.1. Cultura Brasileira e a Formação do Estado-Nação			
2.1.1 – Da raça à cultura nas ciências sociais no Brasil			
2.1.2 – O mito do Aleijadinho			
2.2. Cultura Brasileira e a Manutenção da Desigualdade			
2.2.1 – Dualidade brasileira nas ciências sociais no Brasil			
2.2.2 – “Alienação” e desigualdade social			
2.3. Identidade Brasileira e Indústria Cultural			
2.3.1 – A política cultural durante a ditadura de 1964			
2.3.2 – Transformações da “cultura popular” durante a ditadura de 1964			

2.4. Identidade Brasileira e Imigração

2.3.3 – Identidades brasileiras de imigrantes não europeus no Brasil

2.3.4 – Identidades brasileiras de imigrantes nos Estados Unidos e em Portugal

Bibliografia básica:

1. HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
2. ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 1994.
3. ROQUE, Laraia. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

Bibliografia complementar:

1. BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2001.
2. GRAMMONT, Guiomar de. Aleijadinho e o aeroplano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
3. LESSER, Jeff. A negociação da identidade nacional. São Paulo: Unesp, 2001.
4. ORTIZ, Renato. Mundialização e cultura. São Paulo : Brasiliense, 1994.
5. ZIZEK, Slavoj (org). Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



A Decadência Ideológica da Burguesia e o Pensamento Miserável Burguês The ideological decay of the bourgeoisie and miserable bourgeois thought		Código: SSO243	
Departamento de Serviço Social - DESSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
<p>Ementa: A revolução francesa enquanto uma revolução clássica da burguesia que se torna classe dominante cultural, política e economicamente. A emergência do proletariado enquanto classe revolucionária. A decadência ideológica burguesa, enquanto desdobramento da dominação de classe: a miséria da razão e suas consequências sobre o pensamento do real. Dicotomia entre teoria e prática. O método dialético e seu enfrentamento teórico-político do conservadorismo burguês. A decadência ideológica e as ciências sociais enquanto forma de pensar a realidade naturalizando a economia política burguesa. O serviço social e as ciências sociais.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>UNIDADE I: A crise do feudalismo e as condicionantes da revolução burguesa e da hegemonia burguesa enquanto classe; vias clássicas e vias não clássicas de revolução burguesa. A emergência do proletariado; as primeiras organizações sociais dos/as trabalhadores/as; as revoluções de 1848 e a Primavera dos Povos; de classe em si à classe para si; a Comuna de Paris.</p> <p>UNIDADE II: A decadência ideológica da burguesia como expressão dos limites históricos da sociedade burguesa; a decadência ideológica e a constituição das ciências sociais; a crítica marxista ao desenvolvimento das chamadas ciências sociais burguesas; a teoria social marxista.</p>			

UNIDADE III: A decadência ideológica e a burguesia brasileira; a decadência ideológica burguesa enquanto desdobramento da dominação de classe; a miséria da razão e suas consequências sobre o pensamento social brasileiro.

UNIDADE IV: O método marxista de apreensão do real; o papel da história e da teoria em geral e especificamente para o Serviço Social; o que é o conhecimento.

Bibliografia básica:

1. COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
2. FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica [1975]**. São Paulo: Globo, 5ª ed., 2005.
3. HOBSBAWM, Erik John. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. 20ª ed. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
4. LUKÁCS, Georg. **Marx e o problema da decadência ideológica**. In. **Marxismo e teoria da literatura**. São Paulo: 2ª ed. Expressão Popular, 2010. (p. 51-103).
5. MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução e notas Nélio Schneider; prólogo Herbert Marcuse. São Paulo: Boitempo, 2011.

Bibliografia complementar:

1. MARX, Karl. **A guerra civil na França**. In. Coleção a revolução antes da revolução v.II. São Paulo: Expressão Popular, 2008. (p. 398-418).
2. MARX, Karl; ENGELS Frederico. Organização e introdução de Osvaldo Coggiola. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010. (p. 39-69).
3. NETTO, José Paulo. **O Serviço social e a tradição marxista**. In. BRAZ, Marcelo. (Org.). **José Paulo Netto. Ensaio de um marxista sem repouso**. São Paulo: Cortez, 2017. (p. 297-308).
4. FERNANDES, Florestan. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. São Paulo, SP: Companhia Editorial Nacional, 1972.
5. GORENDER, Jacob. **A Burguesia Brasileira**. 2ª ed., São Paulo: Brasiliense. 1981.
6. LARA, Ricardo. Notas lukacsianas sobre a decadência ideológica da burguesia. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 91-100, jan./jun. 2013.
7. MOURA, Clovis. **A sociologia do negro no Brasil**. São Paulo: Ática, 1988.
8. HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: breve século XX 1914-1991**. São Paulo: 2ª Ed. Companhia das letras, 2007.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA**



SINDICALISMO LABOR UNIONS		Código: SSO244	
Departamento de Serviço Social - DESSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
Ementa: Origem dos sindicatos e seus objetivos. O debate da questão sindical nos clássicos do marxismo. As particularidades do cenário brasileiro: do pré-30 ao “novo sindicalismo”. O esgotamento do “novo sindicalismo” nos anos 1990. Aspectos da crise contemporânea do movimento sindical.			
Conteúdo programático:			
Unidade I – A ORIGEM E O DESENVOLVIMENTO DOS SINDICATOS: LIMITES E POTENCIALIDADES REVOLUCIONÁRIAS.			
<ul style="list-style-type: none"> - A constituição histórica dos sindicatos, suas protoformas e seu desenvolvimento. - O papel do sindicalismo no estabelecimento de uma nova correlação de forças na luta capital-trabalho, os limites e as potencialidades para a constituição de uma classe para si. - As análises sobre o movimento sindical nos clássicos do marxismo – o sindicalismo em Marx, Engels e Lênin. 			
Unidade II – O SINDICALISMO NA PARTICULARIDADE DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA			
<ul style="list-style-type: none"> - A constituição histórica dos sindicatos no Brasil: gênese e a constituição da estrutura sindical corporativa de Estado no pós 1930 			

- As bases sócio-históricas e teórico-ideológicas do “novo sindicalismo”: o cenário regressivo da autocracia burguesa, a resistência da classe trabalhadora e a constituição da Central Única dos Trabalhadores (CUT)
- A reorientação do sindicalismo combativo nos anos 1990: das “ações de massas” ao “sindicalismo cidadão”.
- A reconfiguração do movimento sindical brasileiro nos anos 2000 e 2010.

Bibliografia básica:

- 1) ANTUNES, Ricardo. O que é sindicalismo. Coleção Primeiros Passos. São Paulo, 1980.
- 2) _____. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª edição revista e ampliada; São Paulo; Boitempo, 2009.
- 3) BOITO Jr, Armando. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. 2ª edição, São Paulo; Xamã editora, 1999.
- 4) ENGELS, Friederich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo; Boitempo, 2010.
- 5) MATOS, Marcelo Badaró. Trabalhadores e sindicatos no Brasil. São Paulo; Expressão Popular, 2009.

Bibliografia complementar:

- 1) ALVES, Giovani. Limites do sindicalismo: Marx, Engels e a Crítica da Economia Política. Bauru-SP, Editora Práxis, 2003.
- 2) BOITO Jr, Armando. O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical. Campinas – SP; Editora da UNICAMP; São Paulo: Hucitec, 1991.
- 3) GALVÃO, Andréa. A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula. Revista Outubro, nº 18, primeiro semestre de 2009.
- 4) GIANNOTTI, Vito; LOPES NETO, Sebastião. CUT ontem e hoje: o que mudou das origens ao IV CONCURTO. São Paulo; Editora Vozes, 1991.
- 5) LADOSKY, Mario Henrique Guedes; RODRIGUES, Iram Jácome. A CUT e o sindicalismo brasileiro nos anos recentes: limites e possibilidades. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 30, n. 1, abril 2018.
- 6) LENIN, Vladimir. Sobre as greves. 1899. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1899/mes/greves.htm> Acesso em: 16 ago. 2018.
- 7) MARX, Karl. A miséria da filosofia. São Paulo; Global, 1985.
- 8) MARX, Karl. Salário Preço e Lucro. 5ª edição, São Paulo; Editora Centauro, 2008.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA**



ROSA LUXEMBURGO: VIDA E OBRA ROSA LUXEMBURG - LIFE AND WORK		Código: SSO245	
Departamento de Serviço Social - DESSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
Ementa: Rosa Luxemburgo: a mulher, a militante, o estilo, o discurso. Reforma ou Revolução? A crise da Social-Democracia. A Revolução de outubro e a crítica aos bolcheviques. A Revolução Alemã: O que quer a Liga Spartacus? / Fundação do Partido Comunista Alemão (KPD). Assassinato e legado de Rosa Luxemburgo: Socialismo ou Barbárie?			
Conteúdo programático:			
Unidade I: Rosa Luxemburgo: a mulher, a militante, o estilo, o discurso			
1. - Rosa Luxemburgo: vida e obra			
2. - Reforma ou Revolução? A crise da Social-Democracia			
3. - A Revolução de outubro e a crítica aos bolcheviques			
Unidade II: Rosa e a participação na Revolução Alemã			
1. A Revolução Alemã: a Liga Spartacus e o Partido Comunista Alemão (KPD).			
2. Legado de Rosa Luxemburgo: Socialismo ou Barbárie?			
Bibliografia básica:			

1. LOUREIRO, Isabel (Org.). *Rosa Luxemburgo: textos escolhidos*. Volumes I e II. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
2. LOUREIRO, Isabel (Org.). *A Revolução Alemã (1918-1923)*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.
3. OUVINÃ, Hernán. *Rosa Luxemburgo e a reinvenção da política: uma leitura latino-americana*. São Paulo: Boitempo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.
4. FRÖLICH, Paul. *Rosa Luxemburgo: pensamento e ação*. São Paulo: Boitempo; Iskra, 2019.
5. SADER, Emir e JINKINGS, Ivana (Orgs.). *As armas da crítica: antologia do pensamento de esquerda*. São Paulo: Boitempo, 2012.

Bibliografia complementar:

1. LOUREIRO, Isabel. *Rosa Luxemburgo: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
2. LOUREIRO, Isabel (Org.). *Rosa Luxemburgo e o protagonismo das lutas de massas*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
3. LUXEMBURGO, Rosa. *A Acumulação do Capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Coleção Os Economistas.
4. LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou Revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 2010.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



O MODO DE PRODUÇÃO COMUNISTA EM MARX, ENGELS E LÊNIN The Communist Mode of Production in Marx, Engels and Lenin		Código: SSO246	
Departamento de Serviço Social - DESSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
Ementa: A sociabilidade burguesa na cena contemporânea. Elementos para a construção do Modo de Produção Comunista (MPCo) em Marx e Engels. As contribuições de Lênin à sociabilidade comunista. Desafios contemporâneos ao movimento comunista.			
Conteúdo programático:			
Unidade I: O Modo de Produção Comunista - MPCo			
1. Determinações da ordem do capital na cena contemporânea			
2. O MPCo em Marx e Engels			
Unidade II: O MPCo na cena contemporânea			
1. As contribuições de Lênin à sociabilidade comunista			
2. Desafios contemporâneos ao movimento comunista			
Bibliografia básica:			

1. KRAUSZ, Tamás. *Reconstruindo Lênin: uma biografia intelectual*. São Paulo: Boitempo, 2017.
2. NETTO, J. P. *O leitor de Marx*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
3. NETTO, José Paulo. *Marx. Uma Biografia*. São Paulo: Boitempo, 2020.
4. NETTO, José Paulo (org.). *Lenin e a Revolução de Outubro*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
5. ZIZEK, Slavoj. *Às portas da revolução: escritos de Lenin de 1917*. São Paulo: Boitempo, 2005.

Bibliografia complementar:

1. LENIN, V.I. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
2. LENIN, V.I. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2021
3. MARX, Karl. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel - Introdução*. São Paulo: Boitempo, 2005.
4. _____. *Manuscritos Econômicos Filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2008.
5. _____. *Sobre a questão Judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.
6. _____. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.
7. MARX, K. e ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.
8. _____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



Serviço Social, Crise Contemporânea Burguesa e Projeto Ético-Político Social work, contemporary bourgeois crisis and ethical-political project		Código: SSO247	
Departamento de Serviço Social - DESSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: [x] presencial [] a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
Ementa: Projetos profissionais e projetos societários. O processo de constituição histórica e os fundamentos centrais do projeto ético-político do Serviço Social. Os diferentes projetos profissionais em disputa no Serviço Social. Limites e possibilidades do projeto profissional do Serviço Social em face da crise contemporânea burguesa.			
Conteúdo programático:			
Unidade I: Projetos societários e Projetos Profissionais			
- Projetos coletivos e luta de classes			
- A Renovação do Serviço Social brasileiro: as origens do projeto profissional crítico			
- Os fundamentos centrais do projeto ético-político do Serviço Social			
Unidade II: O processo de constituição histórica e os fundamentos centrais do projeto ético-político do Serviço Social e a crise burguesa contemporânea			
- A crise burguesa contemporânea: características e manifestação.			
- Os diferentes projetos profissionais em disputa no Serviço Social brasileiro.			

- O trabalho dos assistentes sociais e o projeto ético-político: limites e possibilidades da atuação referenciada no projeto profissional crítico.

Bibliografia básica:

1. ABRAMIDES, M. B. C. O projeto ético político do serviço social brasileiro: ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2019.
2. BRAZ, M.; TEIXEIRA, J. B. O projeto ético-político do Serviço Social. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS, Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf.
3. NETTO, J. P. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. módulo 1 de Capacitação em Serviço Social e Política Social (Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999). Disponível em: http://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.pdf.
4. VASCONCELOS, A. M. A/O Assistente Social na Luta de Classes. 1. Ed. São Paulo: Cortez. 2015.
5. OLIVEIRA E SILVA, Maria. Liduína. **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo.** São Paulo: Cortez, 2016.

Bibliografia complementar:

1. FORTI, V. L; GUERRA, Y. A. D. **Projeto Ético Político do Serviço Social: contribuição à sua crítica.** Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2015.
 2. MOURA, Jackeline S. Atualização contemporânea sobre o debate da crise de hegemonia do projeto ético-político do Serviço Social. In: Anais ENPS 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/9967-Texto%20do%20artigo-25487-1-10-20150617.pdf>.
 3. CEOLIN, G. F. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. In: Revista Serviço Social e Sociedade – n° 118. São Paulo: Cortez Editora, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n118/a03n118.pdf>.
 4. CRESS. **Projeto ético político e exercício profissional em serviço social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais.** Conselho Regional de Serviço Social (Org.). Rio de Janeiro: CRESS RJ, 2013.
 5. LIMA, J. B. O projeto profissional do serviço social em debate: entre a intenção de ruptura e as tendências do neoconservadorismo. In: Temporalis, Brasília (DF), ano 17, n. 33, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/14273>.
 6. MOTA, A. E. 80 anos do Serviço Social brasileiro: conquistas históricas e desafios na atual conjuntura. In: Revista Serviço Social e Sociedade., São Paulo, n. 128, p. 39-53, jan./abr.2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n128/0101-6628-ssoc-128-0039.pdf>
 7. SILVA, Mossicléia, Mendes. O projeto ético-político do Serviço Social do ciclo petista à escalada da extrema-direita. **Revista Praia Vermelha**, v. 29, n. 2 (2019). Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/22839>.
- BARROCO, Maria Lucia da Silva. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 106, p. 205- 218, abr./jun. 2011.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA**



MINERAÇÃO E SAÚDE DO TRABALHADOR MINING AND WORKER HEALTH		Código: SSO248	
Departamento de Serviço Social - DESSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
<p>Ementa: As relações sociais de trabalho no capitalismo dependente e a cadeia produtiva do minério mineiro. A atividade minerária na região dos inconfidentes. A Saúde do trabalhador vinculado ao processo produtivo da mineração extrativista. A atividade produtiva minerária como fenômeno estrutural e seus impactos para além da produção.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I: Capitalismo dependente e a cadeia produtiva do minério mineiro. A atividade minerária na região dos inconfidentes</p> <p>Unidade II: A Saúde do trabalhador vinculado ao processo produtivo da mineração extrativista. A atividade produtiva minerária como fenômeno estrutural e seus impactos para além da produção.</p>			

Bibliografia básica:

1. MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Cap. I, V, VIII do Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
2. MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana. Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.
3. BERTOLLO, Kathiúça. Mineração e superexploração da força de trabalho: análise da realidade de Mariana-MG. Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFSC, 2017.
4. CARMO, R.C. Sofrimento e desgaste mental entre trabalhadores da mineração do ferro na cidade de Mariana/MG em 2019. Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UERJ. 2019.
5. MINAYO, Maria Cecília de Souza. De ferro e flexíveis: marcas do Estado empresário e da privatização na subjetividade operária. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, 458 pp.

Bibliografia complementar:

1. LACAZ, Francisco Antônio de Castro. Qualidade de vida n(d)o trabalho: um conceito político e polissêmico. In: Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 7 n. 3, p. 565-572, nov.2009/fev.2010.
2. MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: TRANSPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs). 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. (p.137 a 180).
3. MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo: 2011.
4. ZONTA, Márcio e TROCATE Charles (orgs.). Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP/Billiton. Marabá-PA: Editorial Iguana, 2016. (Coleção A questão mineral, v.2).
5. FREITAS, Marta. Gestão de saúde e segurança do trabalho: o caso dos trabalhadores da mineração de ferro. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente) Centro Universitário Senac, São Paulo, 2008, p. 96-121.
6. COELHO, Tádzio Peters. Mineração e dependência no quadrilátero ferrífero. In: INTRATEXTOS, Rio de Janeiro, Número Especial 03, 2012, (pág.128-146).
7. LAURELL, A. C.; NORIEGA, M. Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário, Ed. Hucitec, São Paulo, 1989.
8. SOUSA, Milena Nunes Alves de; QUEMELO, Paulo Roberto Veiga. Saúde do trabalhador e riscos ocupacionais na mineração. In: Rev. Bras. Pesq. Saúde, Vitória, 17(2): 111-121, abr-jun, 2015.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



PRÁTICA PROFISSIONAL E INSTRUMENTALIDADE EM SERVIÇO SOCIAL		Código: SSO249	
Professional Practice and Instrumentality in Social Work			
Departamento de Serviço Social - DESSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
Ementa: Concepção de teoria e prática no materialismo histórico dialético. Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social brasileiro. Cotidiano e imediatividade na prática profissional. Mediação e a prática profissional histórico-crítica. As três dimensões do trabalho profissional: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.			
Conteúdo programático:			
Unidade I: Exercício profissional e instrumentalidade do Serviço Social			
Concepção de teoria e prática no materialismo histórico dialético.			
Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social.			
Cotidiano e imediatividade na prática profissional.			

As três dimensões do trabalho profissional: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Unidade II: Instrumentos de trabalho do/a Assistente Social

A sistematização da prática.

Instrumentos, técnicas, ações e procedimentos no trabalho: Produção de documentos técnicos/ Linguagem/ Trabalho Socioeducativo / Trabalho com Grupos/ Encaminhamentos/ Trabalho em rede / Reunião/ Avaliação socioeconômica/ Relatório Social. Visita Domiciliar/ Plantão Social/ Entrevista / Estudo Social/ Parecer/ Perícia Social/ Prontuários.

Bibliografia básica:

1. SANTOS, Cláudia Mônica dos. Na prática a teoria é outra? mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. 2. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.
2. SANTOS, Cláudia M.; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Orgs.). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2017.
3. VASCONCELOS, Ana Maria. Capítulo 1, tópicos 1.1 e 1.2. In: A/O Assistente Social na Luta de Classes. 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2015.
4. FÁVERO, Eunice Teresinha. O Estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos: contribuição ao debate no judiciário, penitenciário e na previdência social. CFESS (org.). 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
5. VALE, Erlenia. Sobral. Trabalho e Instrumentalidade do Serviço Social. 1. ed. Fortaleza: EdUECE, 2020. 224p.

Bibliografia complementar:

1. CFESS. Sistematização e análise de registros da opinião técnica emitida pela/o assistente social em relatórios, laudos e pareceres, objeto de denúncias éticas presentes em recursos disciplinares julgados pelo conselho federal de serviço social, 2021. <http://www.cfess.org.br/arquivos/registros-opinio-technica.pdf>.
2. ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Retomando a Temática da “Sistematização da Prática” em Serviço Social. In: Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. MOTA, Ana E. [et al.] (orgs.) 4. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009.
3. CLOSS, Teixeira Thaisa; SCHERER, Giovane Antônio. Visita domiciliar no trabalho do assistente social: reflexões sobre as técnicas operativas e os desafios ético-políticos na atualidade. In: Revista Libertas, Juiz de Fora, v.17, n.2, p. 41-60, ago. a dez. / 2017.
4. TRINDADE, Rosa. L. P. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas e projetos profissionais. Revista Temporalis, n. 4. Rio de Janeiro, ABEPSS, 2000. p. 21-42.
5. GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
6. IAMAMOTO, M. V. As dimensões ético-políticas e teórico- metodológicas no Serviço Social contemporâneo. In: Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional.
7. LEWGOY, Alzira M. B.; SILVEIRA, Esalba M. C. A entrevista nos processos de trabalho do assistente social. In: Revista Textos & Contextos, Porto Alegre v. 6 n. 2 p. 233-251. jul./dez. 2007.
8. LIMA, Telma Cristiane S. de; MIOTO, Regina C. T.; DAL PRÁ, Keli Regina. A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo. In: Revista Textos & Contextos, Porto Alegre v. 6 n. 1 p. 93-104. jan./jun. 2007.
9. MIOTO, Regina Célia Tamoso. Estudos socioeconômicos. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. 18.
10. _____. Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

O Serviço Social brasileiro e a cultura na formação e no trabalho profissional.

Bibliografia básica:

- 1) WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- 2) BEZERRA, C. S.. *Globalização e cultura: caminhos e descaminhos para o nacional-popular na era da globalização*. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Serviço Social, 2006.
- 3) HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Ed. Loyola, 2012.
- 4) RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Global, 2015.
- 5) BEZERRA, C. S.; BRUZIGUESI, B. B. *Cultura, formação social e Serviço Social no Brasil*. In: MEDEIROS, E; NOGUEIRA, L; BEZERRA, L. (Orgs.). *Formação social e serviço social: a realidade brasileira em debate*. São Paulo: Outras Expressões, 2019.

Bibliografia complementar:

1. GONÇALVES, Taciane Couto. *O caráter educativo do trabalho dos/as assistentes sociais*. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Serviço Social, 2017.
2. PRATES, Jane Cruz. A arte como matéria-prima e instrumento de trabalho para o assistente social. *Revista Textos & Contextos*. Porto Alegre v. 6 n. 2 p. 221-232. jul./dez. 2007.
3. SIMIONATTO, Ivete. As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-política. In: CFESS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS, 2009.
4. ALENCAR, M. M. T. de. Gramsci e a perspectiva nacional-popular no âmbito da cultura. In: *O social em questão*, Ano XX, nº 39, set-dez, 2017.
5. MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano C. Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.
6. WOOD, Ellen Meiksins. O que é a agenda “pós-moderna”? In: _____ e FOSTER, John Bellamy. Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. (p. 07-22).
7. IANNI, O. *Imperialismo e cultura*. Petrópolis: Vozes, 1979



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



SAÚDE MENTAL E SERVIÇO SOCIAL MENTAL HEALTH AND SOCIAL WORK		Código: SSO251	
Departamento de Serviço Social - DESSO		Unidade Acadêmica: ICOSA	
Modalidade de oferta: [x] presencial [] a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
Ementa: A assistência em Saúde mental no Brasil: uma visão sócio-histórica histórica. A Reforma Sanitária e a Reforma Psiquiátrica Brasileira. O Movimento da Luta Antimanicomial e a luta por direitos na saúde mental. A Política Nacional de Saúde Mental. A organização dos serviços substitutivos ao modelo hospitalocêntrico. O Trabalho do Assistente Social na Saúde Mental no Brasil: possibilidades de uma atuação crítica ou ameaça de um neoconservadorismo profissional?			
Conteúdo programático:			
Unidade I – O Processo da Reforma Psiquiátrica Brasileira			
1.1 - Política de Saúde Mental no Brasil: uma visão histórica.			
1.2 - Reforma Sanitária e Reforma Psiquiátrica: o Movimento da Luta Antimanicomial no Brasil e a luta pelo reconhecimento da cidadania do louco.			
1.3 - A Política Nacional de Saúde Mental e os novos serviços.			
Unidade II – O trabalho do Assistente Social na Saúde Mental			
2.1 – A organização do processo de trabalho nos CAPSIII/CERSAMs: o trabalho do Assistente Social na			

saúde mental e suas imbricações com a função do “Técnico de Referência”

2.2 - A PROPOSTA DE TRABALHO INTERPROFISSIONAL NO ÂMBITO DA SAÚDE MENTAL: uma análise sobre seus fundamentos

2.2.1 - O debate sobre o trabalho interprofissional no âmbito da saúde mental

2.2.2 - O fundamento da Desinstitucionalização italiana

2.2.3 - O fundamento do pluralismo

2.2.4 - O fundamento da crítica ao relativismo pós-estruturalista e o pós-moderno e ao radicalismo da esquerda.

2.2.5 - O fundamento da fragmentação do saber e das propostas de trabalho interprofissionais no âmbito das Ciências Sociais e sua particularidade no âmbito da saúde mental .

2.2.6 - O pluralismo metodológico como fundamento implícito da proposta de trabalho interdisciplinar na saúde mental.

2.3 – O trabalho do assistente social na saúde mental no Brasil: possibilidades de uma atuação crítica ou ameaça de um neoconservadorismo profissional?

Bibliografia básica:

1. AMARANTE, P. (Org) *Psiquiatria social e reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1994. p. 41-72
2. BASAGLIA F. *A instituição negada: relato de um hospital psiquiátrico*. Rio de Janeiro: Graal, 1985. p.99-133.
3. BEZBEZERRA JR, B. ; AMARANTE, P. (Orgs). *Psiquiatria sem hospício: contribuições ao estudo da reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.
4. RODRIGUES, M.. *Serviço social e reforma psiquiátrica em tempos pós-modernos*. Praia Vermelha – Estudos de Política e Teoria Social, Rio de Janeiro, n. 6, 2002.
5. TOMAZ, C. S. *O Serviço Social na saúde mental e o “Técnico de Referência” possibilidades de uma atuação crítica?* Disponível em: <https://www.bdt.uerj.br:8443/bitstream/1/15862/1/Cristiane%20Silva%20Tomaz.pdf>

Bibliografia complementar:

1. TONET, I. *Interdisciplinaridade, formação e emancipação humana*. Revista Serviço Social e sociedade, São Paulo, Cortez, n. 116.
2. _____. *Pluralismo metodológico: falso caminho*. In: DEMOCRACIA ou Liberdade. 2007. Disponível em <http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/ANNE%20CAMILA%20FORTES.pdf> TUNDIS & COSTA (orgs.) **Cidadania e Loucura: Políticas de Saúde no Brasil**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001.
3. VASCONCELOS, A. M. *A prática do serviço social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde*. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.
4. ROBAINA, C. M. V. *O trabalho do serviço social nos serviços de saúde mental*. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Cortez, n.102, 2010.
5. TENÓRIO, F. A. *Breve história da reforma brasileira*. In: _____. *Psicanálise e a clínica da reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2001. p. 19-40.
6. TOMAZ, C. S. *A cidadania do louco: um debate necessário para a compreensão da direção teórico-política da luta antimanicomial*. 2009. Dissertação de Mestrado. UFJF, 2009. Disponível em: http://www.bdt.ufjf.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=577.
7. VASCONCELOS, E. M. (Org.). *Abordagens psicossociais: perspectivas para o serviço social*. São Paulo: HUCITEC, 2009.
8. _____. *Saúde mental e serviço social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade*. São Paulo: Cortez, 2000.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA**



EDUCAÇÃO POPULAR, MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL POPULAR EDUCATION, SOCIAL MOVIMENTS AND SOCIAL WORK		Código: SSO252	
Departamento de Serviço Social - DESSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
Ementa: Teoria, história e metodologia da Educação Popular no Brasil. Das origens ao processo de elevação do nível de consciência da classe trabalhadora brasileira. A educação popular a partir da compreensão do método Paulo Freire de alfabetização. A articulação entre educação popular e movimentos sociais. A educação popular como metodologia de intervenção para o serviço social.			
Conteúdo programático:			
Unidade I – Educação na sociedade capitalista			
<ul style="list-style-type: none"> • 1.1 Educação na ordem do Capital • 1.2 A história da educação popular no Brasil: teoria e método freiriano de alfabetização • 1.3 O intelectual orgânico em Gramsci e o debate no Serviço Social 			
Unidade II – Movimentos sociais e Educação popular			
<ul style="list-style-type: none"> • 2.1. A interlocução entre Serviço Social e movimentos sociais no Brasil • 2.2 Educação popular e movimentos sociais 			

• 2.3 O caráter educativo do trabalho do/a assistente social e o reencontro com a educação popular

Bibliografia básica:

1. MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
2. FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 59 ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2015.
3. ABREU, Marina Maciel. Serviço social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional. 4 ed. São Paulo, Cortez, 2011.
4. ABRAMIDES, B; DURIGUETTO, M. L. (orgs.). Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.
5. SCHEFFER, Gabriela (org.). Serviço Social e Paulo Freire: diálogos sobre a educação popular. Mimeo. 2021

Bibliografia complementar:

1. GRAMSCI, Antonio. Obras escolhidas. Vol II. São Paulo, Editorial Estampa, 1974 (189-214).
2. BRASÃO, Heber. “Gramsci, Fiori e Freire – Educação Popular para a Liberdade” In. Cadernos da FUCAMP, v.11, n.15, p.102-113/2012. Disponível em: . Acesso em: 02/08/2019.
3. DURIGUETTO, Maria Lúcia et all. Movimentos sociais e Serviço Social: termos do debate. Disponível em: . Acesso em: 11/08/2019.
4. _____. Serviço Social, mobilização e organização popular: uma sistematização do debate contemporâneo. Disponível em: Acesso em: 11/08/2019.
5. FEITOSA, Sônia C. S. Método Paulo Freire: Princípios e Práticas de uma Concepção Popular de Educação. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FE USP, 1999. [41-54]. Disponível em: Acesso em: 02/08/2019.
6. FREIRE. P. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. 15 ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2015.
7. MACHADO, Aline Maria Batista. Serviço Social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica. Disponível em: . Acesso em: 11/08/2019.
8. GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO BRAZILIAN SOCIAL THINKING		Código: SSO253	
Departamento de Serviço Social - DESSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
Ementa: Pensamento social brasileiro: contexto e gênese. Abolicionistas e as interpretações sobre os dilemas da realidade brasileira. O pensamento social brasileiro na década de 1930 e seus desdobramentos teóricos e políticos. As diversas linhagens de interpretação da formação social do Brasil e suas particularidades. O debate sobre a identidade nacional e a formação do povo brasileiro. A influência do pensamento social brasileiro no Serviço Social.			
Conteúdo programático:			
Unidade I:			
Pensamento social brasileiro: contexto e gênese. As diversas linhagens de interpretação da formação social do Brasil e suas particularidades.			

Unidade II:

Abolicionistas e as interpretações sobre os dilemas da realidade brasileira.
O pensamento social brasileiro na década de 1930 e seus desdobramentos teóricos e políticos.

Unidade III:

O debate sobre a identidade nacional e a formação do povo brasileiro.
A influência do pensamento social brasileiro no Serviço Social.

Bibliografia básica:

1. IANNI, O. *Pensamento social no Brasil*. Bauru: EDUSC, 2004.
2. RICUPERO, B. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2011.
3. PERICÁS, L. B. (org.). *Caminhos da revolução brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2019.
4. PERICÁS, L. B.; SECCO, L. (orgs). *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014.
5. MEDEIROS, E; NOGUEIRA, L; BEZERRA, L. (Orgs.). *Formação social e serviço social: a realidade brasileira em debate*. São Paulo: Outras Expressões, 2019.

Bibliografia complementar:

1. BOMFIM, M. *A América Latina: males de origem*. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais: Rio de Janeiro, 2008.
2. TORRES, A. *O problema nacional brasileiro*. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1938.
3. MOURA, C. *Sociologia do Negro Brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.
4. COUTINHO, C. N. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
5. LAPA, J. R. do A (org.). *Modos de produção e a realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.
6. HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
7. ALONSO, A. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
8. 7. SODRÉ, N. W. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA**



CONSERVADORISMO E SERVIÇO SOCIAL CONSERVATISM AND SOCIAL WORK		Código: SSO254	
Departamento de Serviço Social - DESSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
Ementa: Modernidade, decadência ideológica do pensamento burguês e conservadorismo. As determinações sócio-históricas e os fundamentos do conservadorismo clássico e moderno. Formação social brasileira, cotidiano e desvalores. O conservadorismo e os fundamentos do Serviço Social Tradicional. Crise do capital, Irracionalismo e Projeto Ético-Político: as expressões do conservadorismo no Serviço Social na contemporaneidade.			
Conteúdo programático:			
Unidade I: Modernidade, decadência ideológica do pensamento burguês e conservadorismo. As determinações sócio-históricas e os fundamentos do conservadorismo clássico e moderno.			
Unidade II: A particularidade do conservadorismo na Formação social brasileira.			

Conservadorismo, cotidiano e desvalores.

Unidade III:

O conservadorismo e os fundamentos do Serviço Social Tradicional.

Crise do capital, Irracionalismo e Projeto Ético-Político: as expressões do conservadorismo no Serviço Social na contemporaneidade.

Bibliografia básica:

1. COUTINHO, Carlos. Nelson. **O Estruturalismo e a miséria da razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
2. ESCORSIN NETTO, Leila. **O Conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica**. São Paulo: Cortez, 2011.
3. IAMAMOTO, Marilda. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 1992.
4. SOUZA, Jamerson. Murillo. Anúnciação de. **Tendências ideológicas do conservadorismo**. Recife: Ed. UFPE, 2020.
5. MOTA, Ana. Elizabete; RODRIGUES, Mavi. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 199-212, maio/ago. 2020.

Bibliografia complementar:

1. PAIVA, Beatriz. Augusto de; TAVARES, Elaine. Jussara. O confronto de projetos societários na América Latina no século XXI: uma nova guinada do mundo?. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 601 - 614, set./dez. 2020. <https://www.scielo.br/j/rk/a/qRFWBv8kjghBJBbNjxm3GDC/abstract/?lang=pt>.
2. BARROCO. Maria. Lúcia. Silva. Não Passarão! Ofensiva neoconservadora e serviço social. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2015. <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/Bfwfs35RRvrQbKwTX9DhnNc/?lang=pt&format=pdf>.
3. SILVEIRA, Jose. Rodolfo. Santos da. Contribuição para pesquisa do conservadorismo ultraliberal na redefinição de projetos profissionais: a “nova” direita vai ao Serviço Social. <https://www.nieparx.blog.br/MManteriores/MM2019/Trabalhos%20aprovados/MC47/MC472.pdf>
4. BARACHO; Albuquerque; dos Santos; OLIVEIRA; Pinho, G. [et.al]. Apontamentos críticos sobre “As 23 teses pela Reforma do Serviço Social Brasileiro”. **Revista Praia Vermelha**, 29(2). 2019. <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/23054>
5. SOUSA, Adrianyc. A. Silva de; CARVALHO, Ivy. Ana de; MARQUES, Morena. O debate teórico ídeo-político do serviço social contemporâneo: aproximações críticas. RAMOS, Adriana. et al. (Orgs.) **Desenvolvimento, formação social brasileira e políticas públicas: subsídios analíticos para o Serviço Social**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.
6. COSTA, Gilmaisa. Macedo da. Revisitando o Serviço Social clássico. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, 2º Semestre de 2017, n. 40, v. 15, p. 166 - 180. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/32747>.
7. LUKÁCS, Georg. **A Destruição da Razão**. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.
8. HARVEY, David. **A Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1994.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



DIREITOS HUMANOS E SERVIÇO SOCIAL HUMAN RIGHTS AND SOCIAL WORK		Código: SSO255	
Departamento de Serviço Social - DESSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
<p>Ementa: Capitalismo, decadência ideológica da burguesia e direitos humanos. Direitos humanos e emancipação política e humana. Fundamentos teórico-ético-políticos para a apreensão crítica dos direitos humanos. Diversidade humana e direitos humanos: a auto-organização dos sujeitos políticos e a luta anticapitalista. A inserção dos direitos humanos na agenda do Serviço Social. Direitos humanos e os desafios à formação e ao trabalho profissional no enfrentamento as violações de direitos humanos e reprodução dos preconceitos.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I: Fundamentos teórico-ético-políticos para a apreensão crítica dos direitos humanos. Capitalismo, decadência ideológica da burguesia e direitos humanos.</p> <p>Unidade II:</p>			

A relação entre direitos humanos e a emancipação política e humana.

Diversidade humana e direitos humanos: a auto-organização dos sujeitos políticos e a luta anticapitalista.

Unidade III:

A inserção dos direitos humanos na agenda do Serviço Social.

Direitos humanos e os desafios à formação e ao trabalho profissional no enfrentamento as violações de direitos humanos e reprodução dos preconceitos.

Bibliografia básica:

1. MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.
2. SANTOS, Silvana. Mara. Moraes. Luta de classes e a questão da diversidade humana: debate atual e perspectivas político-teóricas. **Revista Trabalho Necessário**, v.17, n.32. Rio de Janeiro: UFF. 2019. <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/28303/16434>.
3. BARROCO, Maria. Lúcia. Silva. A inscrição da Ética e dos Direitos Humanos no projeto ético-político do Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 79, 2004.
4. RUIZ, Jefferson. Lee. Souza. **Direitos Humanos e concepções contemporâneas**. São Paulo: Cortez. 2014.
5. FORTI, Valéria; BRITES, Cristina. (Orgs.). **Direitos Humanos e Serviço Social: polêmicas, debates e embates**. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2013.

Bibliografia complementar:

1. BARROCO, Maria. Lucia. S. Reflexões sobre liberdade e (in) tolerância. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 119, jul/set. (p. 468-481). 2014. <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/mnBp9jFdJbJR3xRFXM3shcM/?lang=pt&format=pdf>.
2. FRANCELINO, Sâmbara. Paula. Repressão e criminalização das lutas sociais no Brasil em tempos de recrudescimento do conservadorismo. **Revista Argumentum**. Vitória, v. 9, n. 2, maio/ago (p.30-37). 2017. <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/17114>.
3. DURIGUETTO, Maria. Lúcia; DEMIER, Felipe. Democracia blindada, contrarreformas e luta de classes no Brasil contemporâneo. **Revista Argumentum**. Vitória, v. 9, n. 2, maio/ago (p.8-19), 2017. <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/17066>.
4. NASCIMENTO, Abdias. **Genocídio do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectivas, 2016.
5. CISNE, Mírla; SANTOS, Silvana. M. M. **Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social**. Cortez, 2018.
6. SOUZA, Cristiane. Luiza. Sabino. Racismo, conservadorismo e Serviço Social. **Revista Libertas**, v. 20, n. 2, (jul/dez). 2020. <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/32044>.
7. TONET, Ivo. Para além dos direitos humanos. **Revista Novos Rumos**, São Paulo, ano 17, n. 37, p. 63-72, 2002. <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2195/1815>.
8. MÉSZÁROS, István. Marxismo e direitos humanos. In: **Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação**. São Paulo, Boitempo. 2008.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA**



UFOP
Universidade Federal
de Ouro Preto

LINGUA ESPANHOLA I SPANISH I		Código: LET955	
Departamento de Letras - DELET		Unidade Acadêmica: ICHS	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 02 horas/aula	Prática 02 horas/aula
<p>Ementa: Cumprimentos, apresentações e graus de formalidade; presente do indicativo de verbos regulares e dos irregulares ser, estar, hacer y tener; descrição física e psicológica; diversidade linguística e aspectos culturais do mundo hispânico.</p> <p>Conteúdo programático: Frases úteis para a aula. Cumprimentar e despedir-se. Apresentações: graus de formalidade. Alfabeto espanhol, sons e grafias. Números de 1-1000, números ordinais e as suas abreviaturas, gênero dos números. Presente do Indicativo dos verbos regulares e dos irregulares (ser, estar, tener, llamarse, dedicarse, hacer) e verbos irregulares com alternância vocálica. Artigos definidos e indefinidos. Determinantes e pronomes demonstrativos (ese/este/aquel). Determinantes e pronomes possessivos. Gênero e número dos substantivos e adjetivos. Descrição física e psicológica duma pessoa: nome, idade, nacionalidade, profissão (cargo), estudos, hobbies, família, endereço, telefone, etc. Opinar e pedir opinião (¿Tú qué crees?). Regras de acentuação (agudas, llanas e esdrújulas), sílaba tônica e diacríticos. Usos de “ser” y “estar”. Dar descrições sobre como chegar a lugares. Escrever cartas, cartões postais e e-mails. Conjunções (y, o, pero). Falsos cognatos.</p>			

Aspectos gerais sobre o mundo hispânico.

Bibliografia básica:

1. CASTRO, Francisca; MARÍN, Fernando; MORALES, Reyes. Nuevo Ven. Madrid. Ed. Edelsa. 2004.
2. CORPAS, Jaime; MARTINEZ, Lola; SABATER, María Lluïsa. Sócios 2. Curso de español orientado al mundo laboral. Barcelona. Ed. Difusión 2001.
3. GONZÁLEZ HERMOSO, Alfredo; ROMERO DUEÑAS, Carlos. ECO. Curso modular de español lengua extranjera 1. Madrid. Ed. Edelsa. 2004.
4. LEE, James F. ¿Qué te parece? EEUU. McGraw-Hill Higher Education. 2000.
5. MARTÍN PERIS, Ernesto; SANS BAULENAS, Neus. Gente, Nueva edición. Barcelona. Difusión. 2004.

Bibliografia complementar:

1. MIQUEL, Lourdes; SANS, Neus. Rápido, Rápido. Barcelona. Ed. Difusión. 2002.
2. MUÑOZ, Elías Miguel. Viajes fantástico. Boston. McGraw-Hill Higher Education. 2000.
3. VANPATTER, Bill; LEE, James F.; BALLMAN, Terry L. Vistazos. EEUU. McGraw-Hill Higher Education. 2005.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



LINGUA ESPANHOLA II SPANISH II		Código: LET956	
Departamento de Letras - DELET		Unidade Acadêmica: ICHS	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 03 horas/aula	Prática 01 horas/aula
Ementa: Expressões para localizar-se no tempo e no espaço; fazer pedidos e expressar gostos e preferências; fazer relatos breves e seqüenciados; atender ao telefone; fazer, aceitar ou recusar propostas ou convites.			
Conteúdo programático: Falar sobre horários e datas: horas, meses, dias da semana, estações do ano, “quedar”. Expressões de lugar (a la derecha/izquierda, en, hacia, enfrente, detrás, debajo, encima, al final, etc). Diferença entre “hay” e “está”. Presente do Indicativo de verbos irregulares (poder, saber, ir, empezar, cerrar, salir, jugar, acostarse, pedir, repetir). Valorar e explicar uma escolha: verbos (preferir, gustar, querer, encantar, encontrar, parecer). Fazer e rejeitar proposições. Expressões de frequência (siempre, normalmente, nunca, etc.). Obrigações e conselhos (“tener que”/ “hay que”/poder + infinitivo). Solicitar um serviço (para + infinitivo, quería + infinitivo). Perguntar preços (¿Cuánto cuesta...?), comparar preços (el triple, el doble, la mitad, lo mismo). Pedir um objeto/comida (¿Tienes...?). Números a partir de 1000. Gradação de adjetivos (demasiado, bastante, muy, un poco). Comparação: “más/menos que” e superlativos. Seqüenciar um relato (en primer/segundo/... lugar, después, además, por otra parte, por último, etc.). Falar sobre ações previstas (ir+infinitivo). Expressar passado: Pretérito			

Perfecto, Pretérito Imperfecto, Pretérito Indefinido. Conversações por telefone. Expressões de concordância (a mí si, amí no, también, tampoco, ni).

Bibliografía básica:

1. CASTRO, Francisca; MARÍN, Fernando; MORALES, Reyes. Nuevo Ven. Madrid. Ed. Edelsa. 2004.
2. CORPAS, Jaime; MARTINEZ, Lola; SABATER, María Lluïsa. Sócios 2. Curso de español orientado al mundo laboral. Barcelona. Ed. Difusión 2001.
3. GONZÁLEZ HERMOSO, Alfredo; ROMERO DUEÑAS, Carlos. ECO. Curso modular de español lengua extranjera 1. Madrid. Ed. Edelsa. 2004.
4. LEE, James F. ¿Qué te parece? EEUU. McGraw-Hill Higher Education. 2000.
5. MARTÍN PERIS, Ernesto; SANS BAULENAS, Neus. Gente, Nueva edición. Barcelona. Difusión. 2004.

Bibliografía complementar:

1. MIQUEL, Lourdes; SANS, Neus. Rápido, Rápido. Barcelona. Ed. Difusión. 2002.
2. MUÑOZ, Elías Miguel. Viajes fantástico. Boston. McGraw-Hill Higher Education. 2000.
3. VANPATTER, Bill; LEE, James F.; BALLMAN, Terry L. Vistazos. EEUU. McGraw-Hill Higher Education. 2005.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA**



LINGUA FRANCESA I FRENCH I		Código: LET957	
Departamento de Letras - DELET		Unidade Acadêmica: ICHS	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
Ementa: Este curso de iniciação à língua francesa visa desenvolver as habilidades básicas de compreensão (escuta), fala e escrita em língua francesa, estudando os aspectos técnicos da língua e levando os estudantes a utilizá-la em situações cotidianas de comunicação.			
Conteúdo programático:			
Objetivos comunicativos:			
Cumprimentar			
Apresentar-se			
Situar-se no tempo e no espaço			
Pedir informações			
Telefonar			
Marcar um encontro			

<p>Descrever suas atividades cotidianas</p> <p>Estruturas gramaticais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Artigos definidos e indefinidos Artigo partitivo Gênero e número dos substantivos e adjetivos Adjetivos possessivos Preposição e advérbios de lugar A frase interrogativa e negativa Iniciação ao estudos dos verbos (presente do indicativo)
<p>Bibliografia básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. MIQUEL, Claire Vocabulaire progressif du français, Niveau débutant, Paris: CLE International, 2002. 2. MIQUEL, Claire Communication progressive du français, Niveau débutant, Paris: CLE International, 2004. 3. CHARIAC, Lucile, MOTRON, Annie-Claude Phonétique progressive du français. Paris: CLE, 1998. 4. Maïa Grégoire ; participação de Gracia Merlo . Grammaire progressive du français : avec 400 exercices . Paris : CLE, c2004. 5. Annie Monnerie. Le français au présent : grammaire . Paris : Alliance Francaise
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>-</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



UFOP
 Universidade Federal
 de Ouro Preto

LINGUA FRANCESA II FRENCH II		Código: LET958	
Departamento de Letras - DELET		Unidade Acadêmica: ICHS	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 03 horas/aula	Prática 01 horas/aula
Ementa: Este curso de iniciação à língua francesa visa desenvolver as habilidades básicas de compreensão (escuta), fala e escrita em língua francesa, estudando os aspectos técnicos da língua e levando os estudantes a utilizá-la em situações cotidianas de comunicação.			
Conteúdo programático:			
Objetivos comunicativos:			
<ul style="list-style-type: none"> Convidar, aceitar ou negar um convite Situar-se no tempo e no espaço Falar de seu entorno Contar um fato no tempo passado Emitir sua opinião Situações cotidianas: compras, férias, etc 			
Estruturas gramaticais:			

Aprofundamento do estudo do tempo indicativo Presente
 Passado composto e Imperfeito
 O Futuro (próximo e simples)
 Pronomes pessoais
 Conjunções temporais
 Termos de comparação

Bibliografia básica:

1. Forum 1, Paris, Hachette, 2000 (unités 4 à 6)
2. GRÉGOIRE, Maïa, Grammaire progressive du français, Niveau débutant, Paris, CLE international, 1997.
3. MIQUEL, Claire, Vocabulaire progressif du français, Niveau débutant, Paris, CLE international, 2002.
4. MIQUEL, Claire, Communication progressive du français, Niveau débutant, Paris, CLE international, 2004.
5. CHARIAC, Lucile, MOTRON, Annie-Claude, Phonétique progressive du français, Paris, CLE, 1998.

Bibliografia complementar:

1. MONERIE, Anne, Le français au présent, Paris, Didier/Hatier, 1987.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
 PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
 PROGRAMA DE DISCIPLINA**



LINGUA FRANCESA III FRENCH III		Código: LET959	
Departamento de Letras - DELET		Unidade Acadêmica: ICHS	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 03 horas/aula	Prática 01 horas/aula
Ementa: Este curso de iniciação à língua francesa segue aprofundando as habilidades básicas de compreensão (escuta), fala e escrita em língua francesa, estudando os aspectos técnicos da língua e levando os estudantes a utilizá-la em situações cotidianas de comunicação.			
Conteúdo programático:			
OBJETIVOS COMUNICATIVOS: Receber e dar orientações de localização Dar ordens e conselhos Expressar-se em situações cotidianas (restaurante, teatro, etc) Exprimir desejos e propostas Dar sua opinião e argumentar Emitir um juízo sobre uma situação ou sobre alguém			

ESTRUTURAS GRAMATICAIIS:

Imperativo
 Condicional
 Subjuntivo
 Pronomes Y et En
 Expressões de quantidade
 Pronomes relativos

Bibliografia básica:

1. MIQUEL, Claire **Vocabulaire progressif du français: Niveau débutant**. Paris: CLE international, 2002.
2. MIQUEL, Claire **Communication progressive du français: Niveau débutant**. Paris: CLE international, 2004.
3. CHARIAC, Lucile, MOTRON, Annie-Claude **Phonétique progressive du français**. Paris: CLE, 1998.
4. Maïa Grégoire ; participação de Gracia Merlo . **Grammaire progressive du français : avec 400 exercices** . Paris : CLE, c2004.
5. Annie Monnerie. **Le français au present : grammaire** . Paris : Alliance Francaise

Bibliografia complementar:

-



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



UFOP
 Universidade Federal
 de Ouro Preto

INTRODUCAO A LIBRAS INTRODUCTION TO THE BRAZILIAN SIGN LANGUAGE		Código: LET966	
Departamento de Letras - DELET		Unidade Acadêmica: ICHS	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 02 horas/aula	Prática 02 horas/aula
Ementa: Princípios básicos do funcionamento da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Estrutura lingüística em contextos comunicativos. Aspectos peculiares da cultura das pessoas surdas.			
Conteúdo programático:			
A) Conceitual			
1) Adquirir conhecimentos básicos de um conjunto lexical envolvendo a variação dialetal da LIBRAS praticada em Minas Gerais;			
2) Compreender o código gestual do Alfabeto Manual ou escrita manual datilológica e como a mesma é utilizada em situações comunicativas;			
3) Adquirir noções básicas da organização fonológica da LIBRAS, expressas através dos Parâmetros Fonológicos da LIBRAS;			

- 4) Adquirir noções básicas da organização morfosintática da LIBRAS;
- 5) Refletir criticamente sobre a concepção da LIBRAS enquanto língua com status lingüístico equivalente ao das línguas orais;
- 6) Adquirir noções básicas de dialeto, variação dialetal, idioleto, empréstimo lingüístico e regionalismo em LIBRAS.

B) Procedimental

- 1) Desenvolver estratégias de leitura, interação e compreensão de textos sinalizados e registrados em vídeos;
- 2) Desenvolver estratégias de conversação em LIBRAS;
- 3) Desenvolver estratégias de conversação que utilizem o Alfabeto Manual;
- 4) Desenvolver a habilidade de reconhecer e produzir enunciados básicos em situações comunicativas envolvendo as seguintes temáticas: saudação, apresentação, escolaridade, organização espacial e temporal;
- 5) Princípios do desenvolvimento da habilidade de produção do sentido em LIBRAS;
- 6) Desenvolver estratégias para aprimorar as habilidades gestuais/motoras e visuais.

C) Atitudinal

- 1) Posicionar-se criticamente enquanto discente que compartilha a sala de aula com um profissional surdo na condição de docente e refletir sobre o respeito e valorização dispensada a este profissional às pessoas surdas em geral;
- 2) Refletir criticamente sobre a pessoa surda como sujeito da enunciação;
- 3) Refletir sobre a importância e o valor lingüístico, histórico, social e cultural da LIBRAS;
- 4) Refletir criticamente sobre o respeito e valorização dos hábitos, costumes e tradições culturais das pessoas surdas;
- 5) Reconhecer-se como sujeito que está a desenvolver enunciados em uma modalidade de língua gestual-visual, portanto diferente da modalidade oral que é utilizada predominantemente na sociedade.

Bibliografia básica:

1. Góes, Maria Cecília Rafael de **Linguagem, surdez e educação**. 4ª ed. Brasil: Autores Associadas, 2000.
2. Goldfeld, Márcia A **criança surda: Linguagem e cognição numa abordagem sócio-interacionista**. 2ª ed. Brasil: Plexus, 2002.
3. Lacerda, Cristina Broglia Feitosa de **Intérprete De Libras: Em atuação na educação infantil e no ensino fundamental**. 7ª ed. Brasil: Mediação, 2015.
4. SOUZA, Tanya Amara Felipe de **Libras em Contexto: livro do estudante/cursista. Programa Nacional de Apoio à Educação do Surdo**. MEC/SEESP, 2001.
5. Ronice Müller de Quadros, Lodenir Becker Karnopp. **Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos**. Porto Alegre, [RS]: Artmed, 2004.

Bibliografia complementar:

1. Audrei Gesser. **Libras? : que língua é essa? : crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola, 2009.
2. CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingüe da língua de sinais brasileira**. 2. ed. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial, 2001.
3. SACKS, Oliver W **Vendo vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
4. Carlos Skliar (org.) **A surdez : um olhar sobre as diferenças**. 3. ed. Porto Alegre, [RS]: mediação, 2005.
5. Strobel, Karin Lilian. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 3. ed. rev. Florianópolis : Ed. UFSC, 2013.
6. Fernando César Capovilla, Walkiria Duarte Raphael, Aline Cristina Mauricio **Novo deit-libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingüe da língua de sinais brasileira: baseado em lingüística e neurociências cognitivas**. 3. ed., rev. e ampl. São Paulo: EDUSP, [2013].
7. Ferreira, Lucinda. **Por uma gramática de línguas de sinais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SOCIAL ASSISTANCE POLICY AND THE WORK OF SOCIAL WORKERS		Código: SSO256	
Departamento de Serviço Social - DESSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
Ementa: A constituição da assistência social no Brasil de 1930 até a Constituição de 1988. A constituição da Seguridade Social. A assistência Social como política social. Modelo de atenção, gerenciamento, financiamento e controle social. O sistema Único de Assistência Social (SUAS) avanços, dificuldades e desafios. O trabalho de assistentes sociais no SUAS.			
Conteúdo programático:			
Unidade I			
- Contextualização da assistência social na contemporaneidade			
- Fundamentos, trajetória social e histórica da política de assistência social no contexto da seguridade social brasileira.			
- A constituição da assistência social enquanto política social pública – LOAS, PNAS.			
Unidade II			

- A assistência social e a sua organização via Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Norma Operacional Básica (NOB's), Tipificação dos serviços socioassistenciais.
- A política de assistência social e sua organização a partir do território e da participação social/controlado social.
- O trabalho de assistentes sociais na assistência social mediado pelo Projeto Ético Político.

Bibliografia básica:

1. BOSCHETTI, I. **Tensões e possibilidades da política de assistência social em contexto de crise do capital**. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/12800/9944>
2. CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para atuação do assistente social na política de Assistência Social**.
3. IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007. **Cap. I – Conservadorismo e Serviço Social**.
5. MOTA, Ana Elizabeth. Seguridade Social em tempos de crise. In: MOTA, A. E. (org.). **Cultura da Crise e Seguridade Social**. Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos de 80 90. São Paulo: Cortez, 1995.
5. PAIVA, B. A. **Sistema único de Assistência Social em Perspectiva: direitos, política pública e superexploração**. São Paulo. Veras Editora, 2014.

Bibliografia complementar:

1. BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo**. 2. Ed. Brasília. 2003.
2. BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.
3. BOSCHETTI, Ivanete; SALVADOR, Evilásio. Orçamento da seguridade social e política econômica: perversa alquimia. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 87, 2006, p. 25-57.
4. COUTO, Berenice Rojas. **O direito e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.
5. MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência Social**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.
5. MOTA, A. E. (org.). **O mito da Assistência Social**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009.
6. RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e Conselhos de Assistência Social: caminhos da construção democrática**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.
7. MOTA, A. E. **Serviço Social e Seguridade Social: uma agenda recorrente e desafiante**. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/164/189>
8. **4. LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (LOAS)**. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/LoasAnotada.pdf



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE SAÚDE HEALTH POLICY AND THE WORK OF SOCIAL WORKERS		Código: SSO257	
Departamento de Serviço Social - DESSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
Ementa: A trajetória histórica e o debate das políticas de saúde no Brasil de 1930 até a Constituição de 1988. O Sistema Único de Saúde - SUS: situação atual, desafios e perspectivas. A participação social: a realidade dos conselhos de Saúde. O trabalho de assistentes sociais mediado pelo projeto ético político na saúde.			
Conteúdo programático:			
Unidade I			
Discutir a trajetória histórica das políticas de saúde no Brasil de 1930 até a Constituição de 1988. O Sistema Único de Saúde - SUS: situação atual, desafios e perspectivas. A participação social: a realidade dos conselhos de Saúde.			
Unidade II			
O trabalho de Assistentes Sociais na área da saúde: atribuições e competências; requisições institucionais e as demandas da população usuária.			
Bibliografia básica:			
1. NETTO, José. Paulo. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESBAUPIN, Ivo			

(org). O Desmonte da nação: balanço do governo FHC. Petrópolis: Vozes, 1999. P. 75-89;

2. CFESS Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde. Brasília, 2010; Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf>

3. BRAVO, M. I. S.; MENEZES, Juliana Souza Bravo de (Org.). Saúde, Serviço Social, Movimentos Sociais e Conselhos: desafios atuais (2a. edição). 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2013. 366p.

4. Lavinas, Lena. Gentil, Denise, Brasil anos 2000 a política social sob regência da financeirização. Novos estud. ceBraP São Paulo v37n02: 191-211. mai.–ago. 2018

5. Bravo, M.I. **A Saúde nos Governos do Partido dos Trabalhadores e as Lutas Sociais Contra A Privatização** / Organizadoras, Maria Inês Souza Bravo, Juliana Souza Bravo de Menezes. – 1. ed. – Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2014. 98 p

Bibliografia complementar:

1. BRAVO, Maria Inês Souza. Política de Saúde no Brasil. In. MOTA, Ana Elisabete (et al) Orgs. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. ABEPSS/OPAS, 2006. (Disponível on line).

2. BRAVO, M. I. S.; MENEZES, Juliana Souza Bravo de (Org.). Saúde, Serviço Social, Movimentos Sociais e Conselhos: desafios atuais (2a. edição). 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2013. 366p.

3. VASCONCELOS, A. M. A prática do Serviço Social: Cotidiano, formação e alternativas na área da saúde. São Paulo: Cortez, 2002.

4. MATOS. M. C. **Serviço social, ética e saúde: Reflexões para o exercício profissional**. Cortez, 2016.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL SOCIAL SECURITY POLICY AND THE WORK OF SOCIAL WORKERS		Código: SSO258	
Departamento de Serviço Social - DESSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
Ementa: A trajetória histórica e o debate sobre a previdência Social no Brasil de 1930 até a constituição de 1988. Previdência Social: reforma, tendência à privatização e déficit orçamentário. O Processo de trabalho do Serviço Social na área da previdência social.			
Conteúdo programático:			
Unidade I			
A construção histórica da política de previdência Social no Brasil. Crise do capital, financeirização e disputa pelo fundo público.			
Unidade II			
Tendências contemporâneas da política de previdência social no Brasil O trabalho do/a Assistente Social na Previdência Social mediado pelo Projeto ético político.			
Bibliografia básica:			
1. SILVA, L.L., Contrarreforma da Previdência Social sob o comando do capital financeiro, Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 131, p. 130-154, jan./abr. 2018			

1. PEREIRA, C. P. Proteção Social no Capitalismo: crítica a teorias e ideologias conflitantes. São Paulo: Cortez, 2016.
2. SALES, M. A; MATOS, M. C; LEAL, M. C. Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos. 5.ed. São Paulo, Cortez, 2009.
3. EURICO, M. C. Racismo na Infância. 1. ED. São Paulo, Cortez, 2020.
4. CALIARI, Hingridy Fassarella. Uma crítica ontológica aos estudos das juventudes a partir de Georg Lukács. 2021. 193 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.
5. LIMA, Rodrigo Silva Uma interpretação marxista sobre a infância e os abrigos. Revista Katálises V. 24 n1 2021 Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/75343>

Bibliografia complementar:

1. CARVALHO, Denise B. B. "Criança e Adolescente" in Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 03: Política Social. Brasília: CEAD/UNB, 2000.
2. COELHO, Ailta. "Políticas de proteção à infância e adolescência e descentralização" in Revista Serviço Social e Sociedade, nº 60. São Paulo: Cortez, 1999.
3. COLETÂNEA DE LEIS. Conselho Regional de Serviço Social / CRESS - 6ª Região / MG, 2006.
4. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (org). O Estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos: contribuição ao debate no judiciário, no penitenciário e na previdência social. São Paulo: Cortez, 2003.
5. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (Lei nº 8069, 1990).
6. Revista Serviço Social e Sociedade nº 67. Temas Sócio-Jurídicos. São Paulo: Cortez, 2002.
7. SALVADOR, Evilásio. ALVES, Maria da Conceição Lima. O abandono dos direitos assistenciais do ECA na execução orçamentária. Revista Sociedade em Debate, nº 18, Pelotas, 2012.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO SÓCIO-JURÍDICO THE WORK OF SOCIAL WORKERS IN THE SOCIO-LEGAL		Código: SSO260	
Departamento de Serviço Social - DESSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
Ementa: Capitalismo, o direito como complexo social e a ilusão jurídica. Capitalismo dependente, Estado e a área sócio-jurídica no Brasil. A trajetória do Serviço Social na área sócio-jurídica. O trabalho de Assistentes Sociais na área sócio-jurídica.			
Conteúdo programático:			
Unidade I: Capitalismo, direito e a ilusão jurídica: O direito como um complexo social e ideológico na ordem do capital; Capitalismo dependente, Estado e a área sócio-jurídica.			
Unidade II: Serviço Social no judiciário – aproximações com o cotidiano profissional. - A atuação do assistente social na área sócio-jurídica - Os diversos espaços sócio-ocupacionais que compõem a área sócio-jurídica. - O trabalho de assistentes sociais na área sócio-jurídica: desafios e possibilidades.			
Bibliografia básica:			
1. SARTORI, Vitor .Bartoletti. Lukács e a Crítica Ontológica ao Direito. São Paulo: Cortez, 2010. v. 1.			

128p.

2. BORGIANI, Elisabete. Para entender o Serviço Social na área sociojurídica. In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 115, p. 407-442, jul./set. 2013.
3. CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Atuação de assistentes sociais no sócio-jurídico: subsídios para reflexão. Brasília: CFESS, 2014.
4. FÁVERO, Eunice Teresinha. Serviço Social no sócio-jurídico: requisições conservadoras e resistências na defesa de direitos. In: Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 131, p. 51-74, abr. 2018.
5. Abigail Aparecida de Paiva Franco; Eunice Teresinha Fávero e Rita C. S. Oliveira. Perícia em Serviço Social. Editora Papel Social, 2021.

Bibliografia complementar:

1. EURICO, M. C. Racismo e Infância. São Paulo, Cortez Editora, 2020.
2. HORST, Claudio; TENORIO, Emilly Marques. Reflexões sobre a inserção profissional de assistentes sociais na conciliação de conflitos e mediação familiar. Serviço Social & Sociedade [online]. 2019, n. 135. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.180>.
3. COSTA, Ana Paula Motta; GOLDANI, Julia Maia. A influência do contexto familiar nas decisões judiciais a respeito de atos infracionais de adolescentes: o intervencionismo familiar ainda se faz presente? In: Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 87-103, jan/jun. 2015.
4. Cilene, Terra. Fernanda, Caldas. Azevedo. Adolescente, ato infracional e serviço social no judiciário: Trabalho e resistência. Cortez Editora, São Paulo, 2018.
5. Dalva Azevedo de Gois; Rita C.S. Oliveira. Serviço Social na Justiça da Família: demandas contemporâneas do exercício profissional. Editora Cortez, São Paulo, 2020.
6. Ferreira, Guilherme. Gomes. Diversidade Sexual e de Gênero e o Serviço Social no Sócio-jurídico. Cortez Editora, 2018.
7. Elisabete Borgianni e Lilian Magda de Macedo. Serviço social e a psicologia no universo judiciário. São Paulo, Editora Papel Social, 2014.
8. Gracielle. Feitosa. de Loiola. Produção sociojurídica de famílias “incapazes”: Do discurso da “não aderência” ao direito à proteção social. Editora CRV, 2020.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS JUNTO AS PESSOAS IDOSAS AGING AND THE WORK OF SOCIAL WORKERS		Código: SSO261	
Departamento de Serviço Social - DESSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
Ementa: Envelhecimento e capitalismo. Políticas públicas de atenção a população idosa. O envelhecimento populacional: proteção legal e cidadania. O trabalho de Assistentes Sociais junto a população idosa na perspectiva do Projeto ético político			
Conteúdo programático:			
Unidade I			
Envelhecimento e capitalismo. Desafios do envelhecimento na sociedade contemporânea. As políticas sociais brasileiras no campo do envelhecimento. O envelhecimento populacional: proteção legal e cidadania.			
Unidade II			
Envelhecimento e o trabalho dos Assistentes Sociais. O trabalho de Assistentes Sociais junto a população idosa na perspectiva do Projeto ético político			
Bibliografia básica:			
1. Paiva, Sálvea de Oliveira Campelo. Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital: um estudo sobre a racionalidade na produção de conhecimento do Serviço Social. Disponível em:			

BARISON, M. S.; GONÇALVES, R.S. Judicialização da questão social e banalização da interdição de pessoas com transtorno mentais. Serviço Social e Sociedade, n.125, p.41-63, SP: Cortez, 2016

BRASIL. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007). 4. ed, rev. e atual. DF: SDH/Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011.

CFESS. Nota Técnica Tutela, Curatela e Administração de bens sem a devida nomeação legal e as implicações para o trabalho dos/das assistentes sociais. DF, 2018. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/43EncontroNacionalRelatorioFinal.pdf>

CFESS. Discriminação contra a pessoa com deficiência. Da série assistentes sociais no combate ao preconceito, caderno 7. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno07-PCD-Site.pdf>.

PEREIRA, Antônio. Pode existir inclusão de pessoas deficientes no mundo do trabalho e da educação capitalista? Revista "Educação Especial", Santa Maria – RS, n. 32, p. 189-200, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/96/69>

Bibliografia complementar:

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. – DF: SDH, 2010. 443p.

OLIVEIRA, L. M. B. Cartilha do Censo 2010: pessoas com deficiência. DF: SDH-PR/SNPD, 2012.

SANTOS, W. Deficiência como restrição de participação social: desafios para avaliação a partir da Lei Brasileira de Inclusão. Ciência & Saúde Coletiva, v.21, n.10. 2016, p. 3007-3015.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EDUCATION POLICY AND THE WORK OF SOCIAL WORKERS		Código: SSO263	
Departamento de Serviço Social - DESSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
Ementa: Capitalismo e Educação. A educação para além do capital. Capitalismo dependente e a particularidade da educação no Brasil. As políticas educacionais brasileiras. Os diversos espaços sócio-ocupacionais de assistentes sociais na educação. O trabalho de assistentes sociais no âmbito da educação: dilemas e possibilidades.			
Conteúdo programático:			
Unidade I:			
Capitalismo e Educação A educação no e para além do capital As políticas educacionais brasileiras sob os influxos da ofensiva do capital.			
Unidade II:			
O serviço social e a educação. Trajetória sócio-histórica da inserção profissional no campo da educação. O trabalho de assistentes sociais nos diversos espaços de trabalho da educação: desafios e potencialidades.			

Bibliografia básica:

1. MÈSZÁROS, István. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2005.
2. CONSELHO FEDERAL DO SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação. Brasília: CFESS, 2013.
3. Ney Luiz Teixeira de Almeida. O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais. CRESS/MG. 2007.
4. PEREIRA, L. D; ALMEIDA, N. L. T. Serviço Social e educação. 2. Ed. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2013.
5. SCHEFFER, Gabriela (org.). Serviço Social e Paulo Freire: diálogos sobre a educação popular. 2021.

Bibliografia complementar:

1. BRASIL. Plano Nacional de Educação – PNE, Lei 13.005 de 25 de junho de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm Acesso em: 16 ago. 2018.
2. FERNANDES, F. Universidade brasileira: reforma ou revolução? São Paulo, Alfa-Omega, 1975.
3. ABREU, Marina Maciel. Serviço social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional. 4 ed. São Paulo, Cortez, 2011.
4. Moreira, Carlos. Felipe. Nunes. O trabalho com grupos em Serviço Social: A Dinâmica de Grupo como Estratégia para Reflexão Crítica. Cortez Editora, 2015.
5. MEZADRI, Michely. O trabalho da/o assistente social na implementação da política de cotas sociais nas universidades federais do rio de janeiro. Niterói, 2020. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, UFF.
6. FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 59 ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2015.
7. BRAGA, Maria Elisa dos Santos. MESQUITA, Marylucia. RIBEIRO, Alessandra. “A inserção do Serviço Social na Política de Educação na perspectiva do Conjunto CFESS/CRESS: elementos históricos e desafios para a categoria profissional”. Revista SER SOCIAL. n. 30. Brasília: UnB, 2012.
8. IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social IN Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS E A QUESTÃO AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL SOCIAL ASSISTANCE POLICY AND THE WORK OF SOCIAL WORKERS		Código: SSO264	
Departamento de Serviço Social - DESSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: [x] presencial [] a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
Ementa: A Questão urbana na ordem do capital. A trajetória das políticas de habitação no Brasil. O trabalho do assistente social na área de habitação e junto aos movimentos sociais. Questão agrária na ordem do capital. A trajetória das políticas agrárias no Brasil. A luta pela terra no Brasil. Serviço Social e questão agrária. A questão ambiental na ordem do capital. A trajetória das políticas ambientais no Brasil. Serviço Social e questão ambiental.			
Conteúdo programático:			
Unidade I - A divisão social do trabalho entre campo e cidade e as particularidades do Brasil.			
1.1. A divisão social do trabalho entre campo e cidade.			
1.2. A questão agrária no Brasil: propriedade da terra; desenvolvimento capitalista e sujeitos sociais.			
1.3. A questão urbana no Brasil: a apropriação do solo urbano pelo capital; urbanização e industrialização e sujeitos sociais.			
Unidade II - Estado, políticas setoriais e serviço social.			
2.2. As particularidades das políticas setoriais de recorte territorial (urbano, agrário e ambiental) e seu			

desenvolvimento no Brasil.

2.3. A intervenção do Serviço Social nas políticas territoriais, habitação, ambiental e junto aos movimentos sociais.

Bibliografia básica:

1. ABREU, Maria Helena Elpidio. Território, política social e Serviço Social: caminhos e armadilhas no contexto do social-liberalismo. São Paulo: Papel Social, 2016.
2. RAICHELIS, Raquel. Gestão Pública e cidade: notas sobre a questão social em São Paulo. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 90, Ano XXVII, p.05-34, jun. 2007.
3. SANT'ANA, Raquel Santos. MASSON, Gabriela Abrahão. Serviço Social e questão agrária: um debate necessário ao fortalecimento da direção crítica do projeto ético-político-profissional. In: Serviço Social em Revista. V.21 e n 1. Londrina, 2018;
4. PEREIRA, Tatiana Dhamer. Política Nacional de Assistência Social e território: enigmas do caminho. Katálysis. Florianópolis, vol.13, n. 2, p 191-200, 2010.
5. RIBEIRO, Ana Clara Torres. Dossiê: Território e Relações Sociais - O Trabalho na Grande Cidade do Capitalismo Periférico. Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, p.16-30, 1993.

Bibliografia complementar:

1. STEDILE, João Pedro. A questão agrária no Brasil – vol. 2. Expressão Popular: São Paulo, 2005.
2. STEDILE, João Pedro. A questão agrária no Brasil – vol. 6. Expressão Popular: São Paulo, 2013.
3. MARICATO, Hermínia. Para entender a crise urbana. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
4. MARTINS, José de Souza. A militarização da questão agrária. Rio de Janeiro: Vozes, 1985;
5. OLIVEIRA, Francisco de. A questão regional: a hegemonia inacabada. In: Estudos Avançados, v. 7, nº 18. São Paulo: USP, 1993.
6. _____. Expansão capitalista, política e Estado no Brasil: notas sobre o passado, o presente e o futuro. A economia da dependência imperfeita. Biblioteca de Economia. Rio de Janeiro: Graal, 1977;
7. MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. São Paulo: Hucitec, 2004;
8. ANDRADE, Manuel Correa de. Poder político e produção do espaço. Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana: Recife, 1984.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



RAÇA, GÊNERO, CLASSE E PRÁTICA PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL		Código: SSO265	
Race, gender, class and professional practice in Social Service.			
Departamento de Serviço Social - DESSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
Ementa: A interseccionalidade de raça, gênero e classe na constituição do modo de produção capitalista. Racismo estrutural e estruturante no capitalismo. Mulheres e a divisão sexual do trabalho. Pensamento feminista negro. Raça, gênero, classe e instrumentalidade no trabalho do assistente social.			
Conteúdo programático:			
Unidade I: RAÇA, GÊNERO E CLASSE NO CAPITALISMO			
I. Raça e racismo estrutural			
II. Gênero e divisão sexual do trabalho			
III. Raça, gênero e classe e o modo de produção capitalista			
Unidade II: SERVIÇO SOCIAL E INTERSECCIONALIDADES			
I. Interseccionalidade de raça, gênero e classe			
II. Pensamento feminista negro			
III. Serviço Social, exercício profissional e interseccionalidades			
Bibliografia básica:			

1. DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
2. FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.
3. GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.
4. MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. **Serviço Social e luta antirracista: contribuição das entidades da categoria no combate ao racismo**. Belo Horizonte, MG: Letramento, 2020.
5. ROZA, Isis Silva. Raça, gênero e instrumentalidade em Serviço Social: interseções urgentes. **Vade Mécum: trabalho e instrumentalidade do serviço social**. Sarita Amaro, Adriéli Volpato Craveiro (Orgs.). Porto Alegre: Nova Práxis Editorial, 2020.

Bibliografia complementar:

1. AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade**. Belo Horizonte, Letramento: Justificando, 2018.
2. ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
3. GROSSI, Patrícia Krieger. SEBASTIANY, Mariana Marques. Gênero, “raça” e classe no serviço social: por sua articulação e ampliação na formação profissional. **Vade Mécum: ensino e formação profissional em serviço social**. Sarita Amaro, Adriéli Volpato Craveiro (Orgs.). Curitiba: Nova Práxis Editorial, 2018.
4. HOOKS, bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.
5. **O enfrentamento dos efeitos do racismo, cissexismo e transfobia na saúde mental**. Neon Cunha [et al.] (Orgs.). São Paulo: Editora Dandara: Instituto AMMA Psique e Negritude, 2021.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA**



TÓPICOS EM ESTÉTICA MARXISTA, SERVIÇO SOCIAL E EMANCIPAÇÃO HUMANA TOPICS IN MARXIST AESTHETICS, SOCIAL SERVICE AND HUMAN EMANCIPATION		Código: SSO266	
Departamento de Serviço Social - DESSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
Ementa: Estética marxista e tradição filosófica, especialmente, as elaborações de Aristóteles e de Hegel. Fundamentos ontológicos, histórico-materialistas e dialéticos, das categorias do estético: de Marx a Lukács, problemas da gênese, da natureza, da peculiaridade e da função social da arte. Debates contemporâneos sobre estética no campo da teoria social crítica. Relação desses conteúdos com o Serviço Social e com os processos de desfetichização do reflexo da realidade e de emancipação humana.			
Conteúdo programático:			
Unidade I - Aproximações a elaborações clássicas em torno da peculiaridade do estético			
1. Problemas do reflexo, da mimeses e da gênese de categorias estéticas na Antiguidade grega: a Poética de Aristóteles.			
2. Categorias estéticas e os processos de retrocaptação da alienação do espírito como cultura em Hegel.			

Unidade II - Problemas da gênese, da peculiaridade e da função social da arte

1. Aproximações aos fundamentos do estético e do artístico na obra de Karl Marx
2. Problemas da gênese, da peculiaridade e da função do estético e do artístico na Estética de 1963 de György Lukács.

Unidade III - Serviço Social, arte e emancipação humana

1. Serviço Social: o debate sobre a natureza da profissão e os seus desafios contemporâneos
2. O particular como centro organizador do estético, processos de desfeticização da realidade e e processos de emancipação humana.

Bibliografia básica:

1. LUKÁCS, Georg. **Estética I: la peculiaridad de lo estetico**. Barcelona; México: Grijalbo, 1966.
2. _____. **Arte e sociedade: escritos estéticos 1932-1967**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.
3. MARX, K. ENGELS, F. **Cultura, arte e literatura – textos escolhidos**. São Paulo, Expressão Popular, 2010.
4. VAISMAN, E; VEDDA, M. (Org.). **Lukács – estética e ontologia**. São Paulo: Alameda, 2014.
5. _____. (Org.). **Arte, filosofia e sociedade**. São Paulo: Intermeios; Brasília: Capes, 2014.

Bibliografia complementar:

1. ADORNO, T. W. **Teoria Estética**. Lisboa, Edições 70, 1982.
2. ARISTÓTELES. Poética. In: **Coleção os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
3. GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
4. HEGEL, G. W. Preleções sobre Estética. “Plano Geral da Estética”. Cap. IV do Vol. 1. **Coleção os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
5. LUKÁCS, György. **Introdução a uma estética marxista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
6. NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
7. TERTULIAN, N. Lukács e Adorno – a reconciliação impossível. **Verinotio - Revista on-line de educação e ciências humanas**. Belo Horizonte, n. 11, a. VI, p. 235-239, abr. 2010.
8. VEDDA, Miguel. György Lukács y la fundamentación ontológica de lo estético. In: **La sugestión de lo concreto: estúdios sobre teoria literária marxista**. Buenos Aires, Argentina: Gorla, 2006.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA**



PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO, RELAÇÕES RACIAIS E SERVIÇO SOCIAL		Código: SSO267	
Knowledge production, race relations and social service			
Departamento de Serviço Social - DESSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
Ementa: Através dos elementos fornecidos pelo Serviço Social brasileiro, analisar a intrínseca relação entre capitalismo, questão racial e produção de conhecimento. Compreender o papel que estas categorias exercem na luta contra o capitalismo, o racismo e o epistemicídio, objetivando a construção de uma educação antirracista e libertária.			
Conteúdo programático:			
Unidade 1:			
1. Capitalismo, Racismo e Produção do Conhecimento.			
2. Desvendando o Epistemicídio como expressão do racismo no Brasil			
Unidade 2:			
1. Intelectualidade negra, produção do conhecimento e resistências.			

2. Estratégias para a construção de uma educação antirracista e libertária.
3. Intelectualidade negra e o enfrentamento ao epistemicídio no Serviço Social brasileiro.

Bibliografia básica:

1. CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Filosofia e Educação) –Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
2. GOMES, Nilma Lino. **Intelectuais negros e produção do conhecimento**: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, B.; MENEZES, M. (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 492-516.
3. HOOKS, bell. *Ensinar a transgredir: a educação como prática de liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2017.
4. IAMAMOTO, M. V & CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. 26 ed. São Paulo: Cortez/CELATS, 2009.
5. ROCHA, Roseli da Fonseca. **A Incorporação da Temática Étnico-racial no Processo de Formação em Serviço Social**: avanços e desafios. José Maria Gomez. Coorientadora: Marlise Vinagre Silva. Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

Bibliografia complementar:

6. GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Direitos adquiridos pela Editora Marco Zero Limitada. Rio de Janeiro. 1982.
7. HOOKS, bell. *Intelectuais Negras*. In: **Estudos Feministas**. Tradução de Marcos Santarrita, 1995.
8. QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Set. 2005.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



INTRODUÇÃO À TEORIA POLÍTICA INTRODUCTION TO POLITICAL THEORY		Código: CSO003	
Departamento de Ciências Sociais		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
Ementa: Linhas de argumentação e as escolas do pensamento político: a tradição do contrato social; a tradição utilitarista; a tradição crítica; o liberalismo contemporâneo. Conceitos políticos centrais, sua história e sua aplicabilidade: liberdade, igualdade, legitimidade, poder e justiça.			
Conteúdo programático:			
1. Como teorias políticas conformam e informam a análise do fenômeno político			
2. Os conceitos políticos centrais: refinamento e precisão			
2.1. liberdade			
2.2. Igualdade			
2.3. Legitimidade			

2.4.	Poder
2.5.	Justiça
3.	Quando a teoria e política: a pluralização das visões do político
3.1.	A perspectiva do contrato social
3.2.	A perspectiva utilitarista
3.3.	A perspectiva crítica
3.4.	A perspectiva liberal
Bibliografia básica:	
ARENDR, Hannah. <i>O Que é Política?</i> Trad. Reinaldo Guarany. 6.ed. Rio de Janeiro: BertrandBrasil, 2006.	
BOBBIO, Norberto & BOVERO, Michelangelo (orgs.). <i>Teoria Geral da Política: a filosofiapolítica e as lições dos clássicos</i> . Rio de Janeiro: Campus, 2000.	
WEFFORT, Francisco (Org.). <i>Os Clássicos da Política</i> . Editora Ática, São Paulo, 2006, 2V.	
Bibliografia complementar:	
ARENDR, Hannah. <i>A condição humana</i> . Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2014.	
BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. <i>Dicionário de política</i> . 13. ed. Brasília: Ed. Univ. de Brasília, 1986, 2V.	
BOBBIO, Norberto. <i>Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política</i> . São Paulo:Paz e Terra, 2003.	
KYMLICKA, Will. <i>Filosofia política contemporânea</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2006.SEN, Amartya K. <i>Desenvolvimento como liberdade</i> . São Paulo: Comp. das Letras, 2010.	



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



Sociologia Urbana Urban Sociology		Código: CSO006	
Departamento de Ciências Sociais - DECSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
Ementa: Cidade e modernidade. As relações entre metrópole, vida social e economia monetária e alguns de seus efeitos sobre o comportamento humano no meio urbano. A metrópole em movimento: (re)estruturação e (re)organização socioespacial. Vida social na metrópole: experiências e conceituações.			
Conteúdo programático:			
Unidade I - <i>A cidade e o desenvolvimento da moderna economia ocidental</i>			
Unidade II - <i>A cidade grande e moderna - economia monetária, comportamentos e estilos de vida</i>			
Unidade III - <i>A metrópole em movimento ou o equilíbrio instável das cidades grandes</i>			

Unidade IV - Experiências e conceituações: apropriações e análises sobre lugares e espaços da metrópole

Bibliografia básica:

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994, v1.

VELHO, Otavio Guilherme. **O fenômeno urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: UNB, 1999, v2.

Bibliografia complementar:

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Edição alemã de Rolf Tiedemann. Organização da edição brasileira Willi Bolle. 1ª Reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial de Estado de São Paulo, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 1994, v2.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo: utopias e realidades : uma antologia**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

SIMMEL, Georg; MORAES FILHO, Evaristo de. (Org.) **Georg Simmel: sociologia**. São Paulo: Ática 1983.

WAIZBORT, Leopoldo. **As aventuras de Georg Simmel**. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2006.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA**



Sociologia Rural Rural Sociology		Código: CSO008	
Departamento de Ciências Sociais - DECSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
Ementa: Aspectos históricos da questão agrária na formação da sociedade brasileira. O rural enquanto espaço social e político, considerando os atores presentes em sua construção e suas coordenadas fundamentais: modelos de produção em disputa, territórios e formas de sociabilidade. As dinâmicas da ruralidade no Brasil contemporâneo no contexto dos sistemas agroalimentares globais.			
Conteúdo programático:			
1.1. A sociologia da ruralidade: objeto, perspectivas analíticas e críticas.			
1.2. A questão agrária na formação da sociedade brasileira.			
1.3. O rural como espaço social em construção e disputa: modelos de produção na agricultura brasileira,			

relações de parentesco e formas de sociabilidade, relações com a terra e o ambiente.

1.4. Dinâmicas da ruralidade no Brasil contemporâneo: novos “rurais”, a produção no contexto dos sistemas agroalimentares, sustentabilidade, políticas públicas e movimentos sociais.

Bibliografia básica:

SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sergio. Brasil: um século de transformações. São Paulo: Cia. das Letras 2001.

SZMRECSANYI, Tamas; QUEDA, Oriowaldo. Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural. 3.ed. São Paulo: Nacional 1979.

MARTINS, José de Souza (org.) Introdução Crítica à Sociologia Rural. SP. Editora Hucitec. 1986.

Bibliografia complementar:

ABRAMOVAY, Ricardo. O futuro das regiões rurais. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS 2009.

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: ANPOCS; Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. 9. ed. São Paulo: Contexto 2010.

NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DESENVOLVIMENTO RURAL. Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil. São Paulo: UNESP Brasília (DF): NEAD 2008-2009. 2 v ((História social do campesinato no Brasil ; 1-2)).

WILKINSON, John. O futuro do sistema alimentar. São Paulo: HUCITEC 1989.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



Sociologia da Cultura Sociology of culture		Código: CSO009	
Departamento de Ciências Sociais - DECSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
Ementa: Abordagens clássicas e contemporâneas da Sociologia da cultura, evidenciando os processos de reprodução e de transformação das sociedades. Estudos de subáreas específicas da sociologia da cultura para levantar as possibilidades de reflexão dentro deste vasto campo de estudos.			
Conteúdo programático:			
<ol style="list-style-type: none"> 1. A cultura nas abordagens clássicas 2. Conceitos fundamentais da sociologia da cultura 3. Cultura e sociedade 4. Cultura e modernização 5. Cultura e arte 			

6. Estudos de sociologia da cultura

Bibliografia básica:

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo, Perspectiva, 2001.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das culturas*, Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1978.

LAHIRE, Bernard. *A cultura dos indivíduos*. São Paulo, Artmed, 2006.

Bibliografia complementar:

BENJAMIN, Walter Benjamin. (1993). *Obras escolhidas – Magia e técnica, arte e política*. São Paulo, Brasiliense.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. 2 vols., Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1996.

WEBER, Max; GERTH, Hans Heinrich; MILLS, C. Wright. *Ensaio de sociologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

WEBER, Max. *A Ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.



VUNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



Sociologia do Conhecimento Sociology of Knowledge		Código: CSO010	
Departamento de Ciências Sociais - DECSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
Ementa: O conhecimento como fenômeno sociológico. As principais abordagens da sociologia do conhecimento. Impasses metodológicos.			
Conteúdo programático:			
I. A sociologia e o conhecimento da vida cotidiana.			
II. A sociologia da ciência.			
II. A sociologia da ciência de Merton			
II.2 Bourdieu e a sociologia dos campos científicos			
II.3 T. Kuhn e as Comunidades Científicas			
III. A nova sociologia do conhecimento			

- IV. O Programa Forte de Sociologia do Conhecimento
 V. Técnica, tecnologia e Sociedade
 VI. Bruno Latour e os estudos sociais da ciência e da tecnologia.
 VII. Ciência, políticas públicas e participação
 VIII. Sociologia dos intelectuais

Bibliografia básica:

Berger, P. e Luckmann, T. *A Construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2002.

Boudon, Raymond. *Tratado de Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

Bourdieu, Pierre. *Para uma sociologia da ciência*. Lisboa: Ed. 70, 2001.

Burke, Peter. *A história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. 1. ed.-. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

Mannheim, Karl; Mills, C. Wright; Merton, Robert King. *Sociologia do conhecimento*. Rio de Janeiro: Zahar 1967.

Bibliografia complementar:

Bauman, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, c1999.

Bauman, Zygmunt. *Legisladores e intérpretes sobre modernidade, pós-modernidade e intelectuais*. 1. ed.-. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

Berlin, Isaiah. *A Força das ideias*. Companhia da Letras. São Paulo. 2005.

Elias, Norbert. Sociologia do conhecimento: novas perspectivas. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 23, n. 3, p. 515-554, set./dez. 2008.

Elias, Norbert. *Envolvimento e alienação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 1998.

Latour, Bruno. *Ciência em Ação: Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP, 2000.

Weber, Max; Gerth, Hans Heinrich; Mills, C. Wright. *Ensaio de sociologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara 1982.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



TERRITÓRIOS E SUJEITOS TERRITORIES AND SOCIAL AGENTS		Código: CSO012	
Departamento de Ciências Sociais - DECSO		Unidade Acadêmica: ICOSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
Ementa: Aspectos teóricos, conceituais e práticos vinculados aos processos de construção social do espaço, nos contextos da modernidade e da pós-modernidade, postos em perspectiva em suas dimensões históricas, políticas, econômicas e culturais.			
Conteúdo programático:			
1. Fundamentação teórica: Materialidade e representação. Historicidade e espacialidade. Modernidade, pós-modernidade e globalização. Construção política do espaço. Capital e espaço.			

2. Definições conceituais
 - 2.1. Territórios e territorialidades: Espaço, atores e poder. A construção social do espaço: dimensão política, econômica e cultural. A construção do espaço político na modernidade e o Estado-Nação. As múltiplas formas culturais de organização do espaço. Territorialidades.
 - 2.2. Sujeitos: Identidades, cultura, representação e pertencimento. Construção de categorias sociais em relação aos territórios (povos tradicionais, categorias econômicas, distinções jurídico-legais e o reconhecimento pelo Estado). Múltiplos sujeitos, múltiplos sentidos e relações de poder na disputa territorial.
3. Problemas práticos
 - 3.1. Deslocamentos, fluxos e fronteiras.
 - 3.2. Construção política e apropriação do espaço. Homogeneização e resistência. Conflitos e pertencimento.
 - 3.3. Projetos econômicos, desenvolvimento e direitos territoriais.

Bibliografia básica:

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. Globalização: As consequências humanas. Tradução: Marcus Penchel. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 1999.

BOURDIEU, Pierre. "A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região". In: Bourdieu, P. O poder simbólico. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

Bibliografia complementar:

FOUCAULT, M. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Nau, 2002.

CERTEAU, M. A invenção do cotidiano: a arte de fazer. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2000, 2v.

FEATHERSTONE, Mike. Cultura de Consumo e Pós-Modernismo. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo: UNESP, 1991.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A globalização e as ciências sociais. 3. ed. São Paulo: Cortez 2005.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Editora Record, 2001.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA**



ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS PUBLIC POLICY ANALYSIS		Código: CSO013	
Departamento de Ciências Sociais - DECSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
Ementa: Introdução ao estudo das políticas públicas: conceitos básicos. Modelos de análise em políticas públicas. Dimensões de análise das políticas públicas: tipos de políticas públicas, atores de políticas públicas, fases do processo de elaboração de políticas públicas (formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação, extinção), instituições, estilos de política pública.			
Conteúdo programático:			
I. O que é política pública.			
II. Conceitos básicos.			
III. Modelos de análise de políticas públicas.			
IV. Dimensões de análise de políticas públicas.			

- IV.1. Tipos de políticas públicas.
 IV.2. Atores das políticas públicas.
 IV.3. Fases do processo de elaboração de políticas públicas: agenda, alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação, extinção.
 IV.4. Instituições.
 IV.5. Estilos de política pública.
 V. Gestão pública no Brasil:
 V.1. Papel do Estado
 V.2. Políticas sociais no Brasil em perspectiva histórico-comparada.

Bibliografia básica:

Arbache, J. S. “Pobreza e Mercados no Brasil”. In: Pobreza e Mercados no Brasil: uma análise de iniciativas de Políticas Públicas. Brasília, DF, CEPAL. Escritório no Brasil/DIFID, 2003.

ARENDT, Hannah. “As esferas pública e privada” In A Condição Humana. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

Frey, Klaus. Políticas Públicas: um Debate Conceitual e Reflexões Referentes à Prática da Análise de Políticas Públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, no 21, Jun. de 2000

Höfling, Eloisa De Mattos. Estado e Políticas (Públicas) sociais. *Cadernos Cedex*, ano XXI, nº 55, novembro/2001.

Souza, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 16, Dec. 2006

Bibliografia complementar:

Araújo, Luísa; Rodrigues, Maria de Lurdes. Modelos de análise das políticas públicas. *Sociologia. Problemas e práticas*, n. 83, 2017.

Arretche, Marta T. S; Rodriguez, Vicente. *Descentralização das políticas sociais no Brasil*. São Paulo: Fundap: FAPESP; Brasília, DF: IPEA, 1999.

Capella, A.C.N.; Brasil. F. G. Análise de políticas públicas: uma revisão da literatura sobre o papel dos subsistemas, comunidades e redes. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 101, 2015.

Demo, Pedro. *Políticas sociais nas décadas de 60 e 70*. Fortaleza: UFC, 1981.

Draibe, Sônia. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. *Tempo social*, vol. 15, n.2, 2003.

Fagnani, Eduardo. A política social do governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica. *Texto para discussão*. IE/Unicamp, n. 192, junho 2011.

Faria, Carlos Aurélio Pimenta de. Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 18, n. 51, fevereiro de 2003, pp. 21-29.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



SEMINÁRIOS TEMÁTICOS EM CIÊNCIAS SOCIAIS THEMATIC SEMINARS IN SOCIAL SCIENCES		Código: CSO014	
Departamento de Ciências Sociais - DECSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 30 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 02 horas/aula	Prática 00 horas/aula
Ementa: Diferentes abordagens das ciências sociais em seu tripé estudos antropológicos, estudos políticos e estudos sociológicos, privilegiando as principais contribuições teóricas e metodológicas de autores e/ou de campos de estudos relevantes na área do conhecimento. Serão abordados textos consagrados na literatura especializada, seja por sua contribuição teórica, seja metodológica no campo.			
Conteúdo programático:			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Caracterização da perspectiva teórica na área de estudos selecionada. 2. Principais contribuições. 3. Limites da perspectiva. 4. Possibilidade de aplicação na análise da realidade contemporânea. 			

Bibliografia básica:

CORCUFF, P. *As novas sociologias. Construções da realidade social*. Bauru: Edusc, 2001.

GIDDENS, A. *Política, sociologia e teoria social. Encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. São Paulo: UNESP, 2011.

WHITEHEAD, A. N. *A ciência e o mundo moderno*. São Paulo: Paulus, 2006.

Bibliografia complementar:

ELSTER, J. *Peças e Engrenagens das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1994.

FRIEDRICHS, R. *Sociología de la sociología*. Buenos Aires: Amorrortu, 2001.

GIDDENS, A.; TURNER, J. *A teoria social hoje*. São Paulo: UNESP, 1999.

GIDDENS, A.; SUTTON, P. *Conceitos essenciais da sociologia*. São Paulo: UNESP, 2017.

SCOTT, J. *50 grandes sociólogos contemporâneos*. São Paulo: Contexto, 2009.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA**



DEBATES TEÓRICOS THEORETICAL DEBATES		Código: CSO015	
Departamento de Ciências Sociais - DECSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
<p>Ementa: Estudo das acepções teóricas que informam as questões colocadas à realidade da vida em sociedade. Ou seja, a disciplina visa discutir questões relativas à lógica teórica e, em particular, modelos correntes de explicação adotados na investigação dos fenômenos sociais. O eixo da disciplina é a perspectiva comparada, com foco em debates teóricos relevantes obedecendo à intenção de esclarecimento quanto à pluralidade de perspectivas e posicionamentos em relação a conceitos e temas relevantes no campo do pensamento social para enquadramento de questões de pesquisa bem como do design, da conduta dos resultados da investigação dos fenômenos sociais. Para tanto serão examinados tanto textos de caráter meta teórico, mas também análises empíricas e conceituais conforme o debate teórico selecionado para estudo. Sendo assim, pressupõe-se uma variabilidade temática que visa reforçar o objetivo de cotejamento e reflexão sobre a pluralidade de perspectivas teóricas adotadas na análise das</p>			

questões sociais, culturais e políticas.
Conteúdo programático:
<ol style="list-style-type: none"> 1. A centralidade dos conceitos para apreensão da realidade social 2. Pluralidade das perspectivas teóricas e suas implicações 3. Um exemplo de debate teórico <ol style="list-style-type: none"> 3.1. Linhas fundamentais do debate 3.2. Limites das perspectivas 3.3. Questões em aberto
Bibliografia básica:
CORCUFF, P. <i>As novas sociologias. Construções da realidade social</i> . Bauru: Edusc, 2001.
GIDDENS, A. <i>Política, sociologia e teoria social. Encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo</i> . São Paulo: UNESP, 2011.
WHITEHEAD, A. N. <i>A ciência e o mundo moderno</i> . São Paulo: Paulus, 2006.
Bibliografia complementar:
ELSTER, J. <i>Peças e Engrenagens das Ciências Sociais</i> . Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1994.
FRIEDRICHS, R. <i>Sociología de la sociología</i> . Buenos Aires: Amorrortu, 2001.
GIDDENS, A.; TURNER, J. <i>A teoria social hoje</i> . São Paulo: UNESP, 1999.
GIDDENS, A.; SUTTON, P. <i>Conceitos essenciais da sociologia</i> . São Paulo: UNESP, 2017.
RITZER, G. <i>Teoría sociológica contemporânea</i> . Madri: McGraw-Hill, 1993.
SCOTT, J. <i>50 grandes sociólogos contemporâneos</i> . São Paulo: Contexto, 2009



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA



MÉTODOS DE PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS METHODS OF RESEARCH IN SOCIAL SCIENCES		Código: CSO121	
Departamento de Ciências Sociais - DECSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral		Carga horária semanal	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
Ementa: Métodos e técnicas de pesquisa oriundos das ciências sociais. A concepção da pesquisa, incluindo sua fundamentação teórica e implicações éticas. A seleção de fontes e os critérios de validação. Técnicas de pesquisa em ciências sociais, qualitativas e quantitativas, como observação, etnografia, entrevista, questionários, análise documental, grupos focais, <i>surveys</i> , etc, considerando, para cada técnica, as modalidades de análise dos dados e a produção de relatórios de pesquisa.			
Conteúdo programático:			
<ol style="list-style-type: none"> 1. A concepção da pesquisa: fundamentação teórica e implicações éticas. 2. Planejamento e execução da pesquisa: 			

- 2.1 O projeto de pesquisa e a seleção de fontes, a escolha dos procedimentos técnicos quanto à sua aplicação, vantagens e limitações.
- 2.2 Critérios de validação.
3. Algumas técnicas de pesquisa em ciências sociais.
- 3.1. Técnicas de pesquisa qualitativa.
- 3.1.1. Etnografia e observação participante
- 3.1.1.1. Por que e pra quê fazer pesquisa de campo? Fundamentação da pesquisa etnográfica, implicações éticas, políticas e teóricas.
- 3.1.1.2. Como fazer: a preparação, o treinamento do olhar e da escuta, a relação entre sujeitos na pesquisa de campo, o registro, os desafios da transcrição e da escrita.
- 3.1.2. Grupos Focais
- 3.1.2.1. Teoria de Grupos Focais, seus objetivos e usos.
- 3.1.2.2. Questões fundamentais para a realização de Grupos Focais.
- 3.1.2.3. Treinamento prático para aplicação da técnica de Grupos Focais.
- 3.1.3. Método de interpretação documentário e o uso de imagens em ciências sociais.
- 3.1.3.1. O método documentário de interpretação de Mannheim: análise das visões de mundo.
- 3.1.3.2. Ferramentas de análise do método documentário.
- 3.1.3.3. Imagens como objeto de estudo do método documentário.
- 3.1.3.4. A produção de imagens como técnica para uma análise documentária da sociedade: Howard Becker e Pierre Bourdieu.
- 3.2. Técnicas de pesquisa “quali-quant”.
- 3.2.1. Entrevistas Estruturadas e Semi-Estruturadas.
- 3.2.1.1. Quando e como utilizar tais procedimentos?
- 3.2.1.2. Vantagens e limitações de sua aplicação.
- 3.2.1.3. Preparação e diretrizes da entrevista.
- 3.2.1.4. Principais requisitos de uma entrevista.
- 3.2.2. *Survey* ou questionários.
- 3.2.2.1. Características, tamanho da população, tipos de coleta e finalidades de uso do *survey*.
- 3.2.2.2. Tipos de amostra: probabilísticas e não probabilísticas.
- 3.2.2.3. Desenhos de *survey*: interseccional e longitudinal (tendência, coorte, painel)
- 3.2.2.4. Construção do questionário: quantidade de perguntas, tipos, formatos, ordem, escalas, pré-testes e “*probes*”.

Bibliografia básica:

- BECKER, Howard . Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo, Ed. Hucitec, 1993.
- KERLINGER, Fred N. Metodologia da pesquisa em ciências sociais. São Paulo: EPU, 2003.
- MAY, Tim. Pesquisa social: questões, métodos e processos. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Bibliografia complementar:

- ANGROSINO, Michael V. *Etnografia e observação participante*. Porto Alegre: Bookman, Artmed, 2009.
- BABBIE, Earl. *Métodos de Pesquisas de Survey*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- BECKER, Howard Saul. *Falando da sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- DENZIN, N. *O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: Teorias e Abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- HAGUETTE, TERESA MARIA FROTA. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- LAKATOS, E. M., MARCONI, M. de A. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas: amostragens e técnicas de pesquisa: elaboração, análise e interpretação de dados*. São Paulo: Atlas, 1996.
- ROSA, Maria Virginia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo. *A Entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para validação dos resultados*. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DISCIPLINA**



Nome do Componente Curricular em português: TÓPICOS EM ANTROPOLOGIA Nome do Componente Curricular em inglês: TOPICS IN ANTHROPOLOGY		Código: CSO119	
Nome e sigla do departamento: Departamento de Ciências Sociais - DECSO		Unidade Acadêmica: ICSA	
Modalidade de oferta: <input checked="" type="checkbox"/> presencial <input type="checkbox"/> a distância			
Carga horária semestral 60h		Carga horária semanal 4h	
Total 60 horas	Extensionista 00 horas	Teórica 04 horas/aula	Prática 00 horas/aula
Ementa: Aprofundamento do conhecimento no campo de estudos da Antropologia, conforme especificidades do curso onde se aplica. Questões centrais no campo da Antropologia. A Antropologia como interpretação da realidade social. Conceitos fundamentais da antropologia e sua aplicação no estudo de diversos fenômenos sociais e culturais. Interfaces da Antropologia com outros campos do saber.			

Conteúdo programático:

- 1 – O campo da Antropologia: uma introdução.
- 2 – A Antropologia e a interpretação das sociedades contemporâneas.
- 3 – As interfaces da Antropologia com outros campos do saber.
- 4 – Conceitos antropológicos e sua aplicação em situações concretas:
 - a) Cultura e processos sociais.
 - b) Identidade e representação.
 - c) Estrutura social e história.

Bibliografia básica:

BOAS, Franz. Antropologia Cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
GEERTZ, Clifford. A Interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
LARAIA, Roque de Barros - Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

Bibliografia complementar:

AUGÉ, Marc. Por uma Antropologia dos Mundos Contemporâneos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. Edusp/Perspectiva, 1997.
DUMONT, Louis. O Individualismo: Uma Perspectiva Antropológica da Ideologia Moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1985..
FELDMAN-BIANCO, Bela. Antropologia das Sociedades Contemporâneas, São Paulo: Global, 1987.
KUPER, Adam. Cultura. A Visão dos Antropólogos, Bauru: EDUSC, 2002.
LÉVI-STRAUSS, Claude. Antropologia Estrutural II. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
SAHLINS, Marshall. Cultura e razão prática. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

22.3 Anexo 3



**POLÍTICA DE EXTENSÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**

**MARIANA, MINAS GERAIS
2022
SUMÁRIO**

- 1** Apresentação
- 2** Regulamento da extensão universitária do curso de Serviço Social da UFOP
- 3** Das disposições preliminares
- 4** Do conceito de extensão universitária
- 5** Dos objetivos
- 6** Dos princípios e diretrizes
- 7** Da caracterização das ações
- 8** Das áreas temáticas
- 9** Da curricularização
- 10** Das disposições gerais
- 11** Referências bibliográficas
- 12** Anexos

APRESENTAÇÃO

A Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) foi criada no dia 21 de agosto de 1969, a partir da junção das centenárias e tradicionais Escola de Farmácia e Escola de Minas. Ao longo dos anos, cresceu e ampliou seu espaço físico, ganhando novos cursos, professores e se estabeleceu em três municípios mineiros: Ouro Preto, Mariana e João Monlevade. Por meio de sua adesão ao Programa Reuni, a UFOP criou uma unidade acadêmica na cidade de Mariana, onde são ofertados quatro cursos: Administração, Ciências Econômicas, Jornalismo e Serviço Social, que funcionam, desde 2008, no Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA).

Nessa esteira, o curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) teve início em março de 2009 e viabiliza a formação intelectual e cultural generalista, capacitando os alunos para os processos de investigação científica e intervenção profissional, de forma criativa e propositiva dentro do conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Essa proficiência se dá por meio de atividades pedagógicas com aproximações sucessivas à realidade social, seminários temáticos, atividades de pesquisa, estágio

supervisionado, extensão, laboratórios e oficinas. Disponibiliza 50 vagas semestrais. Acontece nos períodos noturno e vespertino. A duração prevista é de 4 anos (8 semestres) e o grau concedido é de Bacharel em Serviço Social. Possui uma carga horária de 3.000 horas e é reconhecido pela Portaria nº 650, de 10/12/2013 (DOU de 11/12/2013).

Esse percurso de consolidação de uma universidade neste território de Minas Gerais sinaliza elementos fundamentais de seu surgimento e dos desafios para a sua consolidação e permanência enquanto instituição de ensino superior público. Queremos dizer que a particularidade econômica, social, política e cultural da região, que é fortemente marcada pela mineração e pela riqueza e mazelas que produz imprime à UFOP desafios ímpares para se enraizar no território, junto à sua população e desempenhar a ‘função social’ esperada de uma instituição de ensino superior pública.

O contexto econômico, político e cultural neste início de século XXI, é de extremos ataques à ciência, à educação pública e à universidade, conseqüentemente, ao conhecimento que nestes âmbitos é produzido na relação síntese entre docentes, discentes, território, comunidades locais, população residente.

No percurso histórico em que a universidade brasileira imbrica-se aos dramas do capitalismo dependente, da subordinação estrutural, material e cultural, aos centros hegemônicos do capital e ao imperialismo, vivenciamos neste momento, na esteira das duas primeiras décadas do século XXI, a iminência da aprovação do Projeto Future-se, que porta em seu conteúdo e forma de operacionalização a privatização da educação superior pública. Projeto este que, se aprovado, concretizará e efetivará a premissa mercantil e privatista que atualmente já opera nas universidades públicas brasileiras. Também, vivenciamos os cortes orçamentários que a cada previsão anual ficam mais restritos, o que impacta diretamente no funcionamento do ensino no que se refere às condições básicas de oferta de disciplinas, compra de insumos e equipamentos, à estruturação adequada de salas de aulas e laboratórios, à pesquisa ao que se refere também à compra de insumos e equipamentos e a permanência de pesquisadores nos projetos considerando as restritivas condições de acesso à bolsa de estudos, e à extensão principalmente no que se refere à bolsa aos discentes extensionistas, à compra de insumos e equipamentos para realização das ações e ao transporte para os territórios atendidos, considerando que a extensão é um movimento que pressupõe a saída dos muros da universidade e a chegada às comunidades.

Além disso, os anos de 2020 e 2021, período em que se realizou a elaboração, debates e escrita desta política de extensão do curso de serviço social da UFOP, entra para a história como anos em que vivenciamos a pandemia da COVID-19, doença que ceifou a vida de

milhões de pessoas ao redor do mundo e de centenas de milhares de vidas no Brasil. Também, acerca dessa situação drástica e dramática da sobrevivência do gênero humano, é de se destacar que no âmbito do ensino, da educação superior pública brasileira, as consequências foram de forte caráter destrutivo aos acúmulos da categoria docente e dos movimentos estudantil e sindical, do conhecimento socialmente referenciado.

Neste período, o ensino presencial passou a ser operacionalizado de modo remoto, sendo esta modalidade avaliada como precária, excludente e de limites intransponíveis no que tange à garantia de premissas pedagógicas de qualidade e de compromisso com o ensino e aprendizado, com a pesquisa e com a extensão. O que traz desafios ímpares a este curso de graduação, ao seu quadro docente e corpo estudantil.

Esses fundamentos estruturantes e impactos e desdobramentos conjunturais incidem drasticamente na formação em Serviço Social, profissão que tem a ‘questão social’, suas determinações e suas manifestações, como objeto de estudo e de trabalho. Considerando a particularidade da região em que a UFOP e o Curso de Serviço Social estão inseridos e ocorrem, as manifestações da ‘questão social’ configuram-se e decorrem de fundamentos como o estatuto colonial e o período escravocrata, a condição de capitalismo dependente e subordinado aos países de capitalismo central, a exploração e a superexploração da força de trabalho, o racismo, a pobreza secular de filhos e filhas de ex-escravizados/as, a violência desencadeada pelos processos produtivos/extrativos da mineração – antes do ouro e atualmente do minério de ferro –, do patriarcado e das manifestações LBGTFóbicas, dentre outros.

Esses fundamentos da ‘questão social’ manifestam-se cotidianamente e podemos evidenciar como uma de suas máximas expressões contemporâneas o rompimento-criminoso da barragem de Fundão, de propriedade das mineradoras Samarco, Vale S.A. e BHP Billiton, ocorrido em 05 de novembro de 2020, que matou 20 pessoas entre trabalhadores terceirizados e moradores/as do distrito de Bento Rodrigues. Além desta, outras localidades da área rural de Mariana-MG foram marcadas e destruídas pelo rastro de lama de rejeitos de minério de ferro. Esse rompimento criminoso explicita as demandas de atuação na região, ou seja, as demandas das comunidades, da população local. Demandas estas, que a universidade pública deve dar respostas via ensino, pesquisa e extensão.

É em meio a este quadro de adversidades, limites e desafios, ou seja, de evidente explicitação do contexto da luta de classes no seio da universidade que esta política de extensão é construída. Ressalta-se que este processo é decorrente de acúmulos do corpo docente e discente e assume a expressiva e importante trajetória extensionista do curso desde

a sua criação, em que variadas e importantes ações extensionistas já foram ofertadas à e com a comunidade da região, os profissionais assistentes sociais e de áreas afins ao Serviço Social, os trabalhadores das mineradoras, os sindicatos e movimentos sociais que atuam neste território. Também, decorre dos acúmulos nas discussões e debates ocorridos nas semanas pedagógicas do curso ocorridas no início dos semestres 2019-02 e 2020-01, nas reuniões de suas instâncias - especialmente no Núcleo Docente Estruturante/NDE, desde o ano de 2018, e da realização de 04 “Oficinas abertas para elaboração de uma política de extensão do curso de Serviço Social da UFOP”, ocorridas entre setembro e outubro de 2020, e de outras duas “Oficinas abertas para discussão do texto preliminar”.

Também, esta política de extensão contribui, compõe e integra o processo de revisão do projeto pedagógico do curso de Serviço Social, intensificado nos anos de 2020 e 2021, a fim de atender demandas de conteúdo via disciplinas e a demanda da curricularização da extensão, questão esta que é explicitada pelas normativas do Conselho Nacional de Educação (CNE), pela Política Nacional de Extensão (PNE), pelo Fórum de Pró-reitores de Extensão (FORPROEX), pela UFOP e sua Pró-reitoria de extensão (PROEX), e que é compreendida por este curso não como meramente um processo técnico, mas que porta e imprime referências do projeto ético-profissional do Serviço Social e de projetos societários em disputa e que se se põem presentes na universidade pública também.

Assim, nas páginas que seguem serão apresentados os seguintes itens: I. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, II. DO CONCEITO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, III. DOS OBJETIVOS, IV. DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES, V. DA CARACTERIZAÇÃO DAS AÇÕES, VI. DAS ÁREAS TEMÁTICAS, VII. DA CURRICULARIZAÇÃO, VIII. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, IX. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, além dos ANEXOS.

Assim como a estrutura da presente Política de Extensão é, no limite, produto de acúmulos históricos e coletivos, das lutas sociais, classistas, de trabalhadoras e trabalhadores, de docentes e estudantes, da categoria profissional das/os assistentes sociais e do Projeto Ético-político do Serviço Social brasileiro, também sua vitalidade, sua força, sua construção e efetivação como práxis social de caráter emancipatório só pode ser exitosa se assumida como tarefa coletiva, de cada um e de todos posicionados e articulados nesse lado da trincheira.

Como nos inspira Carlos Drummond de Andrade, se “este é tempo de partido, tempo de homens partidos”, “não nos afastemos, não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas”, com o poeta que “na marcha do mundo capitalista”, não vacila, “e com suas palavras,

intuições, símbolos e outras armas/ promete ajudar/ a destruí-lo/ como uma pedreira, uma floresta/ um verme”.

I. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O presente documento dispõe sobre a regulamentação da Política de Extensão do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP.

Art. 2º. A extensão universitária no curso de Serviço Social da UFOP orienta-se pelo disposto nas seguintes referências legais e normativas: o artigo 207 da Constituição Federal Brasileira, que estabelece que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”; a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB/1996), que “estabelece as bases e diretrizes da educação nacional”; a Política Nacional de Extensão Universitária - FORPROEX, de 2012; a Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE), que objetiva “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”; a Resolução do CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que “estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº

13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências”; as Resoluções 7.609 e 7.852 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, onde a primeira “aprova o Regulamento das Ações de Extensão Universitária da UFOP” e a segunda estabelece “o Regulamento da Curricularização da Extensão nos cursos de graduação da UFOP”.

II. DO CONCEITO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Art. 3º. “A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012).

Parágrafo único. Considera-se, em termos específicos, como “outros setores da sociedade”, a classe trabalhadora e os destituídos em geral dos meios de produção, os movimentos sociais, as trabalhadoras e os trabalhadores da política de assistência social e demais políticas sociais, os usuários da Política de Assistência Social e demais políticas sociais.

III. DOS OBJETIVOS

Art. 4º. Constituem objetivos da Extensão Universitária:

I. Constituir e consolidar um processo acadêmico e um conjunto de atividades específicos, cujo desenvolvimento implica relações multi, inter e ou transdisciplinares e interprofissionais, com a finalidade de contribuir para a interação orgânica e transformadora entre Universidade e setores e demandas populares, da classe trabalhadora;

II. Constituir e consolidar um processo acadêmico específico, nas interações orgânicas e de potencialização recíproca com o ensino e a pesquisa;

III. Fomentar a produção e o intercâmbio de culturas e saberes diversos, coletivos, produzidos por diferentes formas e metodologias, dentro e fora da universidade, potencializando práxis sociais emancipatórias.

IV. DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES

Art. 5º. A Extensão Universitária orienta-se pelos seguintes princípios:

I. Alinhamento à opção por um projeto de formação profissional e de profissão vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, raça, etnia e gênero;

II. Reconhecimento da necessidade histórica da eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;

III. Articulação orgânica com a teoria social crítica, que faculta a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;

IV. Indissociabilidade das dimensões de ensino, pesquisa e extensão;

V. Alicerce nas prioridades do local e do regional, na realidade específica do quadrilátero ferrífero, da Região dos Inconfidentes, assentada nas estruturas produtivas e nas contradições da mineração extrativista predatória, nas especificidades do território latino-americano e do capitalismo dependente;

VI. Interação orgânica com os movimentos sociais e as organizações da classe trabalhadora, priorizando ações que visem à superação das contradições da sociedade burguesa e das determinações fundamentais/estruturantes e das expressões da questão social;

VII. Interação orgânica com as organizações da profissão e com o universo do trabalho profissional das/os assistentes sociais, realizando e priorizando ações que qualifiquem e potencializem a formação e o exercício ou práxis profissional das/os assistentes sociais;

VIII. Reconhecimento de que a Universidade não pode considerar-se proprietária de um saber absoluto, pronto e acabado, que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, enquanto participe dessa sociedade e das suas contradições, ela deve ser sensível aos problemas e às demandas do povo, dos destituídos em geral dos meios de produção, da maioria absoluta da população brasileira e mineira;

IX. Reconhecimento de que as ações da Universidade não podem prescindir da efetiva difusão e socialização dos saberes e dos resultados nelas produzidos, de tal forma que a população seja também considerada sujeito dessas atividades.

Art. 6º. A Extensão Universitária orienta-se pelas seguintes diretrizes:

I. Interação dialógica, potencialização de saberes e de práxis sociais: orienta o desenvolvimento de relações entre Universidade e setores populares, classistas, dos trabalhadores, o fomento de relações marcadas pela interação orgânica, horizontal, dialógica, assentada na troca, na construção e potencialização recíproca de saberes, na aliança com os movimentos sociais, as/os trabalhadoras/es e usuárias/os da política de assistência social. Não se trata, pois, de “estender à sociedade o conhecimento acumulado pela Universidade”, mas de produzir, em interação com a sociedade, um conhecimento novo, coletivo e potencializador de práxis não apenas individuais, mas também coletivas. Um conhecimento potente para contribuir para a superação das contradições da sociedade burguesa, das determinações e das expressões da ‘questão social’, bem como, com as pautas de lutas dos sujeitos coletivos.

II. Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade: orientam, numa perspectiva ontológica histórico-materialista, de totalidade social, matrizada nas relações de produção e reprodução

social, a articulação de conteúdos, saberes e práxis que são compartimentados, fragmentados e tendencialmente dissociados na cientificidade e nas práticas acadêmicas e profissionais fissuradas nos marcos da divisão social do trabalho na sociedade burguesa madura, no capitalismo monopolista.

III. Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão: indica que cada uma das atividades-fim da universidade só são efetivas e socialmente profícuas se estiverem organicamente vinculadas e em interação, nos processos formativos de saberes e práxis sociais emancipatórios, para o que converge, no âmbito da extensão, a substituição do tradicional eixo pedagógico “estudante/professor” pelo eixo “estudante/professor/comunidade”;

IV. Impacto na formação do estudante: diz respeito ao enriquecimento da formação acadêmica da/o estudante pela prática extensionista, tanto em termos teóricos e metodológicos, como no processo de construção de compromissos ético-políticos, críticos e emancipatórios. A participação do estudante em atividades de extensão deve estar fundamentada em iniciativas que viabilizem a flexibilização e a integralização curricular e a clareza de suas atribuições, bem como deve ser supervisionada pelo coordenador da ação e dispor de uma metodologia de avaliação;

V. Impacto e transformação social: indica a interação orgânica entre a extensão universitária e as contradições sociais, classistas, patriarcais e étnico-raciais, e os projetos e as lutas que se erigem sobre essas bases. Numa palavra, indica a dimensão ineliminavelmente política da extensão universitária na sociedade burguesa, considerando o contexto de capitalismo dependente do nosso território, o que explicita a impossibilidade de uma extensão universitária pretensamente neutra. Reafirma a ação transformadora da extensão, inclusive dentro da própria universidade, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população, da classe trabalhadora e dos destituídos em geral dos meios de produção, o que remete à imbricação necessária da extensão com os movimentos e as lutas sociais, com o projeto ético-político da profissão da/os assistentes sociais, com o universo do trabalho e das trabalhadoras e trabalhadores assistentes sociais, e com o público usuário da política de assistência social e das políticas sociais.

V. DA CARACTERIZAÇÃO DAS AÇÕES

Art. 7º. Constituem ações de extensão: Ações Usuais de Extensão, Eventos de Extensão e Oficinas de Extensão.

I. As Ações Usuais de Extensão são aquelas realizadas em Programas de Extensão, Projetos de Extensão, ou Cursos de Extensão.

a) Caracteriza-se como Programa de Extensão um conjunto articulado de ações de extensão, integradas à pesquisa e ao ensino; tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum sendo executado a médio e longo prazo;

b) Caracteriza-se como Projeto de Extensão a ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado; pode ser isolado ou vinculado a um programa;

c) Caracteriza-se como curso de Extensão a ação pedagógica, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou à distância, planejada e organizada de modo sistemático, com prazo determinado e carga horária mínima de 8 (oito) horas e critérios de avaliação definidos. Ações dessa natureza com menos de 8 (oito) horas devem ser classificadas como "evento".

II. Eventos de Extensão são aqueles que implicam na apresentação e/ou exibição pública de conhecimento ou produto cultural, artístico, científico, que atendam as diretrizes dispostas na presente política de extensão. Podem ser:

a) Congresso: evento de grandes proporções, de âmbito regional, nacional ou internacional, em geral com duração de 3 a 7 dias, que reúne participantes de uma comunidade científica ou profissional ampla. Abrange um conjunto de atividades tais como mesas-redondas, palestras, conferências, oficinas, workshops e minicursos, estes com duração de até oito horas.

b) Seminário: evento científico de âmbito menor do que o congresso, tanto em termos de duração (horas a 1 ou 2 dias), quanto em número de participantes, cobrindo campos de conhecimento mais especializados. Incluem-se nessa classificação encontros, simpósios, jornadas, colóquios e fóruns.

c) Ciclo de debates: encontros sequenciais que visam à discussão de um tema específico, podendo ser caracterizados como Ciclos, Circuitos, Semanas ou similares.

d) Exposição: exibição pública, podendo incluir Feiras, Mostras, Lançamentos ou similares.

e) Ações pontuais de mobilização que visam um objetivo definido.

III. Oficinas de Extensão são componentes curriculares previstos na matriz do Projeto Pedagógico e inseridos na grade curricular do curso. Envolvem, obrigatoriamente, a interação teórico-metodológica e prática entre docentes, discentes e comunidade. Privilegiam saberes e práticas pedagógicas ligados aos referenciais teórico-metodológicos da educação popular, pautando-se pelo reconhecimento, troca e potencialização das diferentes formas de conhecimento: cotidianos, científicos, políticos, artísticos, saberes e representações diversos ligados a matrizes culturais populares diversas etc. Pautam-se também pelos princípios da

dialogicidade e da horizontalidade. Realizam-se, prioritariamente, em círculos de cultura, na construção coletiva de saberes e de práticas sociais emancipatórias, transformadoras, críticas do *status quo* e da ordem do capital. Privilegiam a ocupação de espaços sociais diversificados, sendo desenvolvidas dentro e fora dos muros da universidade. Ligam-se, num eixo principal da lógica curricular e da formação profissional, às lutas e aos movimentos sociais, e em outro eixo principal, mais concreto e mais específico, às demandas e lutas do universo do mundo do trabalho profissional das/os assistentes sociais. Articulam e sintetizam as dimensões ensino-pesquisa-extensão, incidindo sobre a relação transformadora universidade-sociedade.

VI. DAS ÁREAS TEMÁTICAS

Art. 8º. Constituem áreas temáticas da Extensão:

I. Comunicação: comunicação social, mídia comunitária, comunicação escrita e eletrônica; produção e difusão de material educacional; televisão universitária; rádio universitária; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de comunicação social; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área.

II. Cultura: desenvolvimento de cultura; cultura, memória e patrimônio; cultura e memória social; cultura e sociedade; folclore, literatura brasileira, literatura negra, artesanato e tradições culturais; produção cultural e artística na área de artes plásticas, artes gráficas, fotografia, cinema e vídeo, música e dança; produção teatral e circense; capacitação de gestores de políticas públicas do setor cultural.

III. Direitos Humanos e Justiça: assistência jurídica; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de direitos humanos; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; direitos de grupos sociais; organizações populares; questão agrária.

IV. Educação: educação básica; educação e cidadania; educação à distância; educação continuada; educação de jovens e adultos, especial e infantil; ensino educação no campo, educação popular, fundamental, médio, técnico e profissional; incentivo à leitura; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de educação; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área.

V. Meio Ambiente: preservação e sustentabilidade do meio ambiente; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; desenvolvimento regional sustentável; aspectos do meio ambiente e sustentabilidade do desenvolvimento urbano; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de meio ambiente; cooperação

interinstitucional e cooperação internacional na área; educação ambiental, gestão de recursos naturais, sistemas integrados para bacias regionais.

VI. Saúde: promoção à saúde e qualidade de vida; atenção a grupos de pessoas com deficiência; atenção integral à mulher, à criança, à saúde de adultos, aos idosos, ao adolescente e ao jovem; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de saúde; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; desenvolvimento do sistema de saúde; saúde e segurança no trabalho, esporte, lazer e saúde; hospitais e clínicas universitárias; novas endemias e epidemias; saúde da família; saúde mental; uso e dependência de drogas.

VII. Tecnologia e Produção: transferência de tecnologias apropriadas; inovação tecnológica; apoios tecnológicos; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de ciência e tecnologia; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; direitos de propriedade e de imagem.

VIII. Trabalho: exploração e superexploração da força de trabalho na região dos Inconfidentes; classes, movimentos e lutas sociais; sindicalismo; reforma agrária e trabalho rural; trabalho e inclusão social; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas do trabalho; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; educação profissional; organizações populares para o trabalho; cooperativas populares; questão agrária; saúde e segurança no trabalho; trabalho infantil; turismo e oportunidades de trabalho; espaços sociocupacionais e práxis profissional da/do assistente social.

VII. DA CURRICULARIZAÇÃO

Art. 9º. A Curricularização da Extensão orienta-se pelas referências, conceitos, objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos na presente Política de Extensão.

Art. 10º. Constituem Componentes Curriculares de Extensão as Ações de Extensão especificadas no Capítulo V da presente Política de Extensão: Ações Usuais de Extensão, Eventos de Extensão e Oficinas de Extensão.

Art. 11º. As Ações de Extensão devem ser realizadas no âmbito das áreas temáticas especificadas no Capítulo VI da presente Política de Extensão: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho.

Art. 12º. Fica estabelecido que 10% da carga horária total do Curso de Serviço Social da UFOP será disposto em Ações de Extensão e Componentes Curriculares de Extensão. Ou seja,

das 3.000 horas previstas para integralização do curso, 300 horas deverão ser integralizadas em Ações de Extensão e Componentes Curriculares de Extensão.

§1º. Desses 10% ou 300 horas, 6% ou 180 horas ficam dispostos no Componente Curricular “Oficinas de Extensão”.

§2º. Desses 10% ou 300 horas, 4% ou 120 horas ficam dispostos em Ações Usuais de Extensão e/ ou em Eventos de Extensão.

Art. 13º. As Ações Usuais de Extensão orientam-se pelos regulamentos e editais da Pró-reitoria de Extensão da UFOP, e têm sua tramitação via Sistema de Gestão da Extensão/ SGE.

§1º. As Ações Usuais de Extensão inscrevem-se na grade curricular sob a nomenclatura “ATV Extensionista”.

§2º. Cabe ao DESSO ofertar semestralmente, um conjunto de Ações Usuais de Extensão para atender as demandas da curricularização inscritas na presente Política de Extensão, e/ou atuar para isso, mediante articulações com departamentos de outros cursos da UFOP, assim como cabe ao departamento divulgar, no início de cada período letivo, as atividades usuais de extensão ofertadas no semestre, e o respectivo número de vagas para discentes.

§3º. Toma-se por referência que cada Ação Usual de Extensão que tenha cinco ou mais estudantes extensionistas registrados, e carga horária mínima de 30h semestrais, corresponde a 1 (um) encargo docente no âmbito do COSER e do DESSO.

§4º. A formalização do encargo docente junto ao COSER e ao DESSO, referida no parágrafo 3º, se dará mediante: a) registro da Ação Usual de Extensão no Plano de Trabalho Semestral do/a docente; b) aprovação da Ação Usual de Extensão pela PROEX; c) registro formal da Ação Usual de Extensão em assembleia do DESSO.

§5º. É facultado às/aos estudantes do Curso de Serviço Social da UFOP a participação em Ações Usuais de Extensão coordenadas e inscritas por outros cursos e departamentos da UFOP, observadas as referências, conceito, objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos na presente Política de Extensão.

§6º. Os processos de avaliação, frequência e aproveitamento discente em atividade extensionista são aqueles estabelecidos e realizados no interior da própria Ação Usual de Extensão, nos termos das referências e normativas estabelecidos pela PROEX/UFOP.

§7º. A/o estudante deve encaminhar ao Colegiado do Curso de Serviço Social, ao final de cada semestre em que tenha participado de Ação Usual de Extensão, certificado comprobatório de participação na atividade extensionista, emitido pela PROEX/UFOP.

§8º Cabe ao Colegiado do Curso de Serviço Social receber, analisar, validar e registrar a certificação da participação da/o estudante na Ação Usual de Extensão como ATV Extensionista, bem como a carga horária realizada.

§9 Cada hora de ação extensionista realizada equivale a 1 hora de ATVE.

Art. 14º. Os Eventos de Extensão orientam-se pelo disposto na Resolução CEPE 7.609/2018, e têm sua tramitação por registro simplificado via Sistema de Gestão da Extensão/ SGE.

§1º. Os Eventos de Extensão se inscrevem na grade curricular sob a nomenclatura “ATV Extensionista”.

§2º. Cabe ao DESSO ofertar Eventos de Extensão para atender as demandas da curricularização inscritas na presente Política de Extensão, e/ou atuar para isso, mediante articulações com departamentos de outros cursos da UFOP, assim como cabe ao departamento divulgar, no início de cada período letivo, os eventos de extensão ofertados no semestre e os respectivos número de vagas para discentes.

§3º. Toma-se por referência que cada Evento de Extensão, que tenha cinco ou mais estudantes extensionistas registrados, e carga horária mínima de 30h semestrais, corresponde a 1 (um) encargo docente no âmbito do COSER e do DESSO.

§4º. A formalização do encargo docente junto ao COSER e ao DESSO, referida no parágrafo 3º, se dará mediante: a) registro do Evento de Extensão no Plano de Trabalho Semestral do docente; b) aprovação do Evento de Extensão pela PROEX; c) registro formal do Evento de Extensão em assembleia do DESSO.

§5º. É facultado às/aos estudantes do Curso de Serviço Social da UFOP a participação em Eventos de Extensão coordenados e inscritos por outros cursos e departamentos da UFOP, observadas as referências, conceito, objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos na presente Política de Extensão.

§6º. Os processos de avaliação, frequência e aproveitamento discente em atividade extensionista são estabelecidos e realizados no interior do próprio Evento de Extensão, nos termos das referências e normativas estabelecidos pela PROEX/UFOP.

§7º. A/o estudante deve encaminhar ao Colegiado do Curso de Serviço Social, ao final de cada semestre em que tenha participado em Evento de Extensão, certificado comprobatório de participação na atividade extensionista, emitido pela PROEX/UFOP.

§8º Cabe ao Colegiado do Curso de Serviço Social receber, analisar, validar e registrar a certificação da participação da/o estudante no Evento de Extensão como atividade como ATV Extensionista, bem como a carga horária realizada.

Art. 15º O quadro que segue constitui referência para validação e registro de horas realizadas por discente em ATVE:

**QUADRO: PONTUAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DAS ATIVIDADES DE
EXTENSÃO ATVE**

Atividade desenvolvida	Número de horas válidas como atividade complementar	Valorização máxima
Curso de extensão	80 horas por semestre	80 horas
Projeto de extensão	80 horas por semestre	80 horas
Evento de extensão	40 horas por semestre	40 horas

Art. 16º. As Oficinas de Extensão, caracterizadas nos termos do Art. 7º, Inciso III, da presente Política de Extensão, são Ações de Extensão regulamentadas no Projeto Pedagógico e inseridas na matriz e na grade curricular do Curso de Serviço Social da UFOP.

§1º. As Oficinas de Extensão organizam-se em Oficina de Extensão I, Oficina de Extensão II e Oficina de Extensão III, correspondendo, cada uma delas, a 60h semestrais. As ementas e conteúdos programáticos das Oficinas de Extensão acompanham, em articulação orgânica, as determinações primárias da realidade social, a lógica curricular e o percurso formativo estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso, interagindo também com as Ações Usuais de Extensão e os Eventos de Extensão do DESSO, bem como com as dimensões do ensino e da pesquisa.

§2º. As Oficinas de Extensão I inserem-se no Primeiro Período do Curso, introduzindo as/os estudantes na realidade universidade-extensão-sociedade, abrindo as vias para experiências e reflexões das práticas extensionistas, em suas articulações com o ensino, a pesquisa e, especialmente, com as Ações Usuais de Extensão e os Eventos de Extensão da universidade e do Curso de Serviço Social da UFOP.

§3º. As Oficinas de Extensão II inserem-se no Terceiro Período do Curso, aprofundando as interações recíprocas universidade-extensão-sociedade e articulando os processos formativos e a lógica curricular, em especial, com os fundamentos da vida social, da formação social brasileira, a realidade dos movimentos e lutas sociais, das lutas de classe, das determinações e das expressões da questão social nas particularidades da Região dos Inconfidentes, das estruturas produtivas, econômicas do capitalismo dependente, da mineração, expropriadoras e destrutivas da natureza e do conjunto da sociedade.

§4. As Oficinas de Extensão III inserem-se no Quinto Período do Curso, aprofundando as interações recíprocas universidade-extensão-sociedade e articulando os processos formativos e a lógica curricular, em especial, com os fundamentos do trabalho profissional e do universo do mundo do trabalho das/os assistentes sociais, concretando as aquisições dos processos formativos precedentes, articulando-as com as demandas iminentes dos processos de estágio.

§5. A fim de potencializar a interação entre extensão e ensino, e de garantir alternância da participação docente nas Oficinas de Extensão, enriquecendo esses espaços, a presente Política orienta: a) que a Oficina de Extensão I seja coordenada, alternadamente, no decorrer dos semestres, por docentes responsáveis por disciplinas localizadas em qualquer período do curso; b) que a Oficina de Extensão II seja coordenada, preferencialmente, por docentes responsáveis por disciplinas do DESSO localizadas do 1º ao 4º período do curso, com alternância de docentes a cada semestre; c) que a Oficina de Extensão III seja coordenada, preferencialmente, por docentes responsáveis por disciplinas do DESSO localizadas do 5º ao 8º período do curso, com alternância de docentes a cada semestre.

§6º. Os Planos das Oficinas de Extensão constituem instrumentos específicos, distintos dos Planos de Ensino de Disciplinas, e serão elaborados a partir das referências teórico-metodológicas, dos objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos na presente Política de Extensão, conforme estrutura e balizamentos dispostos nos anexos da mesma.

§7º. As Oficinas de Extensão envolvem, necessariamente: docente (s), denominado (s) “Coordenador (s) Docente (s) de Ação Extensionista”, discente (s) e comunidade.

§8º. Cabe ao Docente “Coordenador Docente de Ação Extensionista”: a) assumir e responder formalmente pelo encargo “Oficina de Extensão”; b) responder primariamente pela estrutura e pelos balizamentos gerais do Plano de Oficina de Extensão, e de sua dimensão político-pedagógica; c) atuar no sentido de garantir as articulações universidade-extensão-comunidade; d) avaliar e traduzir em termos acadêmicos a participação e o desempenho discente nas Oficinas de Extensão.

§9º. As Oficinas de Extensão orientam-se, prioritariamente, por metodologias de educação popular e de círculos de cultura.

§10º. As Oficinas de Extensão devem ser realizadas em espaços sociais diversos, dentro e fora da universidade.

§11º. As estruturas e os recursos materiais para realização das oficinas de extensão em espaços sociais diversos devem ser garantidas pela UFOP.

§12. Os processos de avaliação, participação e aproveitamento discente são equivalentes aos das disciplinas da matriz curricular.

§13. Constitui exigência para aprovação da/o discente matriculada/o em Oficina de Extensão a frequência mínima de 75%.

VIII. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17. As ações extensionistas e a curricularização da extensão do Curso de Serviço Social da UFOP serão avaliadas processual e permanentemente, tendo como instâncias e formas privilegiadas dessa avaliação: os trabalhos regulares do NDE; a “Semana Pedagógica do Curso de Serviço Social da UFOP”, realizada semestralmente; a realização de projetos em programas institucionais de aprimoramento dos Cursos da UFOP, como o “Pró-Ativa”; a realização de Fóruns de Extensão.

Art. 18. Os casos omissos serão analisados pela/o Presidente do Colegiado de Curso e levados à apreciação do Colegiado do Curso de Serviço Social.

Art. 19. Este Regulamento entra em vigor a partir da data de sua aprovação nas instâncias da UFOP.

IX. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. Diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf>. Acesso em: 17 de maio de 2019.

ALVES, Lucas Aredes. DETERMINAÇÕES HISTÓRICAS E SOCIOCULTURAIS DA UNIVERSIDADE E DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA E PROBLEMAS CONTEMPORÂNEOS. Disponível em: https://monografias.ufop.br/bitstream/35400000/3391/6/MONOGRAFIA_Determina%3%a7%3%b5esHist%3%b3ricasSocioculturais.pdf

BERTOLLO, Kathiua. *Extensão universitária e curricularização da extensão: considerações sobre a formação em serviço social*. In Revista Alemur. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/alemur/article/view/4613/3636>

_____. Extensão popular classista: um âmbito da luta e da construção da universidade popular. In: A universidade popular. REBELATTO, Francieli; ACOSTA, Luis; PINHEIRO, Milton (orgs.) São Paulo. Instituto Caio Prado Júnior. 2021, (pág. 277 a 304).

_____. Mineração e superexploração da força de trabalho: análise a partir da realidade de Mariana-MG. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2018.

CNE/CES. *Diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social*. Resolução 15, de 13 de março de 2002 do CNE/CES. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311141012990370.pdf>, Acesso em: 17 de maio de 2019.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 70 de 29 de março de 2012. Senado Federal. Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_29.03.2012/CON1988.pdf

_____. Presidência da República. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://extensao.ufjf.br/images/stories/Anexos/PNE_2014.pdf

_____. *Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências*. *Diário Oficial da União*, de 10 de janeiro de 2001, p. 128. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.h

_____. Congresso Nacional. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, de 23 de dezembro de 1996, p. 27.833. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CES Nº 7/2018*, publicada no *Diário Oficial da União*, Brasília, 19 de dezembro de 2018, Seção 1, pp. 49 e 50.

Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Estratégia 12.7 da Meta 12 da Lei nº 13.005/2014. Disponível em: <https://xn--extenso-2wa.ufjf.br/images/LEGISLACAO/CNE---Resolucao-n-7-de-18-de-dezembro-de-2018.pdf>

CFESS. *Serviço Social: direitos e competências profissionais*. Brasília. CFESS/ABEPSS, 2009.

COIMBRA, Ana Livia de Souza (et al). *Relatório Final - mapeamento da inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação das instituições públicas de educação superior brasileiras*. FORPROEX, 2019.

FERNANDES, Florestan. Padrões de dominação externa na América Latina. In: *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. Universidade e desenvolvimento. In: *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 2020.

FORPROEX. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Gráfica da UFRGS. Porto Alegre, RS, 2012 (Coleção Extensão Universitária; v. 7. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>

_____. *Plano Nacional de Extensão Universitária*. Ilhéus: Editus, 2001. (Coleção Extensão Universitária; v.1). Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf>

GONÇALVES FILHO, Antônio; FARAGE, Eblin. Educação superior pública e o Future-se: o projeto do capital em tempos de ascensão da extrema direita. In: *EM PAUTA*, Rio de Janeiro. 2º Semestre de 2019, n. 44, v. 17, p. 33 – 49.

GUERRA, Yolanda. *A instrumentalidade do Serviço Social*. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

HORST, Cláudio; CARRARA, Virgínia (org). “Questão Social”, Mineração e Serviço Social: reflexões a partir da região dos inconfidentes. Editora UFOP. No prelo.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LEHER, Roberto. Reforma Universitária de Córdoba, noventa anos. Um Acontecimento Fundacional para a Universidade Latino-americanista. In: *La reforma universitaria: desafíos y perspectivas noventa años después*. Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2008.

_____. Ideias, valores e princípios para afirmar o futuro da universidade pública latinoamericana. *Revista del IICE*, v. 44, p. 133-146, 2018.

LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. "A decadência ideológica e as condições gerais da pesquisa científica" in NETTO, José Paulo (Org.) *Georg Lukács*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1981.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro 1 Tomo 1. - 2. ed. - São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Natureza, trabalho e educação*. FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; CALDART, Roseli Salette. (orgs.). 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MATTOS, Marcelo Badaró. *A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOURA, Clóvis. Quilombos: resistência ao escravismo. Expressão Popular. São Paulo, 2020.

NÉSPOLI, José Henrique Singolano. Educação popular e emancipação: A Pedagogia do oprimido como projeto contra-hegemônico das classes subalternas. CADERNOS CIMEAC, v. 10, p. 94-112, 2020.

_____. *III Simpósio: educação popular, a construção e desenvolvimento de práticas educacionais*. Minicurso: A metodologia de educação popular. Prof. Dr. José Henrique Singolano Néspoli – UFTM. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Cdhgt8BdqOs>

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: CEAD; ABEPSS; CFESS. *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

_____. Transformações societárias e Serviço Social — Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 50, ano XVII, abril de 1996.

_____. *Introdução ao Estudo do Método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. Para a crítica da vida cotidiana. In: *Cotidiano: conhecimento e crítica*. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 8 ed. São Paulo, Cortez, 2011.

PAULA, João Antônio de. Extensão universitária: história, conceito e propostas. *Interfaces - Revista de Extensão*. v. 1, n. 1, p. 05-23, 2013.

SILVA, Marlon Garcia. *Serviço Social, arte e extensão universitária: a experiência do Programa Mineração do Outro*. 2019.

TONET, Ivo. *Educação contra o capital*. Maceió: EDUFAL, 2007.

ZONTA, Márcio; TROCATE Charles (Org.). *Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP/Billiton*. Marabá-PA: Editorial Iguana, 2016, (p. 17-50). (A questão mineral, v. 2).

Universidade Federal de Ouro Preto. *Resolução Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão-Cepe nº 7.609, de 20 de novembro de 2018*. Regulamenta as Ações de Extensão Universitária da UFOP e revoga as Resoluções Cepe nº 5292 e 5295. Disponível em: <http://www.soc.ufop.br/public/files/RESOLUCAO_CEPE_7609.pdf>.

_____. *Resolução Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão-Cepe nº 7.852, de 27 de setembro de 2019*. Regulamenta o registro e a inclusão de atividades e/ou disciplinas de Extensão nos currículos dos cursos de graduação da UFOP. Disponível em: <http://www.soc.ufop.br/public/files/RESOLUCAO_CEPE_7852.pdf>.

VASCONCELOS, Ana Maria de. *A/o assistente social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas*. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

ANEXOS

A) REFERÊNCIAS PARA ESTRUTURA E BALIZAMENTO DO “PLANO DE OFICINA DE EXTENSÃO I”

Nome do Componente Curricular: Oficina de Extensão I – Universidade e Educação

Código:

Nome e sigla do departamento: Departamento de Serviço Social – DESSO

Nome do Coordenador Docente:

Carga horária semestral: 60h

Carga horária semanal teórico-prática em Oficina de Extensão/ Círculo de cultura: 4h

Para balizamento da Ementa:

Favorecer a aproximação das/os estudantes às determinações gerais e particulares da realidade universidade-extensão-sociedade, em especial, na região de Mariana-MG, abrindo as vias para experiências e reflexões das práticas extensionistas, em suas articulações com o ensino, a pesquisa e, especialmente, com as Ações Usuais de Extensão e os Eventos de Extensão da universidade e do Curso de Serviço Social da UFOP.

Para balizamento do Conteúdo Programático:

Primazia das determinações gerais e particulares da realidade brasileira, mineira e, em especial, de Mariana-MG e região, primazia dos fatos e situações cotidianos, dos fenômenos e processos expressivos das relações sociais de produção e reprodução material e simbólico-cultural da vida nessa realidade. [Portanto, antes de conteúdos concretos, um dispositivo metodológico].

Capitalismo dependente, universidade e extensão universitária na América Latina, no Brasil, na região dos inconfidentes e em Mariana-MG.

Mineração e expropriação da natureza e da força de trabalho. Lutas sociais, saberes e cultura popular.

Os desafios contemporâneos à extensão universitária e à construção de uma universidade popular.

A Política de Extensão do Curso de Serviço Social da UFOP.

Para balizamento dos Objetivos:

Em termos mais gerais:

-Fomentar a interação orgânica e transformadora entre Universidade e setores e demandas populares, da classe trabalhadora;

-Enriquecer a formação acadêmica da/o estudante pela prática extensionista, tanto em termos teóricos e metodológicos, como no processo de construção de compromissos ético-políticos, críticos e emancipatórios.

-Fomentar as interações orgânicas extensão-ensino-pesquisa;

-Fomentar relações multi, inter e ou transdisciplinares e interprofissionais;

-Fomentar a produção e o intercâmbio de culturas e saberes diversos, coletivos, produzidos por diferentes formas e metodologias, dentro e fora da universidade, potencializando práxis sociais emancipatórias.

Em termos mais específicos:

-Favorecer a introdução das/os estudantes na realidade local/ regional do município de Mariana-MG.

-Favorecer a compreensão histórica do caráter e do papel da universidade no capitalismo dependente, em especial, da UFOP na região dos inconfidentes e do quadrilátero ferrífero de Minas Gerais, bem como o lugar, o papel, os tensionamentos e as possibilidades da extensão universitária nesses processos.

-Possibilitar a aproximação e a interação de discentes e docentes com as Ações de Extensão desenvolvidas na UFOP e, em especial, as Ações de Extensão desenvolvidas no Curso de Serviço Social da UFOP.

-Possibilitar a aproximação e a interação da comunidade, por intermédio das Ações de Extensão desenvolvidas na UFOP e, em especial, por intermédio das Ações de Extensão desenvolvidas no Curso de Serviço Social da UFOP, com o universo do mundo acadêmico.

-Produzir, nessas interações, processos, dinâmicas, saberes e práxis sociais de caráter emancipatório e potencialmente transformadoras da realidade.

Para balizamento da Metodologia:

Prioritariamente, metodologias de educação popular. Círculos de cultura. Primazia da realidade, das suas expressões e das suas determinações. A vida cotidiana como ponto de partida e de chegada das formas de reflexo da realidade e das objetivações sociais, em trânsitos e exercícios de passagem da aparência à essência e vice-versa. Interação, troca e potencialização recíproca de saberes diversos, dos mais imediatos aos mais mediados, em expressões diversas, cotidianas, científicas, artísticas, políticas, e várias outras ligadas à diversidade da cultura popular. Horizontalidade e dialogicidade. Ocupação e construção coletiva de espaços sociais diversos. Recursos de expressões artísticas e culturais diversas: literatura e poesia, música, cinema, teatro, entre outras.

As ações serão desenvolvidas em articulação com programas e projetos de extensão vigentes no curso de Serviço Social da UFOP, e com a população participante desses programas e projetos, entidades e organizações da educação – ADUFOP, ASSUFOP, SINDIUT, Sindicato dos Servidores Públicos da região, CRESS, ABEPSS, profissionais e público da rede socio-assistencial, entre outros, com formato variável, podendo ser eventos extensionistas, seminários, assessorias, visitas técnicas, entre outros.

Para balizamento das Atividades Avaliativas:

Processuais e permanentes. Coletivas. Atribuição de conceitos.

Para balizamento das Referências Bibliográficas Básicas:

FERNANDES, Florestan. Universidade e desenvolvimento. In: *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 2020.

LEHER, Roberto. Reforma Universitária de Córdoba, noventa anos. Um Acontecimento Fundacional para a Universidade Latino-americanista. In: *La reforma universitaria: desafíos y perspectivas noventa años después*. Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2008.

PAULA, João Antônio de. Extensão universitária: história, conceito e propostas. *Interfaces - Revista de Extensão*. v. 1, n. 1, p. 05-23, 2013.

POLÍTICA DE EXTENSÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFOP.

ALVES, Lucas Aredes. DETERMINAÇÕES HISTÓRICAS E SOCIOCULTURAIS DA UNIVERSIDADE E DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA E PROBLEMAS CONTEMPORÂNEOS. Disponível em: https://monografias.ufop.br/bitstream/35400000/3391/6/MONOGRAFIA_Determina%3%a7%3%b5esHist%3%b3ricasSocioculturais.pdf

Para balizamento das Referências Bibliográficas Complementares:

ABEPSS. Diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf>. Acesso em: 17 de maio de 2019.

BERTOLLO, Kathiúca. *Extensão universitária e curricularização da extensão: considerações sobre a formação em serviço social*. In Revista Alemur. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/alemur/article/view/4613/3636>

_____. Extensão popular classista: um âmbito da luta e da construção da universidade popular. In: A universidade popular. REBELATTO, Francieli; ACOSTA, Luis; PINHEIRO, Milton (orgs.) São Paulo. Instituto Caio Prado Júnior. 2021, (pág. 277 a 304).

FERNANDES, Florestan. Padrões de dominação externa na América Latina. In: *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FORPROEX. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Gráfica da UFRGS. Porto Alegre, RS, 2012 (Coleção Extensão Universitária; v. 7. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>)

GONÇALVES FILHO, Antônio; FARAGE, Eblin. Educação superior pública e o Future-se: o projeto do capital em tempos de ascensão da extrema direita. In: *EM PAUTA*, Rio de Janeiro. 2º Semestre de 2019, n. 44, v. 17, p. 33 – 49.

LEHER, Roberto. Ideias, valores e princípios para afirmar o futuro da universidade pública latinoamericana. *Revista del IICE*, v. 44, p. 133-146, 2018.

LUKÁCS, György. "A decadência ideológica e as condições gerais da pesquisa científica" in NETTO, José Paulo (Org.) *Georg Lukács*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1981.

MARX, K. O capital: crítica da economia política. Livro 1 Tomo 1. - 2. ed. - São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOURA, Clóvis. Quilombos: resistência ao escravismo. Expressão Popular. São Paulo, 2020.

SILVA, Marlon Garcia. *Serviço Social, arte e extensão universitária: a experiência do Programa Mineração do Outro*. 2019.

TONET, Ivo. Educação contra o capital. Maceió: EDUFAL, 2007.

B) REFERÊNCIAS PARA ESTRUTURA E BALIZAMENTO DO “PLANO DE OFICINA DE EXTENSÃO II”

Nome do Componente Curricular: Oficina de Extensão II – Formação sócio-histórica e lutas sociais no território

Código:

Nome e sigla do departamento: Departamento de Serviço Social – DESSO

Nome do Coordenador Docente:

Carga horária semestral: 60h

Carga horária semanal teórico-prática em Oficina de Extensão/ Círculo de cultura: 4h

Para balizamento da Ementa:

Aprofundar as interações recíprocas universidade-extensão-sociedade e articular os processos formativos e a lógica curricular, em especial, com os fundamentos da vida social, da formação social brasileira, com a realidade dos movimentos sociais, das lutas de classe, das organizações populares e dos/as trabalhadores, das determinações e das expressões da questão social nas particularidades da Região dos Inconfidentes, das estruturas produtivas, econômicas do capitalismo dependente, da mineração, expropriadoras e destrutivas da natureza e do conjunto da sociedade.

Para balizamento do Conteúdo Programático:

A realidade das lutas populares, das organizações das classes e dos movimentos sociais em Mariana-MG e região.

As Ações de Extensão da UFOP e do Curso de Serviço Social da UFOP que envolvem a realidade das lutas populares, das classes e dos movimentos sociais em Mariana-MG e região.

Para balizamento dos Objetivos:

Em termos mais gerais:

-Fomentar a interação orgânica e transformadora entre Universidade e setores e demandas populares, da classe trabalhadora;

-Enriquecer a formação acadêmica da/o estudante pela prática extensionista, tanto em termos teóricos e metodológicos, como no processo de construção de compromissos ético-políticos, críticos e emancipatórios.

-Fomentar as interações orgânicas extensão-ensino-pesquisa;

-Fomentar relações multi, inter e ou transdisciplinares e interprofissionais;

-Fomentar a produção e o intercâmbio de culturas e saberes diversos, coletivos, produzidos por diferentes formas e metodologias, dentro e fora da universidade, potencializando práxis sociais emancipatórias.

Em termos mais específicos:

-Fomentar a interação orgânica e transformadora entre discentes, docentes e a realidade das lutas populares, das classes e dos movimentos sociais em Mariana-MG e região, de seus coletivos e organizações.

-Integrar as Oficinas de Extensão com as Ações de Extensão da UFOP e do Curso de Serviço Social da UFOP que envolvem a realidade das lutas populares, das classes e dos movimentos sociais em Mariana-MG e região.

Para balizamento da Metodologia:

Prioritariamente, metodologias de educação popular. Círculos de cultura. Primazia da realidade, das suas expressões e das suas determinações. A vida cotidiana como ponto de partida e de chegada das formas de reflexo da realidade e das objetivações sociais, em trânsitos e exercícios de passagem da aparência à essência e vice-versa. Interação, troca e potencialização recíproca de saberes diversos, dos mais imediatos aos mais mediados, em expressões diversas, cotidianas, científicas, artísticas, políticas, e várias outras ligadas à diversidade da cultura popular. Horizontalidade e dialogicidade. Ocupação e construção coletiva de espaços sociais diversos. Recursos de expressões artísticas e culturais diversas: literatura e poesia, música, cinema, teatro, entre outras.

As ações serão desenvolvidas em articulação com organizações e institutos da classe trabalhadora, dos movimentos sociais, como os sindicatos da região, Movimento dos Atingidos pela Mineração/MAM, Movimento dos Atingidos por Barragens/MAB, Comissão dos Atingidos pela Barragem de Fundão, Frente Mineira de Luta das Atingidas e Atingidos pela Mineração/ FLAMA, Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, Movimento indígena, Movimento Negro, Movimentos Culturais, Movimento estudantil, entre outros, com formato variável, podendo ser eventos extensionistas, seminários, assessorias, visitas técnicas, entre outros.

Comissão dos Atingidos pela Barragem de Fundão/ Mariana/MG, o Movimento dos Atingidos pela Mineração – MAM e o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, o Movimento Pelas Serras e Águas de Minas, a Frente Mineira de Luta das Atingidas e Atingidos pela Mineração – FLAMA, Grupos e Núcleos ligados à UFOP, entre muitos outros.

Para balizamento das Atividades Avaliativas:

Processuais e permanentes. Coletivas. Atribuição de conceitos.

Para balizamento das Referências Bibliográficas Básicas:

BERTOLLO, K. Mineração e superexploração da força de trabalho: análise a partir da realidade de Mariana-MG. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2018.

HORST, Cláudio; CARRARA, Virgínia (org). “Questão Social”, Mineração e Serviço Social: reflexões a partir da região dos inconfidentes. Editora UFOP. No prelo.

ZONTA, Márcio; TROCATE Charles (Org.). Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP/Billiton. Marabá-PA: Editorial Iguana, 2016, (p. 17-50). (A questão mineral, v. 2).

TONET, Ivo. Educação contra o capital. Maceió: EDUFAL, 2007.

Para balizamento das Referências Bibliográficas Complementares:

BERTOLLO, Kathiúça. Extensão popular classista: um âmbito da luta e da construção da universidade popular. *In: A universidade popular.* REBELATTO, Francieli; ACOSTA, Luis; PINHEIRO, Milton (orgs.) São Paulo. Instituto Caio Prado Júnior. 2021, (pág. 277 a 304).

LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II.* São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. O capital: crítica da economia política. Livro 1 Tomo 1. - 2. ed. - São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. Natureza, trabalho e educação. FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; CALDART, Roseli Salete. (orgs.). 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MATTOS, Marcelo Badaró. A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital.* 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

C) REFERÊNCIAS PARA ESTRUTURA E BALIZAMENTO DO “PLANO DE OFICINA DE EXTENSÃO III”

Nome do Componente Curricular: Oficina de Extensão III – Trabalho profissional

Código:

Nome e sigla do departamento: Departamento de Serviço Social – DESSO

Nome do Coordenador Docente:

Carga horária semestral: 60h

Carga horária semanal teórico-prática em Oficina de Extensão/ Círculo de cultura: 4h

Para balizamento da Ementa:

Aprofundar as interações recíprocas universidade-extensão-sociedade e articular os processos formativos e a lógica curricular, em especial, com os fundamentos do trabalho profissional e do universo do mundo do trabalho das/os assistentes sociais, concretando as aquisições dos processos formativos precedentes, articulando-as com as demandas iminentes dos processos de estágio.

Para balizamento do Conteúdo Programático:

A realidade dos espaços sócio-ocupacionais e do mundo do trabalho das/os assistentes sociais em Mariana-MG e região.

As Ações de Extensão da UFOP e do Curso de Serviço Social da UFOP que envolvem os espaços sócio-ocupacionais e o universo do trabalho das/os assistentes sociais em Mariana-MG e região.

O Projeto Ético-político do Serviço Social brasileiro, e os desafios contemporâneos à formação e ao exercício profissional críticos, alinhados à construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, raça, etnia e gênero.

Para balizamento dos Objetivos:

Em termos mais gerais:

-Fomentar a interação orgânica e transformadora entre Universidade e setores e demandas populares, da classe trabalhadora;

-Enriquecer a formação acadêmica da/o estudante pela prática extensionista, tanto em termos teóricos e metodológicos, como no processo de construção de compromissos ético-políticos, críticos e emancipatórios.

-Fomentar as interações orgânicas extensão-ensino-pesquisa;

-Fomentar relações multi, inter e ou transdisciplinares e interprofissionais;

-Fomentar a produção e o intercâmbio de culturas e saberes diversos, coletivos, produzidos por diferentes formas e metodologias, dentro e fora da universidade, potencializando práxis sociais emancipatórias.

Em termos mais específicos:

-Fomentar a interação orgânica e transformadora entre discentes, docentes e a realidade dos espaços sócio-ocupacionais e do mundo do trabalho das/os assistentes sociais em Mariana-MG e região.

-Integrar as Oficinas de Extensão com as Ações de Extensão da UFOP e do Curso de Serviço Social da UFOP que envolvem os espaços sócio-ocupacionais e o universo do trabalho das/os assistentes sociais em Mariana-MG e região.

Para balizamento da Metodologia:

Prioritariamente, metodologias de educação popular. Círculos de cultura. Primazia da realidade, das suas expressões e das suas determinações. A vida cotidiana como ponto de

partida e de chegada das formas de reflexo da realidade e das objetivações sociais, em trânsitos e exercícios de passagem da aparência à essência e vice-versa. Interação, troca e potencialização recíproca de saberes diversos, dos mais imediatos aos mais mediados, em expressões diversas, cotidianas, científicas, artísticas, políticas, e várias outras ligadas à diversidade da cultura popular. Horizontalidade e dialogicidade. Ocupação e construção coletiva de espaços sociais diversos. Recursos de expressões artísticas e culturais diversas: literatura e poesia, música, cinema, entre outras.

As ações serão desenvolvidas em articulação a instâncias e espaços sócio-ocupacionais de assistentes sociais, como os Centros de Referência da Assistência Social/CRAS, os Centros de Referência da Especializados da Assistência Social/CREAS, Intituições de Acolhimento da Proteção Social de Alta Complexidade, Núcleo de Assistentes Sociais/ NAS Inconfidentes, Assessorias Técnicas a População Atingida por Barragens, Organizações não Governamentais/ONGs, Organizações da Sociedade Civil/ OSCIPs, Conselho Regional de Serviço Social/ CRESS, entre outras da área, com formato variável, podendo ser eventos extensionistas, seminários, assessorias, visitas técnicas, entre outros.

Para balizamento das Atividades Avaliativas:

Processuais e permanentes. Coletivas. Atribuição de conceitos.

Para balizamento das Referências Bibliográficas Básicas:

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: CEAD; ABEPSS; CFESS. *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

VASCONCELOS, Ana Maria de. *A/o assistente social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas*. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

CFESS. *Serviço Social: direitos e competências profissionais*. Brasília. CFESS/ABEPSS, 2009.

Para balizamento das Referências Bibliográficas Complementares:

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro 1 Tomo 1. - 2. ed. - São Paulo: Nova Cultural, 1996.

GUERRA, Yolanda. *A instrumentalidade do Serviço Social*. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 8 ed. São Paulo, Cortez, 2011.

22.4 Anexo IV

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL**

**POLÍTICA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE
CURSO EM SERVIÇO SOCIAL**

**MARIANA, MINAS GERAIS
OUTUBRO/2022**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	5
ANEXOS	
ANEXO 1 – COMUNICADO DE ALTERAÇÃO DE ORIENTAÇÃO.....	15
ANEXO 2 – INFORME – À COORDENAÇÃO SOBRE REALIZAÇÃO DE DEFESA.....	17
ANEXO 3 – DEFESA – AVALIAÇÃO DO TCC.....	21
ANEXO 4 – DEFESA – ATA DA BANCA EXAMINADORA.....	23

ANEXO 5 – DECLARAÇÃO – ORIENTAÇÃO.....	25
ANEXO 6 – DECLARAÇÃO – PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA.....	27
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	28

INTRODUÇÃO

A educação se constitui em um direito social assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Em particular, a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional definindo que os cursos de educação superior tenham por finalidade, dentre outras, “estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo” e “incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive”.

O curso de Serviço Social, além dessas, é regimentado pelas Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social, de novembro de 1996 – elaborada com base no Currículo Mínimo

aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), em 8 de novembro de 1996, no Rio de Janeiro. Nessa é definido que o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) “é uma exigência curricular para a obtenção de diploma no curso de graduação em Serviço Social”, logo, “se constitui numa monografia científica elaborada sob a orientação de um professor e avaliada por banca examinadora”, isto é, “é o trabalho no qual o aluno sistematiza o conhecimento resultante de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica, preferencialmente gerada a partir da prática do estágio no decorrer do curso”. Além disso, as diretrizes ratificam que o TCC não representa apenas a elaboração de uma monografia, mas um processo que “deve ser entendido como um momento de síntese e acúmulo da totalidade da formação profissional”. Diante a esse conceito ampliado de produção de conhecimento, destaca-se a coadunação das diretrizes curriculares com a Lei nº 8.662 de 7 de junho de 1993, que dispõe da Regulamentação da Profissão do Assistente Social, que define como uma das competências profissionais: “planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais”. Sendo que, conforme estabelece a Resolução do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) nº 273 de 13 março de 1993, que institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, é direito da/do profissional a “liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos”.

Observada as especificidades do Serviço Social, faz-se mister que a construção do TCC, conforme prevê as diretrizes curriculares supracitadas, ocorra como processo “ao longo da estrutura curricular e a partir do desdobramento das matérias e seus componentes curriculares”. Isto é, deve ser consequente à apreensão e debate do ementário dos núcleos de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, do trabalho profissional; afim de não promover a dissociação entre teoria e prática.

Em consonância com as referidas Diretrizes Curriculares e com o Projeto Ético-político do Serviço Social brasileiro, admite-se, em relação à ciência e ao método, que “o real e o concreto”, em sua complexidade, constituem “o pressuposto efetivo” (MARX, 2011, p. 78). Contudo, posto que aparência e essência não coincidem na imediaticidade, o pensamento, à partida, confrontando os fenômenos da realidade, forma uma “representação caótica do todo”, sendo desafiado a buscar os processos, as mediações e as múltiplas determinações sociais e históricas do objeto investigado. O pensamento percorre, pois, na produção do conhecimento, o duplo movimento pelo qual transita do complexo aparente aos seus elementos mais simples

e abstratos, para retornar ao complexo como totalidade articulada, concreta, como síntese de múltiplas determinações efetivas, essenciais, reproduzidas subjetivamente.

Diante ao exposto, considera-se que o Trabalho de Conclusão de Curso deve ter como condição, a análise do real, da essência e ser capaz de realizar as mediações necessárias para apreender a totalidade dos fatos, entendendo o trabalho como ponto de partida para a compreensão da realidade. Nesta perspectiva, a produção do conhecimento deve se constituir como transformação da realidade social.

O Colegiado do Curso de Serviço Social, no uso de suas atribuições e:

Considerando que o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deve ser compreendido como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem, sendo “um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional” (ABEPSS, 1996, p. 19).

Considerando que o TCC é o trabalho no qual a/o discente sistematiza o conhecimento resultante das indagações geradas a partir das atividades de ensino, pesquisa e extensão universitárias.

Considerando que o TCC deve ser realizado “dentro de padrões e exigências metodológicas e acadêmico-científicas” e “se constitui numa monografia científica elaborada sob a orientação de um professor e avaliada por banca examinadora” (ABEPSS, 1996, p. 19).

Considerando que o TCC “é uma exigência curricular para obtenção de diploma no curso de graduação em Serviço Social” (ABEPSS, 1996, p. 19).

Resolve e institui o Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social:

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente Regulamento tem por finalidade normatizar as atividades relacionadas as disciplinas de Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso I e Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso II, ofertadas nos dois últimos semestres do Curso de Serviço Social.

Art. 2º O Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) consiste em uma pesquisa orientada, relatada sob a forma de monografia nas áreas de conhecimento específico do curso de graduação em Serviço Social.

Art. 3º O Trabalho de Conclusão de Curso poderá ser elaborado pela/o discente individualmente ou em dupla, sob a orientação de um/a docente graduado/a em Serviço Social e membro do Departamento de Serviço Social (DESSO) da UFOP.

Parágrafo único. As/os discentes e a/o docente orientador/a deverão estar de acordo com o formato de TCC elaborado em dupla.

Art. 4º São objetivos do TCC:

a) oportunizar a/o discente a elaboração e o desenvolvimento de um projeto investigativo, cujo texto, sob forma de monografia, que apresente desenvolvimento lógico, refletindo domínio conceitual e grau de profundidade compatível com a graduação;

b) contribuir para a reflexão e aprofundamento de temas da realidade social que respondam às demandas sociais e a preocupações emergentes das/dos discentes e da profissão;

c) propiciar as/os discentes do curso de Serviço Social a sistematização de conhecimentos resultante de um processo investigativo e/ou interventivo, originário de uma indagação teórica, preferencialmente, gerada a partir da prática de estágio vivenciada no decorrer do Curso;

d) propiciar o estímulo à produção científica, com consulta de bibliografia especializada, e à sua divulgação;

e) proporcionar o aprimoramento no conhecimento de um tema;

f) revelar a capacidade de comunicação dos resultados, na forma dissertativa (monografia) e oral (apresentação à Banca Examinadora);

g) despertar o espírito investigativo e a análise crítica da realidade e do trabalho profissional;

- h) resultar em momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional;
- i) promover a integração do Ensino, da Extensão e da Pesquisa.

Art. 5º É considerado pré-requisito curricular:

- a) para cursar a disciplina de Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso I: Oficina de Estágio em Serviço Social I e Pesquisa e Serviço Social II;
- b) para cursar a disciplina de Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso II: Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso I.

Art. 6º Para cursar Seminário de TCC I e II a/o discente deverá ter integralizado, pelo menos, 80% da carga horária do Curso.

Art. 7º Em caso de divergências entre orientador/a e orientando/a, as partes deverão encaminhar ofício para a Coordenação de TCC que procederá os encaminhamentos necessários. Em última instância, o COSER irá avaliar a situação.

Parágrafo único: em caso de divergência e rompimento da dupla de discentes na disciplina de Seminário de TCC I procede-se a reprovação das/os discentes na disciplina. Em caso de divergência e rompimento da dupla de discentes na disciplina de Seminário de TCC II procede-se a reprovação e, no semestre seguinte, cada discente deverá elaborar projeto diferente daquele que foi aprovado em TCC I.

Art. 8º No caso de TCC elaborado individualmente, a desistência de ambas as partes da orientação pode ocorrer somente no primeiro mês de orientação.

Parágrafo único: caso tal situação ocorra, só será considerada quando for verificada a existência de tempo hábil para que outro/a orientador/a possa assumir a orientação sem que as partes sejam prejudicadas.

CAPÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 9º A Coordenação do TCC será exercida por um/uma docente do DESSO, com vigência de dois anos.

Parágrafo único. A escolha do/da coordenador/a de TCC será realizada em reunião do Colegiado de Serviço Social (COSER) e referendada na Assembleia do Departamento de Serviço Social (ADESSO).

Art. 10º Caberá a Coordenação de TCC:

- a) zelar pelo cumprimento da presente norma;
- b) elaborar e divulgar o calendário dos TCC's para discentes e docentes;

- c) articular-se com DESSO, COSER e Núcleo Docente Estruturante (NDE) para o planejamento e desenvolvimento das atividades sob sua Coordenação;
- d) manter atualizada a relação da área de conhecimento dos/das docentes;
- e) elaborar e enviar, semestralmente, ao COSER, para apreciação, a respectiva relação de orientadores/as e orientandas/os, após consulta ao corpo discente e docente;
- f) intermediar e autorizar a troca de orientador/a, ouvidas as partes envolvidas;
- g) convocar reuniões com orientadoras/es e/ou orientandas/os, para tratar assuntos referentes as disciplinas de Seminário de TCC I e II;
- h) assinar declarações de orientação, coorientação e participação em banca examinadora, conjuntamente à presidência do COSER;
- i) arquivar as Avaliações e as Atas das sessões de avaliação da Banca Examinadora;
- j) coordenar a elaboração do Regulamento Interno do TCC, submetendo-o à apreciação dos/das discentes e docentes e ao COSER.

Art. 11º Caberá ao/a docente orientador/a:

- a) preferencialmente, por semestre, orientar um número de até quatro (4) monografias de TCC's (oriundos de discentes matriculados na disciplina de TCC I e II), podendo a seu critério orientar um número superior de TCC's;
- b) decidir em conjunto com as/os orientandas/os o horário, a frequência, a metodologia e o cronograma de atividades para o desenvolvimento do TCC;
- c) orientar a/o discente sobre a bibliografia referente ao tema de pesquisa; a metodologia da pesquisa; a redação e normalização da pesquisa, conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e o Sistema de Bibliotecas e Informação (SISBIN) da UFOP;
- d) providenciar, em conjunto com as/os orientandas/os, a documentação necessária para a apreciação da pesquisa, que envolva seres humanos, pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFOP até o encerramento do semestre letivo respectivo ao desenvolvimento da disciplina de Seminário de TCC I;
- e) submeter os documentos necessários ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFOP e enviar uma cópia do parecer à Coordenação de TCC;
- f) decidir em conjunto com as/os orientandas/os a composição da banca examinadora, a data e o horário da defesa pública do TCC, observando o calendário estabelecido pela Coordenação de TCC;
- g) garantir que as/os integrantes da banca examinadora cumprem os pré-requisitos estabelecidos no Art. 25º § 2º;

- h) compor e presidir a banca examinadora do TCC;
- i) comunicar à Coordenação de TCC a avaliação realizada pela banca de defesa pública do TCC, através da entrega da Ata da Banca Examinadora e da Avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso;
- j) comunicar à Coordenação de TCC toda e qualquer situação que possa comprometer, de alguma forma, o processo de elaboração, bem como, a conclusão do TCC.

Art. 12º Caberá a/o discente orientanda/o:

- a) decidir em conjunto com o/a orientador/a o horário, a frequência, a metodologia e o cronograma de atividades para o desenvolvimento do TCC;
- b) ter frequência regular nas orientações e cumprir o cronograma de atividades;
- c) desenvolver o TCC observando a orientação docente acerca da bibliografia referente ao tema de pesquisa; a metodologia da pesquisa; a redação e normalização da pesquisa, conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e o Sistema de Bibliotecas e Informação (SISBIN) da UFOP;
- d) providenciar, em conjunto com o/a orientador/a, a documentação necessária para a apreciação da pesquisa, que envolva seres humanos, pelo Comitê de Ética da UFOP até o encerramento do semestre letivo respectivo ao desenvolvimento da disciplina de Seminário de TCC I;
- e) decidir em conjunto com a/o orientador/a a composição da banca examinadora, a data e o horário da defesa pública do TCC, observando o calendário estabelecido pela Coordenação de TCC.
- f) encaminhar, nos prazos previamente estipulados pela Coordenação de TCC, as informações acerca da defesa pública do TCC: nomes das/os integrantes da banca, nome da/o orientanda/o, título do TCC e temáticas afins;
- g) acatar as recomendações da Banca Examinadora, observando o prazo estabelecido para efetuar as alterações sugeridas;
- h) cumprir as regras do processo de submissão à Biblioteca Digital de Trabalho de Conclusão de Curso (BDTCC), conforme estabelecido pelo SISBIN-UFOP.
- i) comunicar à Coordenação de TCC toda e qualquer situação que possa comprometer, de alguma forma, o processo de elaboração, bem como, a conclusão do TCC.

CAPÍTULO III - DA ELABORAÇÃO DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 13º O TCC poderá ser elaborado individualmente ou em dupla.

Art. 14º Cada discente, ou dupla de discentes, terá um/a orientador/a para as disciplinas de Seminário de TCC I e II, designados pela Coordenação de TCC, mediante a consulta as/aos discentes e aos/as docentes e referendados pelo COSER.

§ 1º A coordenação de TCC obterá junto as/aos docentes as indicações de áreas temáticas de estudo, observando: a) concentração de estudos; b) aproximação de estudos temáticos e c) possibilidades de interesse de estudo.

§ 2º A coordenação de TCC, no final do semestre anterior ao ingresso da/do discente na disciplina Seminário de TCC I, realizará com esses uma reunião a fim de divulgar as áreas temáticas de estudos das/dos docentes.

§ 3º A coordenação de TCC, no começo do semestre letivo que a/o discente cursará a disciplina de Seminário de TCC I, realizará com esses uma reunião para que possam indicar três docentes para a orientação, observando as áreas temáticas de estudo indicadas.

§ 4º A Coordenação de TCC, convocará reunião com as/os docentes visando consultá-las/los acerca da alocação das orientações, priorizando, quando possível, as indicações das/dos discentes e as áreas temáticas das/dos docentes, compatibilizadas com a disponibilidade de carga horária das/dos docentes.

Art. 15º A/O discente poderá recorrer a um consultor, interno ou externo ao DESSO, para coorientação, desde que em acordo com o/a orientador/a.

Art. 16º O TCC será iniciado durante a disciplina de Seminário de TCC I, devendo consistir na elaboração de um projeto de pesquisa.

Art. 17º O TCC será concluído durante a disciplina de Seminário de TCC II, devendo consistir em uma monografia de, no mínimo, 50 (cinquenta) páginas.

Parágrafo único. A contabilização de páginas se dará inicialmente pela folha de rosto e se finda nas referências. Os anexos não poderão ser contabilizados na verificação do número mínimo de páginas.

Art. 18º Todo TCC que envolva seres humanos deverá ser submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFOP, até o encerramento do semestre letivo respectivo ao desenvolvimento da disciplina de Seminário de TCC I.

§ 1º As pesquisas com seres humanos não poderão ser iniciadas antes do Protocolo de Pesquisa ter sido analisado e aprovado pelo Comitê de Ética.

§ 2º Cabe ao/a orientador/a submeter o projeto de TCC para apreciação, observando os procedimentos e documentação necessários, conforme estabelecido pelo Comitê de Ética no site <http://comitedeetica.ufop.br>

Art. 19º A/O discente deverá receber orientação, em dia e horário, em consonância com o desenvolvimento do TCC, a ser acordado entre orientador/a e orientando/a.

Parágrafo único. No caso de não comparecimento sem justificativa da/do discente às orientações, no prazo superior a 25% da carga horária da disciplina, a partir do início do semestre letivo, a/o docente deverá comunicar o fato à Coordenação de TCC e, nesse caso, a/o discente será reprovada/o por faltas.

CAPÍTULO IV - DA AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 20º O projeto de pesquisa deverá ser entregue ao/a orientador/a até a data estabelecida em conjunto entre discentes e docente no início da orientação referente a disciplina de Seminário de TCC I.

§ 1º Cabe ao/a orientador/a avaliar o projeto de pesquisa e considerar a/o discente ou a dupla de discentes:

I – Aprovado, atribuindo nota de seis (6,0) a dez (10,0);

II – Reprovado, atribuindo nota menor do que seis (6,0).

§ 2º Após a aprovação, a mudança de tema só será permitida mediante a elaboração de novo projeto de pesquisa e atendido os seguintes requisitos:

I – ocorrer a mudança dentro de um prazo não superior a quinze dias, contados a partir da aprovação do projeto de TCC;

II – haver a aprovação do/da orientador/a.

Art. 21º A monografia deverá ser entregue a Banca Examinadora com 15 (quinze) dias de antecedência à realização da defesa pública, cuja data deverá ser estabelecida em conjunto entre discentes e docente no início da orientação referente a disciplina de Seminário de TCC II, observando o calendário divulgado pela Coordenação de TCC.

§ 1º Cabe a Banca Examinadora proceder a avaliação apresentando a nota:

I – Aprovada/o, atribuindo-lhe nota de seis (6,0) a dez (10,0);

II – Aprovada/o com restrições, condicionada a apresentação de sugestões de reformulação a serem feitas, com o acompanhamento do/da orientador/a, no prazo de 07 (sete) dias corridos.

III – Reprovada/o, devendo a/o discente, ou a dupla de discentes, se matricular na disciplina de Seminário de TCC II no semestre seguinte

Art. 22º A Banca Examinadora será composta pelo/pela orientador/a na condição de Presidente e no mínimo 02 (dois) membros examinadores.

§ 1º O/A orientador/a presidirá a banca, sendo sua presença indispensável para a apresentação do trabalho de conclusão de curso.

§ 2º Os dois membros examinadores poderão ser: docentes vinculados ao DESSO; docentes vinculados às demais Unidades de Ensino da UFOP; docentes de outras Instituições de Ensino Superior, nacional e internacional; profissional assistente social com titulação de bacharelado, com experiência em área relativa à temática; bacharel em áreas afins, com experiência em área relativa à temática.

§ 3º Em casos excepcionais de ausência, sem aviso prévio, de algum membro da banca avaliadora, a mesma poderá ser composta por 02 membros, desde que um deles seja o/a orientador/a.

§ 4º Em casos de defesas que contarem com participação de membro externo, essa poderá ser realizada por vídeo conferência, mediante a anuência da Coordenação de TCC.

Art. 23º As seções de avaliação da monografia terão caráter público e duração de até no máximo uma hora e meia.

§1º A defesa oral do trabalho deverá ser feita pela/pelo discente, ou pela dupla de discentes, perante a Banca Examinadora por um tempo máximo de 20 (vinte) minutos. Em caso de TCC elaborado e defendido em dupla, ambas/os as/os discentes devem realizar exposição oral. Fica a critério da dupla, juntamente com a/o orientador/a, a definição da metodologia da defesa oral.

§2º Após a defesa oral, a Banca Examinadora procederá a arguição da/do discente, ou a dupla de discentes, por um tempo máximo de 20 (vinte) minutos cada membro.

§3º Para proceder respostas a arguição da Banca Examinadora, a/o discente, ou a dupla de discentes, deve dispor de um tempo máximo de 20 (vinte) minutos.

§4º Findado a defesa e arguição, a Banca Examinadora procederá a avaliação da/do discente, ou a dupla de discentes.

Art. 24º A avaliação procedida pela Banca Examinadora será referente ao trabalho escrito e a defesa oral.

§1º A banca examinadora deverá observar, para a atribuição da nota, os seguintes critérios: objetividade e clareza de conteúdo; o desenvolvimento lógico das ideias e do pensamento crítico; a capacidade de síntese; estrutura e coerência interna; consistência teórica e problemática do objeto de estudo; fundamentação e pertinência das conclusões e observação das normas técnicas.

§2º Cada membro da banca examinadora irá dispor de uma baliza para proceder sua avaliação e atribuição de nota.

§3º A nota será atribuída a cada discente, de forma individual.

§4º A nota final individual das/dos discentes é o resultado da média das notas atribuídas pelos membros da banca examinadora.

Art. 25º Após a sessão de avaliação será lavrada ata, que será lida e assinada pelos membros da Banca Examinadora e discente, ou dupla de discentes.

Parágrafo único. A/O presidente da Banca Examinadora deverá encaminhar a Avaliação e a Ata à Coordenação de TCC.

Art. 26º A/O discente que não defender o trabalho no semestre no qual está matriculado será reprovado, sendo a nota atribuída pelo docente orientador/a.

Parágrafo único. O prognóstico de reprovação nas disciplinas de Seminário de TCC I e II não justifica o trancamento especial dessas, salvo casos a serem analisados pelo COSER.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 27º Os casos omissos serão resolvidos pelo COSER, consideradas em sua integralidade.

Art. 28º Todos os dispositivos expostos nesta resolução passam a vigorar a partir do semestre 2020.1, após sua aprovação pelo COSER da UFOP.

ANEXOS**ANEXO 1 - COMUNICADO DE ALTERAÇÃO DE ORIENTAÇÃO****Alteração da/o docente orientador/a do projeto**

Eu, _____ discente do Curso de Serviço Social/UFOP matriculado sob nº _____ venho requerer substituição da orientação do meu Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso.

JUSTIFICATIVA: _____

A/O nova/o orientador/a será a/o docente: _____

De acordo:

Docente Orientador/a

Docente Orientador/a substituto/a

Discente

Mariana, ____ de _____ de ____.

ANEXO 2 – INFORME – À COORDENAÇÃO SOBRE REALIZAÇÃO DE DEFESA

À Coordenação de TCC do Serviço Social / UFOP

Informo sobre a defesa de Trabalho de Conclusão de Curso:

Discente: _____

Docente Orientador/a: _____

Título: _____

Temáticas afins: _____

Membros da banca examinadora e titulação: _____

Data e horário: _____

Discente

Docente orientador/a

Mariana, ____ de _____ de _____

ANEXO 3 – DEFESA – AVALIAÇÃO DO TCC

AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Discente Orientado/a: _____

Orientador/a: _____

Título: _____

Elementos avaliados	Valor	Avaliador 1	Avaliador 2	Avaliador 3
Apresentação Oral do Trabalho a. Domínio do conteúdo e coerência das respostas. b. Análise crítica. c. Forma de apresentação.	0 a 3 pontos			
Conteúdo a. Introdução. b. Coerência teórica com o objeto de estudo. c. Argumentação, conclusão, sugestão e anexos.	0 a 5 pontos			
Forma a. Redação/ Sequência lógica. b. Correção ortográfica /gramatical c. Referências.	0 a 2 pontos			
NOTA				

Média da Banca Examinadora: _____

Membros da Banca Examinadora:

Nome

Assinatura

Nome

Assinatura

Nome

Assinatura

Mariana, _____ de _____ de _____

ANEXO 4 – DEFESA – ATA DA BANCA EXAMINADORA

ATA DA BANCA EXAMINADORA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de _____ nesta cidade de Mariana, Estado de Minas Gerais, presentes os membros da Banca Examinadora os professores (as) _____, sob a Coordenação do (a) professor (a) _____ realizou-se a avaliação do Trabalho de conclusão de Curso do (a) discente _____, sob o título: _____ da Disciplina de Seminário de TCCII do Curso de Serviço Social, cujo resultado dará direito ao discente a colar o Grau de Bacharel em Serviço Social.

As notas atribuídas pelos professores examinadores foram as seguintes:

Prof.(a) _____ Nota: _____

Prof.(a) _____ Nota: _____

Prof.(a) _____ Nota: _____

Média Final: _____

Ocorrências: _____

_____, E, para constar, eu _____ coordenador (a) desta Banca Examinadora, lavrei a presente ata, que vai assinada por todos os membros da Banca Examinadora e pelo (a) discente.

1º Examinador (a): _____

2º Examinador (a): _____

3º Examinador (a): _____

Discente: _____

ANEXO 5 – DECLARAÇÃO – ORIENTAÇÃO

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que _____, docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto, orientou o Trabalho de Conclusão de Curso do(a) discente _____, intitulado:

“ _____

_____”

Mariana, ____ de _____ de 20 ____

Prof/a. Dr/a.

Coordenação de TCC

Prof/a. Dr/a.

Colegiado do curso de Serviço Social

ANEXO 6 – DECLARAÇÃO – PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA..

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que _____,
_____(cargo / instituição), integrou a seguinte banca examinadora de Trabalho de
Conclusão de Curso, no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto:

Discente: _____

Docente Orientador/a: _____

Membros da banca e titulação: _____

Título: _____

Data e horário: _____

Mariana, _____ de _____ de _____

Prof/a. Dr/a.

Coordenação de TCC

Prof/a. Dr/a.

Colegiado do Curso de Serviço Social

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**: com base no currículo mínimo aprovado em assembléia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.
- BARROS, Aidil. J. P e LEHFELD, Neide. A. S. **Projeto de Pesquisa**: propostas metodológicas. Petrópolis, Rj: Vozes, 1999.
- BRASIL. **Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília-DF, 8 jun. 1993.
- Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 05: **Intervenção e Pesquisa em Serviço Social**. Brasília: CEAD/UNB, 2000.
- CARVALHO, A. M. P. **A pesquisa no debate contemporâneo e o Serviço Social**. Caderno ABESS nº 5. São Paulo: Cortez, 1992.
- CFESS. Conselho Federal de Serviço. **Resolução n. 273, de 13 de março de 1993**. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências, 1993.
- LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina. **Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- LUKÁCS, G. "Questões Metodológicas Preliminares"; "Crítica da Economia Política" in **Ontologia do ser social**. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- _____. "O que é marxismo ortodoxo?" in **História e Consciência de Classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. "A decadência ideológica e as condições gerais da pesquisa científica" in NETTO, José Paulo (Org.) **Georg Lukács**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1981.
- MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
- _____. "Introdução" in **Para a crítica da economia política, Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes**. São Paulo: Abril Cultural, "Os economistas", 1982.
- MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, Vozes, 1994.
- RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo : Atlas, 2002.
- RICHARDSON, Roberto. J. et all. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989.
- RUDIO, Franz V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- SETÚBAL, Aglair A. **Pesquisa no Serviço Social**: utopia e realidade: São Paulo: Cortez, (?).

22.5 Anexo V

**POLÍTICA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO DE
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	Error! Indicador Não Definido .
II - DA DEFINIÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR	4
III – DAS FINALIDADES DO ESTÁGIO CURRICULAR	4
IV - DOS CAMPOS DE ESTÁGIO	5
V – DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	6
VI – DO DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E DA SUPERVISÃO	Error! Indicador Não Definido .2
VIII – DOS PRAZOS	Error! Indicador Não Definido .8
XIX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	19
ANEXOS	20

APRESENTAÇÃO

A Portaria ICESA nº 019 de 14 de setembro de 2016 reconstituiu o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Serviço Social da UFOP. O NDE seguindo as atividades que já estavam em andamento e com encontros abertos à participação dos (as) docentes e discentes do curso de Serviço Social deliberou na reunião do dia 02 de fevereiro de 2017 que as discussões e possíveis alterações da grade curricular e ementas das disciplinas iniciariam pela análise da Política de Estágio do curso bem como das ementas das disciplinas de Estágio Supervisionado (I, II e III) e Oficina de Estágio em Serviço Social (I, II e III).

O estágio em Serviço Social da UFOP sofreu com o número reduzido de vagas para estágio na região, fato que impulsionou a formulação do Termo Aditivo de Novembro de 2012. No referido documento alterou-se alguns itens da Política de Estágio como a redução de quatro semestres letivos de estágio para três, não havendo mudança na carga horária de 480 horas totais de Estágio Supervisionado prevista no projeto pedagógico do curso.

Nas reuniões do NDE os (as) docentes do curso de Serviço Social indicaram a necessidade de um novo aprimoramento do documento anterior de estágio (Política de Estágio do Curso de Serviço Social e Termo Aditivo de Novembro de 2012). As principais modificações sugeridas foram referentes à criação da vice-coordenação de estágio, da Comissão Orientadora de Estágio (COE), do Fórum de Supervisores (ras) e de alguns anexos relacionados aos documentos escritos pelos (as) estagiários (as), supervisores (as) acadêmico e de campo.

Sendo assim, estabeleceu-se a nova Política de Estágio do curso de Serviço Social da UFOP. Os procedimentos e prazos aqui estabelecidos são permanentemente acompanhados pelo NDE, podendo contar com ajustes futuros. A primeira versão do documento foi aprovada na Reunião do NDE em 08/08/2017, e posteriormente aprovado na Reunião de Colegiado em 09/08/2017.

A presente versão da Política de Estágio do Curso de Serviço Social da UFOP, em consonância com o novo Projeto Pedagógico do Curso a ser aprovado neste ano de 2022, reduziu a carga horária total de estágio para 450h, converteu as horas de estágio em campo para a modalidade ATV - Estágio e acrescentou na estrutura administrativa da Coordenação de Estágio as atribuições da Assistente Social Técnica da Coordenação de Estágio.

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente documento dispõe sobre as normas e diretrizes da Política de Estágio do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

Art. 2º O Estágio Curricular Obrigatório, modalidade exclusiva de formação adotada pelo curso, ocorrerá a partir do direcionamento apresentado na Política Nacional de Estágio elaborada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o Regimento Geral da Universidade Federal de Ouro Preto, o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto, a Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008, as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social (Resolução MEC nº 15 de 13 de março de 2002), as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social aprovadas pela categoria de profissionais em Assembleia da ABEPSS em 08 de novembro de 1996, a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº. 8.662 de 07 de junho de 1993), o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (Resolução CFESS nº 273/93 de 13 de março de 1993) e a Resolução CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008, que regulamenta a supervisão direta em Serviço Social.

Art. 3º O Estágio Curricular se constitui em espaço de formação profissional prevalecendo a dimensão pedagógica.

II - DA DEFINIÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR

Art. 4º O Estágio Supervisionado: “é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática”. A supervisão deverá ser realizada somente por assistentes sociais - supervisor/a acadêmica e supervisor/a de campo - , através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Unidade Campo de Estágio, tendo como referência a Lei nº. 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do Profissional (1993). O Estágio Supervisionado é concomitante ao período letivo escolar” (**Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. Caderno ABESS, nº 7. São Paulo: Cortez, 1997, pág. 71).**

III – DAS FINALIDADES DO ESTÁGIO CURRICULAR

Art. 5º O Estágio Supervisionado visa contribuir no processo de formação profissional para o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias ao exercício profissional

dispostos na Lei de Regulamentação da profissão de Assistente Social (Lei nº 8.662 de 07 de junho de 1993).

IV - DOS CAMPOS DE ESTÁGIO

Art. 6º O Estágio Supervisionado na modalidade obrigatório poderá ser realizado de duas formas:

- I. Através de projetos de extensão do curso;
- II. Através de Termos de Convênio com Unidades Concedentes públicas, privadas, filantrópicas, ONG's e movimentos sociais de Mariana, Ouro Preto e dos municípios que circunscrevem a Universidade Federal de Ouro Preto, desde que haja em seu quadro funcional assistente social em condições legais para assumir a supervisão de campo.

§ 1º As atividades e as condições do Estágio Curricular devem constar no Termo de Compromisso firmado entre o (a) estudante do curso de Serviço Social e a Unidade Concedente tendo a Universidade Federal de Ouro Preto como interveniente.

§ 2º Nos campos próprios oferecidos pela Universidade Federal de Ouro Preto a mesma figura como concedente.

§ 3º Para a realização do estágio, a Universidade Federal de Ouro Preto poderá contar com os Serviços de Agentes de Integração públicas, privadas, filantrópicas, ONG's e movimentos sociais conveniados.

Art. 7º O seguro de acidentes é concedido em favor do (a) estudante do Curso de Serviço Social pela Universidade Federal de Ouro Preto, pela Unidade Concedente ou pelo Agente de Integração.

Art. 8º São documentos indispensáveis para a inserção do (a) estudante na Unidade Campo de Estágio:

- I. Termo de Compromisso celebrado entre a Unidade Concedente e o (a) estudante do Curso de Serviço Social no qual conste o número da Apólice de Seguro contra acidentes pessoais e o nome da companhia seguradora, o nome do (a) Profissional Supervisor (a) de Campo e o número do registro no Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (CRESS-MG).
- II. Plano de atividades de estágio da UFOP.

Art. 9º Somente poderão ser considerados campos de estágio os espaços sócio-institucionais que atenderem os seguintes critérios:

- I. Contar com o (a) Profissional em seu quadro, graduado (a) em Serviço Social, devidamente inscrito no Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais, que se disponibilize para exercer a atividade de supervisão;
- II. Designar um (a) Profissional que deverá exercer a atividade de supervisão de acordo com o disposto no presente documento e nas legislações pertinentes;
- III. Oferecer condições de instalação adequadas ao exercício da prática de estágio;
- IV. Atender aos requisitos deste Regulamento.

Art. 10. A presença do (a) Profissional Supervisor (a) de Campo na instituição, que se disponibilize para supervisionar o (a) estudante do curso de Serviço Social é condição imprescindível para que o estágio se efetive, conforme determina o Código de Ética Profissional dos (as) Assistentes Sociais quando explicita no art. 4º que: “É vedado ao assistente social”, alínea “e”, “permitir ou exercer a supervisão de aluno de Serviço Social em Instituições Públicas ou Privadas que não tenham em seu quadro assistente social que realize acompanhamento direto ao aluno estagiário”.

Art. 11. O Plano de Atividades solicitado pela Unidade Concedente como parte integrante do Termo de Compromisso deverá ser formulado com a participação do (a) profissional supervisor (a) de campo, do (a) docente supervisor (a), e do (a) estudante estagiário (a).

Art.12. As Unidades Concedentes poderão conceder bolsas de estágio para o (a) estudante do Curso de Serviço Social, sem prejuízo da finalidade acadêmica.

V – DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art.13. A estrutura organizacional do Estágio Curricular da Universidade Federal de Ouro Preto é formada pelo Coordenador (a) e Vice-coordenador (a) de Estágio do Curso de Serviço Social, Assistente Social técnica da coordenação de estágio, Docentes Supervisores (as) acadêmicos, Profissionais Supervisores (as) de Campo e Membros da Comissão Orientadora de Estágio (COE).

§ 1º As atribuições e competências do (a) Coordenador (a) e Vice- coordenador (a) de Estágio, Assistente Social técnica da coordenação de estágio, do (a) Docente Supervisor (a) acadêmico, do (a) Profissional Supervisor (a) de Campo e da Comissão Orientadora de Estágio (COE) constam do presente documento.

Art. 14. O (a) Coordenador (a) e Vice-coordenador (a) de Estágio são docentes indicados (as) pelo (a) Presidente do Colegiado e aprovado pelos membros do Colegiado.

Art. 15. O (a) Coordenador (a) e Vice-coordenador (a) de Estágio permanecerão na coordenação de estágio por um período de quatro semestres, sendo que a cada semestre haverá alternância dos cargos - o (a) coordenador (a) passará a ser vice e o (a) vice passará a ser coordenador (a) -, podendo este prazo da alternância dos cargos estender-se para a cada dois semestres, caso exista a concordância entre o (a) coordenador (a) e vice-coordenador (a) e a aprovação do Colegiado.

Art.16. Das atribuições e competências do (a) Coordenador (a) e Vice-coordenador/a de Estágio:

- I. Acompanhar o desenvolvimento do Estágio Supervisionado em Serviço Social na UFOP, objetivando o alcance dos objetivos propostos;
- II. Propor normas e diretrizes gerais para a operacionalização de uma política de estágio condizente com os critérios e objetivos da formação profissional do curso de Serviço Social da UFOP;
- III. Convocar as reuniões da Comissão Orientadora de Estágio (COE) do curso de Serviço Social;
- IV. Participar e organizar em conjunto com a COE eventos, tais como: cursos de formação, supervisões integradas, encontros de supervisores (as) e outras atividades com o objetivo de ampliar a interlocução entre a Universidade Federal de Ouro Preto e a Unidade Campo de Estágio;
- V. Possibilitar em conjunto com a COE o desenvolvimento de atividades de assessoria e de capacitação junto aos (as) Docentes Supervisores (as) e Profissionais Supervisores (as);
- VI. Divulgar junto ao corpo docente, discente e aos (as) profissionais Supervisores (as), as orientações e concepções acerca do Estágio Supervisionado;
- VII. Avaliar a cada final do semestre letivo, em conjunto com os (as) Docentes Supervisores (as), Profissionais Supervisores (as) de Campo, Assistente Social da coordenação de estágio e a COE, o trabalho desenvolvido nos Campos de Estágio e propor medidas de aperfeiçoamento;

- VIII. Distribuir para os (as) Docentes Supervisores (as), documentação relativa ao acompanhamento do (a) estudante do Curso de Serviço Social na Unidade Campo de Estágio: orientações sobre a elaboração do Plano de Estágio, do Relatório de Estágio, do Quadro de Horas e outros documentos que se fizerem necessários no decorrer do desenvolvimento do estágio;
- IX. Participar das reuniões gerais da Coordenação de Curso, objetivando dar visibilidade ao trabalho desenvolvido, possibilitando a interlocução do estágio com as demais disciplinas do curso;
- X. Reunir-se sistematicamente através das reuniões de Colegiado e da coordenação de estágio, objetivando discutir questões referentes ao Estágio Supervisionado, buscando construir alternativas de ação que resultem em melhoria da qualidade do processo pedagógico;
- XI. Representar o curso de Serviço Social nas questões referentes ao estágio supervisionado;
- XII. Organizar, em conjunto com os professores de estágio, apresentação dos campos de estágio e/ou experiências de prática, objetivando a democratização de experiências entre discentes do curso, principalmente com os futuros estagiários a ser realizada ao longo do semestre;
- XIII. Organizar conjuntamente com os sujeitos envolvidos no estágio o Fórum de Supervisão de Estágio em Serviço Social por semestre, em consonância com os “Parâmetros para organização dos fóruns de supervisão de estágio em Serviço Social”, da ABEPSS.
- XIV. Encaminhar ao final do estágio supervisionado III a lista completa para o colegiado com as/os discentes que completaram a carga horária de 450 horas, para que seja inserido no histórico escolar das/os discentes o componente ATV-Estágio.
- XV. Encaminhar ao Colegiado do Curso os casos omissos na normatização do estágio.

Parágrafo único. No início de cada semestre o (a) coordenador (a) e vice-coordenador (a) de estágio deverão redigir um Plano de Trabalho constando quais as atividades serão desenvolvidas por cada um (a). Ao (a) coordenador (a) e vice-coordenador (a) de estágio

ficarão designadas principalmente atividades administrativas e atividades pedagógicas. O Plano de Trabalho deverá ser aprovado na 1ª Reunião de Colegiado de cada semestre.

Art.17. Das atribuições e competências do (a) Assistentes Social técnico/a da Coordenação de Estágio.

- I. Assessorar o Departamento, a Coordenação de Curso e a Coordenação de Estágio nos aspectos relativos ao Estágio Supervisionado;
- II. Participar de reuniões com o Colegiado e coordenação de estágio objetivando a discussão e acompanhamento do Estágio Supervisionado;
- III. Realizar contatos com instituições públicas, privadas, filantrópicas, ONG's e movimentos sociais prestadoras de serviços sociais, fazendo um trabalho de divulgação, sensibilização quanto à natureza do trabalho do Serviço Social, objetivando a abertura de Campos de Estágio;
- IV. Avaliar as condições dos Campos de Estágio, junto a coordenação, por meio de Visitas Técnicas, tendo como base as normas e leis que regulamentam a profissão e o estágio, tendo em vista sua manutenção ou fechamento a partir dos requisitos básicos definidos na Resolução CFESS 493/2006;
- V. Selecionar, credenciar e acompanhar os campos de estágio observando os princípios da política de estágio;
- VI. Contribuir, em conjunto com a Coordenação de Estágio e a COE, no desenvolvimento de atividades de assessoria e de educação permanente junto aos (as) Docentes Supervisores (as) e Profissionais Supervisores (as);
- VII. Contribuir com a divulgação junto ao corpo docente, discente e aos (as) profissionais Supervisores (as), das orientações e concepções acerca do Estágio Supervisionado;
- VIII. Divulgar aos (as) estudantes do Curso de Serviço Social as instituições que se constituem em Campos de Estágio quanto à sua natureza, o perfil institucional, a política de atendimento, projetos de intervenção e orientá-los (as) quanto à escolha da Unidade Campo de Estágio;
- IX. Realizar a cada final do semestre uma pré-inscrição dos (as) estudantes do Curso de Serviço Social que deverão ingressar nos Campos de Estágio no semestre letivo seguinte;
- X. Auxiliar no encaminhamento dos (as) estudantes do Curso de Serviço Social por meio da documentação específica emitida pela Coordenação de Estágio às Unidades Campos de Estágio de acordo com as vagas oferecidas;

- XI. Desempenhar atividades administrativas como: cadastro de instituições parceiras, fluxo de documentos para o estágio supervisionado, controle de dados estatísticos e cadastro de documentos para a efetivação de convênios de estágio;
- XII. Manter atualizado o banco de dados com o mapeamento das instituições campos de estágio da UFOP;
- XIII. Encaminhar semestralmente ao CRESS MG comunicação formal e escrita, indicando:
I- Campos credenciados, bem como seus respectivos endereços e contatos; II- Nome e número de registro no CRESS dos profissionais responsáveis pela supervisão acadêmica e de campo; III- Nome do estagiário e semestre em que está matriculado, conforme prevê a res. 533/2008;
- XIV. Realizar atividades de pesquisa de forma permanente vinculadas ao estágio supervisionado em Serviço Social;
- XV. Realizar atendimento as/os estudantes estagiários/as;
- XVI. Elaborar semestralmente plano de trabalho da/o assistente social na coordenação de estágio;
- XVII. Ofertar estágio supervisionado para discentes do curso de Serviço Social da UFOP;
- XVIII. Contribuir para a realização de ações extensionistas vinculadas ao Estágio;

Art. 18. Das atribuições e competências do (a) Professor (a) Supervisor (a):

- I. Elaborar o Plano de Ensino das Oficinas de Estágio Supervisionado que orientará as atividades a serem desenvolvidas no semestre de acordo com o presente Regulamento;
- II. Elaborar e programar o Plano de Estágio com os (as) estudantes do Curso de Serviço Social e Profissionais Supervisores (as), de acordo com o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Serviço Social e as demandas específicas da Unidade Campo de Estágio, assegurando a distribuição equitativa da carga horária discente durante o semestre letivo; orientar ainda o discente na elaboração dos Relatórios finais e demais documentos que constam na presente Política de Estágio;
- III. Encaminhar ao (a) Profissional Supervisor (a) de Campo os Planos de Ensino da Disciplina Estágio Supervisionado que subsidiarão a construção dos Planos de Estágio e a dinâmica da atividade de supervisão;
- IV. Realizar Visitas Técnicas aos Campos de Estágio, tendo em vista uma maior interlocução entre a Universidade Federal de Ouro Preto e as Unidades

Campos de Estágio;

- V. Participar e contribuir na organização de eventos realizados pela COE tais como: cursos de formação, supervisões integradas, encontros de supervisores (as) e outras atividades com o objetivo de ampliar a interlocução entre a UFOP e a Unidade Campo de Estágio;
- VI. Acompanhar o desenvolvimento do (a) estudante do Curso de Serviço Social, tendo como instrumento o Plano de Estágio construído conjuntamente com o (a) Profissional Supervisor (a) de Campo;
- VII. Orientar o (a) estudante do Curso de Serviço Social quanto à utilização do instrumental técnico-operativo para a intervenção: Diário de Campo, Relatório de Estágio, Relatório Mensal de Horas, Visita Domiciliar, Parecer Social, Encaminhamentos, e outros.
- VIII. Identificar as principais dificuldades do (a) estudante do Curso de Serviço Social no seu Campo de Estágio referente ao domínio teórico- metodológico, ético-político e técnico-operativo;
- IX. Coorientar a construção dos Projetos de Intervenção e a Pesquisa investigativa sobre a realidade na Unidade Campo de Estágio;
- X. Fornecer suporte teórico a partir da bibliografia selecionada que oriente a prática e a pesquisa investigativa na Unidade Campo de Estágio;
- XI. Despertar o interesse pela atitude investigativa no exercício da atividade de estágio que deverão ser incorporadas ao exercício profissional;
- XII. Acompanhar e avaliar o desempenho do (a) estudante do Curso de Serviço Social com base no Plano de Ensino.

Art. 19. Das atribuições e competências do (a) Profissional Supervisor (a) de Campo:

- I. Acompanhar e orientar as atividades desenvolvidas pelo (a) estudante do Curso de Serviço Social na Unidade Campo de Estágio, favorecendo o trabalho profissional, a reflexão e a sistematização da experiência de estágio;
- II. Planejar e organizar em conjunto com o (a) Professor (a) Supervisor (a) as atividades de supervisão por meio do Plano de Estágio;
- III. Coorientar juntamente com o (a) Professor (a) Supervisor (a) acadêmico a construção do Projeto de Intervenção elaborado pelo (a) estudante, bem como, sua implantação, controle, monitoramento e avaliação;
- IV. Realizar supervisões individuais e grupais, no mínimo uma hora semanal, de

- modo a garantir a orientação e a análise crítica da prática desenvolvida;
- V. Participar e organizar junto com a COE eventos tais como: cursos de formação, supervisões integradas, encontros de supervisores e outras atividades com o objetivo de ampliar a interlocução entre a Universidade Federal de Ouro Preto e a Unidade Campo de Estágio;
 - VI. Encaminhar à Universidade Federal de Ouro Preto os Relatórios Mensais de Horas do Estágio, devidamente assinados pelo (a) estudante do Curso de Serviço Social e Profissional Supervisor (a) de Campo;
 - VII. Encaminhar à Universidade Federal de Ouro Preto a Avaliação do (a) estudante do Curso de Serviço Social ao final do semestre letivo, de acordo com formulário impresso enviado pela Coordenação de Estágio;
 - VIII. Zelar pelo desempenho ético do (a) estudante do Curso de Serviço Social na Unidade Campo de Estágio;
 - IX. Desenvolver intercâmbio com o (a) Professor (a) Supervisor (a), objetivando o acompanhamento do (a) estudante do Curso de Serviço Social, a troca de experiências e a produção material.

Art.20. Das atribuições e competências da Comissão Orientadora de Estágio (COE) do curso de Serviço Social:

- I. Acompanhar a Política de Estágio do curso de Serviço Social, bem como planejar atividades extracurriculares que envolvam o estágio em Serviço Social;
- II. Auxiliar a coordenação de estágio na definição sobre a abertura e o fechamento de convênios para inserção de estagiários (as);
- III. Planejar e executar atividades de capacitação de supervisores (as) acadêmicos e de campo e demais eventos que envolvam o Estágio em Serviço Social;
- IV. Contribuir na organização do Fórum de Supervisores (as) de Estágio em Serviço Social da UFOP;
- V. Fomentar a articulação do Fórum de Supervisores (as) de Estágio em Serviço Social da UFOP com o Fórum Estadual de Supervisores (as), como o proposto pela Política Nacional de Estágio da ABEPSS;
- VI. Manter uma avaliação pedagógica constante sobre o Estágio em Serviço Social.

Parágrafo 1º: A Comissão Orientadora de Estágio (COE) do curso de Serviço Social da UFOP será composta por: Coordenador (a) e Vice-coordenador (a) de estágio em Serviço Social da UFOP; três supervisores (as) de campo representantes de cada nível de estágio

(Estágio I, II, III) e seus suplentes eleitos pelos seus pares; três supervisores (as) acadêmicos representantes de cada nível de estágio (Estágio I, II, III) e seus suplentes eleitos pelos seus pares; três estudantes representantes de cada nível de estágio (Estágio I, II, III) e seus suplentes eleitos pelos seus pares.

Parágrafo 2º: A Comissão Orientadora de Estágio (COE) será coordenada pela Coordenação de Estágio do curso de Serviço Social.

Parágrafo 3º: O (a) Coordenador (a) e Vice-coordenador (a) de estágio permanecerão na COE durante os quatro semestres em que estiverem coordenando o estágio. Os (as) representantes dos (as) supervisores (as) de campo, acadêmicos e dos (as) estudantes serão reconhecidos como membros da COE durante o período em que estiverem envolvidos (as) com o estágio, em um prazo máximo de quatro semestres.

Parágrafo 4º: A Comissão Orientadora de Estágio (COE) deverá reunir-se no mínimo duas vezes durante o semestre.

VI – DO DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E DA SUPERVISÃO

Art. 21. Na Universidade Federal de Ouro Preto o Estágio Supervisionado Obrigatório deverá ser realizado no 6º, 7º e 8º períodos do curso e será acompanhado por um (a) Professor (a) Supervisor (a) acadêmico que ministrará a oficina de Estágio Supervisionado em Serviço Social na qual o (a) estudante se encontra matriculado (a).

Art. 22. O (a) estudante do Curso de Serviço Social deverá cumprir a carga horária total de 450 horas de estágio assim distribuídas:

- I. Os Estágios Supervisionados I, II e III correspondem, por período, a quatro créditos no componente curricular Oficina de Estágio e cento e cinquenta horas (150h) na Unidade Campo de Estágio, que devem ser registradas ao final de cada período de estágio como ATV Estágio.
- II. A cada semestre letivo a/o discente estagiário deverá entregar ao supervisor/a acadêmico/a a declaração de exercício de estágio com o total de horas do semestre (150 horas) - anexo 11, como documento exigido para aprovação, e consequentemente, a possibilidade de matrícula na oficina de estágio do próximo semestre letivo. Para que seja computado o ATV Estágio no histórico da/os estagiário/a, ao final de cada período a coordenação de estágio deverá

entregar no colegiado a lista de discentes que cumpriram a carga horária total do período (150 horas).

Parágrafo único: O (a) estudante deverá cumprir uma carga horária mínima de oito horas semanais na Unidade Campo de Estágio.

Art. 23. As Oficinas de Estágio em Serviço Social I, II e III deverão ocorrer concomitantemente à inserção do (a) estudante no campo de estágio.

Art. 24. Cada Oficina de Estágio em Serviço Social será dividida em 03 (três) Núcleos de Supervisão Acadêmica, sendo que cada Núcleo deverá ter um (a) Professor (a) Supervisor (a) Acadêmico.

Art. 25. As Oficinas de Estágio Supervisionado em Serviço Social I, II e III cumprem o seguinte **objetivo geral**:

- I. Reconhecer o caráter interventivo do (a) assistente social a partir da capacitação crítica e analítica possibilitando a construção de seus objetos de ação em suas particularidades sócio-institucionais, para a elaboração criativa de estratégias de intervenção, monitoramento e avaliação, comprometidas com o direcionamento ético-político do projeto profissional incorporando as dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas.

Art. 26. A Oficina de Estágio Supervisionado I tem como **objetivos específicos**:

- I. Articular os referenciais teórico-críticos com a realidade social concreta, identificando as múltiplas expressões da questão social - objeto de sua intervenção;
- II. Reconhecer as políticas sociais e as formas como se materializam nas instituições campos de estágio como uma das formas de enfrentamento da “questão social”;
- III. Reconhecer os valores éticos e profissionais de acordo com o Código de Ética Profissional do Assistente Social;
- IV. Intervir no campo de estágio com a orientação do (a) Profissional Supervisor de Campo e Professor (a) Supervisor (a), tendo como referência a Política de Estágio e a respectiva fase da aprendizagem da prática profissional, o Código de Ética do Assistente Social e a Lei nº 8.662/93 de Regulamentação da Profissão;
- V. Contextualização da instituição campo de estágio e da(s) política(s) social (ais) concernente (s);

VI. Elaborar o Plano de Estágio (anexo 3);

VII. Elaborar o Relatório Semestral de Estágio I incluindo a análise institucional (anexo 4).

Art. 27. A Oficina de Estágio Supervisionado II têm como objetivos específicos:

- I. Analisar, sintetizar, criticar, refletir sobre o objeto de intervenção;
- II. Desenvolver estratégias tendo em vista as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa (identificação das demandas presentes na sociedade visando à formulação de respostas profissionais para o enfrentamento da questão social);
- III. Reconhecer valores éticos e profissionais de acordo com o Código de Ética do (a) Assistente Social;
- IV. Intervir no campo de estágio com a orientação do (a) Profissional Supervisor (a) de Campo e Professor (a) Supervisor (a), tendo como referência a Política de Estágio e as respectivas fases das relações ensino/aprendizagem e trabalho/formação profissional, o Código de Ética do Assistente Social e a Lei nº 8.662/93 de Regulamentação da Profissão;
- V. Elaborar o Plano de Estágio (anexo 3);
- VI. Elaborar o Relatório Semestral de Estágio incluindo a elaboração do projeto de intervenção (anexo 6).

Art. 28. A Oficina de Estágio III têm como objetivos específicos:

- I. Orientação, inserção e acompanhamento do (a) estudante de Serviço Social em processos de trabalho profissional;
- II. Identificar os elementos constitutivos dos processos de trabalho os quais participam os (as) assistentes sociais supervisores (as) de campo, abrangendo as expressões da questão social, os sujeitos coletivos usuários dos serviços prestados pela instituição campo de estágio, as atividades desenvolvidas pelos (as) assistentes sociais supervisores (as) e apreciação do alcance das metas profissionais atingidas;
- III. Executar, controlar, monitorar e avaliar as atividades realizadas e redirecionar os pontos que forem constatados deficientes em seu projeto intervenção;
- IV. Identificar indicadores sociais, controlar, monitorar e avaliar planos,

programas e projetos desenvolvidos pela instituição;

V. Reconhecer valores éticos e profissionais de acordo com o Código de Ética do (a) Assistente Social;

VI. Intervir no campo de estágio com a orientação do (a) Profissional Supervisor (a) de Campo e Professor (a) Supervisor (a), tendo como referência a Política de Estágio e a respectiva fase da aprendizagem da prática profissional, o Código de Ética do (a) Assistente Social e a Lei nº 8.662/93 de Regulamentação da Profissão;

VII. Elaborar o Plano de Estágio (anexo 3);

VIII. Elaborar o Relatório Semestral de Estágio incluindo a avaliação do projeto de intervenção (anexo 7).

Art. 29. São considerados pré-requisitos para a inserção do (a) estudante do Curso de Serviço Social no campo de estágio:

§ 1º A matrícula nas oficinas de Estágio Supervisionado em Serviço Social I, II e III respectivamente;

§ 2º A aprovação na disciplina de Ética e Serviço Social; Fundamentos do Serviço Social III; Oficina de Estágio em Serviço Social antecedentes, conforme estabelece o Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social.

Art. 30. A metodologia de ensino deverá constar no Plano de Ensino e será desenvolvida através da inserção do (a) estudante do Curso de Serviço Social nas atividades de estágio.

Art. 31. A Avaliação do (a) estudante do Curso de Serviço Social se fará mediante os seguintes critérios:

I. Critérios para acompanhamento do processo:

- a) Participação nas atividades programadas intra e extraclasse;
- b) Verificação junto do (a) estudante do Curso de Serviço Social das dificuldades encontradas no processo ensino-aprendizado;
- c) Análise e sistematização da relação trabalho/formação profissional a partir do campo de estágio;
- d) Elaboração dos trabalhos acadêmicos de registro e de sistematização da

prática.

II. *Crêterios para avalia o final e atribui o de nota:*

a) Apresenta o de documenta o comprobatória do estágio e trabalhos acadêmicos:

- Carta de Encaminhamento para a realiza o do estágio obrigatório (anexo 1);
- Termo de Compromisso e Plano de Atividades, disponíveis no site da UFOP²⁵;
- Relatório Mensal de Horas (anexo 8);
- Avalia o qualitativa do (a) estudante do Curso de Serviço Social pelo (a) Profissional Supervisor (a) de Campo;
- Plano semestral de Estágio (anexo 3);
- Relatório semestral de Estágio (anexo 4, 6 ou 7);
- Auto-Avalia o do estagiário (anexo 5);
- Outros documentos e formas de avalia o a critério do (a) supervisor (a) acadêmico como: diário de campo, estudo dirigido, apresenta o oral, dentre outros.

b) Assiduidade e pontualidade na Oficina de Estágio em Serviço Social e no Campo de Estágio;

c) Participa o e envolvimento nas atividades das oficinas.

Parágrafo  nico. No processo avaliativo será também considerada a Avalia o qualitativa do desempenho do Acadêmico do Curso de Serviço Social pelo Profissional Supervisor (a) de Campo, mediante critérios elaborados pela equipe de Professores (as) Supervisores (as), aprovados pelo Colegiado de Curso e previamente divulgados pela Coordena o de Estágio.

Art. 32. O Requerimento de Mudança de Campo de Estágio (anexo 10) deverá obedecer ao calendário estipulado pela Coordena o de Estágio e nele deverá constar a justificativa do (a) estudante do Curso de Serviço Social sobre a necessidade da mudança e a anuência do (a) Professor (a) Supervisor (a).

²⁵ Pode-se utilizar os modelo de documentos (TCE e PAE) da institui o concedente, desde que esteja em conformidade com a legisla o de estágio vigente.

Art. 33. O (a) Professor (a) Supervisor (a) e o (a) Coordenador (a) de Estágio poderão indicar a mudança de Campo de Estágio nas situações que estejam em desacordo com o presente Regulamento.

Art. 34. Dos deveres do (a) Estudante do Curso de Serviço Social:

- I. Desenvolver atividades concernentes ao trabalho e à formação profissional de acordo com a orientação do (a) Profissional Supervisor (a) de Campo e do (a) Professor (a) Supervisor (a) tendo como referência o Plano de Ensino e o Plano de Estágio;
- II. Elaborar Relatórios utilizando-os como instrumentos de aprendizagem e reflexão crítica acerca da relação ensino/aprendizagem no que tange ao trabalho e à formação profissional;
- III. Manter atualizado e com a devida organização os formulários pertinentes à realização do estágio, preenchendo-os de acordo com a orientação do (a) Professor (a) Supervisor (a), sem rasuras;
- IV. Desenvolver as atividades de estágio firmando um compromisso com o usuário dos serviços prestados pela instituição campo de estágio no qual está inserido, de forma que o desligamento do Campo de Estágio ocorra de forma planejada, não prejudicando o desenvolvimento das atividades institucionais;
- V. Realizar atividades de estágio concomitantemente ao desenvolvimento das Oficinas de Estágio em Serviço Social;
- VI. Cumprir com os prazos estabelecidos pela Coordenação de Estágio, pelo (a) Professor (a) Supervisor (a) e pelo (a) Profissional Supervisor (a) de Campo;
- VII. Participar das atividades de supervisão de acordo com o que for planejado em conjunto com o (a) Profissional Supervisor (a) de Campo;
- VIII. Participar e contribuir na organização de eventos realizados pela COE tais como: cursos de formação, supervisões integradas, encontros de supervisores (as) e outras atividades com o objetivo de ampliar a interlocução entre a UFOP e as Unidades Campos de Estágio;
- IX. Cumprir pelo menos dois semestres letivos no mesmo Campo de Estágio, salvo situações excepcionais que demandarem mudança de campo;
- X. Respeitar o Código de Ética Profissional;

- XI. Respeitar as normas institucionalizadas na Unidade Campo de Estágio;
- XII. Cumprir o horário de estágio com precisão e responsabilidade;
- XIII. Responsabilizar-se pelo material colocado sob sua guarda.
- XIV. Tratar com cortesia, atenção e ética todas as pessoas envolvidas no estágio.

Art. 35. Dos Direitos do (a) Estudante do Curso de Serviço Social:

- I. Ser tratado com cortesia, atenção e ética por todas as pessoas envolvidas no estágio;
- II. Receber orientação do (a) Coordenador (a) e vice-coordenador (a) de Estágio, do (a) Professor (a) Supervisor (a) e do (a) Profissional Supervisor (a) de Campo;
- III. Ter acesso à bibliografia indicada;
- IV. Ter condições mínimas de infra-estrutura, material e informação para o desempenho de seu estágio;
- V. Ser informado pelo (a) Professor (a) Supervisor (a) e pelo (a) Profissional de Campo sobre o resultado de sua avaliação.

Art. 36. A atividade de supervisão somente poderá ser exercida por Assistentes Sociais habilitados, sendo esta uma atribuição privativa dos profissionais conforme dispõe a Lei nº 8.662/93 no “Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social”. “... VI – treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social”.

Art. 37. A supervisão do estágio deverá levar em conta a fase e a área temática em que o (a) estudante do Curso de Serviço Social se encontra.

Art. 38. A supervisão de campo constitui-se em uma função pedagógica e compreende a orientação do (a) estudante do Curso de Serviço Social em todas as ações desenvolvidas no campo de estágio, tendo como referência a Lei nº 8.662/93, o Código de Ética Profissional/1993, as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social/1996 e demais dispositivos legais que normatizam o estágio.

Art. 39. Sendo a atribuição de Supervisor (a) Acadêmico e de Campo parte inerente ao trabalho do (a) Assistente Social, a supervisão do (a) estagiário (a) do

Curso de Serviço Social deverá ser realizada no horário de trabalho do (a) profissional.

Art. 40. A supervisão acadêmica também se constitui em uma função pedagógica e se realiza nas dependências da UFOP por meio das Oficinas de Estágio em Serviço Social I, II e III.

Art. 41. A supervisão acadêmica exige que o (a) Professor (a) Supervisor (a) realize no mínimo uma Visita Técnica à Unidade Campo de Estágio durante cada semestre letivo.

§ 1º O (a) Professor (a) Supervisor (a) deverá encaminhar à Coordenação de Estágio no prazo máximo de trinta dias do início do semestre letivo um cronograma de previsão das Visitas Técnicas aos campos de estágio.

§ 2º O (a) Professor (a) Supervisor (a) deverá repassar à Coordenação de Estágio o Relatório da Visita Técnica no máximo quinze dias após a realização da mesma.

§ 3º Por seu caráter pedagógico a Visita Técnica deverá ser realizada no máximo sessenta dias após o início do semestre letivo.

§ 4º Poderá ser realizado mais de uma Visita Técnica à Unidade Campo de Estágio conforme avaliação do (a) Professor (a) Supervisor (a).

VIII – DOS PRAZOS

Art. 42. A divulgação dos Campos de Estágio para os (as) estudantes do Curso de Serviço Social deverá ser feita pela Coordenação de Estágio, trinta dias antes do último dia letivo e de acordo com a disponibilidade de oferta de vagas.

Art. 43. O (a) estudante do Curso de Serviço Social deverá informar ao (a) Coordenador (a) de Estágio sua condição de aprovação ou não no processo seletivo das vagas de estágio, tão logo saia o resultado do mesmo.

Art. 44. A Coordenação de Estágio enviará para as Unidades Campos de Estágio carta solicitando informação sobre abertura de novas vagas, quarenta e cinco dias antes do último dia letivo.

Art. 45. O (a) estudante do Curso de Serviço Social somente poderá entrar com Requerimento de Mudança de Campo de Estágio (anexo 10) no prazo de quinze dias a partir do início das aulas e trinta dias antes do último dia letivo.

Art. 46. O (a) estudante do Curso de Serviço Social somente poderá ingressar na Unidade Campo de Estágio após a regularização do Termo de Compromisso e plano de atividades.

§1º A apresentação do (a) estudante do Curso de Serviço Social ao Campo se fará mediante uma Carta de Encaminhamento (anexo 1) assinada pela Coordenação de Estágio, a ser entregue ao (a) Profissional Supervisor (a) de Campo.

§2º O (a) estudante do Curso de Serviço Social deverá entregar ao (a) Professor (a) Supervisor (a) o recibo da Carta de Encaminhamento entregue ao (a) Profissional Supervisor (a) de Campo até sete dias após o início das atividades de estágio na Unidade Campo de Estágio.

Art. 47. A UFOP tem o período de cinco dias úteis para proceder à verificação e assinatura do Termo de Compromisso.

XIX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 48. Os casos omissos serão analisados pelo (a) Coordenador/a e vice de estágio supervisionado do curso e levados à apreciação do Colegiado do Curso de Serviço Social.

Art. 49. Este Regulamento entra em vigor a partir da data de sua publicação.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**



Anexo 1.

ENCAMINHAMENTO PARA A REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Documento da Coordenação de Estágio

Instituição: _____

Endereço: _____

Assistente Social responsável: _____

Estudante: _____

Período: _____

Semestre: _____

Supervisor (a) acadêmico: _____

Mariana, _____ de _____ de _____.

Coordenação de Estágio



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**



Anexo 2

CADASTRO INSTITUCIONAL

Identificação do (a) Estudante/Estagiário (a)

Nome _____

Endereço de residência: _____

Bairro: _____ CEP: _____ Município/Estado: _____

Tel(s): _____

E-mail: _____

Dias/horário/estágio: _____

Identificação do Campo de Estágio

Nome da instituição: _____

Identificação do Setor de Estágio e do (a) Supervisor (a)

Setor onde será realizado o Estágio: _____

Assistente Social responsável: _ N° e Região do CRESS do (a) Assistente Social: _____

E-mail do (a) Assistente Social: _____

Horário de funcionamento do Serviço Social: _____

Tel(s) de contato: _____

Dias/horário de supervisão: _____

Data: _____ / _____ / _____.

Supervisor (a) de campo

Estagiário (a)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**



Anexo 3.

PLANO SEMESTRAL DE ESTÁGIO

Identificação

Estudante: _____ Matrícula: _____

Instituição: _____

Departamento/Setor: _____

Programa/Projeto: _____

Endereço: _____

Telefone: _____ E-mail: _____

Data de Início do Estágio ____ / ____ / ____ Data de Término do Estágio ____ / ____ / ____

Dias e Horários de Estágio: _____

Carga horária Semanal: () 8 horas () 20 horas () Outra. Especificar: _____

Dias e Horários da Supervisão no Campo: _____

Dias e Horários da Supervisão Pedagógica: _____

Supervisor (a) de Campo/ N° Registro no CRESS _____

Supervisor (a) acadêmico/ N° Registro no CRESS _____

Plano de estágio do semestre: _____

1. Introdução/Caracterização do Campo de Estágio

Apresentar em linhas gerais a) formação sócio-histórica do território; b) histórico da Política Social/projeto correspondente, apontando as legislações, resoluções, etc.; c) caracterização do campo de estágio (quando foi instituído, como é organizado, etc).

2. Objetivos

2.1. Objetivos do Programa/Projeto que irá desenvolver:

2.2. Objetivos do Serviço Social no Programa/Projeto que está inserido:

2.3. Objetivos da ação do (a) estagiário (a) no campo:

3. Metodologia da ação a ser desenvolvida pelo (a) estagiário (a)

Atividades/Ações a serem desenvolvidas pelo (a) estagiário (a)	Metodologia/instrumental de trabalho	Periodicidade	Recursos humanos, materiais e financeiros

3.1. Cronograma das atividades

4. Formas de avaliação do trabalho do (a) estagiário (a)

Avaliação do trabalho no campo de estágio e na supervisão pedagógica

5. Referências

6. Anexos

Mariana, _____ de _____ de _____.

Estagiário (a): _____

Supervisor (a) de Campo: _____

Supervisor (a) acadêmico: _____



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**



Anexo 4.

ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO SEMESTRAL DO ESTÁGIO I

O Relatório semestral deverá ser apresentado em consonância com as Normas da ABNT, expressas no Guia para normalização bibliográfica de trabalhos acadêmicos (SISBIN/UFOP), sendo constituído pelos seguintes elementos:

- capa;
- folha de rosto;
- sumário;
- introdução;
- desenvolvimento;
- considerações finais;
- referências;
- anexos, se houver (fluxograma, organograma, projetos e qualquer outro tipo de documento que contribua na reflexão acerca do trabalho desenvolvido);
- identificação (local, dia, mês e ano) e assinaturas (estagiário/a, supervisor/a de campo e supervisor/a acadêmico).

Apresentamos abaixo um **roteiro para a introdução e o desenvolvimento**, que devem conter os seguintes elementos:

1. INTRODUÇÃO

Apresentação do documento e identificação de seus objetivos.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Instituição

Identificação e caracterização da Instituição:

- Nome
- Natureza da Instituição (pública/privada/ONG...)
- Organização das relações de trabalho, estrutura administrativa do Serviço Social e sua posição no Organograma/ poder de decisão/proposição.
- Serviços existentes na instituição: histórico e análise da legislação.
- Breve histórico da política social em análise (ênfase nos anos 1980 até os dias atuais).
- Concepção da política social, princípios, diretrizes e destinatários.
- Gestão da política social (centralizada/descentralizada; competências dos níveis de governo: federal, estadual e municipal; serviços ofertados, etc.).
- Controle social da política social (quem controla e como controla? Mecanismos de controle social).

- Financiamento da política social (instituição de fundos, alocação de recursos, etc.).
- Descrição e análise dos programas e recursos institucionais ou movimento popular.
- Identificação das demandas sociais para a instituição.
- Identificação e análise do Projeto ao qual o aluno está vinculado.

2.2. Usuários

Caracterização da população usuária

- Levantamento socioeconômico, político e cultural da população usuária;
- Quem utiliza e como utiliza os serviços (rotinas a que são submetidos / participação provisória ou sistemática);
- Identificação dos movimentos organizados aos quais os usuários estão vinculados;
- Identificação das formas de participação social e política e controle social que os usuários exercem.

2.3. TRABALHO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL

O Serviço Social na Instituição

- Identificação dos objetivos do Serviço Social:
 - Quem formula? As necessidades, expectativas e direitos dos usuários são considerados? Possibilidades e limites dentro do marco institucional;
- Referências teórico-metodológicas e ético-políticas:
- Atribuições do Serviço Social / Funções designadas ao profissional;
- Os projetos que desenvolve e suas rotinas;
- Instrumentos utilizados no trabalho;
- Demandas dirigidas ao Serviço Social;
- Trabalho em equipe;
- Principais entraves para a realização das atividades programadas;
- Autonomia técnico-operativa:
 - Reforço ou ruptura ao projeto ético-político profissional; Ativismo ou rotinização de procedimentos; Submissão às exigências da instituição; Limites e avanços do trabalho profissional (Atenção: análise crítica e dialética, ou seja, que considere a realidade social e profissional como contraditória. Evitar análises morais que culpabilizam o profissional).

2.4. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ESTÁGIO

- Levar em consideração as reflexões e atividades colocadas no Plano semestral de Estágio (documento anterior a este Relatório).
- Anexar a auto-avaliação do (a) estagiário (a).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

4. REFERÊNCIAS

5. ANEXOS

6. IDENTIFICAÇÃO



Anexo 5

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL



Auto-avaliação do (a) Estagiário (a)

Estudante: _____

_____ Campo d

1) Auto-avaliação quantitativa

- A auto-avaliação será via atribuição de nota entre 0 e 10:

Entre 9 e 10 = Excelente	Entre 8 e 9 = Bom	Entre 6 e 7 = Regular	Menor que 6 = Insuficiente
-----------------------------	----------------------	--------------------------	-------------------------------

CARACTERÍSTICA		Nota
1	ASSIDUIDADE: Comparece ao local de estágio nos dias acordados e justifica as ausências	
2	PONTUALIDADE: Cumprir o horário de entrada e saída do estágio.	
3	RESPONSABILIDADE: Zela pelos equipamentos, bens e materiais que lhe são confiados e/ou colocados à sua disposição.	
4	DESEMPENHO: Executa as atividades que lhe foram definidas, atendendo os prazos para a entrega.	
5	ORGANIZAÇÃO: Define as prioridades na execução de suas atividades.	
6	INTERESSE: Empenha-se em conhecer o processo de trabalho do Assistente Social supervisor de campo e em aprimorar sua formação profissional.	
7	PROPOSIÇÃO: Apresenta sugestões para o desenvolvimento de suas atividades e/ou serviços ofertados pela instituição	
8	CONHECIMENTO: Articula o conhecimento teórico-metodológico e reflete acerca das situações/ações desenvolvidas no estágio.	



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**



Anexo 6.

**ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO SEMESTRAL DO
ESTÁGIO II**

O Relatório semestral deverá ser apresentado em consonância com as Normas da ABNT, expressas no Guia para normalização bibliográfica de trabalhos acadêmicos (SISBIN/UFOP), sendo constituído pelos seguintes elementos:

- capa;
- folha de rosto;
- sumário;
- introdução;
- desenvolvimento;
- considerações finais;
- referências;
- identificação (local, dia, mês e ano) e assinaturas (estagiário/a, supervisor/a de campo e supervisor/a acadêmico);
- anexos (coloque em anexo o projeto de

intervenção). Apresentamos abaixo um roteiro para a elaboração do relatório.

1. INTRODUÇÃO

Apresentação do documento e identificação de seus objetivos.

2. DESENVOLVIMENTO

Realizar uma análise sobre o processo de trabalho do (a) assistente social neste semestre e as implicações para a sua formação profissional e relatar resumidamente como foi à experiência de elaboração do projeto de intervenção.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Qual a avaliação você faz sobre o processo de estágio neste semestre levando em consideração o Plano de estágio?

4. REFERÊNCIAS

Referências utilizadas para a construção do texto acima. Nas normas da ABNT.

5. IDENTIFICAÇÃO

6. ANEXOS

Coloque em anexo a auto-avaliação do estudante e o projeto de intervenção. Caso existam outros anexos não se esqueça de separá-los com os títulos.

GUIA PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

Folha de rosto (Título do projeto; nome da pessoa ou da equipe que o elaborou; nome da instituição executora; o local, o Mês e o ano de sua elaboração; instituição financiadora; indicação de que versão do projeto se trata).

1. Justificativa:
2. Problematização teórico-histórica do objeto de intervenção:
3. Objetivo geral e Objetivos específicos:
4. Procedimentos operacionais:
5. Público alvo:
6. Metas qualitativas e quantitativas:
7. Avaliação e controle:
8. Cronograma (segue abaixo um exemplo):

Atividades	Jan.	Fev.	Mar	Abr	Mai	Jun.	Julh.	Ag.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
			.	.	.							
Implantação	x	x										
Execução		x	x	x	x	x	x	x	x			
Avaliação e controle			x	x	x	x	x	x	x			
Redefinição após avaliação										x	x	x

9. Recursos:
 - Humanos
 - Materiais
 - Financeiros

Referências:

Anexo 7**ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO SEMESTRAL DO ESTÁGIO III**

O Relatório semestral deverá ser apresentado em consonância com as Normas da ABNT, expressas no Guia para normalização bibliográfica de trabalhos acadêmicos (SISBIN/UFOP), sendo constituído pelos seguintes elementos:

- capa;
- folha de rosto;
- sumário;
- introdução;
- desenvolvimento;
- considerações finais;
- referências;
- identificação (local, dia, mês e ano) e assinaturas (estagiário/a, supervisor/a de campo e supervisor/a acadêmico);
- anexos

Apresentamos abaixo um roteiro para a elaboração do relatório.

1. INTRODUÇÃO

Apresentação do documento e identificação de seus objetivos.

2. DESENVOLVIMENTO

- Realizar uma análise sobre o processo de trabalho ao qual o assistente social esteve inserido durante este semestre.
- Realizar a avaliação do projeto de intervenção desenvolvido durante o estágio II, levando em consideração as seguintes questões:

I) Apresentar em linhas gerais em que consiste o projeto de intervenção.

II) Objetivos geral e específicos

- Identificar quais já foram alcançados e/ou parcialmente alcançados; relatar de que forma foram alcançados;

- Identificar quais não foram alcançados; relatar quais os motivos que impediram que fossem alcançados.

III) Metodologia

- Observar o cronograma e apresentar:

a) quais ações já foram realizadas, descrever como foram realizadas; indicar quais foram as dificuldades para realizá-las;

b) das ações não realizadas: identificar se estão atrasadas com base no cronograma; indicar porque não foram realizadas;

c) apresentar cronograma atualizado.

IV) Monitoramento e controle democrático

- Relatar como o projeto está sendo monitorado e quais os sujeitos (profissionais e usuários) estão envolvidos.

V) Dimensões da Intervenção Profissional do Serviço Social

- Relatar como o desenvolvimento do projeto de intervenção tem se relacionado com as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política.

VI) Considerações Finais

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Qual a avaliação você faz do processo de estágio neste semestre levando em consideração o Plano de Estágio?

4. REFERÊNCIAS

Referências utilizadas para a construção do texto acima. Nas normas da ABNT.

5. IDENTIFICAÇÃO

6. ANEXOS

Coloque em anexo a auto-avaliação do (a) estudante. Caso existam outros anexos não se esqueça de separá-los com os títulos.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**



Anexo 8

Relatório Mensal de Horas em Campo de Estágio

Estudante: _____

Campo de Estágio: _____

Supervisor (a) de Campo: _____

Supervisor (a) acadêmico: _____

Mês: _____ Ano/Semestre: _____

Data	Descrição da atividade	Horas
Total de horas		

Data: ____ / ____ / ____

Estudante

Supervisor (a) de campo/CRESS

Supervisor (a) acadêmico (a)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**



UFOP
Universidade Federal
de Ouro Preto

Anexo 10

REQUERIMENTO DE MUDANÇA DE CAMPO DE ESTÁGIO

Estudante: _____

Matrícula: _____

Ano/semestre: _____

Disciplina de Estágio Supervisionado: () I () II () III

Disciplina de Oficina de Supervisão em Serviço Social: () I () II () III

Campo de Estágio atual: _____

Supervisor (a) Acadêmico: _____

Supervisor (a) de campo: _____

Justificativa detalhada para mudança de campo: _____

Mariana, _____ de _____ de _____

Estudante

Deferido ()

Indeferido () Data: _ / _ / _

Coordenação de Estágio



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL



Anexo 11.

DECLARAÇÃO DE EXERCÍCIO DE SUPERVISÃO DE ESTÁGIO

Declaramos para fins de solicitação de inscrição no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) que o (a) aluno (a) _____, portador da cédula de identidade R.G. nº _____ cumpriu estágio curricular obrigatório, durante o semestre letivo de _____, com a seguinte carga horária _____, no seguinte campo de estágio _____.

Assistente Social Supervisor (a) de Campo

Nome _____ N° do CRESS _____ Região nº _____
Assinatura _____

Assistente Social Supervisor (a) Acadêmico

Nome _____ N° do CRESS _____ Região nº _____
Assinatura _____

Coordenador (a) do Curso

Nome N° do CRESS _____
Região nº _____
Assinatura _____

Coordenador (a) de Estágio

Nome _____
N° do CRESS _____ Região nº _____
Assinatura _____

22.6 Anexo 6



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

**RESOLUÇÃO COSER Nº 004/2022**

Aprova regras para as Atividades Acadêmicas Científicas e Culturais do curso de Serviço Social.

O Colegiado de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 107ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de outubro de 2022, no uso de suas atribuições legais, considerando a necessidade de elaboração das normas que regem as atividades acadêmicas científicas culturais do curso de Serviço Social; as discussões realizadas nas instâncias do Colegiado de Curso e do Núcleo Docente Estruturante; as diretrizes da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); o Regimento Geral da Universidade Federal de Ouro Preto; o Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto,

R E S O L V E:

Art. 1º Compreender as AACC - Atividades Acadêmicas Científicas e Culturais - como aquelas atividades desenvolvidas de forma autônoma, mas que relacionam-se à formação acadêmica do bacharel em Serviço Social, proporcionando conhecimento relevante para o discente, sendo parte integrante da matriz curricular, totalizando 30 horas.

Art. 2º Incentivar a participação dos alunos em atividades afins ao exercício da profissão e correlacionadas, direta ou indiretamente, com as questões acadêmicas e que contribuam para a formação social e profissional, de forma a propiciar experiências interdisciplinares e flexíveis.

Art. 3º Indicar o coordenador do curso ou seu substituto legal como responsável pela análise das horas, a qual deverá ser feita até, no máximo, um mês antes do término do semestre letivo, para devido registro e lançamento no histórico escolar.

Art. 4º Seguir as datas determinadas em calendário acadêmico para o recebimento das AACC, através de formulário online disponibilizado pela Seção de Ensino.

Parágrafo único: em caso de alunos em situação de formatura, poderão ser aceitos pedidos fora da data determinada em calendário acadêmico

Art. 5º Autorizar a protocolização da documentação comprobatória referente às AACC para os alunos que estiverem cursando a partir do sétimo período.

Art. 6º Atribuir as horas das AACC de cada aluno, conforme as atividade previstas nesta resolução, mediante análise da documentação apresentada;

Art. 7º Validar somente os comprovantes obtidos a partir da matrícula do discente na UFOP, sendo obrigatório a especificação da carga horária e data de expedição nos documentos apresentados, com a responsabilização do aluno em caso de eventuais fraudes.

Parágrafo único: eventuais disciplinas cursadas em graduação anterior ao ingresso no Serviço Social poderão ser validadas como AACC, após análise do coordenador do curso.

Art. 8º Determinar a singularidade no aproveitamento das horas. Os documentos apresentados serão validados uma única vez, conforme tabela de valoração das horas, constante nesta resolução.

Art. 9º Encaminhar as horas referentes às AACC, através de formulário próprio, à Seção de Ensino ou Registro Acadêmico, para devido registro como ATV100 no histórico do aluno solicitante.

Art. 10 Conceder ao coordenador do curso o direito a exigir complementação, aprovar ou reprovar a documentação apresentada. Neste último caso, com a devida justificativa.

Art. 11 Dar ao aluno o direito de solicitar informações sobre como a análise foi feita e, se pertinente, aceitar pedidos de retificações.

Art. 12 Indicar a instância do Colegiado do Curso para análise dos casos omissos.

Ouro Preto, 26 de outubro de 2022.

ALESSANDRA RIBEIRO DE SOUZA

Coordenadora do Curso de Serviço Social

ANEXO

ATIVIDADES ACADÊMICOS CIENTÍFICAS E CULTURAIS - ATV100 CURSO DE SERVIÇO SOCIAL - UFOP			
Cód	Atividades desenvolvidas	Número de horas válidas como atividade complementar	Valorização máxima

01	Atividades de monitorias, realizadas nos cursos de Serviço Social da UFOP em áreas afins ao Serviço Social.	30 horas por semestre	30 horas
02	Atividades de iniciação científica, realizadas na UFOP, com a devida comprovação.	30 horas por semestre	30 horas
04	Participação no programa Pró-Ativa.	30 horas por semestre	30 horas
05	Participação certificada em grupos de pesquisa e/ou estudos.	30 horas por semestre	30 horas
06	Participação, como ouvinte, em seminários ou palestras.	Paridade de 1h/evento para 1h/atividade complementar.	30 horas
07	Participação na organização de eventos relacionados à área de Serviço Social.	Paridade de 1h/evento para 2h/atividade complementar.	30 horas

08	Participação em cursos presenciais de aperfeiçoamento na área do Serviço Social e oficinas.	Paridade de 1h/curso para 1h/atividade complementar.	30 horas
09	Participação em cursos à distância na área do Serviço Social.	Paridade de 2h/curso para 1h/atividade complementar.	20 horas
10	Participação como bolsista PROGRAD – PRACE/NACE acompanhado por assistente social.	Paridade de 1h/atividade para 1h/atividade complementar.	30 horas
11	Viagens de estudos organizadas por IES.	Paridade de 1h/estudo para 1h/atividade complementar.	30 horas
12	Apresentação de trabalhos em eventos científicos.	Local – 15hs; Regional – 20hs; Nacional – 30hs; Internacional – 40hs.	30 horas
13	Publicação em periódicos científicos, livros, capítulos de livros e/ou anais de congressos como autor ou co-autor.	60 horas por livros indexados; 40 horas por capítulo de livro ou periódico indexados; 20 horas por publicações em anais; 20 horas por publicações não indexadas.	30 horas

14	Cursos de idiomas.	20 horas por semestre em cursos de, no mínimo, 2 horas por semana.	30 horas
15	Cursos de informática.	20 horas por semestre em cursos de, no mínimo, 2 horas por semana.	30 horas
16	Disciplina facultativa presencial cursada (além das obrigatórias) oferecida pela UFOP ou por outra IES.	Paridade de 1 h/disciplina para 1h/atividade complementar.	30 horas
17	Participação em atividades artísticas condizentes com a área, em instituições reconhecidas pela Coordenação de Curso.	10 horas por atividade.	30 horas
18	Gestão em entidades estudantis.	30 horas por semestre	30 horas
19	Representação estudantil em instâncias da UFOP: CONGRAD, CUNI, CD, DESSO, COSER, COE.	15 horas por semestre	30 horas
20	Participação em movimentos sociais.	15 horas por semestre	30 horas
21	Outros (deverão ser avaliados pela Coordenação)	Paridade de 1h/atividade para 1h/atividade complementar	30 horas

22.7 Anexo 7



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**



RESOLUÇÃO COSER N° 005/2022

Aprova as regras para as Atividades
Extensionistas do curso de Serviço Social.

O Colegiado de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 107ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de outubro de 2022, no uso de suas atribuições legais, considerando a necessidade de regulamentar as atividades extensionistas do curso de Serviço Social; as discussões realizadas nas instâncias do Colegiado de Curso e do Núcleo Docente Estruturante; a Portaria Conjunta PROEX/PROGRAD/PROPLAD n.º 11 de fevereiro de 2020; a Resolução CEPE 7852; o Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social; a Política de Extensão do Curso de Serviço Social e o Regimento Geral da Universidade Federal de Ouro Preto;

R E S O L V E:

Art. 1º Determinar como atividades extensionistas - ATV300 - as seguintes ações: Ações Usuais de Extensão e Eventos de Extensão.

Parágrafo primeiro: As Ações Usuais de Extensão são aquelas realizadas em Programas de Extensão, Projetos de Extensão, ou Cursos de Extensão. Os eventos de Extensão são aqueles que implicam na apresentação e/ou exibição pública de conhecimento ou produto cultural, artístico, científico, que atendam as diretrizes dispostas na política de extensão do curso de Serviço Social da UFOP. Envolvem, obrigatoriamente, a interação teórico-metodológica e prática entre docentes, discentes e comunidade.

Art. 2º Aprovar as atividades extensionistas - ATV300 - como parte integrante da matriz curricular, devendo o aluno integralizar o total de 120 horas.

Art. 3º Definir a realização das ações de Extensão no âmbito das áreas temáticas especificadas no Capítulo VI da Política de Extensão do curso de Serviço Social, a saber: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho.

Art. 4º Facultar às/ aos estudantes do Curso de Serviço Social da UFOP a participação em Ações Usuais de Extensão coordenadas e inscritas por outros cursos e departamentos da UFOP, observadas as referências, conceito, objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos na Política de Extensão do curso de Serviço Social.

Art. 5º Definir como tarefas do Colegiado do Curso de Serviço Social: receber, analisar, validar e registrar a certificação da participação da/o estudante na Ação Usual de Extensão

como ATV Extensionista, bem como a carga horária realizada, com o apoio da Seção de Ensino, em período determinado e divulgado aos discentes.

Art.6º Ofertar semestralmente, sob responsabilidade do DESSO, um conjunto de Ações Usuais de Extensão para atender as demandas da curricularização inscritas na Política de Extensão e/ou atuar para isso, mediante articulações com departamentos de outros cursos da UFOP, assim como caberá ao departamento divulgar, no início de cada período letivo, as atividades usuais de extensão ofertadas no semestre, e o respectivo número de vagas para discentes.

Art.7º Indicar a instância do Colegiado do Curso para análise dos casos omissos.

Ouro Preto, 26 de outubro de 2022.

ALESSANDRA RIBEIRO DE SOUZA

Coordenadora do Curso de Serviço Social

ANEXO

ATIVIDADES DE EXTENSÃO - ATV300 - SERVIÇO SOCIAL

Descrição da atividade	Limite por semestre	Valoração máxima
Participação na organização e realização de eventos de extensão registrados na PROEX	30 horas	120horas
Participação na organização e realização de cursos de extensão registrados na PROEX	120 horas	120 horas
Participação em projetos de extensão registrados na PROEX	120 horas	120 horas